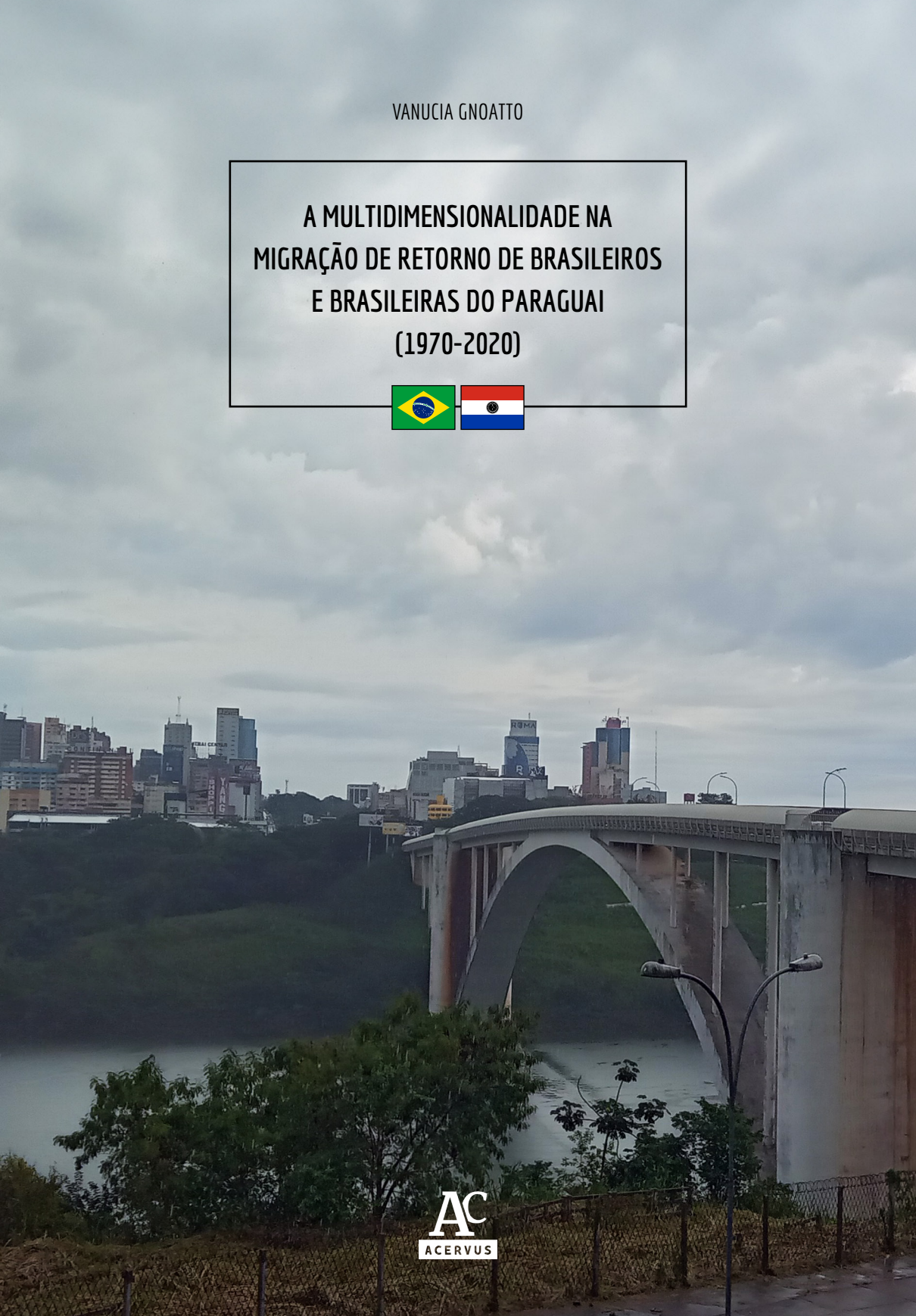
VANUCIA GNOATTO

A MULTIDIMENSIONALIDADE NA MIGRAÇÃO DE RETORNO DE BRASILEIROS E BRASILEIRAS DO PARAGUAI (1970-2020)



ACERVUS

VANUCIA GNOATTO

A MULTIDIMENSIONALIDADE NA MIGRAÇÃO DE RETORNO DE BRASILEIROS E BRASILEIRAS DO PARAGUAI (1970-2020)

© Vanucia Gnoatto, 2025
Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

O autor é integralmente responsável pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração

Alex Antônio Vanin

Projeto Editorial

Acervus Editora

Imagem da 1ª Capa

Ponte da Amizade, Foz do Iguaçu, foto da autora, 2023.

Conselho Editorial

Alexandre Saggiorato (UPF)
Ancelmo Schörner (UNICENTRO)
Athany Gutierres (UFFS – Passo Fundo)
Cristina Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Federica Bertagna (UniVr – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)
Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

G572m Gnoatto, Vanucia
A multidimensionalidade na migração de retorno de brasileiros e brasileiras do Paraguai (1970-2020) [recurso eletrônico] / Vanucia Gnoatto. – Passo Fundo: Acervus, 2025.
5 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5230-024-9.

1. Emigração e imigração. 2. Migração de retorno. 3. Imigrantes - Brasil - História. 4. Imigrantes - Paraguai - História. I. Título.
CDU: 981

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Acervus Editora
Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

VANUCIA GNOATTO

A MULTIDIMENSIONALIDADE NA MIGRAÇÃO DE RETORNO DE BRASILEIROS E BRASILEIRAS DO PARAGUAI (1970-2020)

ACERVUS

Passo Fundo
2025

Cammina, cammina, quante strade...
partire, ritornare, rimangono nel
cuore e nella mente. Cammina, cammina
quante scarpe consumate, quante strade
colorate, cammina, cammina.
(Nomadi)

Se eu soubesse escrever, eu iria fazer
um livro da minha vida, porque a minha vida
é uma novela, ela é triste, ela é feliz
e eu me sinto vitoriosa por tudo isso.
Eu vim dos meus pais, superando,
depois vim superando os meus filhos, depois
vim superando a vida
(Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Dedico à Irmã Terezinha Mezzalira (MSCS), por tudo o que aprendi, e aos(as) migrantes retornados(as), que, com fragmentos de suas histórias, possibilitaram a costura deste livro.

Agradecimentos

Ao som de guarânias, escrevo singelamente algumas palavras em agradecimento: à Deus, potência de vida, que plantou o carisma da migração no meu coração.

Aos meus pais, Maria Vitória Cóttica Gnoatto e Delezio Antônio Gnoatto, que me acolheram nos meus "retornos". E ao meu irmão Alexssandro, cunhada Nívia e sobrinho Miguel.

Às amigas queridas Aline Trevisol, Aline Kaminski, Vera Kirsten e Luciane Maldaner e à prima Jacqueline Silvério Gnoatto, com quem compartilho a vida e recebo afeto.

Ao professor Dr. João Carlos Tedesco, "Pai acadêmico", por ser presença constante como orientador, com valiosas orientações, e pela amizade sincera.

À professora Dra. Jacqueline Ahlert (UPF), por aceitar prontamente a função de orientadora na metade do caminho e pela abertura estabelecida durante o período.

Ao professor Dr. Adelar Heinsfeld, pela oportunidade de estagiar na sua disciplina do curso de Graduação, oportunizando-me conhecer um pouco mais da história do Paraguai.

À professora Gizele Zanotto, coordenadora do PPGH, e à Comissão de bolsas, pela confiança no meu trabalho ao oportunizar integrar como bolsista o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Emergencial de Consolidação Estratégica.

À Capes, pela oportunidade proporcionada pela bolsa de poder me dedicar de forma integral à tese e pelos recursos disponibilizados para as viagens de pesquisa e participações em eventos.

Ao professor Dr. Leandro Baller (UFGD), pela atenta leitura do texto e pela imensa generosidade nos apontamentos na qualificação e defesa.

Ao professor Dr. Marcos Leandro Mondardo (UFGD), pelas valiosas orientações e indicações de leituras, parceria em publicações e por oportunizar integrar o grupo de estudos NUTEF.

Aos contatos que intermediaram as entrevistas de forma remota e presencial em Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Foz do Iguaçu, PR, São Paulo das Missões, RS e Santa Rita, PY. Em especial, Rita Petter, Pe. José Maria Lopes (CS), Pe. Kamilo Manforte (CS), Ademir Bernardi, Kelly Maria Schaufelberger, Dilson Francisco de Souza, Irmã Carmem Núncio (MSCS), Irmã Leonilda Oliveira, Irmã Terezinha Mezzalira (MSCS) e Carla C. S. Stallbaum.

Aos(as) entrevistados(as), pela confiança em compartilhar suas histórias de vida para alguém até então desconhecida, mas que compartilha também de lembranças das terras vermelhas paraguaias.

Prefácio

Nessa oportunidade, quero agradecer a possibilidade de realizar o prefácio do livro "A multidimensionalidade na migração de retorno de brasileiros e brasileiras do Paraguai (1970-2020)", de autoria de Vanucia Gnoatto, fruto de sua tese defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

Gostaria de lembrar que, desde a defesa da dissertação de mestrado, venho acompanhando as pesquisas desenvolvidas pela Vanucia, bem como sua participação em congressos científicos, e isso me permite afirmar que houve avanço e amadurecimento nas questões pesquisadas e trabalhadas nesta tese, que agora vem a público como livro. Vale ressaltar, também, que Vanucia teve foco e dedicação na construção da sua pesquisa.

Sendo assim, gostaria de destacar alguns aspectos que considero relevantes deste livro.

Esta pesquisa se propõe a analisar a **migração de retorno de brasileiros do Paraguai**, historicamente, em áreas de fronteira, a exemplo, do recorte espacial e temporal escolhido, ou seja, o retorno de brasileiros do Paraguai para Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Foz do Iguaçu, no Paraná, e São Paulo das Missões, no Rio Grande do Sul, de 1970 a 2020.

Assim, este livro se propõe a **atualizar** o debate da migração de brasileiros para o Paraguai que, em sua maioria, quase sempre analisou esse movimento de alargamento da fronteira brasileira sobre o país vizinho, e que, agora, depois de mais de meio século de migração, faz o movimento inverso, com o seu retorno, num ir e vir, ou, trânsito de múltiplas trajetórias.

Outro aspecto que gostaria de destacar é o objetivo de estudar a migração de retorno, o retorno e/ou retornado. Um elemento interessante é que a **densidade do trabalho de campo**, sobretudo, pelo uso da **fonte oral** (perspectiva metodológica adotada acertadamente), permitiu demonstrar que o retorno (ou o migrante retornado) se apresenta de múltiplas formas e por várias motivações. Essa mutabilidade demonstrada na natureza do fenômeno, os exemplos apresentados, a **multiplicidade de trajetórias interseccionais**, e não "somente" a quantificação, é um ponto forte desta tese. A riqueza dos depoimentos que orientam e abrem os capítulos e seções balizam essa afirmação.

Esta pesquisa possui relevância na área, sobretudo, de **História**, bem como, no **diálogo** com outros campos do conhecimento, das Ciências Humanas, em especial dos estudos migratórios, que buscam explorar a multidimensionalidade presente nos retornos, neste caso, de brasileiros do Paraguai. Portanto, a tese destaca-se, seja pelos aspectos teóricos e metodológicos apresentados, seja pelo trabalho empírico/de campo realizado, pela perspectiva **interdisciplinar**, o que entendo, ser fundamental para o desdobrar desta pesquisa.

No processo migratório analisado, é importante destacar que a autora da tese reconhece os diferentes **marcadores sociais**, pela abordagem interseccional, como as classes sociais, os grupos étnicos/raciais, as faixas etárias e de gênero. Cabe, por vezes, a partir das diversas trajetórias, articular esses marcadores e reconhecer quais deles interferem mais na passagem da fronteira, para a fixação/territorialização no Paraguai e, consequentemente, para o retorno.

Assim, as multi/transterritorialidade são analisadas por meio de redes, desde os municípios de origem e destino dos migrantes até a fronteira, como dimensão temporal e espacial articulada às trajetórias. As redes formadas pelos migrantes em seu retorno constituem parte fundamental no desenho dessas territorialidades múltiplas – e do seu relativo trânsito, a transterritorialidade – na fronteira do Brasil com o Paraguai.

A fronteira, nesse sentido, por meio das múltiplas trajetórias, tem mutabilidade, ou seja, em uma trajetória é a fronteira enquanto recurso social, em outra fronteira agrícola, ou fronteira de redes e estratégias, ou fronteira enquanto espaço de referência identitária (a "terra natal"), bem como de investimentos, sonhos e transfronteiriços. Portanto, não é "somente" uma fronteira do Estado, da geopolítica ou dos processos de colonização. É uma fronteira muito mais múltipla e que ganha novos contornos e elementos a cada depoimento colhido e escolhido para a composição, por exemplo, do capítulo 3.

Esse capítulo demonstra que a migração de retorno não é o fim de um processo migratório, como na clássica concepção – por vezes, demasiadamente econômica – construída por lugares de origem e de destino. O livro, por sua vez, demonstra que os lugares são de origem, de passagem, de destino, de retorno, de trânsito, de ir e vir, numa multiplicidade de trajetórias migratórias motivadas por fatores econômicos, políticos, culturais, conjunturais, subjetivos, isto é, pelos diversos marcadores sociais destacados e articulados, em ambos os lados da fronteira.

No capítulo 4, por exemplo, "Histórias de mulheres retornadas: costura de memórias de dores e potências", verificamos que a autora analisou como as marcas das desigualdades econômicas e sociais caracterizaram cada contexto histórico e geográfico. Diante das trajetórias plurais de mulheres, por meio da abordagem da interseccionalidade, foram observados como o capitalismo, patriarcado, o capacitismo, o racismo, a xenofobia e o machismo, afetam as mobilidades e distintas formas de ser mulher nesta fronteira do Brasil com o Paraguai.

Assim, esse capítulo demonstra por meio das trajetórias de mulheres analisadas, que os marcadores sociais interseccionados de gênero, raça, nacionalidade, classe social, geração, região e capacitismo evidenciam outras formas de retorno na fronteira.

Rompendo com as concepções clássicas dos estudos de migração de retorno, esse capítulo demonstra o protagonismo das mulheres, seu papel de decisão no âmbito familiar e no lugar de moradia, seja para refazer suas vidas, seja para superar situações limitantes, precárias e de desigualdade.

Essa potência feminina demonstrada por meio das fontes orais evidencia que a fronteira é caracterizada pelas estratégias de mulheres para garantir o sus-

tento de suas famílias, para acessar recursos sociais do Estado, como a saúde pública, a educação e a aposentadoria.

Cabe ressaltar, nesse caso, que as estratégias utilizadas por essas migrantes na fronteira para acessar tais recursos caracteriza uma população de fronteira (transfronteiriça), que "transita" de ambos os lados. Seja por meio do trabalho, da articulação e protagonismo na construção de redes de relações sociais nas migrantes entre lugares (não só de origem e destino), as mulheres foram evidenciadas nesse capítulo com protagonismo na tomada de decisão de permanecer, retornar, transitar.

Vale destacar também os conflitos nas trajetórias analisadas, as dores, bem como as alegrias e esperanças, diante dos relatos de mulheres que demostraram o inconformismo diante da exploração e precarização do trabalho doméstico, por exemplo, bem como, na luta por um trabalho digno e na manutenção e sustento de seus filhos.

Essa "feminização" do trabalho na fronteira, bem como as trajetórias plurais dessas mulheres na migração de retorno, me parece uma "novidade" (ou atualização) que essa pesquisa empírica revela. Para além do trabalho doméstico e no cuidado aos seus, o protagonismo dessas mulheres extrapola o âmbito familiar, articulando redes e estratégias mais amplas e em diversas esferas da vida em sociedade.

Destaco, nesse sentido, a trajetória de Anita que, ao mesmo tempo em que articula várias fronteiras (considerando os marcadores sociais), afirma que "Para sobreviver na fronteira, deves viver sem fronteiras", isto é, a migrante supera e transgride essa fronteira estabelecida com sua multi/transterritorialidade. Assim, é a migrante transfronteiriça (ou transmigrante) que cruza essa fronteira, mesmo carregando ou acionando seus marcadores sociais estrategicamente.

Recomenda-se a leitura deste livro em diversos campos das Ciências Humanas, entretanto, sugere-se uma aproximação com os estudos migratórios, fronteiriços e de gênero.

Por fim, gostaria de agradecer o convite, a oportunidade de ler e aprender com esta tese que agora se transformou em livro. Considero, sem exagero, nessas quase duas décadas trabalhando como professor universitário, que a tese-livro da Vanucia, é uma das mais bem feitas em que fui convidado para participar como

membro de banca examinadora. Reconheço o esforço, o empenho e o foco dedicado nesse processo de pesquisa.

Dourados, 3 de fevereiro de 2025.

Marcos Mondardo

Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Sumário

Introdução 17

1. A emigração de brasileiros(as) ao Paraguai:
múltiplas trajetórias de origem e destino (1960-1990) 35

2. A presença de imigrantes brasileiros(as) no Paraguai:
um cenário de conflitualidades 101

3. Migração de retorno de brasileiros(as) do paraguai 167

4. Histórias de mulheres retornadas:
costura de memórias de dores e potências 247

Considerações finais 321

Referências 329

Sobre a Autora 351

Introdução

"Los científicos dicen que estamos hechos de
Átomos pero a mí un pajarito me contó
que estamos hechos de historias"
(Galeano, 2018).

A migração de retorno de brasileiros(as) do Paraguai é múltipla, possui diversas formas e causas, sendo constituída por múltiplos sujeitos e famílias que, por sua vez, nos seus processos migratórios, constroem identidades e territorialidades múltiplas, fenômeno que se complexifica ainda mais no território fronteiriço dos dois países.

A frase epígrafe convida a pensar sobre as histórias dos(as) migrantes e aquelas que cada um carrega consigo. Histórias que marcam o corpo e a mente, constituindo quem cada um é. Histórias múltiplas que devem ser consideradas em suas diversidades pelo(a) historiador(a), no seu trabalho de escrita. Para isso o(a) historiador(a), conforme Albuquerque Júnior (2007, p. 250), "deve ser aquele que não aponta caminhos únicos, mas que descobre bifurcações, entroncamentos, cruzamentos de caminhos, que são ao mesmo tempo fronteiras e possibilidades". Ainda, na compreensão do autor:

> O historiador não deve tentar orientar para um só lugar os fluxos que deslizam à sua volta e que também o envolvem. Ele deve se deixar tomar, violentar por estes fluxos. Ele deve procurar ressaltar a polissemia e a fluidez da realidade que estuda e que o cerca. O historiador é, afinal, um construtor do passado, nas andanças do presente. Presente e passado são caminhos a percorrer e construir, não apenas com todas as certezas, mas também com todas as incertezas, desvios, viagens frustradas, possibilidades não realizadas (Albuquerque Júnior, 2007, p. 250).

Essa colocação do autor nos desafia a refletir sobre o ofício de historiador(a), no sentido de perceber a diversidade, ou melhor, a multiplicidade dentro do contexto histórico dos processos migratórios, pois há uma "pluralidade de histórias, em detrimento do mito da História Única" (Souza, 2015, p. 21).

Diante disso, o tema central desta obra, fruto da nossa tese[1] de doutoramento em História – a multidimensionalidade na migração de retorno de brasileiros(as) do Paraguai para os municípios brasileiros de Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Santa Helena e Foz do Iguaçu, no estado do Paraná, e São Paulo das Missões, no estado do Rio Grande do Sul, no período de 1970 a 2020 – se propõe a mostrar as variáveis dentro desse processo de retorno de imigrantes brasileiros(as) de distritos[2] dos departamentos[3] paraguaios de Alto Paraná, Itapúa, Canindeyú, Caazapá e Guairá.

O recorte espacial ou a territorialidade da nossa pesquisa está ligada a presença nesses municípios de informantes que intermediaram as entrevistas. Além disso, nosso recorte temporal tem ligação direta com o ano em que os(as) entrevistados(as) realizaram seus retornos definitivos ao Brasil. Dessa forma, por considerar então um período aproximado de cinquenta anos o estudo centra-se dentro de uma perspectiva de História do Tempo Presente[4].

Cabe aqui mencionar que ao longo do trabalho utilizamos o termo re-

[1] O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), conforme Portaria no. 206 de 04 de setembro de 2018.

[2] Equivalente a municípios no Brasil.

[3] Equivalente a estados no Brasil.

[4] Para o historiador Dosse (2012, p. 6), "A história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo. Ela se diferencia, portanto, da história imediata porque impõe um dever de mediação".

gião fronteiriça compreendendo municípios fronteiriços do estado do Paraná e departamentos fronteiriços paraguaios. O conceito de região é entendido por Albuquerque Júnior (2008, p. 58), como produto de saberes e discursos que a formam e sustentam. Não sendo somente um fato natural, econômico ou político, mas uma construção cultural. Podendo ser entendida como um objeto em constante "construção e desconstrução, em constante movimento [...] onde não se pode passar a régua: é espaço poroso, semovente, em constante formar-se e deformar-se, que pode vir a virar pó, que tem vocação para as traças" (Albuquerque Júnior, 2008, p. 63).

Nosso estudo tem como justificativa histórica a necessidade de um olhar do(a) historiador(a) para a migração de retorno, e de produções historiográficas que analisem as migrações como um fenômeno humano complexo nas especificidades da dinâmica Brasil-Paraguai. Como justificativa social, busca-se trazer à luz histórias de vidas de pessoas do cotidiano que passam, muitas vezes, despercebidas. Imigrantes com uma multiplicidade de identidades, culturas e de classes sociais variadas que, buscando melhores condições de vida para si e para os seus ou visando investir o capital acumulado, retornaram ao Brasil.

Parte-se de uma pergunta central, que vem a ser o problema de nossa pesquisa, ou seja: Como se processam as dinâmicas de retorno migratório? Dela se depreendem outras, como: Quais são os elementos/fatores que os viabilizam? O que os caracterizam? Como se apresentam?

Nossa sensibilidade e motivação para pesquisar este tema parte da experiência pessoal como imigrante no Paraguai, residente em Santa Rita, no Departamento de Alto Paraná, onde ali realizamos pasantía/estágio como noviça Carlista Scalabriniana, no ano de 2009. Além dos estudos sobre os processos de Colonização e Imigração alemã no Rio Grande do Sul, como bolsista voluntária, no curso de Licenciatura em História, bem como de inquietações mediante pesquisas de campo ainda no Mestrado em História Regional.

A migração de retorno, especificamente a internacional, é um fenômeno constituinte dos processos migratórios ao longo da História. Essa se apresenta de múltiplas formas e é vivenciada por inúmeras e distintas trajetórias. A multiplicidade de trajetórias é considerada pela geógrafa Massey (2008, p. 49), que defende que o espaço é entendido "como a dimensão de trajetórias múltiplas,

uma simultaneidade de estórias-até-agora. O espaço como a dimensão de uma multiplicidade de duração".

Essa multiplicidade de trajetórias, no caso, migratórias, se faz presente entre os(as) imigrantes brasileiros(as) que um dia emigraram ao Paraguai e entre aqueles(as) que retornaram. Sujeitos que um dia partiram de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com a possibilidade de se estabelecerem ou não em outros lugares, para só depois emigrarem ao Paraguai e, após, talvez terem retornado ao município de origem em Santa Catarina e Rio Grande do Sul ou municípios fronteiriços do estado Paraná, migrando ou não após o retorno.

Para o geógrafo Souza (2015, p. 15), a migração surge "como uma das vivências corpóreas dos afetos, das expressões melancólicas e redentoras do que há de mais humano no ser, a naturalidade da vida", sendo que tal experiência "é sentida de forma diferenciada a partir das distintas posições que ocupamos sócio-espacialmente". Nesse sentido, "ser migrante homem não é igual a ser migrante mulher, ser migrante jovem, ou velho, pobre ou rico, negro, amarelo, branco, entre outros, implica em distintas experiências de espaço" (Souza, 2015, p. 15). Para o autor, com base em Massey (2000), as várias maneiras de "apropriação e uso dos sujeitos migrante revelam variadas geometrias do poder", assim, o que se observa no contexto atual "são mobilidades diferentes e desiguais entre os diversos espaços e entre os diversos sujeitos".

Quanto ao retorno, Souza (2015, p. 30) pondera que a diversidade de paisagens envolvidas possibilita com que surja "grande diversidade de sujeitos que, aparentemente, partilham da mesma identidade migratória, mas que estabelecem territorialidades diferentes". Essa construção de territorialidades distintas no retorno produz multiterritorialidades particulares a cada migrante retornado. Conforme o também o geógrafo Haesbaert (2021, p. 341), "mais do que 'território' único como estado ou condição clara e estaticamente definida, devemos priorizar assim a dinâmica combinada de múltiplos territórios ou 'multiterritorialidade'". Tal dinâmica leva "a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma 'mobilidade concreta', no sentido do deslocamento físico, quanto 'virtual', no sentido de acionar diferentes territorialidades mesmo sem deslocamento físico" (Haesbaert, 2021, p. 344).

Além disso, tem-se a construção de transterritorialidade. Esta vai além da

"articulação de territórios distintos", contempla "o *trânsito* e a vivência *entre* eles, em sua imbricação, resultante de uma frequente mobilidade" (Haesbaert; Mondardo, 2010, p. 33). Já os geógrafos Goettert e Mondardo (2009, p. 117) entendem esse conceito como "disputas, tensões, conflitos, mediações e negociações entre territorialidades". Assim, utilizamos o conceito nas situações de trânsito entre territórios dos dois países no retorno e de conflitos em ambos países.

Entre os lugares de retorno que analisamos, está a fronteira. Nesse território, onde há intenso contato de brasileiros(as) e paraguaios(as), a fronteira, para o historiador Baller (2014, p. 57), "não é mais apenas a paisagem petrificada, são os objetos que servem para cerceá-la com novas significações, criando com isso as diversidades de fronteira", experienciadas pelos(as) entrevistados(as) nos dois países.

A migração de retorno dos(as) brasileiros(as) do Paraguai apresenta particularidades que não são vistas nos demais retornos de brasileiros(as), como no caso dos(as) que emigraram aos Estados Unidos, Japão e países da Europa. Entre as particularidades, cabe destacar o fato de ser um retorno transfronteiriço, em grande número; por haver uma circularidade enorme de pessoas entre os dois países, onde o retorno é e não é definitivo; por ser constituído por pessoas que, em sua maioria, trabalhavam no campo e agora estão nas cidades; pelo fato de haver uma fronteira que se expande em território paraguaio e pelo expressivo número de envolvidos(as).

Quanto às teorias em torno do fenômeno migratório e, especificamente, do retorno, não existe uma teoria sobre a migração que dê conta sozinha de explicar tal fenômeno. Para Mondardo (2009, p. 143), a migração deve ser vista como "fenômeno social completo" e como uma dinâmica "multidimensional, multiterritorial, multitemporal, multiescalar e, que, incorpore os elementos culturais, econômicos e políticos, ou seja, um movimento humano que se circunscreve numa totalidade entre subjetividade, estrutura e conjuntura". Aqui arriscamos dizer que a teoria de redes e a teoria institucional ajudam a compreender em parte esses processos. As duas teorias, segundo o cientista social Tedesco (2010, p. 98), "talvez, sejam mais frutíferas, como correlatas entre dimensões micro que interligam realidades, vínculos, sentimentos, mobilidade, mediações, interesses entre áreas de origem e as de destino".

As redes, conforme o autor supracitado, ao sustentar e articular imigrantes "se auto-alimentam". "Os contextos de trabalho, as oportunidades econômicas, as informações, os graus e hierarquias afetivas, as interações entre migrantes e não-migrantes, entre aqueles e os já migrados e autóctones", produzem e são produtos "de vínculos, relações sociais e interdependências" (Tedesco, 2010, p. 98). Conforme o demógrafo Soares (2002, p. 4), elas trabalham "como circuito de tráfego no ambiente social, como trajetórias relacionais possíveis que ligam certos atores/nós e fornecem, a um só tempo, oportunidades e constrangimentos".

As redes e os retornos estão interligados no fenômeno migratório. No retorno, o(a) imigrante pode fomentar a emigração de conterrâneos(as), assim, o retorno mantém o sistema de migração (Fazito, 2005). Em nosso estudo, as redes se apresentam como sociais, familiares, transfronteiriças e transnacionais, possuindo grande importância na emigração ao Paraguai, no cotidiano dos(as) imigrantes naquele país e na migração de retorno. Na migração de retorno, as redes contribuem para compreender a agência dos(as) migrantes retornados(as), ou seja, as conexões estabelecidas entre país ou município de origem com o antigo país de destino ou distrito e estratégias utilizadas que viabilizam os retornos e inserção social e laboral nos locais de fixação.

Quanto à teoria institucional, de acordo com Tedesco (2010, p. 98), com base em Massey et al. (1998), existe "um sentido de regularização normativa e institucional das migrações". Há, também, "políticas de abertura e fechamento de fronteiras no interior de países hospedeiros, políticas e normas de seleção, controle de território, sistemas jurídicos". Como no caso que estudamos, o qual há políticas de Estado no Paraguai que tornaram a "fronteira aberta" para emigrantes brasileiros(as) a partir do final da década de 1950, incentivando a abertura de áreas de terras e a aquisição destas, objetivando a modernização do campo na região Oriental.

Dentre os autores que nos ajudam na compreensão do fenômeno da migração e principalmente do retorno, temos o sociólogo Sayad (1998; 2000). Para Mondardo (2009, p. 136), Sayad, além de resgatar "a importância do trabalho como 'razão de ser imigrante'", mostra "aspectos como a provisoriedade, enfatizando as ausências e presenças na vida do e/imigrante; do par provisório/permanente: característica inerente do imigrante no processo de deslocamento espacial".

Nesse sentido, sua forma de análise do(a) e/imigrante além da questão econômica do trabalho volta-se também "para a dimensão social, cultural e psicológica".

Na perspectiva transnacional que analisa as consequências da migração em países de destino e origem, Sayad (1998, p. 16) percebe a migração como a dualidade do sujeito que, ao mesmo tempo, é emigrante ao sair e imigrante ao chegar em outro país. Na origem da imigração está o(a) emigrante. Nesse sentido, a migração é entendida como um "fato social completo", pois o indivíduo é denominado imigrante pela sociedade a partir do momento em que ele chega a um novo território. A discussão se amplia, uma vez que o retorno pode ser um processo que faz parte do ato de migrar. Quando ele acontece, temos o(a) emigrante retornado(a) (Sayad, 2000).

O retorno é o "elemento constitutivo da condição do imigrante" (Sayad, 2000, p. 7). Para a historiadora Osman (2006, p. 105), o entendimento "de ser emigrante/imigrante traz em si a ideia subjacente de um retorno", o que leva a "considerar que o emigrante não é só aquele que parte de um país para o outro, mas aquele que se mantém ligado ao país de origem, como se de lá nunca tivesse partido", dessa forma, "o retorno é o elo de ligação entre dois momentos (o ir e o voltar) e entre esses dois espaços (o aqui e o lá)".

Com defende Sayad (2000, p. 12), o retorno tem implicações na relação do(a) migrante com o tempo, o espaço e o grupo.

> [...] uma relação com o tempo, o tempo de ontem e o tempo do futuro, a representação de um e a projeção do outro, sendo estritamente dependentes do domínio que se tem do tempo presente, isto é, do tempo cotidiano da imigração presente; uma relação com a terra em todas as suas formas e valores (a terra natal), inicialmente, em sua dimensão física e geográfica e, em seguida, em suas outras qualificações sociais, o espaço físico sendo, em suma, apenas metáfora espacial do espaço social; uma relação com o grupo, aquele que se deixou fisicamente, mas que continua a carregar de uma maneira ou outra, e aquele no qual se entrou e ao qual é preciso se impor, aprender a conhecer e dominar.

Uma parcela dos(as) imigrantes tem saudade do seu lugar de origem deixado no momento da partida, porém mesmo quando o retorno é possível, ele(e-

la) não vai encontrar a realidade estática como a sua retrospectiva do tempo imagina. O espaço geográfico, mesmo que sofra modificações, é possível alcançar, entretanto, o espaço social já não é mais o mesmo. O(a) migrante é afetado(a) por dois grupos ao mesmo tempo. Com um deles, deseja manter os laços existentes antes da partida, com o outro, necessita socializar-se no lugar de destino.

Já o demógrafo Fazito (2005, p. 3), com base no autor supracitado, afirma que "o poder simbólico do retorno" surge da "impossibilidade prática de não se poder retornar, de fato, para o mesmo 'estado de coisas' que se deixou ao emigrar", desse modo, "os deslocamentos não são operados apenas no espaço físico, mas sobretudo, num campo de relações sociais que organiza o princípio estruturante espacial", o que significa que "os deslocamentos refundam os 'territórios' e suas geografias através da inserção no campo social de novos sujeitos e relações sociais".

Com base nesses autores e em estudos de campo, entendemos que o retorno não é apenas um movimento físico no espaço geográfico, estando, por vezes, no âmbito do desejo do(a) imigrante, podendo ser concretizado como algo definitivo ou apenas mais uma etapa com idas e vindas entre os dois países, e, ainda, ser vivenciado pela segunda geração descendente de imigrantes que incorporaram para si memórias dos pais e das mães sobre o país de origem destes(as), possuindo distintas causas e implicações para os(as) envolvidos(as).

No estudo que realizamos percebemos a existência de três tipos de migrantes entre os(as) entrevistados(as): os(as) emigrantes quando vão ao Paraguai, os(as) imigrantes no país de destino e os(as) migrantes retornados(as). São diversas faces do mesmo sujeito migrante, passando por mudanças a depender do tempo e do espaço, que, por sua vez, se deslocam por diversos condicionantes. Essas categorias são exploradas ao longo do trabalho. Entretanto, nos centramos na categoria do(a) migrante retornado(a) em suas múltiplas faces e causas.

Parte-se de um estudo previamente realizado de trabalhos acadêmicos que ajudam a pensar o tema. A dissertação em Antropologia Social, de Márcia Anita Sprandel (1992), analisa o surgimento da identidade "brasiguaia", através da mobilização política de famílias camponesas que retornaram de forma organizada ao Brasil, em 1985. A autora demonstra as estratégias utilizadas por estes(as) migrantes para terem acesso à terra no Brasil, no acampamento Novo Horizon-

te, estado do Mato Grosso do Sul. Este estudo constitui-se uma referência para compreendermos o retorno expressivo de imigrantes brasileiros(as).

A tese de Sociologia, de José Lindomar Coelho Albuquerque (2005a), trabalha os conflitos existentes entre imigrantes brasileiros(as) e paraguaios(as), mostrando o quanto esses processos são contraditórios e permeados por relações de disparidade de poder entre países de origem e de destino. O trabalho define a imigração brasileira como uma fronteira em movimento, pois ultrapassa o limite internacional e constrói várias fronteiras no território paraguaio. O estudo é fundamental para a compreensão da dinamicidade da presença brasileira no Paraguai.

A tese em Geografia, elaborada por Sylvain Souchaud (2007, p. 7), mostra de forma abrangente todo o espaço de colonização brasileira e seus *"componentes sociales, proponiendo establecer, mediante el* método geográfico, *la situación de los territorios afectados"*. Tal tese possibilita um entendimento geográfico sobre a presença distinta de brasileiros(as) naquele país.

Leandro Baller (2014), em sua tese em História, estuda as fronteiras a partir da visão sociocultural e realiza um vasto estudo sobre a historiografia existente em torno do conceito de fronteira. O autor também aborda a questão do êxodo rural no Paraná, o que conduziu à busca de terras no país vizinho e, por sua vez, à expansão do agronegócio ao Paraguai, focando o seu estudo nos atores históricos da atualidade. Esse estudo contribui no entendimento do contexto histórico acerca da emigração e presença brasileira no Paraguai.

A tese em Geografia de Thiago Romeu de Souza (2015) estuda os(as) migrantes paraibanos(as) que retornam de São Paulo. O autor percebe que a concretização da "territorialidade múltipla não é livre de choques e tensionamentos", causadores de transterritorialidades, forçando o(a) migrante a criar estratégias e viver "experiências de conflito e superação", compreendidas quanto "performances migratórias" (Souza, 2015, p. 9). O estudo, mesmo focando em sujeitos distintos do nosso trabalho, nos leva a pensar sobre a importância do conceito de lugar para os(as) migrantes retornados(as) do Paraguai.

A dissertação em Geografia, de Sérgio Ricardo Aurélio Pinto (2016), busca discutir "as implicações do processo imigratório de retorno dos brasiguaios nas dinâmicas socioculturais, responsáveis pela construção da identidade e da territorialidade destes sujeitos no Bairro Jardim Santa Felicidade, Cascavel-PR"

(Pinto, 2016, p. 13). O seu trabalho nos ajuda a compreender os elementos de identidade e territorialidade que os(as) migrantes retornados(as) trazem consigo de suas vivências no Paraguai.

Por fim, a dissertação em História, de Elizandra Tomascheski (2018), trabalha com a abordagem das histórias das mulheres com migrantes retornadas do Paraguai, estabelecidas no Assentamento Itamarati, em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul. A autora conclui que as "mulheres resistiram e alimentaram esperanças como protagonistas em uma sociedade patriarcal e androcêntrica, que relega às mulheres as sombras da história" (Tomascheski, 2018, p. 11). Seu trabalho inspira e direciona nosso estudo de histórias de mulheres retornadas.

Para entender essa complexidade e multiplicidade de situações de retornos, buscou-se metodologicamente realizar uma revisão bibliográfica e teórica sobre o conceito de retorno e, como método principal, adotou-se a pesquisa de história oral, tendo como técnica a entrevista. A história oral tem a tendência, segundo o historiador Portelli (1997, p. 29), de "representar a realidade não tanto como um tabuleiro em que todos os quadrados são iguais, mas como um mosaico ou colcha de retalhos, em que os pedaços são diferentes, porém formam um todo depois de reunido".

Em nosso trabalho, realizamos entrevistas aprofundadas com alguns(algumas) dos(as) interlocutores(as), em que o conteúdo delas buscava reconstituir trajetórias de vida até chegar no processo migratório, ou trajetórias de vida pessoal e familiar como imigrante. Nas narrativas, vemos elementos importantes da experiência migratória, que mostram como os(as) migrantes souberam lidar com as implicações de seu deslocamento, buscando sentido nessas (Thomson, 2002).

A modalidade da história oral de vida – na qual nos baseamos, mas não adotamos todos os seus elementos – para os historiadores Meihy e Holanda (2007, p. 34-35), vai além dos fatos, "admitindo fantasias, delírios, silêncios, omissões e distorções", isto porque "as histórias de vida são decorrentes de narrativas e estas dependem da memória, dos ajeites, contornos, derivações, imprecisões e até das contradições naturais da fala". De acordo com Meihy e Seawright (2020, p. 66), além da constância "do fato histórico, na história oral de vida estima-se a experiência como valorização dos filtros subjetivos, das impressões pessoais". Os autores acrescentam que:

> A *experiência* em sentido amplo deve ser o motivo *das histórias orais de vida* porque, de outra forma, não se busca a factualidade estrita e sim, a versão sobre a moral, ou auto elaborada, existencial. Os fatos são cadeias subjetivas sempre reelaboradas na memória, com dinâmicas alternantes e intercambiáveis: tais alternâncias oscilam sem, contudo, abdicarem de eixos de acontecimentos atestados com as variáveis da memória coletiva (Meihy; Holanda, 2007, p. 35).

No caso das mulheres migrantes retornadas, conforme Tedeschi (2013, p. 10), compreender e historiar os motivos que levam elas a migrarem por meio da memória na história oral é descobrir "os sentidos, os significados, as leituras que elas carregam de suas histórias", por meio "das narrativas podemos compor um leque de significados, que precisam ser analisados, interpretados e visibilizados para a história". Estas possuem para o historiador a "habilidades, arte própria de desenvolver a memória, não lembrando uma ou outra imagem, mas evocam, dão voz, fazem falar, dizem de novo o conteúdo de suas vivências", afinal, no momento em que "evocam, elas estão vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência" (Tedeschi, 2009, p. 179).

O estudo centra-se na análise de trajetórias que, conforme o historiador Karsburg (2015, p. 34), não tem a obrigação de "abordar toda a vida do sujeito", mas de analisar um período específico. No nosso caso, tendo o enfoque nos deslocamentos realizados pelos(as) migrantes retornados(as). Ainda, segundo o autor, "a trajetória singular, por mais que revele o protagonismo dos sujeitos, só faz sentido se confrontada a outras trajetórias, preferencialmente de indivíduos do mesmo tempo e espaço e colocados no mesmo horizonte dos possíveis" (2015, p. 39). Por isso, trabalhamos com um grupo pequeno, mas considerável, de trajetórias de vida de migrantes retornados(as), visando essa confrontação.

Diante da necessidade de abordar de forma mais ampla o elemento empírico, a obra, no seu último capítulo, centra-se mais nas histórias das mulheres do que em teorias sobre gênero. Abordagem que, de acordo com a historiadora Scott (1992, p. 65), não exige apenas "uma narrativa linear, mas um relato mais complexo, que leve em conta, ao mesmo tempo, a posição variável das mulheres na história". Estudo que contempla, segundo a historiadora Colling (2014, p. 15), toda a humanidade, "pois com a inclusão das mulheres nos temas históricos

os homens também se fazem visíveis como seres sexuais, oferecendo desta maneira uma nova perspectiva". A história das mulheres considera a das famílias, do dia a dia, da atividade laboral. E, ainda, "a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreu ou que praticou, da sua loucura, de seus sentimentos etc" (Tedeschi, 2013, p. 124-125), bem como da migração de retorno aqui analisada.

Como método e categoria de análise para observar a pluralidade entre as mulheres retornadas, utilizamos a interseccionalidade de marcadores sociais. Por definição e prática, para as sociólogas Collins e Bilge (2021, p. 17):

> [...] a interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais cotidianas. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras são inter-relacionadas e se afetam mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

O conceito de interseccionalidade é muito válido para o estudo das migrantes retornadas, mas foi utilizado não somente considerando raça enquanto um marcador social. Sendo empregado também em situações em que outros elementos se sobrepõem, em casos em que a subjugação, o conflito, a violência e a vulnerabilidade se ampliam pela somatória das condições sociais delas e, para situações que revelam a potência dessas mulheres que se expressa de diferentes formas. Para o nosso estudo, a abordagem é útil para entender como mulheres retornadas se posicionam de forma diferente no retorno, constituindo distintas formas de migrações de retorno.

Além do mais, como ao longo dos capítulos buscamos mostrar a multiplicidade entre emigrantes que foram ao Paraguai, imigrantes no Paraguai e as distintas formas de posicionamento nos territórios envolvidos, apontamos ainda no terceiro capítulo, a partir da abordagem interseccional, os marcadores sociais destes(as) retornados(as). Assim sendo, como perspectiva teórica, adotamos ao longo do trabalho a abordagem das múltiplas territorialidades e da interseccionalidade na migração de retorno.

Tendo presente esse horizonte teórico sobre o método de trabalho iniciamos a pesquisa, constituído uma rede a partir de contatos estabelecidos em pesquisas anteriores[5]. Nesse processo, os diálogos estabelecidos com intermediários(as) que nos levaram aos contatos de possíveis entrevistados(as) ou nos guiaram de forma direta até possíveis entrevistados(as), tornou-se algo fundamental para a efetivação das entrevistas nos diferentes locais.

Na primeira etapa desta pesquisa, entre janeiro de 2021 a março de 2022, em virtude da pandemia que exigia isolamento social, não realizamos trabalhos de campo, mas sim entrevistas virtuais, por meio de vídeos chamadas pelo *WhatsApp, Messenger* e e-mail. Tal cenário nos exigiu um esforço maior para mostrar a seriedade do nosso trabalho e criar um espaço de confiança e abertura mútua, vencendo nossa timidez.

Somente em um segundo momento, a partir de maio de 2022, realizamos trabalhos de campo em Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e Santa Helena, no Paraná; e São Paulo das Missões, no Rio Grande do Sul, e Santa Rita, no Departamento de Alto Paraná, no Paraguai; onde realizamos entrevistas, conversamos com os(as) intermediários(as) junto aos(as) migrantes retornados(as) e aos(as) imigrantes ainda no país vizinho e fizemos observações nas andanças por esses espaços.

Embora tenhamos uma distância geográfica dos(as) entrevistados(as), compartilhamos com estes(as) a experiência da migração de retorno. Mesmo que distinta destes(as), essa nos permitiu um contato diário e intenso com imigrantes brasileiros(as) pelas atividades em que estava inserida enquanto religiosa em formação. As lembranças e memórias ligadas ao Paraguai ou, mais precisamente, à região de fronteira, que ao longo das narrativas dos(as) entrevistados(as) foram suscitadas em nós e compartilhadas com os(as) entrevistados(as), possibilitaram conhecermos uns(umas) aos(as) outros(as), quebrando um pouco a frieza em entrevistas *online* e presencial. Dessa forma, as histórias de vida foram sendo tecidas pelos(as) entrevistados(as). Por meio destas, foi-se aprendendo sobre a fronteira, sobre as idas e voltas, em especial, sobre as migrações de retorno.

É importante dizer, que a seleção de narrativas abordadas considerou dife-

[5] Aproveitamos também algumas entrevistas realizadas no trabalho de campo do Mestrado que consideramos importantes para a compreensão da migração de retorno.

rentes casos e perfis de migrantes retornados(as), mas que estritamente estavam ligados ao trabalho com a terra ou eram proprietários(as) de terras naquele país. O Quadro 1 (na página seguinte) apresenta as(os) migrantes retornadas(os), sendo que seus nomes são fictícios para manter a discrição dos(as) entrevistados(as).

As perguntas direcionadas aos(as) entrevistados(as) seguiram alguns eixos temáticos, como: emigração e experiência como imigrante no Paraguai, retorno ao Brasil, reinserção laboral e social. No questionário, utilizado mais para direcionar a entrevista, não como algo fechado, perguntou-se aos(as) entrevistados(as) quanto às suas trajetórias de migrantes desde sua origem; motivações para a emigração ao Paraguai; vivência no país vizinho; motivações para o retorno; como foi a experiência de voltar para o município de origem; como é vista por filhos(as) de imigrante a emigração para o Brasil; aspectos ligados à identidade e cultura; dificuldades ao retornar; questões ligadas à gênero; de quem foi a iniciativa da emigração ao Paraguai e do retorno; como a mulher se insere nesse espaço; vínculos que os(as) entrevistados(as) ainda mantêm com o país vizinho; relações com familiares que vivem do outro lado da fronteira (famílias transfronteiriças); relações com outros(as) retornados(as); redes de auxílios que possibilitam o retorno e reinserção; mercado de trabalho para quem retornou; e acesso aos serviços públicos e benefícios sociais.

É importante mencionar que todas narrativas de trajetórias utilizadas têm a autorização por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido[6]. Concomitante a esta etapa, realizou-se a transcrição. Só depois iniciou-se o processo de transcriação das mesmas, buscando manter a forma de escrita conforme as falas, para não perder o sentido da oralidade dos(as) falantes, apenas concedendo ao texto certa concordância gramatical. Nos fragmentos das entrevistas, para maior compreensão, utilizamos algumas palavras entre colchetes para dar sentido ao que o(a) entrevistado(a) queria dizer naquele momento.

[6] TCLE, projeto e outras partes aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa, n° 4.376.454, em setembro de 2020.

Migrantes	Idade	Profissão ou condição financeira	Ano de retorno	Período fora do país	Natural de...	Retorna de...
Salete	60 anos	Proprietária de parque aquático	2013	45 anos	Presidente Getúlio, SC	San Alberto, Alto Paraná
João	72 anos	Aposentado	1984	11 anos	Lavínia, SP	Los Cedrales, Alto Paraná
Paulo	44 anos	Caminhoneiro	2015	36 anos	Apucarana, PR	Los Cedrales, Alto Paraná
Flávio	49 anos	Vendedor	2009	+25 anos	Nova Aurora do Oeste, PR	San Alberto, Alto Paraná
Antônio	68 anos	Agricultor	2005	28 anos	Selbach, RS	Santa Rosa del Monday, Alto Paraná
Olívia	69 anos	Aposentada	2009	28 anos	Tunápolis, SC	Tomás Romero Pereira, Itapúa
Isabel	55 anos	Agricultora	2012	24 anos	São Paulo das Missões, RS	Naranjito, Itapúa
Sandra	62 anos	Aposentada	2007	22 anos	São Paulo das Missões, RS	Naranjito, Itapúa
Rute	62 anos	Afastada do serviço	1970	10 anos	Francisco Beltrão, PR	Hernandarias, Alto Paraná
Samuel	37 anos	Coordenador do patronato municipal	1996	13 anos	San Alberto, Alto Paraná	San Alberto, Alto Paraná
Anita	46 anos	Autônoma	2002	12 anos	Quilombo, SC	Hernandarias, Alto Paraná
Vilson	56 anos	Agente de documentação	2002	30 anos	Carazinho, RS	Tupã Renda, Caazapá
Ester	42 anos	Desempregada	2014	36 anos	Itakyry, Alto Paraná	Itakyry, Alto Paraná
Ilda	49 anos	Dona de casa	2020	32 anos	Capitão Leônidas Marques, PR	Minga Porã, Alto Paraná
Marina	39 anos	Diarista	2013	25 anos	São Paulo das Missões, RS	Naranjito, Itapúa
Rose	55 anos	Administradora de bar	1994	+- 21 anos	Três Barras do Paraná, PR	Puerto Adela, Canindeyú

Quadro 1. Histórias de vida de migrantes retornados(as). Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo em janeiro de 2019; entrevistas online em 2021 e em janeiro de 2022; e entrevistas presenciais em maio de 2022 e janeiro, abril e maio de 2023.

Estruturamos nosso livro em quatro capítulos. Nos dois primeiros capítulos, buscamos contextualizar o processo migratório de ida ao Paraguai e de retorno ao Brasil. Já nos dois últimos capítulos, exploramos a multidimensionalidade na migração de retorno envolvendo as 16 trajetórias analisadas.

No primeiro capítulo, intitulado "*A emigração de brasileiros(as) ao Paraguai: múltiplas trajetórias de origem e destino — 1960-1990"*, buscamos compreender os principais elementos que motivaram a emigração ao Paraguai, como: os políticos, ligados às aproximações diplomáticas entre os dois países com objetivos geopolíticos; os econômicos, relacionados à concentração de terras e ao processo de modernização agrícola no Sul do Brasil; e os sociais, enfatizando o papel das redes sociais na emigração e no estabelecimento desses(as) imigrantes no Paraguai. Além disso, procuramos situar quem são e de onde partem os(as) entrevistados(as), contextualizar a itinerância no Sul do Brasil, mostrar o processo migratório do Paraguai a partir de 1870 e conhecer a percepção dos(as) imigrantes brasileiros(as) sobre a ditadura *stronista.*

No segundo capítulo, intitulado "*A presença de imigrantes brasileiros(as) no Paraguai: um cenário de conflitualidade",* buscamos contextualizar aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da região Leste do Paraguai, envolvendo imigrantes brasileiros(as), em especial, no setor agrícola, mostrando diferentes tipos de redes transnacionais ou transfronteiriças, constituídas pelos(as) imigrantes; discutindo a identidade brasiguaia, negociada nesse espaço de contato entre os dois países. O capítulo também mostra as múltiplas causas do retorno, vinculadas à problemática da irregularidade em torno da documentação pessoal e de propriedades, em torno do processo de modernização e do agronegócio – modelo neoextrativista adotado pelo Estado do Paraguai – e a presença de transnacionais nesse setor, fatores ligados aos conflitos em torno da questão agrária e os impactos sociais, políticos e ambientais ocasionados pelo agronegócio, além das questões ligadas à falta de serviços públicos na região fronteiriça paraguaia.

No terceiro capítulo, intitulado *"Migração de retorno de brasileiros(as) do Paraguai"*, exploramos a migração de retorno em seus múltiplos processos constituintes, fazendo uma breve discussão teórica sobre as categorias de migração de retorno, fronteira e território, buscando compreender a multidimensionalidade dos retornos para o município de origem e, principalmente, na região de frontei-

ra. Analisamos elementos identitários e territoriais, as multi/transterritorialidades desses(as) imigrantes nos seus retornos. Abordamos as diferentes formas e as múltiplas causas do retorno para a fronteira brasileira e os municípios de origem, espaços estratégicos pelas redes e vínculos existentes.

No quarto capítulo, intitulado *"Histórias de mulheres retornadas: costura de memórias de dores e potências",* analisamos histórias de mulheres retornadas do Paraguai para a fronteira ou para os municípios de origem, tendo por base a abordagem historiográfica da história das mulheres e da intersecção de marcadores sociais existentes nestas migrantes retornadas. Costuramos fragmentos de memórias de dores e potências, que revelam mulheres e famílias plurais. Procuramos mostrar, também, o protagonismo, as estratégias, a agência de mulheres e o empoderamento feminino dentro de cada contexto e espaço em particular em que essas se encontram inseridas, sejam eles domésticos, laborais e/ou sociais.

1.

A emigração de brasileiros(as) ao Paraguai:

múltiplas trajetórias de origem e destino (1960-1990)

"Levamos a coragem junto e o medo deixamos para trás"
(Sandra, 2021).

Neste capítulo, buscamos compreender os principais elementos que motivaram a emigração de brasileiros(as) ao Paraguai, como: os políticos, ligados a aproximações diplomáticas dos dois países com objetivos geopolíticos; os econômicos, relacionados à concentração de terras e o processo de modernização agrícola no Sul do Brasil; e os sociais, enfatizando o papel das redes sociais nos processos migratórios e no estabelecimento desses(as) imigrantes em novas áreas no Paraguai. Somando-se a isso, contextualizamos brevemente a itinerância no Sul do Brasil e discutimos sobre as frentes de expansão e pioneira para a compreensão da mobilidade interna que antecedeu a emigração. Além disso, brevemente também procuramos mostrar o processo migratório do Paraguai, a partir de 1870 e conhecer a percepção dos(as) imigrantes brasileiros(as) sobre a ditadura *stronista*.

Durante esse percurso, contextualizamos, partindo do lugar de origem, às 16 histórias de vida de migrantes retornados(as). O recorte temporal de 1960 a

1990 considera o período de emigração destes(as) ao país vizinho. Com base na bibliografia sobre a temática e na análise de nossa fonte, mostramos as especificidades e complexidades das trajetórias de vida e migratória, demonstrando o quanto o processo migratório de ida ao Paraguai e retorno ao Brasil é múltiplo.

1.1. A itinerância no interior do Sul brasileiro (entre os séculos XIX–XX)

O Brasil é um país que se constitui através da imigração. Ao longo da história, são diversas trajetórias que se cruzam e se encontram, cada qual com a sua temporalidade e espacialidade. Desde aquela feita pelos povos originários indígenas para chegar ao território que atualmente nos corresponde como país, passando pelas primeiras imigrações europeias na colonização, pela diáspora forçada de povos africanos, aqui brutalmente escravizados, percorrendo também uma grande onda da imigração europeia, algumas asiáticas, até as imigrações internacionais mais recentes, provindas, na sua maioria, de países do hemisfério sul.

Além dessas imigrações, busca-se também enfatizar o papel das migrações internas para a constituição do Brasil. Em determinados períodos da história do país, essa migração foi intensa e expressiva numericamente, como quando se deram migrações do Nordeste para o Sudeste e do Sul para as demais regiões do país. Migrações estas que aconteceram entre o campo e a cidade (êxodo rural) e entre diversos espaços agrícolas do campo.

Sobre essa mobilidade no campo, Martins (1981, p. 17) afirma que o camponês[7] do Brasil é itinerante, desenraizado e migrante. A perambulação faz parte e é a história do camponês posseiro, assim como as migrações, fazem parte da história dos camponeses proprietários do Sul brasileiro. Estes últimos vieram do continente europeu para estados como São Paulo, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Para o autor, tanto "o deslocamento de

[7] A noção de camponês é bastante distinta no Brasil (Seyferth, 2011). Para Wanderley (1996), caracteriza-se pela policultura e pecuária, envolvimento de toda família nas atividades do campo, cultura própria, várias mobilidades espaciais, ideia de coletividade e instabilidade nas situações vividas.

posseiros[8] quanto o deslocamento do pequeno proprietário[9] são determinados fundamentalmente pelo avanço do capital da terra".

Os estados do Sudeste e do Sul do Brasil receberam imigrantes europeus que também deixaram as suas pátrias, muitos(as) deles(as) motivados(as) por questões econômicas ligadas às crises internas existentes em cada país. Destes imigrantes europeus que chegaram ao Brasil, no século XIX e início do XX, descende uma parte dos(as) imigrantes que se deslocaram nos campos brasileiros em diferentes espaços, em especial, nas regiões fronteiriças. Eles(elas) fizeram parte de uma política de Estado que objetivava colonizar os espaços tidos como "vazios" para o cultivo, a proteção das fronteiras nacionais, no caso do Sul do Brasil, e a substituição de mão de obra escravizada nos cafezais no estado de São Paulo, dentro de uma política eugenista que visava o branqueamento da população brasileira.

Conforme Oberacker Júnior (1982, p. 243-244), a colonização, tendo por base a pequena propriedade, era a ideia de "solo livre e desembaraçado, a conquista de um pedaço de terra como patrimônio e meio de subsistência da família e explorado economicamente sem auxílio de braços estranhos". O autor faz ainda uma comparação entre as imigrações europeias para o Brasil, apontando que os colonos alemães, poloneses e italianos, ao contrário dos imigrantes portugueses, não emigraram para o Brasil com o objetivo de retornar para a Europa enriquecidos, em um curto tempo, mas, sim, em busca de terra e pátria nova.

A questão econômica é um dos fatores que possui maior peso na decisão por emigrar, somada à ordem social, mais especificamente, familiar. Aqui entra outro ponto que precisa ser considerado, pois mesmo não sendo uma migração de capital e sim de outros elementos constitutivos dos movimentos migratórios, para emigrar dentro daquele contexto, necessitava-se de recursos, sendo eles financeiros e/ou sociais. Desse modo, nem todos tinham condições de fazê-lo.

A migração é, para Singer (2012, p. 52), "um processo social, cuja unidade

[8] O termo posseiro denomina aquele que compra ou ocupa e faz uso de uma área de terra sem possuir a titulação jurídica da mesma. Para Myskiw (2002, p. 25), "tornar-se posseiro poderia ser uma escolha consciente, ao mesmo tempo em que se constituía uma necessidade: a de sobrevivência".

[9] Pequeno proprietário de terras. O que, no Brasil, representa de 1 a 4 módulos fiscais.

não é o indivíduo, mas o grupo". Dessa forma, para o autor, é indispensável diferenciar:

> [...] os motivos (individuais) para migrar das causas (estruturais) da migração. Os motivos se manifestam no quadro geral de condições socioeconômicas que induzem a migrar. É óbvio que os motivos, embora subjetivos em parte, correspondem a características dos indivíduos: jovens podem ser mais propensos a migrar que velhos, alfabetizados mais que analfabetos, solteiros mais do que casados e assim por diante. O que importa é não se esquecer de que a primeira determinação de quem vem e de quem fica é social ou, se quiser de classe (Singer, 2012, p. 53).

Além disso, a migração está vinculada a práticas "socioculturais que podem ser adotadas quando problemas estruturais colocam pressão em uma pessoa ou família e faz com que a migrem para outro lugar para modificar um problema estrutural particular". Contudo, "ao se mudar um conjunto inteiro de sujeições e problemas será encontrado e o próprio ato de migrar requer reações individuais para se adaptar às novas circunstâncias" (Nodari, 2002, p. 34).

No caso da emigração italiana para o Sul do Brasil, a partir de 1875, majoritariamente constituída por famílias camponesas que buscavam ter as suas próprias terras realizando a vontade de serem proprietárias; havia, em uma parte delas, uma articulação entre quem desejava emigrar e quem já havia emigrado, por meio de cartas, transmitindo informações necessárias para o ato migratório. Ou seja, constituíam-se redes familiares que viabilizavam a emigração e acesso às oportunidades. Tal fato demonstra a agência dos(as) imigrantes dentro dos processos migratórios, na formulação de projetos, escolha de itinerários e seleção de oportunidades (Vendrame, 2010).

Para uma parcela dos(as) imigrantes, a emigração representava uma projeção para uma multiplicidade de serviços em espaços para além das fronteiras, em que a "Grande Emigração" era somente mais um passo dentro de suas trajetórias migratórias, pois a migração era tida como um "costume antigo", vivida pelos *contadinis* em várias regiões italianas. Era algo comum durante todo o Antigo Regime, com maior expressão numérica entre os séculos XIX e XX (Vendrame, 2015, p. 202, itálico da autora citada).

A cultura e tradição de emigração facilitou a partir do final do século XIX a emigração em cadeia, em que familiares, conterrâneos e agentes de propaganda atuavam como uma corrente que passava informações e levava a novas emigrações ao Brasil. O imigrante de forma individual ou no núcleo familiar atuava no interior das redes de relações pessoais, sendo um "agente mobilizador de capital social" (Truzzi, 2008, p. 207), buscando seus objetivos, mobilizando recursos relacionais, visando escolher o destino e se inserir no mercado de trabalho local.

No final do século XIX e início do século XX, os estados do Sul e Sudeste brasileiro contavam com a presença de imigrantes advindos, principalmente, da Europa. No Rio Grande do Sul, em específico, pode-se perceber um primeiro processo de imigração e colonização alemã no século XIX, em 1824, localizado nas regiões próximas à capital Porto Alegre, onde predominaram os núcleos criados pelo poder público. Após, em 1870, ocorreu também a imigração de italianos para a região da Serra e, anos depois, para o Centro do estado. Então, no mesmo estado, esses imigrantes passam a ser denominados colonos[10].

Posteriormente, tem-se uma remigração com destino à região do Planalto do Rio Grande do Sul, experienciada por imigrantes italianos(as) e alemães(ãs) e, com mais intensidade, por seus(suas) descendentes. De acordo com Neumann (2009, p. 5), no caso da imigração e colonização alemã, tem-se, na sequência, outro movimento "interno paralelo a remigração, ocorrendo de uma colônia à outra, ou dentro da própria colônia, além do retorno dos (i)migrantes". Essa mobilidade se intensifica no final do século XIX, em que se observa um aumento da distância entre o lugar de partida e destino. Nesse contexto, tem-se "a migração das *colônias velhas* para as *colônias novas*, entre as *colônias novas* e, principalmente, a partir da década de 1920, das *colônias novas* para o oeste catarinense, e assim sucessivamente". Os projetos de colonização traziam migrantes motivados pela possibilidade de aquisição terras por um preço menor, tanto para si como para os filhos, na expectativa de "permanecer/tornarem-se proprietários" (Itálico da autora citada).

[10] O termo colono, segundo Seyferth (2011, p. 410), é utilizado para diferenciar "imigrantes e descendentes de outras categorias rurais". Usado por autoridades para denominar "os imigrantes estabelecidos em núcleos coloniais, com o tempo tornou-se a categoria básica da identidade social camponesa, com forte componente étnico". A autora acrescenta que, posteriormente, passa-se a identificar como colono "o pequeno produtor agrícola familiar de origem europeia". O mesmo colono possui também como característica a mobilidade ou itinerância.

Com relação ao desenvolvimento das regiões ocupadas por esses(as) imigrantes e seus(suas) descendentes, Oberacker Júnior (1982, p. 232-233), afirma que, em poucas décadas, os(as) imigrantes italianos(as) e alemães(ãs), denominados(as) de colonos(as), alteraram as regiões. E essas colônias, denominadas posteriormente como colônias antigas, foram a base para a "conquista econômica e cultural do vasto planalto rio-grandense até o arco do Rio Uruguai e da hinterlândia de Santa Catarina e sudoeste do Paraná", somando-se "destacamentos destas colônias até no Norte do Paraná, no Oeste de São Paulo, em Misiones na Argentina e na República do Paraguai".

A história da ocupação do território do Rio Grande do Sul, conforme Sales (1996), conciliou a grande propriedade e pequenas propriedades familiares com vários cultivos. A itinerância dos(as) trabalhadores(as) do campo nesse estado possui características próprias devido à ocupação do território ser concomitante ao processo de modernização agrícola, que ocorreu em enormes proporções. Soma-se a isso, a dinâmica de fracionamento da herança da pequena propriedade, num período em que não havia mais terras disponíveis nas fronteiras agrícolas no interior desse estado, o que, por sua vez, impulsionou a migração para outros estados e para o Paraguai.

A itinerância, para Sales (1996), é a marca do(a) trabalhador(a) do campo, presente desde o período colonial até os(as) trabalhadores(as) do campo remunerados(as), como os(as) clandestinos(as) e os(as) boias-frias. Essa itinerância é uma consequência de estruturas ligadas à influência predominante da política e economia dos latifúndios, sendo responsável pela ocupação da fronteira agrícola brasileira. Na década de 1970, a mobilidade do(a) trabalhador(a) do campo brasileiro tem um fator condicionante, que se soma aos já existentes na composição de posse e concentração da propriedade da terra, denominado modernização e tecnificação agrícola.

Essa itinerância se apresenta de formas distintas e contempla perfis sociais, étnico-raciais e econômicos também diversos nos três estados do Sul. É o caso da família de Anita, que realizou várias migrações ainda no estado de Santa Catarina antes de emigrar para o Paraguai. A entrevistada nasceu em Quilombo, SC, onde passou a viver na pequena chácara dos pais. Seu pai, visando mais terras, levou sua família ao Movimento Sem-Terra, no acampamento de Abelardo

Luz, SC, mas essa decisão culminou na perda da sua chácara, que foi invadida em Quilombo. Porém, a presença no movimento do MST possibilitou à família conseguir uma área em Ponte Serrada, SC, mas como as terras não eram produtivas, a família retornou à Quilombo, SC, e, após, migrou à São Lourenço, SC.

A família vivia em constante mobilidade por vontade do pai de Anita: "O meu pai era como cigano. Ele vinha, engravidava minha mãe e sumia. Às vezes, ele vinha com proposta. O meu pai sempre foi jogando filho, filho para mim. E eu, que sou a mais velha, filha mulher, era a que ficava com os irmãos" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022). Dentro do sistema patriarcal, como Anita era a filha mais velha de 11 irmãos, tinha a tarefa de ajudar a criar estes. Ainda criança, com nove anos, passou a trabalhar em um mercado e, após, em uma fábrica de alimentos da cidade. Com 13 para 14 anos, esta, contra a sua vontade, emigra para o Paraguai.

> Fui porque eles queriam me levar, porque justo eu tinha começado a trabalhar na Parati. Eles [empregador] sabiam da minha situação, que eu trabalhava para criar filhos e filhos dos outros, né? Então, daí eles arrumaram para eu trabalhar na Parati de menor, estava com 13 para 14 anos. Fazia quatro, cinco meses que estava trabalhando ali. Eu amava trabalhar lá! Eu queria! Era muito bom! Daí o meu pai falou: "Você vai! Enquanto você está embaixo do meu teto, você vai". Eu fui, né? Não queria ir, mas fazer o quê? Se me levarem, tinha que ir (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

No caso da entrevistada, por mais que seja a família que emigre, essa atitude muitas vezes não é uma decisão tomada de forma conjunta entre os casais e considerando o desejo dos(as) filhos(as), mas sim uma decisão do pai ou do marido, sem muito diálogo e planejamento, refletindo o contexto machista e patriarcal no qual estávamos/estamos inseridos(as). Situações como esta são comuns entre os(as) imigrantes, em que o pai ou o marido decidia e a esposa e os filhos, e principalmente as filhas, deveriam acatar a decisão mesmo discordando. Assim, a família emigrou para Fortuna, no Departamento de Alto Paraná, em 1990, e passou a trabalhar como boia-fria, principalmente na atividade de fabricação de carvão, até que conseguiram adquirir sua propriedade.

A itinerância no campo brasileiro ao longo de sua história, se apresenta de

múltiplas formas e, por sua vez, é constituída por múltiplos sujeitos que, em busca de terras ou de trabalhos remunerados no campo, não hesitavam em migrar. A imigração europeia, realizada, em parte, através de redes, visava a aquisição de terras no Brasil e culturalmente incutiu entre seus descendentes a busca pela propriedade da terra, sendo que no interior brasileiro foram realizados vários movimentos espontâneos visando esse objetivo. Além disso, a migração possui motivações que vão além de fatores econômicos, realizadas, muitas vezes, através de redes familiares e sociais, com implicações em todos os sentidos para os sujeitos envolvidos. Nesse contexto, a busca por novas frentes agrícolas mobilizou diferentes sujeitos no território nacional sul-brasileiro.

1.1.1. As frentes de expansão e frentes pioneiras no Sul do Brasil

Frentes de expansão e frentes pioneiras são constituídas por migrações. No caso da primeira, de forma espontânea; e no caso da segunda, de um caráter mais forçado. Ao longo da história do Brasil, essas duas frentes fazem-se presentes, principalmente no século XX (Mondardo; Goettert, 2007). Diante disso, partindo das trajetórias da maioria dos(as) entrevistados(as), centramos nossa análise dessas frentes no Sul do Brasil, região onde a maioria destes(as) nasceu, viveu, partiu e retornou.

A frente pioneira, da qual os(as) imigrantes fizeram parte ao adentrarem no interior do Brasil, segundo Martins (1996, p. 29), relaciona-se ao fato de que na fronteira surge o novo, a nova socialização, baseada no mercado e no contrato das relações sociais.

> No fundo, portanto, a frente pioneira é mais do que o deslocamento da população sobre territórios novos, mais do que supunham os que empregaram essa concepção no Brasil. A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas de população, rotineiras, tradicionalistas e mortas.

De acordo com o autor, criam-se novas relações vinculadas ao mercado, que

convidam ou induzem à mudança e à modernização, não levando em conta as relações existentes em determinado território. Conforme Mondardo e Goettert (2007, p. 49), a frente pioneira defende a ideia que se deve modernizar áreas antigas, ultrapassadas, "mortas", visando constituir uma nação do "progresso", com enormes plantios agrícolas e de rápido enriquecimento e fortuna. Essa ideologia, por sua vez, não considerou a presença de populações nesses territórios.

A economia na frente de expansão é de excedentes. Ou seja, as pessoas produzem para a subsistência e o que excede é trocado por outro produto. Por outro lado, na frente pioneira na economia há uma "expansão geográfica do capitalismo e a necessidade de anular o espaço pelo tempo, que pode, em parte, ser impulsionada pelo surgimento de um sistema de crédito". Nesse caso, vemos a passagem "da produção do excedente para a produção de mercadorias", levando ao surgimento de uma nova relação com a propriedade (Mondardo; Goettert, 2007, p. 49).

Quanto à frente pioneira e sua relação com a terra como propriedade privada, distinta da frente de expansão que a entende como posse:

> Há, na frente pioneira, uma alteração nas relações com a propriedade privada da terra. Se antes na frente de expansão os posseiros, caboclos e/ou ocupantes apenas tinham o direito moral, isto é, tinham o direito da terra por estarem situados "em cima da mesma" trabalhando, na frente pioneira o direito se dá pela compra e pela imposição e regulamentação de documentos para legitimar o direito de posse da propriedade. Nesse sentido, a terra passa de um bem natural que estava à disposição do trabalho do posseiro, como valor de uso, se tornando uma mercadoria vinculada às relações de troca (Mondardo; Goettert, 2007, p. 50).

Ambas as frentes fazem parte de uma dinâmica de expansão do capital, porém em fases distintas de desenvolvimento pelas sociedades que as constituem (Mondardo; Goettert, 2007). Entretanto, a frente de expansão, segundo Martins (2009), é mais próxima das relações servis de trabalho do que das relações próprias do capitalismo de produção. Com relação aos elementos que diferenciam as duas frentes, Martins (2009, p. 162) pondera:

> Na frente pioneira a racionalidade econômica e a constituição formal e institucional das mediações políticas estão visivelmente presentes em todos os lugares e momentos, já na frente de expansão é notório o predomínio de valores sociais, das crenças, do imaginário na formação, definição e sustentação dos vínculos sociais.

A migração na frente pioneira se dá de forma "forçada", relacionada, em boa parte, à reprodução extensa do capital (Mondardo; Goettert, 2007, p. 57). Vemos essa frente presente nas migrações do Sul e Centro-Oeste brasileiro e na emigração ao Paraguai. Uma parcela dos sujeitos que fizeram parte, aqui no caso específico da emigração ao Paraguai, se sentiram, de certo modo, forçados a buscarem terras em novos territórios. Entretanto, essa dinâmica levou consigo um projeto que se chocou com a frente de expansão presente nesses novos territórios, o que gerou e gera enormes conflitos e tensões.

No caso do Paraguai, a frente pioneira teve um impacto rápido e intenso nos distritos em que os(as) entrevistados(as) residiam, especificamente nos que pertenciam ao Departamento do Alto Paraná, foco maior de análise. Em poucos anos, a região de mata foi devastada, como parte de um projeto político que visava a modernização agrícola do departamento, seguindo o modelo agrícola do Oeste do estado do Paraná.

É importante considerar que nem todos(as) os(as) imigrantes brasileiros(as) estavam com as mesmas condições financeiras na frente pioneira. Nessa realidade, muitos(as) brasileiros(as), por não terem condições de adquirir terras, trabalhavam para outros(as) brasileiros(as) e, após o processo de mecanização agrícola, elemento próprio dessa frente, foram dispensados(as), o que ocasionou, em muitos casos, o retorno para o Brasil. Quanto à frente de expansão e a frente pioneira no Paraguai, suas diferenças não são tão claras, afinal, geralmente as duas se cruzam de forma rápida.

Segundo a periodização estipulada por Roche (1969)[11], para os(as) descen-

[11] As dificuldades encontradas pelas famílias numerosas e com poucas terras dos(as) primeiros(as) imigrantes alemães(ãs) forçou um processo migratório, realizado, em sua maioria, por seus(suas) descendentes, denominado de enxamagem. Além disso, o autor identifica a existência de quatro fases distintas desses movimentos migratórios. A primeira foi até 1850, em que os(as) imigrantes europeus, mais especificamente, os(as) imigrantes alemães, se fixaram no estado. A segunda, vai de 1850 a 1890, denominada de Marcha para o Oeste de São Leopoldo, com destino à região do Vale do Rio Caí. A terceira fase surge em 1890, na região

dentes e imigrantes alemães(ãs), a última fase migratória no estado do Rio Grande do Sul começou em 1914, evidenciando-se o êxodo rural para áreas urbanas das cidades e a migração para estados, como Santa Catarina, Paraná, entre outros. O autor define a prática agrícola destes(as) colonos(as) como pioneira, pois após a derrubada da mata e do esgotamento da terra, foram forçados(as) a migrar. Nesse contexto, o estado do Paraná foi o que mais recebeu descendentes de imigrantes. Desde 1940, "a onda da emigração rio-grandense dirige-se para o Paraná, que qualificaram como a 'Nova Canaã' por causa de suas terras de café" (Roche, 1969, p. 354).

Para Haesbaert (1997, p. 20-21), o grande fluxo de "migração gaúcha" que se dirigiu para o Mato Grosso e a Amazônia Ocidental teve origem na expansão agrícola da década de 1920, no Norte do estado do Rio Grande do Sul, sendo que, nas décadas de 1930 e 1940, se expandiu para o Oeste de Santa Catarina e Sudoeste do Paraná. Ainda, entre as décadas de 1950 e 1960, chegou ao Sul do Mato Grosso. Entretanto, foi na década de 1970 que ocorreu a enorme expansão sulista no interior do território nacional, devido ao "agravamento da concentração de terras no Sul e pelos programas estatais geoestratégicos estimulando a ocupação da Amazônia [...,] quanto pelos investimentos em tecnologia agrícola que estimularam a agricultura, especialmente de soja, nos cerrados".

As colônias foram formando-se e modernizando-se, o que levou à escassez de lotes disponíveis à prática agrícola, tornando por sua vez, a aquisições de terras nessas regiões do Paraná algo difícil e custoso. Somando-se a outros fatores, essa situação provocou um êxodo rural e a formação de novas frentes migratórias de caráter pioneiro, em busca de terras mais acessíveis economicamente e favoráveis à agricultura, como, por exemplo, no caso da migração de sulistas ao Mato Grosso e à região Norte do país. Além das migrações regionais, surgem os movimentos migratórios de brasileiros(as) para os países do Mercosul, como Argentina, Uruguai e Paraguai[12], devido às políticas e oportunidades agrárias adotadas por estes.

do Planalto, especificamente, nas colônias públicas e privadas. E a quarta é a supracitada no texto, como destino para outros estados (Roche, 1969).

[12] Como no interior do Brasil, percebe-se, na região Leste do Paraguai, a presença de duas frentes: a de expansão e a pioneira. A frente de expansão era constituída por camponeses(as) paraguaios(as) e indígenas, enquanto a frente pioneira era constituída, em boa parte, por uma parcela dos(as) imigrantes brasileiros(as), trazendo para o novo espaço uma lógica ligada ao capitalismo, distinta da utilizada pela frente de expansão, o que, por sua vez, levará a constantes tensões e conflitos.

O caso dos pais de Salete é um exemplo de migração da frente pioneira nos estados do Sul e Leste do Paraguai. A entrevistada nasceu em Presidente Getúlio, SC, no ano de 1960, e com um ano e meio migrou com os pais para o distrito de Mercedes, então pertencente ao município de Marechal Cândido Rondon, no Oeste do estado do Paraná, atualmente município de Mercedes. Filha de pequenos agricultores, ela migrou junto com os pais, que buscavam melhores condições de vida e mais terras, no Paraná. Com 15 anos, Salete, que passou a residir em Presidente Getúlio, SC, na casa dos avós paternos com a finalidade de estudar, foi informada pelo pai da decisão da família de emigrar para o Paraguai. Diante disso, para ajudar os pais, ela abandonou os estudos e emigrou para outro país.

A ideia de emigrar ao Paraguai surgiu por influências de "outros vizinhos [que] estavam saindo e indo para o Mato Grosso ou Paraguai, vizinhos de porta [que] estavam se dando bem". Porém, o fato de os vizinhos emigrarem não tirou desse imigrante a capacidade de avaliar e ir em busca das melhores oportunidades. Assim sendo, utilizou-se do capital social que possuía, constituído por conhecidos, amigos e vizinhos, fazendo uma boa escolha para a família. Segundo sua filha:

> O pai foi para o Mato Grosso, mas daí lá ele viu que a região aonde o pessoal foi, as terras eram de areia e muito fracas, não eram produtivas como as nossas terras vermelhas do Paraná. Depois ele viu também que a dificuldade seria grande no Mato Grosso, não seria fácil. Não adiantava ele sair dali do Paraná, que já [es]tava com dificuldade. A gente, com pouca terra, não conseguia muito, doença na família, e [ir para] um lugar que ficava longe dos recursos e coisas (Salete, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 24 de fev. 2021).

Ou seja, o pai de Salete, atento às propagandas sobre ofertas de terras feitas pelos seus conhecidos que estavam em Mato Grosso, resolveu averiguar as informações pessoalmente. Porém, a realidade que viu junto aos seus conhecidos, como a distância e a terra diferente, fez com que desistisse da ideia de se fixar ali, mudando seus planos e indo ao Paraguai para averiguar a realidade propagandeada pelos vizinhos. Conforme a entrevistada, "quando ele foi para o Paraguai, onde os vizinhos que tinham se mudado estavam, ele viu que a terra era boa e produtiva igual a nossa do Paraná, em Mercedes" (Salete, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 24 de fev. 2021).

Após a visita ao Paraguai, o pai da entrevistada optou por adquirir uma área em San Alberto, por constatar que as terras eram vermelhas e favoráveis para o cultivo, como as do Paraná. Ainda, conforme a entrevistada, seu pai, em San Alberto, conheceu um casal que, por questões de saúde, precisava voltar para o Brasil, e com este acabou trocando de propriedade de "porteira fechada". Então, no ano de 1975, a família de Salete acabou emigrando para o Paraguai.

O Paraguai e a província de Misiones, na Argentina, segundo Haesbaert e Bárbara (2001), contêm, em seus territórios, áreas de matas e terras roxas que atraíram colonos, principalmente do Sul, que visavam áreas agricultáveis. Desse modo, pequenos(as) agricultores(as) cruzaram o Rio Uruguai e constituíram "colônias" em Misiones, Aurora e Alicia. Entretanto, as leis rigorosas e a criação de reservas ecológicas impossibilitaram a imigração para a Argentina. No Paraguai, aconteceu o contrário, pois havia uma política que visava a expansão da fronteira agrícola, permitindo o desmatamento sem limites.

Nesse sentido, tanto as frentes de expansão quanto as pioneiras, presentes na ocupação do território nacional brasileiro, especificamente nos estados da região Sul, trouxeram duas dinâmicas opostas e distintas de ocupação desses espaços. A frente pioneira, ao defender a visão capitalista, acabou se sobrepondo à frente de expansão, gerando conflitos e tensões. A frente pioneira, trazida pelos(as) filhos(as) de imigrantes que migraram, como por exemplo, para o Norte do estado do Rio Grande do Sul, acabou se expandindo para outros estados brasileiros, como o Paraná.

1.1.2. As migrações para a "Nova Canaã" – Paraná

Conforme observação de Roche (1969), o estado do Paraná, denominado como Nova Canaã, passou a receber um contingente de migrantes internos que partiram de estados do Sul, Sudeste e Nordeste brasileiros e, também, se tornou receptor de imigrantes de diversas nacionalidades. Eles vinham atraídos(as) pelas ofertas de terras e de trabalho, que, principalmente na região Norte, relacionavam-se com a frente pioneira do café, que havia se expandido do estado de São Paulo. Foi por este estado que muitos(as) migrantes retornados(as), dos

quais tivemos acesso às histórias de vida, cruzaram, permaneceram por alguns anos ou nasceram. Suas trajetórias mostram a complexidade e multiplicidade de retornos.

Nesse sentido, cabe destacar histórias de vida, como a de João, natural de Lavínia, SP. Sua trajetória migratória com a família paterna começou quando, no ano de 1955, migraram para Londrina, no Norte do Paraná, visando um "lugar mais novo". João descreve como se deu essa migração: "através de parentes que já tinham vindo antes, na frente, daí vem um, daqui a pouco vem outro, e aí vieram todos para o Paraná, para Londrina" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019). Era uma migração articulada através de parentes que acabaram migrando e incentivando os demais, constituindo uma rede.

Quanto ao trabalho que o entrevistado e sua família desempenharam, este afirma: "o meu pai tinha muito costume com esse tipo de lavoura e a gente cresceu naquele meio ali, sempre trabalhando para os outros, fazendeiros" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019). João faz parte, junto de sua família, de uma migração ligada à "frente cafeeira". A atividade de diarista em lavouras de café era a mesma praticada em São Paulo, porém sem a possibilidade de ter sua própria propriedade e autonomia.

Contudo, em 1973, o cenário mudou. Desse modo, João e sua família, já constituída com os filhos, emigraram para a colônia recém fundada de Los Cedrales, Departamento de Alto Paraná, no Paraguai.

> Surgiu na época essa oportunidade de terras baratas, então a gente foi para lá [Paraguai], eu de sócio com outro cunhado. Conseguimos comprar cinco alqueires de terra, cinco alqueires de terra é muita terra, né? Então, a gente entrou no mato e sofreu bastante, porque até derrubar, até começar o plantio e tudo, foi tempo. Passamos muita necessidade, muita brutalidade (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019).

Portanto, João e o cunhado aproveitaram a oferta de terras baratas no Paraguai, algo que não existia na região em que residiam, no Paraná, e passaram a trabalhar, apesar das muitas dificuldades, como as relacionadas à abertura de áreas para o plantio sem muitos recursos e as necessidades de ordem básica da fa-

mília, em áreas em que eram proprietários e não mais em lavouras de café. Sendo assim, João emigrou com a família nuclear e com as famílias de seus cunhados que também moravam no Paraná. Essa migração de João demonstra novamente o quanto as redes familiares são atuantes e importantes no deslocamento e fixação no novo lugar de destino.

Nesse caso, vemos na migração o reflexo da frente pioneira ligada ao café no estado do Paraná, que conduziu muitos(as) migrantes já trabalhadores(as) das lavouras de café no estado de Minas Gerais e São Paulo para a região Norte deste estado sulista. É na atividade do café que alguns pais dos(as) entrevistados(as) estiveram em fazendas antes de emigrar ao Paraguai.

No estado do Paraná, percebe-se movimentos migratórios para as regiões Norte, Oeste e Sudeste, fato que se dá, em grande parte, por migrantes desterritorializados(as) das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil, sendo que eles(as), na maioria, eram arrendatários(as) e trabalhadores(as) do campo. Nas regiões Sudeste e Oeste, houve um processo de colonização e formação de pequenas propriedades agrícolas, movimento constituído por migrantes originários(as) dos outros estados do Sul.

Nesse mesmo estado, de acordo com Mondardo (2011), ao longo do século XX, houve uma dinâmica migratória distinta em comparação com a maioria dos estados. O geógrafo identifica três períodos diferentes de desenvolvimento populacional, em que a migração teve muita importância na constituição do território. O primeiro período aconteceu entre 1900 a 1940, onde havia pouca e dispersa população no campo, que trabalhava em atividades vinculadas à extração da erva-mate e madeira, na produção para subsistência e na pecuária.

Já no segundo período, entre 1940 a 1970, tem-se um rápido e expressivo movimento migratório de rio grandenses e catarinenses ao Paraná, em que houve "ocupação e apropriação do território em um impressionante movimento de expansão territorial pela consolidação da fronteira agrícola sudoestina" (Mondardo, 2011, p. 108). No terceiro período, entre 1970 a 2000, com a modernização agrícola, em pouco tempo, o estado passou por profundas transformações econômicas e sociais. Nesse sentido, a região do Sudoeste e todo o estado do Paraná, em poucos anos, passaram de receptores de populações a expulsores de moradores, com intenso êxodo rural (Mondardo, 2011).

Nesse último período, de enorme expulsão populacional do Paraná, temos o caso de Ilda e sua família paterna, que partem para outra fronteira agrícola além do território nacional. Natural do município de Capitão Leônidas Marques, filha de arrendatário(a) que trabalhava para a subsistência, com dois anos Ilda emigra com a família ao Paraguai em busca de uma vida melhor. Naquele país, seus pais compraram uma pequena propriedade, no distrito de San Alberto, e migraram posteriormente para Minga Porã, no Lote 7, distrito do Departamento de Alto Paraná.

Enquanto isso, no Brasil, devido às transformações no campo econômico no setor rural, desde a década de 1930, muitos(as) trabalhadores(as) desse setor tiveram que se interiorizar no país em busca de terras em outras fronteiras agrícolas, o que consolidava uma agricultura e uma pecuária de expansão. Durante a presidência de Getúlio Vargas (1930-1945), a ocupação territorial foi realizada mediante uma ação administrativa agressiva, chamada "Marcha para o Oeste" (Gregory, 2008, p. 67). A marcha, segundo Zaar (2000, p. 3), visava a integração das regiões Centro-Oeste e Norte às demais regiões do país por meio "de infraestruturas, formação de núcleos urbanos, expansão da fronteira agrícola que impulsionaram importantes fluxos migratórios em etapas sucessivas viabilizando este ambicioso projeto a escala nacional".

Esse projeto político, conforme aponta Mondardo (2012, p. 114), girava em torno da ideia da *conquista* territorial de espaços tidos como "vazios". A Marcha, no Estado Novo, era parte do projeto que objetivava colonizar e nacionalizar as fronteiras brasileiras. Faziam parte dessa proposta "governos estaduais, políticos regionais, empresas locais e, principalmente, *pessoas* que se dispusessem a *migrar* para áreas consideradas despovoadas ou semi-povoadas". Na medida em que a colonização foi acontecendo, no formato do projeto "de ocupação e desenvolvimento econômico, político e cultural" de áreas vistas como "vazias", o governo também foi criando outros objetivos. Entre estes, estava dar trabalho à mão de obra sem trabalho nos estados envolvidos, solucionando, mesmo que de momento, "tensões sociais no campo e desbravar/ocupar/colonizar aquelas áreas que ainda não estavam integradas espacialmente ao processo produtivo da economia nacional" (Mondardo, 2012, p. 119, itálico do autor citado).

Ainda, dentro desse projeto, a intenção de implantar pequenas proprieda-

des tinha como meta o desenvolvimento industrial. Porém, além das preocupações ideológicas que visavam a unidade nacional e integração da economia, havia "preocupações *geopolíticas de segurança interna*, onde as fronteiras brasileiras assumiram um papel e uma centralidade fundamental para o sucesso e a materialização do projeto" (Mondardo, 2012, p. 121, itálico do autor citado).

Nas regiões fronteiriças, caso do Sudoeste e do Oeste paranaense, onde a população e a economia tinham laços fortes com argentinos e paraguaios, o poder público visava pelas ações, destacar e explicar os sentimentos nacionalistas e, quando necessário, impô-los. A política varguista defendia que o real sentimento de brasilidade levava a realizar a ocupação por meio da colonização. Para que a colonização desses territórios se efetivasse, houve uma articulação de diversos interesses. Entretanto, foram os interesses mercantis e empresariais dos colonizadores que efetivaram a marcha nacionalista, atendendo objetivos pessoais dos colonos imigrantes envolvidos (Gregory, 2008).

A utilização da colonização de novos territórios era a estratégia usada pelo Estado para diminuir tensões sociais e demográficas na região Sul do país e não realizar um amplo projeto de reforma agrária. Essa prática, por sua vez, foi utilizada como ação em todas as políticas governamentais, desde os anos mais duros do regime militar até os dias atuais, o que colaborou para o "acirramento dos níveis de concentração fundiária e para a gradativa eliminação das pequenas unidades produtivas do mercado" (Silva, 2007, p. 117).

O movimento migratório para o Oeste tornou-se intenso entre 1950 e 1960. Era realizado em grupos, na maioria, constituídos por famílias, amigos(as), vizinhos(as), somando-se trabalhadores(as) agrícolas que compravam lotes no mesmo local. Por causa das precárias situações de infraestrutura, a empresa colonizadora incentivava essa forma de deslocamento, pois a cooperação entre as famílias que migravam era necessária para a derrubada da mata, construção de casas e galpões, preparar a terra e cultivar alimentos de subsistência (Zaar, 2001).

A população que ocupou a região Oeste era constituída, em boa parte, por migrantes de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e, em sua maioria, descendia de imigrantes italianos(as) e alemães(ãs) que buscavam terras no Paraná. Outro grupo foi formado por nordestinos(as), mineiros(as) e capixabas, que perderam as suas terras pela seca ou pelo gado. Esses(as), em maior número, foram recruta-

dos(as) pelo "gato" para trabalhar em fazendas de café no Norte do estado, mas, a partir da década de 1960, devido à substituição da lavoura de café pela pecuária ou outra atividade agrícola, perderam o trabalho, buscando funções de peões e arrendatários(as) nas fazendas do Oeste e extremo Oeste do Paraná (Germani, 2003, p. 24).

A escassez de trabalho no campo e de terras para se adquirir aconteceu devido a um agressivo e rápido processo de modernização agrícola conservadora que ocorreu no Paraná e, também, pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Essa situação impulsionou o transbordamento da fronteira agrícola presente no estado para a região Leste do Paraguai. A proximidade com a fronteira do outro país fez com que um número expressivo de emigrantes partisse do Paraná para o Paraguai, cifra maior do que os encontrados nos demais estados brasileiros. A situação também se repete na migração de retorno, em que o estado é um dos maiores receptores de migrantes retornados(as) do país vizinho. Na sequência, é apresentada a imigração no país vizinho.

1.2. Paraguai: país de imigração (1870-1980)

A história do Paraguai é permeada por vários processos de migrações internas, emigrações, imigrações e retornos. Sobre o tema, Sosa (2014), ao analisar os registros de estrangeiros(as) que residem no Paraguai a partir de 1870, percebe que ao longo da história do país existiram três grandes imigrações, a conhecida como histórica de povoamento ou colonização; a recente, realizada pelos(as) brasileiros(as); e, ainda, a migração de retorno da Argentina de paraguaios(as), seus(suas) filhos(as) e cônjuges argentinos(as).

No pós-guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, houve uma política de Estado que passou a incentivar a imigração. A guerra foi tão impactante que desfez parte considerável da estrutura social, cultural, econômica e política paraguaia. Diante disso, os governos, visando reconstruir rapidamente o país, na década de 1870, apostaram "na interação multiplicativa de fatores exógenos de crescimento, como eram a imigração e os capitais externos, tanto em forma de empréstimos como de inversões diretas que facilitassem a modernização da es-

trutura econômica" (Yegros; Brezzo, 2013, p. 103). O pensamento desses líderes era de que a presença de europeus poderia ajudar a repovoar o Paraguai, levando a nação a "crescer de forma geométrica a produção agrícola para a exportação, gerando ao mesmo tempo um maior rendimento da força de trabalho nativa" (Yegros; Brezzo, 2013, p. 103).

Porém, na década de 1870, as tentativas não foram bem sucedidas. A posição geográfica e a pouca dinâmica socioeconômica do pós-guerra não motivavam a imigração em grande quantidade, como ocorria na Argentina no mesmo período. Durante essas primeiras décadas[13], a estrutura econômica do país teve pouco impacto da imigração (Yegros; Brezzo, 2013).

O Paraguai visou uma política seletiva de agricultores(as), porém houve poucos resultados. Entre 1921 a 1948, os(as) menonitas chegaram ao país vindos(as) de Canadá e Rússia. Como benefícios receberam: terras, isenção do serviço militar obrigatório e quase total isenção de impostos, o que motivou a vinda de muitos(as) (Zamberlan; Corso, 2010). Conforme Torraca (2006), o objetivo maior com os(as) menonitas[14] dentro da política migratória do Paraguai era a sustentação da segurança nacional. "Os imigrantes passaram a ser vistos como um instrumento de legitimidade que garantiria a manutenção da soberania sobre o Chaco Boreal", território que era contestado pela Bolívia. Já do lado dos menonitas, o aceite da proposta do Paraguai se deu pelo fato de poder manter "seus princípios sócio-culturais e religiosos com a criação de um conjunto próprio de hábitos, regras e valores" (Torraca, 2006, p. 14).

Além disso, o Paraguai, nas décadas de 1930, 1950 e 1960, recebeu número expressivo de imigrantes japoneses (Zamberlan; Corso, 2010). Atraiu também várias ondas de imigrantes alemães em diferentes momentos de sua história, a partir do pós-guerra e na atualidade. Soma-se também a outros grupos de imigrantes de outras nacionalidades a esse contexto.

[13] Entre 1880 a 1890, de acordo com Zamberlan e Corso (2010), com base no Anuário Estatístico, o Paraguai recebeu argentinos(as), brasileiros(as), uruguaios(as), europeus(ias) e orientais.

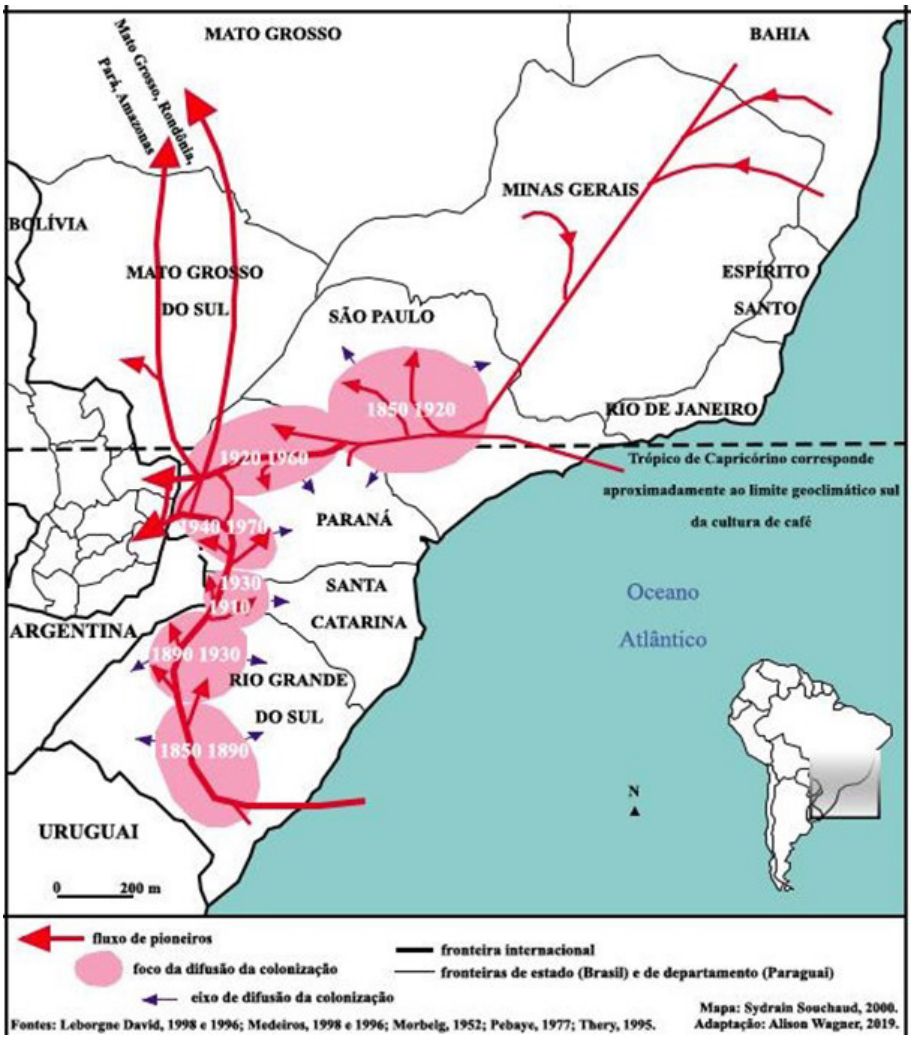
[14] Grupo religioso, criado no período da Reforma Protestante, uma das ramificações do Anabatismo, surgido na Suíça, em 1525, expandindo-se para a Alemanha e Países Baixos. A denominação é uma homenagem ao antigo líder Menno Simons e, como distinção dos outros grupos mais radicais, visava evitar a perseguição. Por causa das várias imigrações e fugas, surgiram diversos grupos menonitas, mais conservadores e outros menos. A religião, tendo a bíblia como o livro referência, é a base do grupo. A educação era uma prioridade e um meio de preservar a comunidade e a língua alemã (Torraca, 2006).

A imigração de brasileiros(as) se deu a partir do final da década 1950 (Albuquerque, 2005a), intensificando-se na década de 1970 (Baller, 2014). O número de imigrantes é impreciso. Para Sales (1996), com base em estudos já realizados, estima-se 200 mil a 250 mil brasileiros(as), que no ano de 1996, estariam vivendo no Paraguai, representando 7% do total da população. Conforme Baller (2014), segundo o Censo de Población e Viviendas de 1992 havia aproximadamente 116 mil brasileiros(as) no Paraguai. Já o Censo Agropecuário de 1991 indica cerca de 96 mil e a Dirección General de Migraciones verificou, em 1994, a cifra de 81mil. De acordo com Palau (2000, p. 1), existe pouco consenso quanto aos números, pois os dados foram modificados "*con bastante frivolidad en algunos casos y con sesgos políticos en otros*". Além disso, os pesquisadores paraguaios concluem que:

> *[...] se estaría ante un problema de subregistro, ya sea intencional por razones políticas, o no intencional dada la dificultad de registrar una población altamente inestable, en su mayor parte indocumentada y con múltiples movimientos migratorios temporales, parte de los cuales son incluso internacionales* (Palau, 2000, p. 1).

Albuquerque (2005a) aponta a existência de dois movimentos migratórios[15] ainda no interior do Brasil: um deslocamento que partiu do Nordeste e de Minas Gerais, passando por São Paulo e pelo Norte e Oeste do Paraná; e outro fluxo originário do Rio Grande do Sul, que passou por Santa Catarina, Oeste do Paraná e Mato Grosso do Sul. Esses dois fluxos migratórios podem ser percebidos no Mapa 1. Por meio da seta que indica o fluxo de pioneiros e da periodização, nota-se um fluxo que tem origem no Rio Grande do Sul, em direção ao Oeste de Santa Catarina, Oeste do estado do Paraná, Mato Grosso do Sul e Leste do Paraguai. E, ainda, outro fluxo, que parte do estado da Bahia, passando por Minas Gerais, São Paulo, Norte do Paraná e Leste do Paraguai.

[15] Para Albuquerque (2005a), os dois fluxos imigratórios, em sua maioria, eram de famílias camponesas, com diferentes posições sociais. Os(as) sulistas no Paraguai tornaram-se pequenos(as) e médios(as) proprietários(as) de terras. Já os(as) mineiros(as) e os(as) nordestinos(as) são e foram, em grande número, arrendatários(as), peões e posseiros(as). Com exceções entre os dois grupos, na questão do trabalho e na compra de terras.



Mapa 1. Origem do fluxo de brasileiros(as) em direção ao Paraguai (2000). Fonte: Wagner (2019), adaptado de Fiorentin (2010).

As trajetórias migratórias que buscamos analisar fazem parte destes fluxos apontados no Mapa 1. No caso de Salete, João, Paulo, Olívia, Isabel, Vilson, Marina, Ester, Samuel, Flávio, Rute, Antônio, Rose, Sandra, Ilda e Anita. Sendo que três entrevistadas partiram do estado do Rio Grande do Sul ao Paraguai; duas entrevistadas partiram de Santa Catarina para o Paraguai; outros(as) quatro entrevistados(as) do estado do Paraná para o Paraguai; dois imigrantes fizeram um

percurso saindo do Rio Grande do Sul, estabelecendo-se por alguns anos no Paraná e após emigraram ao Paraguai; uma entrevistada partiu de Santa Catarina para o Paraná e, posteriormente, ao Paraguai e um entrevistado saiu de São Paulo para o Paraná e, após alguns anos, foi ao Paraguai. Por fim, um(a) entrevistado(a) nascido(a) no Paraguai nos relata que seus pais e suas mães são do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraná.

Em cada geração, os imigrantes, chamados de "pioneiros", migravam, na maior parte dos casos, mais de uma vez, sendo que o local intermediário do fluxo migratório dos rio grandenses foi Santa Catarina, onde viveram por alguns anos, e, após, em alguns casos, migravam ao Paraná, Mato Grosso do Sul e Paraguai. Já o fluxo migratório originário da região Nordeste e Minas Gerais tem como ponto intermediário São Paulo e a região Norte do Paraná, onde residiram por um tempo antes de emigrarem ao Paraguai (Albuquerque, 2005a).

Conforme Baller e Mondardo (2019, p. 55), o maior grupo foi de emigrantes que partiram do estado do Paraná, o que aponta "o lado expansionista e também perverso da modernização da agricultura difundido, concreta e abstratamente, sob a égide do projeto econômico e político do governo militar". Dessa forma, a partir de 1960, o fluxo de emigrantes riograndenses é retomado e fortificado, porque "o fechamento da fronteira agrícola nesta região do país promovido pela concentração das terras e a divisão excessiva dos minifúndios, direcionará a expansão dessa fronteira para o Paraguai" (Baller; Mondardo, 2019, p. 55).

Quanto aos departamentos paraguaios, é importante mencionar que os que mais receberam imigrantes brasileiros(as) são de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay, na região fronteiriça. Atualmente, a presença de imigrantes ou de filhos(as) de imigrantes brasileiros(as) no Paraguai não se restringe somente aos departamentos fronteiriços com o Brasil. Pois na medida em que diminuem as ofertas de terras nesses departamentos, surge a busca por outras regiões paraguaias que possibilitem a atividade agrícola mecanizada, tendo, assim, um novo processo de expansão da fronteira agrícola.

O Mapa 2 mostra a divisão política do Paraguai. As áreas destacadas em um tom mais escuro mostram os departamentos em que os(as) entrevistados(as) moraram ou, em alguns, casos nasceram. Dentre os(as) entrevistados(as) – Salete, João, Paulo, Olívia, Isabel, Vilson, Marina, Ester, Samuel, Flávio, Rute, An-

tônio, Rose, Sandra, Ilda e Anita – sete emigraram quando eram crianças, cinco como adultos, dois como adolescentes e dois nasceram no Paraguai.

Mapa 2. Departamentos onde residiam os(as) entrevistados(as) (2023). Fonte: Pessetti (2023), adaptado de IBGE (2021) e Governo do Paraguai (2023).

Os departamentos envolvidos foram: Alto Paraná, na maioria das trajetórias, o que representa 13 entrevistados(as); na sequência, Itapúa, com três entrevistadas; Canindeyú, com uma entrevistada; Guairá, com um entrevistado; e Caazapá, com um entrevistado. Em todos os casos, a motivação estava ligada à atividade agrícola. A maioria conseguiu adquirir terras no primeiro momento. Outros, após trabalharem por um período de forma remunerada no campo, conseguiram suas propriedades e, em um caso, a propriedade somente foi adquirida no retorno.

Além disso, a presença brasileira não se situa apenas nas atividades agrícolas, mas no comércio, na indústria, nos serviços, entre outras atividades. De acordo com Bógus, Baeninger e Magalhães (2019), na atividade agrícola estão 50,1% do total de imigrantes brasileiros(as), e em atividades como o comércio, restaurantes, hotéis e reparações tem-se 17,4%.

Em Ciudad del Este, com a criação da Zona Franca Internacional, a atividade comercial foi muito intensa, envolvendo paraguaios(as), brasileiros(as) e imigrantes de outras nacionalidades nessa região fronteiriça. Rabossi (2015, p. 421) percebe que esse espaço é formado por uma "complexidade e a multiplicidade de atores, circuitos e relações". Essa atividade econômica também ganhou expressão devido aos pontos turísticos presentes nessa região da Tríplice Fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai. Entretanto, nos últimos anos devido à crise econômica e a pandemia houve uma redução enorme nessa atividade, mas mesmo assim ela segue sendo muito importante, mobilizando muitas pessoas nos dois lados da fronteira em várias atividades, tanto formais como informais.

Outro ponto a destacar é o da presença de indústrias, sendo, em grande parte, brasileiras incentivadas pela política adotada pelo Paraguai. Segundo Webber (2018), devido à conjuntura econômica desta região, onde o Paraguai se destaca entre os países vizinhos pelo seu crescimento e pelos benefícios competitivos para o estabelecimento de empresas e o crescimento nas políticas turísticas, houve um novo impulso migratório. Para a autora, com base na Cámara de Empresas Maguiladora del Paraguay, ampla fração desse impulso migratório está ligada à Lei de Maquila.

No contexto atual, presencia-se outro fenômeno migratório brasileiro no Paraguai, formado por jovens estudantes de medicina ou que buscam cursos de

pós-graduação. Ao circular por Ciudad del Este, PY, especificamente pelo Lago de la Republica, nos impressionou a quantidade de jovens estudantes de medicina de diversas regiões brasileiras. A presença significativa de estudantes brasileiros(as) também foi notada por nós no transporte público de Foz do Iguaçu, PR, uma vez que, em alguns momentos do dia, são destinados ônibus específicos para atender este público.

Estes(as) estudantes, segundo Webber (2018), são atraídos(as) pelo baixo custo dos cursos em comparação ao Brasil. Somam-se também estudantes paraguaios(as), argentinos(as), taiwaneses(as) e libaneses(as). É importante lembrar que a procura dos(as) estudantes brasileiros(as) pelas Instituições de Ensino Superior não se limita às cidades da Tríplice Fronteira, mas se estende para a capital paraguaia e em outras cidades fronteiriças paraguaias, como Pedro Juan Caballero.

Entretanto, é importante mencionar que o Paraguai, ao longo de sua história e com mais intensidade na atualidade, vivencia um movimento migratório internacional inverso. De acordo com Lago (2021), durante as guerras civis de 1949, a ditadura *stronista* e as crises econômicas e sociais, o Paraguai se transformou em país de emigração, sendo os principais destinos Argentina, Brasil e Espanha.

O Paraguai, no pós-guerra da Tríplice Aliança, abriu as fronteiras para a imigração, com o intuito de reerguer as estruturas do país que haviam sido abaladas devido ao conflito com os seus vizinhos. Porém, a imigração, a princípio, não foi tão expressiva numericamente. No século XX, o país passou a receber um número maior de imigrantes de países europeus e asiáticos e, já na segunda metade do mesmo século, houve uma significativa imigração de brasileiros(as) para a região Leste do país. Nas primeiras décadas do século XXI, o perfil dos(as) imigrantes se distingue e aponta o quanto o país segue sendo atrativo. Entretanto, o mesmo pacificamente assiste um número enorme de conterrâneos(as) saindo para outros países em busca de uma vida melhor.

1.2.1. Processo de modernização agrícola e aquisição de terras no Paraguai

O processo de modernização agrícola no interior do Brasil, mais especificamente, nos estados do Sul, teve enorme influência para muitos(as) brasileiros(as) na decisão de deixar o país e emigrar para o Paraguai. Essa nova dinâmica agrícola surge em um contexto em que, nessa região, a maioria da população morava em pequenas propriedades, constituídas por famílias numerosas, que, antes mesmo da introdução do novo modelo agrícola, já enfrentavam dificuldades para permanecer em suas propriedades ou para adquirir terras, devido aos altos custos. Diante dessa realidade e dos baixos custos para a aquisição de áreas agrícolas no Paraguai, a opção foi emigrar.

A narrativa do professor e agricultor Antônio exemplifica essa situação. Filho de pequenos agricultores, pais com dez filhos, proprietários de 24 hectares, em Selbach, RS, o entrevistado se depara com um problema muito comum para famílias como a sua naquele contexto e se pergunta: "Como vão viver dez filhos em uma pequena propriedade?" Diante disso, decide migrar e nos conta, todo empolgado, na Casa do Migrante, a sua intitulada "histórica migração":

> Em 1976, veio um conhecido nosso, um amigo, que estava na região de Palotina e lá faltava funcionário para trabalhar na cooperativa. Então ele falou que precisava de lanceiro, precisava aqui e ali, e que ele, daqui uns dias, ia subir, se eu quisesse ir, era para ir junto com ele. Eu vim junto com ele, preparei a minha mala e lá começou a minha histórica migração. Eu vim para Palotina e trabalhei na filial da cooperativa (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

Através de um amigo da família, Antônio recebeu uma proposta de trabalho. Ao aceitá-la, começa sua primeira mobilidade e, no novo trabalho, ele toma conhecimento sobre a compra de terras por brasileiros no Paraguai.

> Estando na cooperativa, surge um fator novo na trajetória. Vieram agricultores falando muito do Paraguai, em 1976, que tinha terra aqui [Paraguai], mato que mandavam derrubar e tal. Então, eu fiquei assimilando esse pessoal ali, comprando terra no Paraguai, o que para mim era totalmente novidade (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

Entre trabalho e estudo, idas e vindas entre Rio Grande do Sul e Paraná, Antônio começou a se comunicar por cartas com uma prima de Marechal Cândido Rondon, PR. Após esse primeiro contato, resolveu conhecer pessoalmente essa prima. A partir daí, descobriu que o seu esposo havia comprado lotes no Paraguai, e, ao ter contato com essa mesma família, Antônio conheceu sua futura esposa. A convite do futuro sogro, o entrevistado decidiu conhecer a área que este tinha adquirido em mato, no Paraguai, em 1977.

Ao entrar no Paraguai, entre as experiências vividas, Antônio sentiu certa "estranheza, vinha o domingo, assim, e cadê os paraguaios? Só brasileiros, salvo o professor e a maestra e uma que outra família paraguaia que se distinguia dos brasileiros. [E, em] toda escola estava escrito: '*despacio y con buena letra*'" (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019). As fragmentadas lembranças desta viagem mostram o quanto a presença brasileira naquele período e naquela região era maior que a paraguaia.

Após essa primeira experiência com o Paraguai e depois de conhecer as terras do futuro sogro, na Colônia de Santa Rosa del Monday, constatou que essas eram baratas e favoráveis às práticas agrícolas, que o milho e soja eram melhores que no Rio Grande do Sul e empatavam em qualidade com Palotina, PR, local em que residia até então. Diante disso, "veio um tipo de uma luz, [...] eu me pergunto é por ali, sempre houve alguém. Os reis magos foram por uma luz, e a gente foi orientado por uma luz" (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019). A reflexão do entrevistado nos leva a pensar como as pessoas formam a percepção de suas ações associadas a uma religiosidade mistificadora e o quanto as redes tiveram papel importante na divulgação de informações para conseguir trabalho e terras em suas duas migrações.

Ao retornar, Antônio negociou com um dos irmãos a venda de um hectare de terra da família e, com o valor, adquiriu, próximo às terras do sogro, 26 hectares, na colônia, atualmente distrito de Santa Rosa del Monday. Assim, nesse mesmo ano, emigrou ao Paraguai junto com a esposa. O fato demonstra o quanto era vantajoso para estes imigrantes a aquisição de terras no Paraguai em um contexto de pressão para a inserção no novo modelo agrícola, que exigia uma inversão maior em investimentos financeiros.

O processo de modernização agrícola, que influenciou na decisão de An-

tônio de sair da pequena propriedade do pai, surge na década de 1960 e, com mais intensidade, na década de 1970. Segundo Brum (1985, p. 65), começou no Rio Grande do Sul, na região do Planalto, posteriormente expandindo-se para os outros estados do Sul e demais regiões do país. Essa nova dinâmica agrícola estava ligada às corporações transnacionais, o que, por sua vez, aumentava a dependência econômica do Brasil ao capital externo, pois os países que aceitavam a "Revolução Verde" deveriam adotar todo o pacote tecnológico.

Por meio de uma política específica para o setor, visava-se resolver a necessidade de expansão da produção agrícola nacional, tendo como objetivo orientar a economia primária exportadora para bases modernas, o que envolveria a escolha de produtos agrícolas específicos e o uso intenso de insumos e de máquinas modernas, inserindo-se em uma produção em larga escala. Com base no Estatuto da Terra de 1964, esse processo buscou integrar a agricultura, a pecuária e a indústria, tornando-se um eficaz instrumento de caráter institucional para a transformação das relações sociais e econômicas no campo (Silva, 2007).

Diante disso e, segundo Zaar (2000), coloca-se em ação um amplo projeto de Estado, do qual surgem transformações na base técnica agrícola por meio da "Revolução Verde". Essas transformações são "impulsadas pela instituição do Sistema Nacional de Crédito e pelos Complexos Agroindustriais (CAI)". No setor agrícola, estes dois projetos juntos:

> [...] tiveram um relevante papel tanto no referente ao acesso do pequeno e médio agricultor ao crédito e à assistência técnica, como na difusão e implantação de novas tecnologias (novas variedades de sementes, fertilizantes e defensivos químicos, implementos agrícolas, etc.). Também coadjuvaram na introdução de novos produtos agrícolas, como a soja, e de novas relações nas transações efetivadas no setor agrário brasileiro, que passou de ser essencialmente comercial (compra e venda de produtos) a incluir as instituições financeiras de crédito (Zaar, 2000, p. 11).

Com isso, houve um enorme aumento da produção agrícola, no caso de monocultivos como o da soja, do milho e do trigo. Conforme assinala Silva (2007), os instrumentos utilizados para a modernização do campo modificaram de forma radical a produção agrícola do país, além de se articularem com

a cadeia de produção industrial. Dessa forma, o setor agrícola, além de fornecer matérias-primas para as indústrias que processavam, transportavam e exportavam *commodities in natura*, consumia técnicas, maquinários e insumos básicos, principalmente petroquímicos.

Entretanto, de acordo com o mesmo autor, a pouca oferta de terras e a questão da sucessão familiar levaram os(as) agricultores(as) a dependerem ainda mais das políticas de crédito do governo, que, de certa forma, foram benéficas para a pequena agricultura no período de fortalecimento da soja e do trigo. Porém, essas culturas só se tornaram viáveis por estarem ligadas à adoção de determinado pacote tecnológico. Contudo, entre os(as) pequenos(as) agricultores(as), devido aos limites estruturais e financeiros das propriedades, a implantação desse pacote aconteceu de forma parcial. Essa situação tornou os(as) pequenos(as) agricultores(as) cada vez mais vulneráveis às variações de preço dos produtos no mercado, que, devido à política de incentivo, seguida pelos governos desde a década de 1960, eram seguras e vantajosas para a produção em grande escala (Silva, 2007).

Com o golpe civil militar de 1964 no Brasil, conforme Riquelme (2005), as políticas agrárias dos governos anteriores foram ignoradas, os movimentos de trabalhadores(as) rurais foram reprimidos e implantaram-se políticas econômicas voltadas à modernização e industrialização da produção agrícola, incentivando a instalação de empresas agroindustriais de exportação que requeriam extensas áreas de terras.

Para o autor, esse plano de modernização, consequentemente, levou à diminuição do que a agricultura familiar produzia para o consumo interno. Diante disso, os(as) agricultores(as) que não possuíam terras tituladas, conhecidos(as) como posseiros(as), e pequenos(as) proprietários(as) que tinham menos de 50 hectares, foram absorvidos(as) pelas empresas agrícolas do Brasil e pelas multinacionais que começaram a realizar grandes investimentos, em especial, na região Centro-Sul, nos estados que fazem fronteira com o Paraguai (Riquelme, 2005).

De acordo com Baller (2014), uma das consequências da modernização agrícola conservadora é a ampliação de áreas cultivadas de monocultura, principalmente a da soja; o que, por sua vez, é um dos fatores que colaborou consideravelmente para o êxodo de 1,2 milhões de pessoas do Paraná. Dessas, por

volta de 590 mil, ou seja, 50%, migraram na década de 1970 para o estado de São Paulo. Além disso, a ausência de investimento na agricultura para atender agricultores(as) sem-terra levou à saída de muitas pessoas do Paraná. Calcula-se que o número destes(as) trabalhadores(as) era em torno de 400 mil pessoas, o que representa 33% do total de pessoas que saíram.

Dessa forma, percebe-se que a modernização agrícola é permeada de contradições (Silva, 2007). Uma delas é a expulsão da população do campo. Ou seja, há uma crise agrária ocasionada pelo desenvolvimento agrícola, como nos aponta a fala de Antônio.

> A mecanização expulsa! [pausa] Mecanização é tecnologia, e tecnologia não há como [controlar]. Ela é muito impactante! O pequeno agricultor se mecanizou, mas como ia viver com uma colônia com três, quatro filhos? Qual é a opção para minha filha? Casar e ir aonde? Na cidade vai passar fome (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

Em seu relato, o entrevistado associa a mecanização à expulsão das pessoas do campo, principalmente as desprovidas de capital e de frações maiores de áreas de cultivo. O problema não se limita somente aos municípios citados e ao contexto analisado, mas se expande por muitos países. Além disso, percebe-se na fala do entrevistado a ideologia da reprodução do modus vivendi na/com a terra. Ou seja, do compromisso e da necessidade de uma parcela da sociedade, aqui no caso os(as) sulistas, em deixar um pedaço de terra aos(as) filhos(as). Aqui é colocado em xeque também um modelo de vida, na qual gerações que aprenderam a trabalhar e a viver da terra são expulsas do campo sem perspectivas de uma vida melhor na cidade.

A fala de Antônio nos leva a refletir sobre elementos importantes dentro do contexto da mobilidade que ele analisa no Rio Grande do Sul e Paraná, provocada, em boa parte, devido ao processo de modernização agrícola.

> Começa lá no Rio Grande [Sul] e no Paraná, as áreas mecanizadas em espaço curto [para] quem não tinha muita terra. Sempre pensar, vocês que são estudantes. Uma coisa [é] você ter quatro, cinco colônias de terras, outra é você ter 24 hectares. Como é que vou

> criar cinco, seis filhos sem controle de natalidade? [pausa]. Ocorreram também outros fatores, tem famílias onde o pai enxergava: Bah, mas como é que vamos fazer? Como é que vamos viver? No caso do meu pai, trabalhador, mas não era empreendedor. Muitos homens mansos, calmos, trabalham, trabalham, mas não são empreendedores, têm medo de deixar essa terrinha deles, a escritura, porque se falhar aqui, estão na rua. Então se agarraram à terra, não saíram. Tanto é que eu vendi e [o pai] ficou lá (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

Antônio levanta a questão da pouca quantidade de terras como fator limitante para um pequeno agricultor e seus(suas) filhos(as) permanecerem no campo com a mecanização de suas atividades. Por outro lado, para os agricultores que possuíam mais terras, o processo de modernização agrícola foi encarado de uma forma diferente do que para o pequeno agricultor, pois logo conseguiram se adaptar e beneficiar-se da mudança. Já a saída para o pequeno agricultor era a venda da pequena propriedade e o êxodo rural ou a busca em outras fronteiras agrícolas de áreas para cultivos, tanto no Brasil como no Paraguai.

Além disso, o entrevistado traz o elemento social dentro desse processo, especificamente das famílias, quando levanta a questão de controle de natalidade, planejamento familiar e investimentos para seguir na atividade agrícola. As famílias, nesse contexto, eram caracterizadas por sua enorme quantidade de filhos(as), em que o controle de natalidade ainda era algo de pouco acesso e envolto em tabus. O que também pode ser visto como um potencial em se tratando de ser praticamente manual o trabalho no campo, naquela época, quanto mais braços disponíveis mais trabalho poderia ser realizado.

Ainda, entre algumas famílias, havia no patriarca a visão de seguir e querer com que os filhos seguissem na atividade agrícola. E a fim de concretizar esse objetivo, não hesitava em emigrar com toda a família para novas fronteiras agrícolas, adquirindo lotes de terras para si e para os filhos, como atestam também várias entrevistas. Para outros patriarcas, como o seu pai, a ideia de permanecer na pequena propriedade era a mais segura, o que, em muitos casos, levou à desintegração desse primeiro núcleo familiar com a saída de um dos seus membros, como no caso do entrevistado. Afinal, apenas ele emigrou para o Paraguai, enquanto o restante da família permaneceu na terra natal. Em outros casos, como

nos afirmam imigrantes brasileiros(as) no Paraguai, houve a emigração de alguns irmãos que acabaram adquirindo terras próximas, reproduzindo elementos da agricultura familiar experienciados na família nuclear.

O impacto da presença do novo modelo agrícola também foi sentido pelos boias-frias, uma vez que houve uma expressiva diminuição de postos de trabalho em atividades remuneradas no campo[16]. Antônio observa essa situação tendo por base a realidade de Foz do Iguaçu, PR.

> Em muitos casos, ocorre o descaso do Estado, cito o exemplo: os boias-frias. Kombis e kombis aqui em Foz [do Iguaçu] levavam o pessoal para carpir nas lavouras da região. Depois, de repente, todos caíram na favela, assim, isso de um ano para outro, encheu a cidade e não tinha emprego [...]. Então Foz [do Iguaçu] devido à [Usina Hidrelétrica de] Itaipu, teve mais esse problema, se juntou tudo [pausa]. Então, o que aconteceu? O boia-fria, entrou o veneno, não precisava mais carpir, acabou indo para a cidade (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

O trabalhador do campo remunerado, que no Brasil é caracterizado pela itinerância constante em migrações sazonais, sofre de forma drástica com o processo de modernização agrícola. Maquinários e venenos substituem sua forma de trabalho braçal, empurrando estes(as) trabalhadores(as) para as zonas urbanas marginalizadas de cidades, como no caso de Foz do Iguaçu. A situação revela o quanto a modernização do campo, visando à produção em larga escala e com pouco custo, é perversa, excludente e seletiva, pois ao exigir menos esforço do(a) trabalhador(a) e aumentar a produção, não cria oportunidades para a permanência na atividade agrícola. O entrevistado acusa o Estado pela omissão diante desta realidade, pois é obrigação deste zelar pela população. Porém, no sistema capitalista no qual estávamos inseridos(as), o Estado se encontrava cada vez mais ausente e estes(as) trabalhadores(as) cada vez mais estão marginalizados(as) na sociedade.

[16] Outro elemento que se somou a essa realidade foi de ordem climática. Conforme relatos de entrevistados(as), as geadas fortes que ocorreram no Paraná, em 1975, levaram à destruição das plantações de café. Isso fez com que os proprietários de terras investissem em outros cultivos agrícolas, sendo que estes requeriam mecanização, diminuindo os custos e a mão de obra. Diante dessa nova realidade, os(as) trabalhadores(as) que não conseguiam mais trabalho, passaram a buscar outros espaços que lhes dessem oportunidades para garantir a sobrevivência, tanto no Brasil como no Paraguai.

Por outro lado, o que ocorreu nessas regiões onde a agricultura se tornou, em sua maioria, mecanizada? Ao observar sua terra natal, o entrevistado percebe como o processo de modernização agrícola mudou-a profundamente.

> Nas áreas mais mecanizadas, em dois, três anos mudou tudo. A nossa região, falo propriamente de Selbach, ela passou de [19]68 a [19]70 por uma mudança total, tu comprava arado, carroça de boi a monte [...]. Então houve essa mudança, o trator entrou, dispensou duas juntas de boi, duas juntas de boi que dois homens não precisam mais fazer. Trilhadeira fora, entrou a ceifa. As coisas foram [pausa] e eu comecei a cair fora (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

A fala indica que o processo de mecanização aconteceu de modo muito rápido, mesmo em pequenos municípios como o dele, modificando as formas de trabalho no campo e diminuindo a necessidade de mão de obra para as atividades agrícolas. Nos estados do Sul, os pequenos agricultores que não conseguiram acompanhar o processo de modernização, foram excluídos ou viram na emigração ao Paraguai uma possibilidade de readquirir seu modo de vida e de reprodução. Isso tudo levou a uma concentração maior de terras para aqueles que tinham mais recursos financeiros, isto é, que tinham condições de adaptar-se às novas tecnologias.

Aqui se percebe a intensificação de uma característica da questão agrária brasileira: a concentração de terras. De acordo com Brum (1985, p. 65), o processo de modernização não mexeu na estrutura fundiária brasileira, caracterizada pelos grandes latifúndios, sendo, dessa forma, definida como uma "modernização conservadora".

Conforme Relatório da Comissão Pastoral da Terra, uma das principais causas da migração é a concentração extrema da propriedade de terras. Segundo dados do IBGE, em 1972, os minifúndios representavam 72% dos imóveis rurais, tendo uma área agrícola somente 12,5%; já os latifúndios, no total de 23,3% dos imóveis, detinham uma área de 77,9%. Nesse sentido, "é necessário distinguir entre a falta de terra, no sentido real, físico, e a possibilidade de ter acesso à terra para nela trabalhar" (Comissão Pastoral da Terra, 1979, p. 4). Assim, quando os(as) entrevistados(as) nos afirmam que no Brasil não havia terras, é

necessário analisar se, de fato, não havia ou se não tinham condições financeiras para as adquirirem, sendo mais provável a última opção.

Ainda quanto a concentração de terras, conforme o documento da Comissão (1979), com base nos dados do Censo Agropecuário de 1975, as propriedades menores de 10 hectares passaram de 295.272 a 237.875, tendo assim uma diminuição de 57.407 hectares, no período de 1970 a 1975. Já a área perdida por pequenos agricultores que tinham 10 hectares teve uma diminuição de 285.745 hectares. De modo geral, todos os grupos que tinham menos de 100 hectares perderam terras, "sendo vítimas do processo de expropriação" (Comissão Pastoral da Terra, 1979, p. 13).

Por outro lado, proprietários de áreas maiores de 100 hectares incorporaram mais áreas das que já tinham. "É interessante que os grandes latifundiários cresceram de maneira vertiginosa entre 1970 e 1975". Além disso, "Os grupos que possuem entre 1.000 e 10.000 hectares aumentaram suas áreas em 569.029 hectares. Os grupos que possuem mais de 10.000 também aumentaram seu poderio econômico ampliando as áreas que possuem em 263.661 hectares" (Comissão Pastoral da Terra, 1979, p. 13).

Os dados apontavam para "a tendência mais geral da estrutura fundiária no Paraná: expropriação do pequeno campesino e concentração da terra nas mãos dos grandes proprietários" (Comissão Pastoral da Terra, 1979, p. 13), ocasionando em muitos casos a expulsão/migração/desterritorialização dos agricultores para o Paraguai. Entretanto, no país vizinho vemos que o problema da concentração fundiária é ainda maior. Conforme Baller (2014, p. 221), com base no Censo Agropecuário do Paraguai de 1981,

> [...] apenas 1,3% dos proprietários possuem cerca de 82% das terras exploradas pela agricultura no País. Esse número é ocasionado pela má distribuição de terras e pelo crescente aumento demográfico que o Paraguai passou a sofrer a partir de 1950 – momento em que contava com uma população de aproximadamente um milhão de habitantes.

Nessa realidade no Brasil, principalmente nos estados da região Sul, tem-se uma enorme valorização econômica das terras. Um dos fatores está ligado à

especulação realizada pelas companhias colonizadoras, que adquiriam terras e comercializavam apenas uma parte, deixando outra parte para quando tivessem mais valor (Comissão Pastoral da Terra, 1979). Além da especulação, devido às políticas agrárias, motivadoras do processo migratório, pode-se observar que a modernização agrícola implantada nos governos militares levou a um aumento do valor da terra (Sales, 1996).

De acordo com Souchaud (2011), por muitos anos, o valor da terra do Paraguai, comparado aos estados do Sul do Brasil, correspondia a um décimo. Com a venda de uma parcela de terras – podendo até ser pequena – ou com um pouco de poupança, imigrantes poderiam adquirir suas propriedades. Na década de 1980, segundo Sales (1996), houve um aumento na aquisição de terras por parte de empresários e produtores brasileiros, que buscavam investir em áreas mais baratas que as brasileiras, além de especularem, produzirem, arrendarem a outros produtores ou a trabalhadores remunerados que não tinham condições de comprar áreas para cultivos agrícolas.

Grandes empresários agrícolas e um número maior de pequenos agricultores, conforme Albuquerque (2005a), eram atraídos ao Paraguai pela oferta de terras baratas, menos impostos e acesso a empréstimos fornecidos por instituições financeiras daquele país. Os incentivos do governo paraguaio, as propagandas sobre essas áreas, a existência de agentes imobiliários indo ao Brasil e a falta de leis específicas acerca da utilização dessas, atraia muitos(as) brasileiros(as).

Nesse sentido, a modernização das atividades agrícolas foi um processo contraditório, pois, se de um lado, trouxe aumento da produção e exportações do setor primário; por outro, inviabilizou a permanência de pequenos(as) agricultores(as) no campo, uma vez que estes(as) não tinham condições financeiras e área suficiente para introduzir certas tecnologias. A modernização acarretou, também, uma diminuição da oferta de trabalho remunerado nas áreas rurais pela mecanização das tarefas. Além disso, a modernização agrícola conservadora levou a uma valorização das áreas agricultáveis e não mexeu nas estruturas agrárias do país, agravando ainda mais o problema da concentração de terras e o êxodo rural ou a migração em busca de terras para novas fronteiras agrícolas, como o Paraguai, sendo uma das principais causas da emigração para aquele país, junto a outros fatores, como o político.

1.3. Macroprocesso político na emigração de brasileiros(as) ao Paraguai

A volumosa emigração ao país vizinho insere-se dentro de um contexto em que algumas situações necessitam ser consideradas para que possamos compreendê-la. De acordo com Albuquerque (2005a), as aproximações diplomáticas com objetivos geopolíticos entre os dois países, a política paraguaia de incentivo à imigração brasileira, o movimento migratório espontâneo em busca de terras, a mobilidade populacional para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e o expressivo comércio fronteiriço são dinâmicas que se articulam e ajudam a explicar a expressiva presença brasileira no Paraguai, na segunda metade do século XX.

Para entender os sucessivos processos migratórios de brasileiros(as) ao Paraguai, é fundamental considerar os fatores políticos de ambos países que viabilizaram essas dinâmicas. No caso brasileiro, o estreitamento nas relações políticas e econômicas com o Paraguai, a partir da segunda metade do século XX, tinha como objetivo aproximá-lo para seu espaço de influência, reduzindo a hegemonia que a Argentina possuía na região (Albuquerque, 2005a).

Após efetivar um projeto de dominação interna, com base no equilíbrio das forças nacionais e internacionais e do regime burocrático-autoritário, teve início um projeto geopolítico expansionista para o interior do Paraguai. Através dos tratados da Itaipu (1973) e da Aliança e Cooperação (1975), *"se legitimó la concepción geopolítica de las fronteras vivas, para la protección de la seguridad nacional del Brasil"* (Riquelme, 2005, p. 121).

No período do governo militar brasileiro, segundo Gonçalves e Miyamoto (1993, p. 218), com o fim das desavenças referentes à questão das fronteiras entre Paraguai e Brasil, percebeu-se uma aproximação maior entre ambos, sendo ponto alto a assinatura da Ata das Cataratas, em 1966. Através da "'Ata das Cataratas', a diplomacia brasileira iniciava uma verdadeira intervenção cirúrgica no cone sul, de largo alcance político", constituindo uma aliança definitiva com o país vizinho.

Quando se pensa na relação entre esses dois países, é importante lembrar que ela nem sempre era estreita no século XX. Com a Revolução Liberal, em 1904, o Paraguai passou à esfera de influência da Argentina, tanto no campo

político como no econômico. O Brasil, que no pós-guerra da Tríplice Aliança, exercia influência política sobre o Paraguai, perdeu seu domínio, somente estreitando relações novamente na segunda metade do século XX.

Segundo Soler e Quinteros (2017, p. 102), a nova direção da economia brasileira, que surge desde a década de 1940, possibilitou ao Paraguai acabar com a dependência e a superioridade argentina, que ao longo de sua história "tinha favorecido a radicação de capitais para o exercício do comércio e tinha assegurado e fortalecido a dependência econômica". Uma das questões centrais para o fim dessa situação foi uma soma de tratados e obras, tudo a fim de desenvolver ações destinadas à integração geoeconômica.

> Ela se expressaria na mais importante concessão de privilégios como o porto livre de Paranaguá, mas também através da anterior construção da Ponte da Amizade sobre o rio Paraná (inaugurado 1965 pelo presidente brasileiro Castelo Branco) e a pavimentação da rota que conecta Assunção com Foz do Iguaçu. Isso, somado a fundação da cidade *Puerto Presidente Stroessner* (hoje *Ciudad del Este*), iniciava a chamada "marcha para o leste", levada adiante como parte da política territorial e de integração regional (Soler; Quinteros, 2017, p. 102).

Os momentos de maior aproximação entre os países, do lado brasileiro, foram na presidência de Juscelino Kubitschek (1955-1960), pois o plano de governo desenvolvimentista possuía estratégias tanto internas como externas, e ao longo de toda a Ditadura Militar (1964-1985), período histórico em que foram elaborados e colocados em prática projetos de integração econômica e física (Albuquerque, 2005a).

Com relação ao Paraguai, existia uma busca pela parceria com o Brasil para deixar de ser dependente da Argentina. O projeto desenvolvimentista paraguaio criou o Programa de Crescimento para Fora, visando modernizar a economia local e incentivar o povoamento das áreas de fronteira com o Brasil (Zamberlan; Corso, 2010). Além disso, nesse país, apesar das progressivas mudanças que estavam acontecendo, havia uma falta de infraestrutura, impossibilitando o acesso da população a serviços públicos e, como consequência, levando a frequentes problemas sociais (Costa, 2009).

Entretanto, conforme Laino (2023, p. 30), o giro geopolítico que se deu no regime ditatorial com Stroessner, fez surgir *"una abierta política de dependencia de Brasil por parte de Paraguay. Esta relación se basó en la estrategia geopolítica brasileña de 'Marcha hacia el Oeste' y 'Fronteras vivas', imperante en las décadas de 1960 y 1970"*. Este planejamento *"venía siendo desarrollado por estrategas militares brasileños desde décadas atrás y interpreta las fronteras como líneas dinámicas que pueden avanzar sobre el lado más débil"* (Laino, 2023, p. 25).

A proposta do ditador ao assumir a presidência, depois de um período conturbado no qual o Paraguai teve oito presidentes em sete anos, constituiu-se na modernização deste país. Conforme Florentín (2014), Stroessner pretendia uma mudança articulada de forma oportunista com a estabilidade da tradição conservadora da sociedade paraguaia. Ou seja, uma modernização conservadora. Para o autor questões, internas do Paraguai tornaram possível que Stroessner chegasse ao poder, mas foi o contexto internacional quem teve mais peso na consolidação da ditadura.

Quanto à permanência do regime, de acordo com Brun (2014, p. 55), o contexto internacional e a política externa do Brasil e dos Estados Unidos *"jugaron un rol decisivo en la consolidación del stronismo"*. Contudo, para o autor, "*Ello no significa, sin embargo, que el stronismo se pueda explicar como el resultado de una imposición externa*".

O plano de Stroessner era colonizar o Leste do Paraguai – local onde havia terras semelhantes às fronteiriças do lado brasileiro – e buscar com o Brasil um corredor para escoar a produção agrícola até o Atlântico e, de lá, posteriormente, à Europa (Oliveira, 2013). Segundo Palau e Heikel (2016), existem diversos elementos importantes que impulsionaram as políticas públicas de povoamento.

De ordem geopolítica, se enquadrando na Doutrina de Segurança Nacional, mostrou-se ao Estado a conveniência de ocupar os espaços "virgens", que, enquanto se encontravam nessa situação, seguiam fora da influência efetiva dos dispositivos do Estado (Palau; Heikel, 2016). A Doutrina de Segurança Nacional, dirigida por Golbery de Couto e Silva, e outros, adotada por Stroessner defendia que qualquer território vazio é território do inimigo. Diante disso, teve início um intenso esforço para povoar a fronteira com o Brasil (Viladesau, 2010).

Tanto a afinidade política existente entre os exércitos brasileiros e para-

guaios quanto o importante valor estratégico do ponto de vista militar da região, somaram-se com a necessidade de abertura de um polo de desenvolvimento, que sanaria as necessidades urgentes de terra, enfrentadas pela maioria dos(as) camponeses(as) pobres das pequenas propriedades do Paraguai. Por sua vez, essa situação tinha caráter político, pois possibilitava diminuir conflitos sociais que existiam em vários segmentos de camponeses(as) e evitaria ou diminuiria a migração para a capital (Palau; Heikel, 2016).

A estratégia da política de colonização agrária adotada pelo Paraguai, conforme Villagra (2014a, p. 39), também levou à desarticulação da pequena organização realizada pelos campesinos[17] e gerou o clientelismo político através da oferta de terras realizada pelo Estado. Para isso, o ditador encontrou as condições favoráveis, devido à grande *"disponibilidad de tierras fiscales y la situación recesiva de los enclaves privados que permitieron al régimen contar rápidamente con las tierras necesarias para su implementación"*.

Além disso, na colonização foram doadas *"tierras a militares, dirigentes partidarios y empresarios amigos, quienes en los sesenta y setenta pasaron a formar parte de la clase terrateniente, historicamente liberal, ahora en gran porcentaje coloradizada"* (Villagra, 2014a, p. 94). Segundo Brun (2014, p. 28), o Instituto de Bienestar Rural concretamente atuava *"como un órgano auxiliar del Partido Colorado, esta política de colonización rural, mas llamada reforma agraria, constituyó un poderoso instrumento de control político y policíaco y de fortalecimiento de la estructura clientelista del stronismo"*.

Anterior à década de 1960, na região Oriental – da qual o Departamento de Alto Paraná faz parte – as terras, em grande parte, pertenciam ao governo, e os campesinos chegavam, fixavam-se a um lote, faziam ali uma roça para sobreviver e colhiam erva-mate no mato. Prática que não se adequava aos planos econômicos do ditador que pretendia modernizar a região pela mecanização, produzindo em larga escala (Wagner, 1990). Para Palau e Heikel (2016), a constante decadência das economias extrativistas, a pouca população presente na região,

[17] Conforme Aquino e Wesz Junior (2020, p. 983), o termo campesino denomina "àqueles agricultores que possuem uma forma específica de vida, um ethos ligado ao campo, modos tradicionais de cultivo e de conservação de sementes crioulas e que historicamente se dedicaram a produção de alimentos, em pequenas extensões de terra".

as tensões devido às formas de trabalho compulsório ali presentes, somadas à qualidade do solo, fizeram com que as terras fossem cobiçadas para investimento do capital brasileiro e, também, do capital transnacional. Dessa forma, o Estado, ao conceder enorme quantidade de terras a brasileiros(as), realizou uma reorganização da região Oriental.

O processo de modernização dessa região, segundo Wagner (1990), aconteceu em etapas. Na primeira etapa, na década de 1960, distribuiu-se terras entre grandes colonizadoras alemãs, norte-americanas, brasileiras, japonesas, e para militares e líderes políticos do Partido Colorado, que tinham a função de expulsar os campesinos paraguaios. Além disso, o governo do Paraguai "convidou", em primeiro lugar, brasileiros das regiões Norte e Nordeste, preferencialmente aqueles que não haviam sido proprietários de terras, pois visava agregados para grandes colonizadores.

Esses(as) imigrantes eram de descendência africana e indígena. Em grande número, emigraram buscando conseguir comprar terras, através do seu trabalho. Realizavam os trabalhos mais braçais e pesados, como derrubadas da mata, cujas torras, transformadas em madeira, eram vendidas ao dono da área. Após a derrubada das árvores maiores, estes(as) trabalhadores(as) faziam suas roças para a subsistência, cultivando ali a menta, da qual se extraia o óleo para comercialização, sendo chamados de menteiros (Wagner, 1990).

Já no fim da década de 1960, como boa parte das terras já estavam abertas, restando apenas os tocos de árvores, houve uma valorização pela possibilidade de mecanizá-las. Diante dessa nova realidade, o governo de Stroessner acabou executando a segunda etapa do plano, deixando de incentivar a emigração de agricultores(as) do Norte e Nordeste brasileiro, passando a incentivar os(as) Sul-brasileiros(as) (Wagner, 1990).

As formas de colonização, de acordo com Palau e Heikel (2016), eram três: a pública, a privada e a espontânea. Em todas elas, o Estado teve um papel decisivo, tanto pelos trâmites que as empresas particulares deveriam cumprir diante do IBR para colonizar as terras privadas, como na colaboração ou repressão se surgissem ocupações espontâneas de campesinos(as). A colonização privada, conforme Villagra (2014b), era específica para imigrantes brasileiros(as), através de latifundiários ou imobiliárias brasileiras e paraguaias.

Em 1963, visando a aplicação da política colonizadora, denominada *Marcha se hace al Este*, reorganizou-se a legislação agrária e criou-se o Instituto de Bienestar Rural (IBR). Além disso, modificou-se a Constituição, principalmente no ponto que se refere à lei de ocupação de terras, o que possibilitava a compra por estrangeiros, até mesmo na faixa de fronteira paraguaia. A colonização seguia o modelo brasileiro presente no Oeste do Paraná, visando colonizar a região de forma rápida e aumentar o processo produtivo de uma agricultura extensiva, voltada para a exportação e a inclusão nos grandes mercados (Oliveira, 2013).

Nesse contexto, a região Leste do Paraguai recebeu duas frentes migratórias. Uma interna, através da migração de paraguaios(as) estabelecidos(as) na região central do país, e outra externa, com a imigração de brasileiros(as). As frentes, segundo Souchaud (2007), formaram uma dinâmica espacial, mas com formas distintas de ocupar o espaço. Os(as) paraguaios(as) se estabeleceram no espaço em que estavam os(as) brasileiros(as), sem modificá-lo. Porém, a presença brasileira nas áreas de colonização paraguaia era agressiva na modificação do espaço, ocasionando conflitos e tensões, como veremos no segundo capítulo.

Contudo, o *stronismo* assegurou a defesa dos interesses, para Brun (2014, p. 36), *"de las élites tradicionales, tanto el sector ganadero como el de comercio de exportación y importación a gran escala, y la de las élites emergentes, el agronegocio y la construcción para el Estado"*. Com isso, o regime ditatorial teve total apoio desses grupos, inclusive de parte dos imigrantes brasileiros. Além disso, a corrupção, um problema de muitos países, teve papel importante na colonização (Villagra, 2014a).

Conforme Villagra (2014a, p. 12), não se pode entender a economia do período de Stroessner sem compreender as relações externas que a sustentaram e lhe deram direção, como as vindas dos Estados Unidos e Brasil. Esta *"clave pueden explicarse mejor los emprendimientos hidroeléctricos, la modernización agraria y la progresiva extranjerización de la economía paraguaya"*.

De acordo com Doratioto (2014), houve enorme impacto na economia do Paraguai, a construção da Hidrelétrica de Itaipu e a rodovia que liga o Porto Brasileiro de Paranaguá, no Paraná, ao Paraguai, o que motivou o comércio bilateral e favoreceu o comércio internacional do país vizinho. Além disso, somaram-se o estabelecimento de bancos brasileiros, a importação de manufaturados e pro-

dutos alimentícios industrializados no Brasil e, principalmente, a presença significativa de agricultores(as) brasileiros(as). Devido a esses aspectos, o Paraguai alterou a balança geopolítica para o lado brasileiro.

Na visão do Estado brasileiro, conforme Costa (2009), a migração para o Paraguai era positiva, pois diminuía os conflitos presentes no interior do Brasil. Esta emigração também era importante para a geopolítica brasileira, afinal, esse foi o período de maior aproximação entre os dois países. Para Sprandel (1992, p. 2), a escolha por esse país "configurou-se antes como possibilidade de acesso a novas áreas de terras agricultáveis, da melhor qualidade, através de condições facilitadas de compra, de contrato de arrendamento e mesmo de abertura de posse", do que uma escolha como país para emigrar.

Os(as) agricultores(as) brasileiros(as), para a mesma autora, eram incentivados(as) pelos anúncios de companhias colonizadoras que atuavam no Oeste do Paraná. Os vendedores dessas empresas "tinham o cuidado de divulgar as facilidades então oferecidas pelo governo paraguaio (isenção de impostos e crédito bancário), e alguns chegavam a alardear a possibilidade de as terras virem a se converter em brasileiras" (Sprandel, 1992, p. 158).

Entretanto, os fatores políticos do governo paraguaio não foram os únicos a explicar essa emigração de brasileiros(as). Conforme Baller (2014, p. 62), "a presença de milhares de brasileiros no Paraguai não foi somente obra de políticas governamentais dos dois países, como *A Marcha para o Oeste* no Brasil, e a *Marcha se hace al Este* no Paraguai". Deve-se considerar também "a junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional devido à concentração da propriedade fundiária nos estados do Sul e Sudeste do Brasil, no início da segunda metade do século XX".

Em síntese, as aproximações diplomáticas como objetivos geopolíticos entre Paraguai e Brasil, por meio de tratados, acordos e obras viabilizou numerosa emigração de brasileiros(as) para aquele país, visando, em sua maioria, propriedade de áreas agrícolas e trabalho remunerado no campo, pois devido à concentração de terras e ao processo de modernização agrícola, haviam sido expulsos(as) do campo nos estados do Sul e Sudeste brasileiros. Essa emigração não foi somente consequência de uma política paraguaia favorável para a modernização da região Leste, mas também da busca por novas fronteiras agrícolas da parte de

muitos(as) brasileiros(as). Além de novas fronteiras agrícolas, muitos brasileiros buscaram trabalho na construção da Itaipu ou perderam suas terras devido a esta obra, emigrando assim ao Paraguai.

1.4.1. A mobilidade populacional devido à construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu – décadas de 1970 e 1980

Ao mesmo tempo em que aconteceu o processo de modernização agrícola, deu-se a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, sendo esse um dos fatores que motivou uma parcela de brasileiros(as) a emigrar ao Paraguai.

Conforme Baller (2014), esse seria o terceiro momento da entrada de brasileiros(as) no país vizinho. O número de pessoas desapropriadas devido à construção da usina, reservatório e barragem constava em torno de 60 mil, sendo 40 mil no Brasil e 20 mil no Paraguai. Do lado brasileiro, uma parcela significativa comprou propriedades no país ao lado, que, no início da década de 1980, foi o quarto lugar mais buscado pelos(as) desapropriados(as). O autor ressalta que, mesmo que essas informações estejam vinculadas em outros estudos, esses números não são exatos, uma vez que muitos(as) circulavam por outros lugares antes de comprar e se estabelecer de forma definitiva.

Segundo Ferrari (2009, p. 98), os(as) desapropriados(as) da usina ainda estavam superando o deslocamento que haviam vivenciado quando partiram dos estados de Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, buscando uma vida melhor por meio da aquisição de terras no estado do Paraná. O autor lembra que muitos(as) desses(as) migrantes carregam fragmentos de memórias das histórias vividas pelos(as) pais e mães e avós e avôs nas migrações entre o século XIX e começo do XX, quando deixaram países da Europa para, no Brasil, "tentar a sorte".

Do lado paraguaio, conforme Palau e Heikel (2016), estimativas não oficiais afirmam que, devido à construção da represa de Itaipu, 4.000 famílias de agricultores(as) foram desalojadas de uma área correspondente a 532 Km² do território do Paraguai. Ainda, por volta de 1982, a usina começou a despedir trabalhadores. Segundo estimativas, dos 15.000 empregados demitidos, só 20% voltou para o lugar de origem, o restante *"pasó a engrosar el sector 'oculto' del mercado regional de trabajo. Cálculos provisorios del PAC (Programa de Ayuda*

Cristiana) llevan a 5.000 el número de jefes de familia en estas condiciones en esta micro región" (Palau; Heikel, 2016, p. 25).

De acordo com Baller (2014), tendo como referência os dados da Itaipu, torna-se difícil precisar o número de atingidos(as), sendo 20 mil pessoas um total disperso. Afinal, necessitava-se mais informações, até porque muitos(as) dos(as) impactados(as) eram indígenas e não foram contabilizados(as) de forma exata. Diversas foram as vezes em que os(as) indígenas ficaram invisíveis durante a expropriação promovida pela Itaipu. Durante o processo de construção da usina:

> [...] os indígenas careceram de informações concretas, permaneceram em estado de insegurança e ficaram desalojados, antes mesmo de a área ser alagada. Os indígenas não compreendiam o que iria ocorrer, não sabiam para aonde seriam levados e tinham dúvidas quanto a adaptação a uma nova situação, o que foi outro percalço, posto que o processo de recolocação não objetivou atender aos problemas indígenas (Baller, 2014, p. 127).

Desterritorializados(as) forçosamente, estes(as) indígenas foram realocados(as) em pequenos espaços, aumentando sua condição de miséria e abandono, como no caso dos(as) indígenas situados(as) nos municípios de Diamante do Oeste e Santa Helena, na reserva da Itaipu, na área lindeira à usina, na região Oeste do estado do Paraná. Conforme reportagem de Konchinski (2021, n. p.), a barragem inundou boa parte do território dos(as) Avá-Guarani, atualmente estes(as) se encontram em duas situações: exprimidos(as) em três áreas destinadas a essa população depois da construção da usina ou em sete acampamentos onde resistem, "às margens do lago que fornece água para as turbinas da hidrelétrica, a fim de reivindicar, na base da pressão, a recuperação das terras da etnia". Nestes acampamentos, o número de suicídios, um dos sérios problemas enfrentados pelos indígenas, é maior.

Os acampamentos de retomadas de antigos territórios expropriados começaram a surgir em 2010. Segundo Konchinski (2021, n. p.), estudos atuais afirmam que "os direitos dos indígenas foram violados durante a obra da usina. Assinalam, portanto, que eles têm, sim, assegurada a propriedade sobre áreas hoje sob guarda de Itaipu". A reportagem acrescenta que:

> O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, publicado em 2014, diz que a construção da hidrelétrica desencadeou uma onda de "esbulho territorial" de áreas dos Avá-Guarani durante a ditadura militar. "O caso de Itaipu é emblemático", diz o texto. "Após identificar os Guarani do oeste do Paraná enquanto 'empecilho' para o projeto de construção da hidrelétrica binacional, [...] o Estado se esforça para removê-los e expulsá-los de suas terras, utilizando-se de uma série de artifícios, inclusive a negação de sua identidade étnica por meio da emissão de 'laudos de aculturação'.

Além dos(as) indígenas existiam um expressivo número de imigrantes brasileiros(as) que, antes do alagamento, emigraram e se estabeleceram no Paraguai, na área do reservatório. Em geral, eram posseiros(as), pequenas famílias, que não tinham documentos das suas terras, que foram expulsos(as) devido ao avanço da água da represa, com pouco ou sem qualquer ressarcimento, pois eram estrangeiros(as) sem documentos das terras e sem comprovação de outras formas aceitas para que a Itaipu realizasse a indenização.

O caso de Rose é um exemplo desta situação. Seus pais, com uma família numerosa de oito filhos, decidiram emigrar para o Paraguai. Para isso, atravessaram a família e a mudança em um barquinho no rio Paraná, deixando Três Barras do Paraná, saindo de Porto Verde, local que foi encoberto pelo Lago Internacional de Itaipu.

> Quando eu tinha dois anos de idade, o meu pai veio morar em Puerto Sauce. Trouxe a mudança com duas carroças e não conhecia o Paraguai. Veio. Daí atravessou, naquele tempo era o rio Paraná, hoje é lago. Comprou lá um direitinho, porque antigamente, hoje é tudo legalizado, mas era posse, comprou um direito e ali começou a trabalhar até quando veio a indenização. Quando veio a indenização eu tinha 11 anos de idade (Rose, Santa Helena, 06 de mai. 2023).

Com a indenização da Usina, a família deixou Puerto Sauce e cruzou de barquinho de madeira novamente o rio Paraná e de Porto Mendes foi para Marechal Cândido Rondon. Quanto às memórias desse tempo, a entrevistada afirma que era "uma vida bem sofrida". Sobre a formação do lago no rio Paraná, narra algumas lembranças.

> Quando começou a subir as águas [...] a gente veio ver como é que era, e era toda hora transmitindo pela rádio, pegando animal, a água subindo. A água muito feia, muito suja, que foi subindo. Era uma coisa que marcou bem a gente naquela época e virou nesse lago que tá hoje (Rose, Santa Helena, 06 de mai. 2023).

Do lado brasileiro, muitas famílias perderam as terras em que trabalhavam devido à formação do lago para a Usina e, com isso, emigraram para o Paraguai. Foi o caso da família de Vilson. Este, natural de Carazinho, RS, migrou ainda criança com os seus para Entre Rios do Oeste, PR, onde trabalhavam como arrendatários na plantação de fumo. Tiveram, portanto, que deixar esta atividade devido ao lago da usina, e emigrar para o Paraguai, no Departamento Guairá, em Villarrica.

Com o valor da indenização da Itaipu pelo galpão de fumo, o pai de Vilson adquiriu uma pequena quantidade de terras na primeira localidade em que se estabeleceu com a família no Paraguai. Em conversa informal em sua casa, ao se referir à área em que trabalhavam em Entre Rios do Oeste, PR, o entrevistado afirmou ser possível ver e acessar pequenas partes onde trabalharam, que hoje formam pequenas ilhas.

Naquele contexto, a política do Brasil estava direcionada para o aumento das forças produtivas, por meio de apoio às exportações e aumento de indústrias, abrindo as portas para o capital transnacional. No entanto, para isto, era necessário aumentar o campo energético nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, que detinham 65% da população (Fiorentin, 2010).

Porém, esse processo "encerrou dentro de si uma série de contradições e uma delas é a 'sujeição' de alguns para o 'benefício' de outros" (Zaar, 2000, p. 18). A obra trouxe desenvolvimento e modernização para o Oeste paranaense, porém, ao mesmo tempo, conduziu à exclusão dos(as) agricultores(as) atingidos(as) pelo represamento das águas do rio Paraná, por conta da barragem da usina. Os(as) afetados(as) representam uma parcela considerável dos(as) imigrantes brasileiros(as) estabelecidos(as) no Paraguai (Fiorentin, 2010).

A formação da represa ocupou a área de 1.350 km². Destes, 780 km² correspondiam ao Brasil e 570 km² pertenciam ao Paraguai, sendo eles inundados (Fiorentin, 2010). Fiorentin (2017), tendo por base estudos de Mazzarollo

(2003), afirma que vários municípios foram afetados de forma direta pela construção da hidrelétrica, o que corresponde, atualmente, a 15 municípios. O município de Santa Helena foi o mais afetado, com perda de 31,73% de suas terras, Guaíra perdeu 10,30% de seu território; Terra Roxa 0,22%; Marechal Cândido Rondon 17,78%; no caso de São Miguel do Iguaçu, a perda foi de 21,49%, Matelândia 0,45% e Foz do Iguaçu perdeu 26,77%. Deve-se "ressaltar que as terras que foram ocupadas pela Itaipu são classificadas entre as mais férteis do mundo" (Fiorentin, 2017, p. 44-45).

Ao longo do processo de desapropriação das terras na região Oeste do estado do Paraná para a construção da represa da Usina de Itaipu, os(as) desapropriados(as) enfrentaram vários problemas com a gestão do projeto. Segundo Zaar (2000, p. 14), as principais complicações que levaram a confrontos entre expropriados e Usina foram:

> a) a medição e avaliação das propriedades; b) os prazos de permanência na área; c) os prazos de pagamento das indenizações; d) dar prioridade às indenizações das áreas e bens comunitários e de pontos comerciais; e) a necessidade de buscar terras para organizar um novo assentamento para os agricultores que não desejassem migrar; f) a reconstrução da infraestrutura local (rodovias, pontes, etc.) para a população que permanecessem na área; g) os problemas ecológicos advindos com a formação da represa.

Entre 1977 a 1980, tem-se as desapropriações, que começaram na parte urbana dos municípios, em casas comerciais, farmácias e postos de combustíveis. Sem esses recursos, os(as) agricultores(as) que ainda permaneciam, precisavam trilhar um longo caminho para suprir as necessidades familiares. A Usina Hidrelétrica de Itaipu, nesse momento, forneceu cartas de anuência junto aos bancos, para a utilização das terras e para financiamento e custeio do plantio da soja, do milho e do trigo. Contudo, os acordos estabelecidos com os(as) agricultores(as) eram realizados de uma forma que levava à desorganização e desentendimentos, pois não eram justos (Fiorentin, 2010).

A Itaipu, como outras hidrelétricas, para a Comissão Pastoral da Terra (1979), não estava pagando o preço justo pelas terras. Por mais que afirmasse o contrário, na prática, indenizava por alqueire valor em torno de 65.000,00, sen-

do que o preço nessa região era acima de 100.000 cruzeiros, além de uma enorme diferença de critérios de cálculos.

As desapropriações de terras não se deram de forma ordenada e tranquila, o que difere da versão apresentada pela direção da Usina e pelo governo brasileiro, que considerou o processo como bem-sucedido. Indignados e enfraquecidos, uma boa parcela dos desapropriados procurava auxílio junto a "representantes da Igreja e de partidos de esquerda, que se organizaram em associações em prol de objetivos comuns, como o resgate do patrimônio material". A Comissão Pastoral da Terra, que assistiu a esses sujeitos, buscava "manter as estratégias de luta para que fossem atendidas algumas reivindicações dos desapropriados, com o intuito de tornar as desapropriações mais justas" (Fiorentin, 2017, p. 50).

Após a construção da Usina, as terras do país vizinho também surgiram com uma possibilidade de refazer a vida para uma parte dos trabalhadores das obras da usina, que, após o término da construção, perderam seus empregos. Uma parcela deles usou o dinheiro do antigo trabalho e adquiriu terras no Paraguai.

Conforme Albuquerque (2009), o aumento do fluxo migratório nas décadas de 1970 e 1980 ao Paraguai, teve influência da mobilidade de muitos trabalhadores que se deslocaram para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu e, ainda, da indenização de vários agricultores que residiam em terras que seriam alagadas. Somente para a construção da usina, estima-se que foram necessários em torno de 40 mil trabalhadores. Já para formar o lago de Itaipu, houve a transferência de 42 mil pessoas. Destas, 38 mil eram pequenos agricultores. Ao longo do "processo de desapropriação de terras e construção da usina, muitas famílias dos trabalhadores da Itaipu e dos proprietários indenizados se dirigiram para as terras férteis do Paraguai" (Albuquerque, 2009, p. 142),

Para os municípios lindeiros, além dos impactos sociais e ambientais[18],

[18] Conforme Roos (2012, p. 32), a construção da represa transformou "um enorme rio em um enorme lago de 1.350 Km², alagando uma faixa regional que vai desde o município de Foz do Iguaçu até Guaíra (ambos localizados no Estado do Paraná)". Houve uma mudança do relevo, do clima e "alterações dos organismos entre si e com o meio físico, propícios da região. Toda a ecologia da região sofreu uma modificação brusca e ficou alterada devido a tais complicações". Nas proximidades da área afetada pelas águas de forma drástica, a fauna e a flora sofreram consequências; além de levar ao desaparecimento do Salto das Sete Quedas, no rio Paraná, em Guaíra, coberto pelas águas do lago.

a usina trouxe mudanças de todas as ordens, como no caso de Foz do Iguaçu. O município, de acordo com Catta (2002), sofreu mudanças profundas com a construção da Usina de Itaipu, de 1974 a 1985. Considerada uma típica cidade do interior, com destaque para o turismo realizado nas Cataratas do Iguaçu; em 1974, Foz do Iguaçu começou a mudar com a chegada dos trabalhadores para a construção da usina, tornando-se maior e moderna.

As mudanças trouxeram consequências, como a enorme e plural migração de brasileiros de todas as regiões e dos países vizinhos que buscavam trabalho formal. Caso não conseguissem, recorriam aos empregos informais ou subempregos, o que conduzia à criminalização; ao rápido favelamento nas áreas periférica; à crescente especulação imobiliária; à falta de organização das áreas centrais, como no trânsito; ao surgimento do comércio paralelo de produtos diversificados nas principais ruas; e ao aumento da criminalidade e do narcotráfico (Catta, 2002).

Após a construção da Itaipu, obra que durou 11 anos, muitos ex-operários da usina buscaram fixar residência no próprio município ou nos vizinhos. O município de Foz do Iguaçu também acolhe os que perderam as suas terras devido à inundação das águas da usina, tanto dos municípios vizinhos como dos distritos afetados pelo lago no Paraguai.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu carrega contradições ao trazer benefícios de ordem econômica para alguns(algumas) à custa do sofrimento de muitos(as) que perderam os seus territórios, como no caso do Brasil, com os(as) pequenos(as) arrendatários(as), indígenas, proprietários(as) de terras e moradores(as) das cidades; e no caso do Paraguai, com indígenas, camponeses(as) e arrendatários(as) brasileiros(as), surgindo como um fator que acabou favorecendo a emigração para o Paraguai. A proximidade com a fronteira e a facilidade de cruze entre os dois países possibilitou a mobilidade e o recomeço em terras paraguaias, deslocamento muitas vezes articulado por meio de redes sociais e familiares.

1.5 "Aí pegou, arrumou a malinha e fomos atrás": as redes na emigração ao Paraguai

Na emigração de brasileiros(as) ao Paraguai, na segunda metade do século XX, um dos elementos fundamentais para a efetivação desse processo migratório foi a atuação de redes, principalmente as familiares e sociais. Embora haja distintos grupos de imigrantes, com diferenças étnico-raciais, sociais, econômicas e de gênero, além de distintas motivações, ligadas à ordem econômica, à terra ou ao trabalho remunerado e motivações familiares, mostrando a multiplicidade e complexidade do fenômeno; as redes, na maioria das emigrações, estão presentes, estimulando e articulando o ato de migrar.

Foi o caso da família de Paulo, natural de Apucarana, Paraná, que no ano de 1979, emigrou para Los Cedrales.

> Através da minha avó. Ela era tipo cigana, ela gostava de conhecer os lugares e queria conquistar as coisas, queria adquirir capital, ela ia explorando. Onde ela via que tinha um lugar novo, ela tentava ir, até, inclusive, mais que o finado do meu avô, os dois são finados já. Mas ela era mais de avançar nisso daí de ambição de capital. Então, ela veio em [19]75, daí nós ficamos lá, e meu pai era muito apegado com ela, aí ficamos uns quatro anos mais lá, aí pegou, arrumou a malinha e fomos atrás (Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 15 de jan. 2019).

No caso citado, o que levou a família a emigrar para o Paraguai foi o fato da avó do entrevistado, com quem seu pai era muito apegado, ter adquirido terras no referido país. Essa situação nos mostra o quanto os vínculos familiares são importantes nos processos migratórios. Em um contexto em que muitos(as) emigraram para o país vizinho em busca de terras, de trabalho remunerado no campo, ou, ainda, para buscar arrendamento, a família de Paulo demonstra que outros fatores foram considerados pelos(as) emigrantes em suas motivações para cruzar a fronteira, como a necessidade da manutenção dos laços afetivos familiares.

Nesse caso, como em muitas situações, um(a) imigrante que emigra pode ser o elo para que os(as) seus(suas) familiares também o façam, devido às redes criadas nos processos migratórios. Ao longo do capítulo até aqui, também rela-

tamos trajetórias de imigrantes que adquiriram terras no Paraguai e emigraram por intermédio de redes sociais e familiares, como Salete, João e Antônio.

Quanto à importância delas, Rezende (2005) defende que o desejo de migrar, por si só, não leva uma pessoa a fazê-lo, quem deseja emigrar deve estar numa posição estrutural que permita a migração, algo possível por meio das redes. Conforme Tedesco (2022a, p. 286), "as redes, os vínculos, os anéis que se interligam, principalmente com os espaços de origem, exercem um amplo e importante papel para os imigrantes e os futuros candidatos". As redes que fomentam "as migrações são viabilizadas por um conjunto de pessoas e territórios, bem como por suas obrigações/necessidades e limites vividos, tanto no espaço de destino quanto no de origem" (Tedesco, 2022a, p. 286-287).

As redes se formam através de relações sociais que se dão no espaço. Como aponta Santos (2021, p. 69), "rede é sobretudo uma relação social, que prescinde do território como lugar do seu acontecimento e movimento". Na mesma linha, para Saquet e Mondardo (2008), as migrações pelas redes mostram uma "experiência integrada" do espaço. Nos territórios por onde passam, os(as) migrantes criam múltiplas relações e vínculos. Dessa forma, a formação de territórios pela migração "passa por uma dinâmica em redes que conectam diferentes nós interligados através do vínculo e dos contatos estabelecidos" (Saquet; Mondardo, 2008, p. 120).

Através das redes sociais, de Nova Aurora do Oeste, PR, no ano de 1973, os pais de Flávio, naturais de Minas Gerais, empregados em uma fazenda de café de 8 mil hectares de um imigrante japonês, adquiriram terras e emigraram juntamente com o entrevistado, com apenas um ano e meio, para o Paraguai. Em sua fala, ele nos mostra a influência da rede nessa emigração.

> Através de um amigo deles [pais], que veio de Minas [Gerais] com eles na época, ele e os meus tios vieram para o Paraguai. Chegou lá, conversando com eles, disse que tinha uma oportunidade boa para comprar terras no Paraguai, que era para eles virem aqui [Paraguai] e conhecer. Aí veio meu tio e comprou 10 hectares de terras na época. E o meu pai, um ano depois, veio junto e comprou essa terra do meu tio. Depois vendeu e comprou mais (Flávio, Paraguai, *online*, 24 de fev. 2021).

Flávio aponta que seus pais ficaram sabendo da oportunidade de adquirirem terras no Paraguai através de um amigo. Após conhecerem e se certificarem das informações, tanto o seu pai como o seu tio, compraram lotes na colônia de San Alberto, atualmente distrito, ao Norte do Departamento de Alto Paraná. O que mostra que "são as redes de relações que formam parte, e que constroem e que estruturam as oportunidades (...) são esses elementos que abrem e fecham o acesso às oportunidades" (Ramella, 1995, p. 21 apud Mondardo, 2009, p. 133). Com base em Ramella, para Mondardo (2009, p. 134), "as oportunidades são socialmente construídas através do processo de interação em rede entre parentes e amigos e/ou contatos de outra natureza e o mercado de trabalho". Aqui, no caso, de venda de terras.

Por intermédio de rádios, jornais, propagandas das colonizadoras e conversas corpo a corpo, muitos(as) partiram para além das fronteiras nacionais. Essas atitudes eram práticas de redes, que podiam ser tanto sociais, de parentesco, migratórias ou transfronteiriças e transnacionais. Nesse contexto, a ação de intermediários ou agentes de colonizadoras na venda de terras era algo comum.

Foi o caso de Olívia, natural de Tunápolis. Devido aos altos custos, ela e o esposo não conseguiam comprar terras no município em que residiam. Então, em 1977, através do intermediário, tanto o esposo de Olívia como o seu cunhado, tomaram conhecimento da oferta de áreas agrícolas no Paraguai e decidiram conhecê-las. Só depois, o esposo de Olívia e seu cunhado adquiriram uma área de 25 hectares, na colônia Nova Itapiranga, no distrito de Tomás Romero Pereira, Departamento de Itapúa. Assim, no ano de 1978, após o esposo de Olívia fazer uma pequena roça e uma abertura na área para chegar à mudança, toda a família emigrou para o Paraguai.

Motivados pelas falas de familiares sobre a possibilidade de "se dar bem" no Paraguai e "fazer um futuro", Isabel, seu esposo e o pequeno filho emigraram para o país vizinho em 1988, deixando para trás parte da família e as terras que arrendavam em São Paulo das Missões, RS. Terras que, segundo a entrevistada, não eram boas, pois eram infestadas de grama rasteira que prejudicava a plantação. Conforme Isabel, o esposo teria dito:

> Vamos embora para o Paraguai, vamos se fazer um pouco lá". Aí o M... [filho] tinha cinco meses quando nós fomos embora para lá. Eu tinha [um] irmão morando lá [PY], daí ele falou assim: "Vem para o Paraguai que aqui vocês vão se dar bem"! Nós pensamos: Óh, nós temos um filho, temos que começar a fazer recurso para sustentar ele, porque não é fácil. O finado [esposo] falou assim: "Óh, o que tu acha? Vamos embora para o Paraguai! Aqui nós temos que trabalhar, limpar a terra dos outros e o futuro não tem". Daí fomos para lá. [...]. Nós levamos as roupas e as louças que nós tínhamos e só, e um filho nos braços (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

Através da indicação do irmão que já morava no Paraguai, percebe-se como as redes disponibilizam vários "tipos de recursos, sendo que os principais estão no campo das informações prévias necessárias" (Tedesco, 2022a, p. 292). Para Mondardo (2009, p. 134), "a *comunicação* e a *informação* são componentes centrais para a construção e para a interação dos sujeitos envolvidos no processo migratório em uma ou mais redes" (Itálico do autor citado).

A família, que não possuía terras próprias, decidiu emigrar, buscando, futuramente, através do trabalho no Paraguai, adquirir uma propriedade para trabalhar no que seria seu de fato. Algo que, devido aos altos custos, não era possível em São Paulo das Missões, RS. Situação semelhante, em parte, ao caso de Sandra e o esposo que, após a compra por um dos irmãos, desta da propriedade da mãe, ficaram sem moradia e sem possibilidade financeira de comprarem terras na região pelo alto valor das disponíveis.

O recurso para eles era a compra de uma área no Paraguai. A indicação sobre a oportunidade de negócio naquele país se deu por intermédio de um vizinho. Assim, já com uma filha, a Marina, a jovem família deixa o interior de São Paulo das Missões.

> Nós não tínhamos nada, nós não tínhamos terra, nada. Morava com a minha mãe. Daí o meu irmão chegou lá e comprou essas terras de herança dos irmãos, tudo, e daí nós simplesmente fomos para a rua. Aí um vizinho nos convidou para ir para o Paraguai e lá fomos nós. O meu marido foi para lá para ver como é que era, nisso já deixaram meio reservado uns matos para nós. Daí ele vol-

> tou, explicou tudo como é que foi, daí decidimos ir [...]. Nós não tínhamos futuro, e como lá era para ser o futuro, nós encaramos. Levamos a coragem junto e o medo deixamos para trás (Sandra, São Paulo das Missões, *online*, 13 de ago. 2021).

Com a herança das terras da mãe – que não era muita, pois eram poucos hectares e muitos(as) filhos(as) – Sandra e o esposo compraram uma área no Paraguai. A fala da entrevistada faz menção a um sentimento e uma ação presentes em todos os processos migratórios que um sujeito pode fazer, seja com mais ou menos intensidade: o medo e a coragem. Desse modo, com a coragem partiram e fixaram-se no interior de Naranjito, distrito do Departamento de Itapúa, no ano de 1985.

A fala também apresenta a ideia de sucessão familiar da propriedade. Em algumas famílias, o filho mais novo cuidava dos pais e permanecia na propriedade. Já em outras, era o irmão mais velho que ficava com essa responsabilidade. Ainda, em algumas famílias, um dos irmãos adquiria a parte dos outros. Já em outras configurações familiares, as filhas mulheres eram as mais prejudicadas, pois a partilha não acontecia de forma igual. Desse modo, estas questões conflitivas e de animosidade existentes entre irmãos(ãs) e cunhados(as) ou filhos(as) e pais, devido à partilha da herança dos pais, podem ser consideradas como elementos influenciadores na decisão de emigrar em busca de terras no país vizinho, ou, como Sandra afirma em sua narrativa, "levantar as asas e ir para o Paraguai".

Ainda, segundo o relato da entrevistada, em São Paulo das Missões, RS, a questão da emigração ao Paraguai "era uma febre". Muitas famílias emigraram para aquele país em busca de terras, algo muito difícil de se conseguir no lugar de origem. Tanto que onde Sandra se estabeleceu, muitos(as) conterrâneos(as) dela também se fixaram, porém, nenhum familiar seu.

Somente quatro anos depois, a família de sua irmã se arrisca em realizar o mesmo percurso. A emigração de Sandra foi, para a sua irmã, um elo, levando-a a emigrar junto de sua família. O caso nos mostra como na migração, os laços familiares, muitas vezes, não são desfeitos, possibilitando a criação de redes familiares que, por sua vez, facilitam e dão mais credibilidade para a emigração de outros(as). Assim sendo, a imigração, conforme Tedesco (2022a, p. 308-309), "torna-se um fenômeno social que se auto alimenta e, uma vez desencadeada,

acresce a probabilidade de desenvolver ulteriores fluxos, sendo algo *contagioso*" (Itálico do autor citado).

Portanto, as redes desempenharam um papel fundamental na aquisição de terras e emigração de brasileiros(as) ao Paraguai. A dinâmica desempenhada por meio redes sociais e familiares tornaram acessíveis as informações, integraram lugares de origem, partida e destino, demonstraram o protagonismo dos(as) imigrantes dentro do processo migratório e na inserção no lugar de destino no Paraguai, constituindo novas redes de solidariedade para enfrentar os desafios iniciais no estabelecimento, como veremos na sequência.

1.5.1. Desafios nos primeiros tempos em terras paraguaias

A travessia da fronteira realizada pelos(as) imigrantes brasileiros(as) na aduana do Paraguai em Foz do Iguaçu, segundo Wagner (1990), era constante e desorganizada da parte destes(as). No Paraguai, entravam famílias, máquinas e animais, como se tivessem entrando em outro estado do Brasil. Em rádios dos municípios do interior brasileiro, especialmente no Rio Grande do Sul, entrevistavam-se colonos que afirmavam terem ficado ricos de forma rápida em terras paraguaias.

Porém, a realidade apresentada pelos novos colonos não era exatamente a vigente. Estando no Paraguai, os(as) imigrantes, em sua maioria, se depararam com uma realidade que não existia mais nas antigas colônias de onde procediam, como a falta de energia elétrica. Contudo, parte destes(as) estava ciente de estar emigrando para um país mais pobre que o Brasil e que encontraria dificuldades estruturais e de outras ordens.

Após longas viagens, iam se estabelecendo em suas novas propriedades dentro da selva "virgem". Em muitos casos, eram transportados(as) para o novo destino com seus maquinários, animais domésticos, instrumentos de trabalho, plantas, objetos pessoais, utensílios domésticos e alimentos para o percurso. Conforme as narrativas desses(as) imigrantes, a travessia até a propriedade adquirida era muito difícil, principalmente levando em consideração que para ter acesso a essas propriedades, era necessário cruzar por picadas no mato, já que

não havia estradas e as poucas que existiam eram quase intransitáveis em dias chuvosos.

Para os(as) entrevistados(as), a entreajuda e a solidariedade entre os(as) imigrantes era algo muito forte nos primeiros anos de estabelecimento em terras paraguaias. Segundo Souchaud (2007), esse mútuo apoio entre os(as) imigrantes foi um fator importante para o êxito nas primeiras décadas na zona pioneira e na área rural periférica. Porém, a fraca organização da frente em seus territórios avançados e o pouco enraizamento no lugar em se fixaram ocasionaram a expulsão de muitos pioneiros.

A ausência de referências na área da saúde nas novas terras levava à busca por serviços nessa área, quando possível, em Foz do Iguaçu (Souchaud, 2007). Como nos relata João, que levava pessoas de sua comunidade para buscar atendimento médico no Brasil: "Eu mais puxava doente para cá [Foz do Iguaçu], do que trabalhava lá na roça. A gente se ajudava nesse sistema. Pessoa de longe vinha: 'Óh, me leva lá, porque está doente e tal'. Então a gente trazia, voltava e ia para a roça de novo" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019).

Ao se estabelecer, outro desafio era a construção de moradias, por vezes, improvisadas e de forma provisória, como barracas de lonas, galpões, casebres e outras um pouco melhores. Olívia, ao fazer memória da chegada na nova propriedade da família, nos narra que construíram uma barraca de lona, onde permaneceram 21 dias até a casa ficar pronta, em um período de inverno, com geadas fortes que queimaram todas as suas flores trazidas com a mudança. Ainda, segundo Olívia: "Levamos bastante tempo até conseguirmos lascar as tabuinhas e tábuas, de um metro assim, sabe? Fizemos tudo de madeira redonda, tudo [de] chão batido" (Olívia, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 25 de fev. 2021).

Sem condições financeiras para fazer uma casa, Isabel afirma ter vivido durante três anos debaixo de lona, no Km 32, no distrito de Carlos Antônio Lopes, Departamento de Itapúa, Paraguai. Sobre esse período, ela expressa:

> A nossa vida era de peão, né? Tu sabes como é? Peão mora um pouco aqui, mora um pouco ali. E daí como nós fomos morar para lá, como nós não tínhamos condições de comprar uma casa, nada, nós fomos morar debaixo de uma lona [...]. Não tinha porta e não tinha janela. E aparecia aquele leão baio, se o M... [filho] chora-

> va, ele também chorava. No começo este Paraguai era sofrido! A gente morava um pouco aqui, um pouco ali, procurando onde era melhor (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

A provisoriedade, a falta de segurança e de conforto em que a família vivia nos primeiros anos no Paraguai, nos falam dessa condição de provisoriedade e temporalidade que o(a) imigrante vivencia em uma migração de trabalho. Para Sayad (1998, p. 45), "insiste-se com razão na tendência atual que os imigrantes possuem de se 'instalar' de forma cada vez mais duradoura em sua condição de imigrantes", a qual passa de provisória a definitiva.

A fala de Isabel – "Só que lá a nossa vida era de peão, né? Tu sabes que peão mora um pouco ali, mora um pouco aqui" – remete a essa temporalidade no trabalho. Tornar-se patrão (proprietário de terras) e deixar de ser peão não era possível para o casal pelas suas parcas condições financeiras. O que também não possibilitava a construção de uma moradia estável, pois a mobilidade era necessária para a sobrevivência familiar na falta de trabalho.

Além disso, ao mesmo tempo em que afirma que a vida era sofrida no Paraguai, a entrevistada relata que: "Lá [Paraguai] a vida era bem melhor, no começo. Era mais fácil de trabalhar, o sustento de vida era mais barato, era bom morar lá" (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021). Ou seja, existe uma ambiguidade na fala da entrevistada acerca de sua vivência no Paraguai. Supõe-se que a realidade encontrada por Isabel, mesmo que difícil comparada à vivenciada no lugar de origem, ainda era melhor.

Já no caso da emigração da família de Rute, a "ganância de ter mais terras", como ela se refere à motivação do pai, fez com que eles, residentes em Francisco Beltrão, Paraná, emigrassem para Hernandarias, no Departamento de Alto Paraná. Porém, a aquisição de terras demorou para acontecer. Segundo Rute, o pai era um homem que viajava muito, conhecia a Argentina e, após conhecer o Paraguai, voltou para casa todo empolgado, a ponto de a entrevistada afirmar que sua mãe zombava dele dizendo: "Você acha que no Paraguai dá linguiça nas árvores?" Poderia, mas não deu para eles.

> Que conseguimos! Fomos morar de favor na terra dos outros. Onze filhos, trabalhando por dia, pegando o peixe para tomar o

> café de manhã. Era peixe, mandioca, ovo, o café da manhã era um café bem reforçado, não posso dizer que não, mas nós tínhamos que ir lá no rio cedinho, voltar e correr, pescar para poder tomar café, e ir lá carpir. E o meu pai: "Não, o ano que vem nós vamos fazer a nossa roça". Terra dos outros!!! E aí gastou o dinheiro da terra, não deu para comprar outra e foi indo, até que conseguiu comprar uma terrinha (Rute, Foz do Iguaçu, 19 de jan. 2019).

As lembranças da entrevistada quanto ao café da manhã, a jornada de trabalho em "terras dos outros", a esperança do pai em adquirir suas terras e, por fim, a compra da "terrinha", mostram a realidade de muitas famílias numerosas em membros(as), porém com poucos recursos que, ao emigraram para o Paraguai, tiveram que lidar com uma realidade bem diferente da propagandeada no Brasil.

Foi apenas uma ilusão que os moveu ao Paraguai, como muitas outras ilusões que levam ao ato migratório de centenas de imigrantes. Como observa Pedone (2003, p. 109-110), *"los migrantes construyen socialmente representaciones sobre los diferentes lugares de destino, sobre las potencialidades laborales y sobre las ventajas que estos lugares ofrecen"*. E, ao chegarem em seus destinos, *"estas representaciones se confunden, se solapan y entran en conflito"*, como nos relata a entrevistada, que afirma que o pai se sentiu arrependido da decisão ao se deparar com a realidade no lugar de destino.

Conforme foram se fixando em novas terras, articulavam-se para a construção de igrejas e escolas. Surgiram os primeiros comércios, campos de futebol, bares e posteriormente os agricultores formaram cooperativas agrícolas. Em grande parte, tendo por referência modelos existentes nos lugares de origem ou de partida do Brasil. Porém, buscavam adaptar-se à realidade encontrada no Paraguai. Na convivência comunitária, surgiram lideranças e suas ações demonstram que os(as) imigrantes, em algumas situações, eram agentes protagonistas no território ocupado e não vítimas da migração.

Nesse período, a presença das igrejas de confissões religiosas possibilitou um alento espiritual para que os(as) imigrantes não desanimassem diante da realidade encontrada e pudessem continuar tendo momentos de vida comunitária. Diversas ações realizadas por seus(suas) membros(as) tornaram o processo mi-

gratório menos sofrido, como, por exemplo, a sensibilidade em perceber a necessidade de comunicação entre familiares no Brasil e imigrantes no Paraguai e a articulação criada por religiosas para a entrega e o envio de cartas entre os dois países.

Em sua fala, Antônio recorda o papel de intermediação de comunicação entre os(as) imigrantes e seus familiares no Brasil, referindo-se a esse período como "a época das cartas" quando o acesso aos meios de comunicação, como rádio, TV e telefone era restrito. Na década de 1990, as Irmãs religiosas Scalabrinianas que assistiam sua comunidade em Santa Rosa de Monday, percebendo a dificuldade de comunicação entre os(as) imigrantes e seus familiares no Brasil pela falta de correio, se dispuseram a buscar as cartas de familiares em Foz do Iguaçu, PR, e entregá-las aos(as) imigrantes, conforme Antônio relata: "No fim da missa, no recado dos padres diziam: 'Olhem as cartas, senão volta à Foz [do Iguaçu], pode ter doença, pode ter isso, pode ter aquilo'. E a Irmã Olga ia junto com o padre nas comunidades entregar essas cartas quando estava escrito comunidade tal" (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

Nesse contexto, as cartas eram muito importantes, pois através delas, as redes familiares se articulavam para outras possíveis emigrações, circulavam informações sobre os familiares, fortaleceram-se elos familiares, aprendia-se outro idioma, conforme nos relata a entrevistada Marina, preservava-se elementos próprios da cultura de cada imigrante, entre outras situações.

Os(as) imigrantes, por muitas vezes, fazem menção à atuação de alguns membros da igreja. Estes foram "costurando" questões que o Estado brasileiro deveria ter realizado, como no caso da documentação. Na época, permitiu-se que os(as) cidadãos(cidadãs) cruzassem a fronteira e viessem a residir em outro país sem portarem documentos paraguaios e, em alguns casos, até mesmo brasileiros. Para modificar essa situação, em determinados momentos, os religiosos promoviam a ida ao Paraguai de representantes do país para encaminharem a emissão dos documentos paraguaios para os(as) brasileiros(as) que não tinham condições financeiras e/ou instruções de como fazer. Antônio nos relata que o padre responsável pela sua paróquia, em Santa Rosa del Monday, organizou uma comissão local, da qual ele fazia parte, que auxiliava a autoridade responsável nos dias de atendimento aos(as) imigrantes.

> Aí vinha esse pessoal que vivia nos fundos das fazendas, que cuidava das fazendas de gado, dos grandes que plantam mais soja, que têm área maior. Muita gente humilde, simples. Traziam aqueles documentos, tudo num plástico. Nós tínhamos que abrir aqueles documentos tudo rasgado. Nasceu em Minas [Gerais], Ceará e Paraná. E você ajeitar, ajustar esse papel (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

A narrativa de Antônio traz uma ação da igreja juntamente com representantes do setor da migração no Brasil. A Pastoral do Migrante se apresenta envolvida em redes migratórias, aqui no caso, transnacional. As redes migratórias são estruturas sociais que vão além dos limites geográficos e possuem um caráter transnacional, envolvendo todas as pessoas e instituições ligadas à migração, como "*políticas de estado (origen y destino), migrantes, empleadores y empleadoras, ONGs, personal de servicios sociales (preferentemente educación y salud), instituciones religiosas, asociaciones de migrantes*" (Pedone, 2010, p. 107).

Empreendimentos individuais articularam-se a amplas redes transfronteiriças ao redor de uma família ou uma comunidade religiosa, responsabilizando-se pela criação de uma colônia, e pela constituição e organização do fluxo de migração (Souchaud, 2007). Aos poucos, esses locais foram se tornando mais urbanos, tendo um fluxo migratório interno de paraguaios(as). Posteriormente, por meio da articulação de imigrantes e paraguaios, teve-se criação de distritos. É importante lembrar que essa imigração se dá em um contexto de ditadura *stronista,* que trouxe implicações para esses(as) imigrantes, como veremos na sequência.

1.5.1.1. Ditadura militar de Stroessner e imigrantes brasileiros(as) no Paraguai

O Paraguai, com Stroessner, vivenciou uma longa ditadura que perdurou por 35 anos, a mais longa de sua história, que ainda hoje deixou sequelas. O regime, conforme Brun (2014), combinou de uma forma particular três formas de dominação: ditadura militar, ditadura de um único partido e ditadura puramente personalista.

Justamente em um contexto histórico em que o Paraguai vivia na ditadu-

ra *stronista,* nasceu Samuel, em San Alberto, distrito criado com o auxílio de imigrantes, localizado na região Norte do Departamento de Alto Paraná. Antes disso, a necessidade de adquirir terras férteis fez com que o pai e a família de sua mãe emigrassem ao país vizinho. Após a geada negra que prejudicou os cafezais onde o pai de Samuel realizava empreitadas em fazendas de café, em distritos de abrangência da Companhia Cianorte, no Paraná, ele decidiu emigrar para Hernandarias. Já em 1975, a família da mãe de Samuel, natural de São Manoel de Mutum, Minas Gerais, adquiriu uma pequena propriedade em San Alberto. Posteriormente, os pais de Samuel acabaram se conhecendo e se casando. Em 1982, passaram a residir em um sítio, em San Alberto.

Sobre as lembranças do período em que residiu no Paraguai, o entrevistado, graduado em História, expressa:

> Nasci em 1983, peguei parte da ditadura militar do Stroessner, que acabou em 1989. Eu vim embora na minha adolescência, com 14 anos, para criança foi muito bom. Nós tínhamos uma família muito unida, família grande. Então, as lembranças que tenho, na maioria, são lembranças boas, embora houvesse algumas dificuldades estruturais, mas no quesito família só tenho lembranças boas (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

A família, devido às dificuldades econômicas, teve que migrar para a cidade em busca de sustento. O pai passou a trabalhar numa serraria, já Samuel ajudava na renda familiar como vendedor de doces nas ruas do atual distrito de San Alberto. Além disso, a fala do entrevistado nos aponta o contexto político presente no país durante a sua infância, afinal, ele vivenciou os anos finais da ditadura *stronista*. Em outro momento da entrevista, citou alguns acontecimentos que, para ele, eram algo normal e que somente na academia começou a compreender que estavam vinculados ao regime político.

> A lembrança, a memória por tabela que eu tenho dos meus pais, é que realmente o governo do Stroessner dava um incentivo muito grande para os brasileiros. Inclusive, na faculdade estudando, eu descobri algumas coisas que a gente vivia lá, que a gente não sabia que tinha relação com política. No Itakyry [...] a gente ia lá para comprar algumas coisas e tal, e tinha uns locais que não podia

> entrar com camisa vermelha [...]. Muitas cidades foram abandonadas pelo Stroessner, tudo relacionado com a questão política. Itakyry foi uma delas, foi abandonada pelo governo, porque tinha uma célula de liberais [...]. Acontecia [que] na madeireira que o meu pai trabalhava, tinha muitos caminhões [e] era tudo vermelho. Então, quando vinha um caminhão azul, eles andavam com um lenço vermelho pendurado (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

Como no caso do professor Samuel, outros relatos de entrevistados(as) lembraram que este era um momento favorável para os(as) imigrantes brasileiros(as), em especial, para aqueles(as) de descendência alemã, pois esses(as) afirmavam que tinham a simpatia do ditador, também de origem alemã. Havia um interesse por essa presença brasileira ligada à política de modernização agrícola da região oriental do Paraguai.

O entrevistado também relata que existia no cotidiano uma simbologia relacionada às cores, que nos dá uma mostra da perseguição que existiam para com os opositores ao regime e das estratégias para não ser alvo das perseguições políticas. Além disso, cidades de redutos de opositores ao governo eram abandonadas e vigiadas pelo Estado.

Conforme lembra Rodríguez (2014, p. 18), havia um modelo a ser seguido, quem fugisse desse modelo era perseguido. O vínculo com o governo era um convite e intimidação. *"Hacerse colorado para acceder a las tierras, hacer negocios, acceder a los cargos públicos, trabajar en empresas estatales o pedir favores: un ataúd para los sepelios, medicina para la familia, lugar para estudiar"*. O autor acrescenta que se deveria parecer "*como colorado, militarista, deportista, de buena familia, conservador, dócil, anticomunista, norteamericanista, católico y colorado. Era 'la mejor manera de ser paraguayo'*".

Em Itakyry, no sítio da família, nasceu Ester. Seu nascimento ocorreu em 1978, na década 1970, conforme Farina (2014), conhecida pela ascensão do poder *stronista*, crescimento econômico e como a mais terrível na repressão a opositores. Sobre esse período da ditadura, a entrevistada relata que no tempo escolar, eram comuns os desaparecimentos de crianças.

Em outros relatos, aparecem dificuldades, restrições e punições sofridas

nesse regime, como a dificuldade em realizar reuniões muito necessárias para discutir questões de interesse da comunidade do atual distrito de Los Cedrales. Conforme João: "Na época, foi muito difícil, porque lá era ditadura. E a gente não podia fazer reunião nenhuma, não podia se juntar em grupo dentro da vila, dentro do Cedral [Los Cedrales]". A desconfiança e censura tornavam difícil a vida comunitária: "Quando se formava um grupo, eles já queriam saber o que [es]tavam falando deles. Era ditadura, não era fácil, foi difícil demais" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019).

Ainda em Los Cedrales, Paulo relata que durante esse período havia toque de recolher. Porém, como na adolescência ele gostava de assistir filmes na casa de uma senhora, amiga que tinha televisão, acabou, em determinada situação, passando das 22 horas, horário limite estipulado para circulação pela cidade, sem ser punido.

> Eu assisti a um filme lá, e quando eu vi já eram onze horas. Nós íamos nos escondendo nos postes, porque se aparecia a patrulha da polícia, levava mesmo para a comissária. Justo apareceu. Eles tinham uma rural velha lá, pegaram e levaram eu. Fui ver o sol nascer quadrado. Não [es]tava fazendo nada de errado, só estava caminhando. No outro dia, levantamos cedo, [es]távamos eu e mais dois meninos da minha idade, daí colocaram nós para arrancar guanxuma no pátio da comissária [...]. Às nove, 10 horas, mandaram-nos para casa (Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 15 de jan. 2019).

Segundo Paulo, sua situação foi mais "leve", lembrada em seu relato com certo humor, se comparada aos outros adolescentes da sua idade que, em alguns casos, acabavam sendo forçados a entrar no exército quando detidos.

> Tem muita gente que sofreu na época da ditadura. Tinha muita gente que era meio desligada do filho, não [es]tava muito ligando. Às vezes, eles pegavam essas crianças e mandavam para o exército, para servir o exército, na idade de 15, 16 anos. E daí, os pais iam procurar no outro dia, às vezes, os pais desligados, deixa[vam] um dia, dois dias [...]. E eles não davam informação nenhuma. Às vezes, ficavam tempo aquelas crianças lá, servindo no exército sem os pais saberem. Então, tem muita gente que, às vezes, está revoltada

> com essa questão [por]que sofreu. Houve um sofrimento no tempo da ditadura. Eles pegavam meio na marra, aos 16 anos, tem que servir. Às vezes, as crianças[19] viviam correndo, vinha a patrulha da comissária, se escondiam no mato [por] medo deles pegarem. Era um tempo bem triste naquela época! (Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 15 de jan. 2019).

Nesse período, havia ainda muitas leis, muitos inconvenientes quando se precisava transladar de um lugar para outro. Entrevistados(as) fizeram menção de violências cometidas contra imigrantes que cometiam crimes e eram detidos. Estes(as) afirmam que tinham muito medo das autoridades, em especial, das policiais, autoridades mais presentes nas colônias.

Para Brun (2014, p. 56), o "*stronismo impuso un sistema de terrorismo de Estado, selectivo por cierto, pero terrorismo sin duda y crimen de lesa humanidad*". Como política de Estado, a repressão foi *"'no solo brutal sino también científica'. El objetivo era no solo destruir a la oposición sino también amedrentar a la población para impedir que la resistencia al régimen se ampliara y fortaleciera"* (Brun, 2014, p. 57).

Conforme a Comisión de Verdad y Justicia (2008) entre 1960 a 1980 cometeu-se várias formas de violências coletivas contra comunidades de camponeses(as) paraguaios(as). Especialmente na década de 1970 a repressão política praticada pela ditadura expandiu-se para áreas rurais, visando *"a diferentes expresiones colectivas en comunidades donde se estaban dando procesos de organización campesina y llevando a cabo modos alternativos de producción y de vida desde mediados de la* década anterior". Como por exemplo as Ligas Agrarias, que sofriam repressões ainda na década de 1960 (Rodríguez, 2014).

Com relação à violência praticada pelo Estado durante a ditadura, conforme Rodríguez (2014, p. 13), os Arquivos do Terror apontavam em torno de 10.000 vítimas, número que não era total. "*Apenas se desarrolla la investigación, los datos de víctimas se duplican, llegan a 20.000 (CVJ, I, 48)"*. Soma-se, também, as vítimas indiretas, maiores que as diretas, que representavam 128.000, em um

[19] De acordo com a Comisión de Verdad y Justicia (2008, p. 258), havia diferenças de gênero na prática de violência contra crianças. Para os meninos, era mais frequente o trabalho forçado; já para as meninas, *"la violación y otras formas de abusos y amenazas sexuales"*. E inclusive as violações se davam também em escolas.

período em que a população paraguaia correspondia em torno de um milhão e meio de pessoas.

As situações levantadas pelos(as) entrevistados(as) nos dão outra versão sobre esse período, que, por vezes, é tido e visto por alguns(algumas) imigrantes entrevistados(as), principalmente descendentes de alemães, como muito favorável à presença brasileira no Paraguai, o que leva a deduzir que nem todos(as) os(as) imigrantes eram bem aceitos(as) pelo regime político vigente e que havia uma política de seleção de perfis de imigrantes conforme os interesses político-econômicos e sociais. Os relatos de imigrantes racializados(a) sobre a ditadura, apontados nesta seção, são bem diretos, mostrando algumas violências praticadas pelo regime.

Em síntese, o capítulo procurou compreender a emigração de brasileiros(as) ao país vizinho em seus aspectos políticos, econômicos e sociais. Emigração que surge como consequência de aproximações diplomáticas como objetivos geopolíticos entre Paraguai e Brasil, representada em uma série de acordos e obras, e através do incentivo do governo ditatorial paraguaio que visava a modernização agrícola na região Oriental.

Cabe destacar, ainda, a modernização agrícola, que adotada e posta em prática no Brasil, principalmente em estados do Sul, mostrou-se excludente, seletiva e contraditória. Pois, de um lado, aumentou a produção agrícola, introduziu no campo todo o pacote tecnológico, aumentando a geração de riquezas. Por outro lado, acarretou a expulsão dos(as) pequenos(as) agricultores(as) e de trabalhadores(as) remunerados(as) do campo, ocasionando um enorme problema agrário e social.

Nesse sentido, a emigração tem como causas diretas o processo de modernização agrícola conservadora que não mexeu na estrutura agrária, aumentando a concentração massiva de terras; movimentos espontâneos em busca de terras, em um contexto de fracionamento das pequenas propriedades de origem; e a construção da Itaipu, que acarretou a expulsão de inúmeras famílias lindeiras.

Entre os aspectos sociais, as redes, tanto sociais como familiares, entre outras, tiveram um papel relevante, incentivando a compra de terras, a emigração e a inserção naquele país, em um momento em que os desafios para o estabelecimento eram maiores, considerando também o contexto político de ditadura,

por vezes, favorável à presença brasileira de um grupo de brasileiros(as), por vezes não para outro grupo.

Dessa forma, o capítulo contribuiu para a compreensão do contexto histórico que levou à emigração de brasileiros(as) ao Paraguai, a partir de histórias de vidas de emigrantes múltiplos que partiram e percorreram diversos territórios, de distintas classes sociais, étnicas e raciais, com diferenças de idade e gênero, vivenciando, com isso, distintas mobilidades e se inserindo de diferentes formas no Paraguai, ali tornando-se imigrantes. Essa leitura é fundamental para a compreensão da multiplicidade na migração de retorno.

No segundo capítulo, é analisada a presença brasileira no Paraguai, nos seus aspectos sociais, com as redes transnacionais e transfronteiriças; nos aspectos econômicos, voltados ao agronegócio; a influência brasileira na política e a irregularidade jurídica; os conflitos ligados às questões fundiárias e ambientais entre campesinos, indígenas, imigrantes e seus filhos; e os limites do serviço público no Paraguai. Portanto, fatores múltiplos que levam ao êxodo rural de muitos(as) brasileiros(as), indígenas e paraguaios(as), e a migração de retorno para o Brasil.

2.

A presença de imigrantes brasileiros(as) no Paraguai:

um cenário de conflitualidades

"... pensava em ir para o Paraguai, fazer um dinheirinho e depois voltar, mas daí a gente foi ficando, foi se casando..."
(V.F., 2018[20]).

O presente capítulo busca contextualizar aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da região Leste do Paraguai, envolvendo imigrantes brasileiros(as), em especial, no setor agrícola, utilizando-se da bibliografia sobre a temática e da fonte oral, a partir de entrevistas com imigrantes que residiam nos Departamento de Alto Paraná, Itapúa e Caazapá, visando compreender alguns fatores que levaram ao retorno.

O capítulo mostra, ainda, os diferentes tipos de redes transnacionais ou transfronteiriças, constituídas pelos(as) imigrantes; discute a identidade brasiguaia, negociada nesse espaço de contato entre os dois países; levanta a problemática da irregularidade da documentação entre os(as) imigrantes e suas implicações; e aborda aspectos das políticas públicas e sociais na fronteira paraguaia em um contexto de busca por serviços públicos no Brasil.

[20] Entrevista realizada no estabelecimento comercial do entrevistado, em Santa Rita, em julho de 2018.

Além disso, o capítulo analisa as diferentes formas de inserção dos(as) entrevistados(as) na atividade agrícola; o processo de modernização e o agronegócio na região - modelo neoextrativista adotado pelo Estado do Paraguai - e a presença de transnacionais nesse setor; contextualiza o aspecto fundiário paraguaio, tanto no passado quanto no presente, para entender as desigualdades em torno da distribuição de terras e algumas irregularidades; estuda os conflitos, envolvendo uma parcela de imigrantes brasileiros, seus descendentes paraguaios e paraguaios natos em torno da questão agrária e dos impactos sociais (principalmente para os povos indígenas), políticos, ambientais e econômicos ocasionados pelo agronegócio.

2.1. Imigrantes brasileiros(as) articulados(as) em redes

A presença de imigrantes brasileiros(as) nos departamentos fronteiriços, como de Alto Paraná, é expressiva. Segundo Souchaud (2007), através dessa presença, houve no território paraguaio uma revolução social, demográfica e econômica. Revolução própria de um modelo tipicamente neocolonial, em que o desenvolvimento da região Leste do Paraguai segue sendo tendencioso, intensamente seletivo e orientado, consequência da enorme dependência externa.

Essa migração foi caracterizada, na maioria das vezes, pela existência de vínculos entre seus(suas) membros(as), o que possibilita a criação de redes. Tais redes podem se apresentar de múltiplas formas. Essas, segundo Tedesco (2022a, p. 288), mostram "interesses, estratégias, otimização de fatores", comprovando "que imigrantes são também sujeitos e atores de um amplo processo relacional e intencional que os mobiliza nos espaços e que demonstra o dinamismo da migração e dos imigrantes na sua dimensão internacional".

Conforme o primeiro capítulo, as redes construídas pelos(as) imigrantes em solo paraguaio foram importantes para a emigração e fixação no Paraguai. Neste capítulo, a intenção é mostrar e tipificar as redes transnacionais e transfronteiriças construídas por esses(as) imigrantes, ligando país de origem e destino. As redes, com o passar dos anos, no caso dos(as) imigrantes brasileiros(as) no Paraguai, foram se modificando e ampliando, dando origem a outras, como as

transfronteiriças, que reforçam o vínculo afetivo, econômico e social desses(as) imigrantes com seu país de origem na fronteira. Outra rede é a transnacional, afinal, o transnacionalismo só acontece através de redes, nem que seja somente pelos processos de comunicação.

Atualmente, para Cavalcanti e Parella (2013, p. 11), com as novas tecnologias na área do transporte e comunicação, entre outros fatores, acelerou-se a diversificação e multiplicação de conexões transnacionais. Tendo *"un 'antes' y un 'después' en la configuración de redes y conexiones transnacionales y en sus impactos, así como en la tensión entre localidad y globalidad"*. Através dos meios de comunicação atuais, segundo Tedesco (2022a, p. 293), "a dimensão transmigrante pode fazer com que sejam desenvolvidas formas de participação [...] da vida social dos dois países (origem e destino)".

De acordo com Szekut (2018, p. 304), entre os(as) imigrantes brasileiros(as) no Paraguai e os(as) que permaneceram no Brasil, surgem redes transnacionais como "uma estratégia de reprodução, na qual a fixidez e a mobilidade se retroalimentam e formam campos sociais transnacionais, compostos por interesses econômicos, políticos, socioculturais". Somando-se às redes transnacionais, aparecem outras considerando a realidade de vida, de produção, o compadrio, as políticas, ou seja, em várias áreas de interesses. Os diferentes vínculos entre os(as) imigrantes levam ao surgimento de redes de relações e formam uma nova territorialidade na região. As redes formadas pelos(as) imigrantes "numa dimensão transnacional, colocam em xeque a soberania do Estado-nação, o poder deste em regular as ações de fronteira e os imigrantes no interior do território" (Tedesco, 2022a, p. 292).

Quando falamos de sujeitos que estão na fronteira, nos referimos a estes(as) como transfronteiriços(as). Isso pelo fato deles(as) cruzarem constantemente e com facilidade a fronteira entre os dois países, criando, assim, as suas redes nesse espaço, onde encontra-se envolvida mais uma questão geográfica de proximidade. Estes(as) mesmos(as) sujeitos podem também manter redes transnacionais, que são redes mais distantes da região de fronteira. É importante considerar que as redes transfronteiriças podem entrar nas redes transnacionais, mas isso não necessariamente acontece de forma inversa.

Em estudos nos países do Mercosul, Argentina, Uruguai e Paraguai, Haes-

baert e Bárbara (2001), tipificam as diversas redes transfronteiriças brasileiras que identificam. Essas redes transfronteiriças "brasileiras" que atuam, com maior ou menor intensidade, também na Argentina e Uruguai, possuem especificidades dentro de cada realidade.

A primeira rede apontada é da economia legal, no comércio de produtos entre os países, em que muitos empresários brasileiros possuem, nos dois territórios nacionais, cooperativas e empresas individuais. A segunda rede é a ideológico-cultural, ligada à cultura e identidade, muito forte entre os(as) imigrantes, através da língua portuguesa, meios de comunicação brasileiros, dos CTGs no Paraguai. A terceira é a rede de parentesco entre os(as) imigrantes e seus familiares residentes no local de origem. A quarta é a rede de movimentos sociais, no caso, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e da Pastoral do Migrante. A quinta, a rede político-eleitoral, onde imigrantes brasileiros(as) cruzam a fronteira para votar em candidatos brasileiros em troca de benefícios. A sexta é a rede de serviços públicos, como educação, saúde, aposentadoria e benefícios previdenciários, mesmo estando no Paraguai. E sétima, a rede de economia ilegal, que nem sempre envolve migrantes, mas opera muito com desempregados(as) e trabalhadores(as) precarizados(as) (Haesbaert; Bárbara, 2001).

Em outro estudo a respeito das redes, Haesbaert (2012, p. 197) aponta a formação de redes regionais no interior do Brasil e transnacionais "gaúchas". Quanto às redes transnacionais, no caso específico, do Paraguai, algumas situações mostram nitidamente o transbordamento das fronteiras internacionais e a constituição de rede transfronteiriça, que, dependendo da situação, pode ser "'brasiguaia', brasileira e 'gaúcha'. Ligado à rede cultural gaúcha, identificamos pelo menos dois Centros de Tradições Gaúchas no Paraguai", em Santa Rita e San Alberto. No primeiro distrito, o CTG tem vínculo com o Centro Tradicionalista de Guarapuava, localizado no estado do Paraná. Já no segundo distrito, devido à reação contrária de paraguaios, o nome da instituição foi substituído para "Centro de Tradições Guaranis". Contudo, o nome é apenas "fachada" para as atividades tradicionalistas gaúchas continuarem.

Ainda sobre as redes transnacionais, o geógrafo ressalta que elas "vão muito além do caráter 'gaúcho' de suas conexões, e abrem-se para problemáticas mais amplas, envolvendo a geopolítica internacional no interior do Mercosul" (Haes-

baert, 2012, p. 197), o que provoca frequentes protestos de camponeses paraguaios contrários à presença de imigrantes brasileiros(as) na política, como no caso de San Alberto, que elegeu como intendente[21] um brasileiro.

Nos trabalhos de campo do Mestrado, do Doutorado e na vivência em Santa Rita, mediante observações, diálogos e entrevistas no Paraguai e com migrantes retornados(as) em municípios fronteiriços do Paraná e em São Paulo das Missões, no Rio Grande do Sul, percebe-se a existência das seguintes redes transfronteiriças e transnacionais, conforme o Quadro 2 (na próxima página).

Aqui, podemos pensar também nas redes sociais ligadas à internet[22] que são intensamente utilizadas por imigrantes e seus(suas) descendentes. Através delas, por vezes, eles(as) têm conhecimento de fatos que se passam no Brasil antes de fatos que se passam no Paraguai. Percebeu-se, também, uma participação ativa desses(as) nas campanhas para a presidência no Brasil, nas eleições de 2018 e 2022, através de postagens em redes sociais, na maioria das vezes apoiando a extrema direita.

Através das redes, os(as) imigrantes e seus(suas) descendentes mantêm laços com familiares que residem no país de origem, articulando estratégias para buscar serviços mais baratos e de melhor qualidade entre um dos países. Essas ferramentas foram e continuam sendo fundamentais no período em que o acesso de brasileiros(as) ao país vizinho foi impedido devido à pandemia, pois, por meio delas, famílias puderam manter seus vínculos afetivos e auxiliarem-se em demandas.

A aproximação entre imigrantes da mesma nacionalidade é normal e, muitas vezes, algo otimizador (Tedesco, 2022a). Nesse sentido, na medida em que as relações se ampliam, as redes se tornam ainda mais transnacionais e transfronteiriças, fato que já acontecia no processo de colonização, mas que, a partir do estabelecimento destes(as) nos novos espaços, torna-se maior. As redes transfronteiriças, constituídas nos territórios de fronteira dos dois países, e as redes

[21] Equivalente a prefeito no Brasil.

[22] Aqui se faz necessário fazer uma distinção entre as redes sociais e redes sociais da internet. A primeira se caracteriza por ser de sociabilidade, entreajuda, conectando familiares, amigos(as), conhecidos(as) e instituições entre espaços. Já a segunda é mais recente, se caracteriza por ser de entretenimento, comunicação e instantaneidade, além de possibilitar a articulação entre espaços. Ambas as redes estão presentes nos processos migratórios, mas as redes sociais de internet dependem das redes sociais.

TIPOS DE REDES	DESCRIÇÃO DAS REDES
Rede cultural	Manifesta-se no envolvimento entre CTGs do Brasil e do Paraguai, onde os grupos das instituições do país vizinho participam de eventos no Brasil. Bandas típicas alemãs, populares "bandinhas", como a Banda MILENNIUM, Festas de famílias ligadas ao sobrenome, que integram sujeitos de ambos países. Festas, como a Kerbfest, em São Paulo das Missões, que acabam trazendo grupos de imigrantes do Paraguai. Além da Língua Portuguesa dentro da grade de programação em alguns distritos. Exemplos: Rádio Luz FM, em Santa Rita, e canais de TV brasileiros.
Redes econômicas	Voltadas ao agronegócio, também conhecidas como redes de agronegócio, permitem a circulação de produtos agrícolas, bens e maquinários entre os dois países. Por exemplo: no caso do Paraguai para o Brasil, a soja; no caso inverso, o fumo, alguns maquinários e bens, entre outros itens.
Redes parentais	Constituídas por familiares nos dois países, permitem circulação, visitas e estadia nos dois países, o que facilita um possível retorno, ao mesmo tempo em que diminui a distância e a saudade entre os(as) membros(as). Além disso, possibilita aos(as) moradores(as) fronteiriços(as), auxílio na busca de serviços públicos ou particulares. Aqui podemos acrescentar não só as redes parentais, pois outros contatos fora dos círculos familiares podem possibilitar o serviço necessário nas áreas da saúde, da educação ou da previdência social.
Redes políticas	Um grupo de entrevistados(as) afirmam votar tanto no Brasil como no Paraguai. Na nossa percepção, estes(as) imigrantes apoiam candidatos brasileiros, que representarão os seus interesses como cidadãos(cidadãs) brasileiros(as), como em situações de conflitos agrários ou busca de serviços públicos do lado brasileiro. Já no Paraguai, os(as) imigrantes se articulam buscando com que seus representantes sejam eleitos. Como exemplo, tem-se o caso presenciado em trabalho de campo em Santa Rita, no dia da eleição para presidente, em abril de 2023, onde na frente das seções eleitorais, no centro do distrito, um número significativo de filhos(as) de brasileiros(as), nascidos(as) no Paraguai, mas residentes no Brasil, que cruzaram a fronteira para votar.

Quadro 2. Redes constituídas entre imigrantes brasileiros(as) no Paraguai. Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo em julho de 2018, janeiro de 2019; entrevistas *online* em 2021; entrevistas *online* em janeiro de 2022, e presenciais em maio de 2022, e janeiro, abril e maio de 2023; e em breve vivência em Santa Rita, PY, entre fevereiro e julho de 2009.

transnacionais, que ligam locais ou países mais distantes, possibilitam ao(a) imigrante a manutenção de vínculos com o país de origem, podendo ser de ordem política, econômica, ou afetiva, além de viabilizarem estratégias para fazer uso de serviços em ambos os países e possibilitarem a manutenção da identidade cultural.

Em síntese, conforme Tedesco (2022a, p. 285), "Há vários tipos de redes. Elas se alimentam e se baseiam mediante várias deliberações e intenções, e pela natureza dos contextos sociais que articulam, fazem mediação e vinculam". Ou seja, as várias redes, mesmo sendo distintas não são independentes entre si, uma se sustenta na outra e um mesmo sujeito, família, grupo, pode ativar todas redes ao mesmo tempo e no mesmo espaço.

Ainda com relação à identidade desses(as) imigrantes, é importante destacar a "brasiguaia", que surge no contexto de mobilidade transnacional e transfronteiriça; identidade também construída em redes organizadas para o retorno.

2.1.1. Brasiguaios(as), quem são?

No final da década de 1980, uma parcela de brasileiros(as) retornou articulados(as) em grupos ao Brasil, objetivando o acesso a terras próprias, especificamente ao estado do Mato Grosso do Sul. Nesse contexto, ligado a uma dimensão política para identificar este grupo de retornados(as), vemos surgir o termo *brasiguaio.* Posteriormente, a identidade invocada na luta pela terra foi assumida por diferentes grupos de brasileiros(as) que se estabeleciam no país vizinho ou retornavam. Entretanto, a denominação é rejeitada por outros grupos que veem nela algo depreciativo. Desse modo, existem imigrantes que se denominam brasiguaios(as), enquanto outros(as) preferem não se identificar com o termo. Nesse sentido, ressalta-se que existem no Paraguai distintos grupos de imigrantes brasileiros(as), em diferentes situações econômicas.

No meio acadêmico, alguns anos após os primeiros retornos, em sua dissertação de Geografia, Batista (1990, p. 1) afirma que "os brasiguaios são conhecidos como trabalhadores humildes que, sem terra para trabalhar no Brasil, foram expropriados, expatriados pelo processo de modernização da agricultura e vivem no Paraguai". Ainda, "reflete-se nos brasiguaios um forte sentimento de desejo

de voltar para o Brasil" (Batista, 1990, p. 64). Nota-se, assim, que para este autor, o termo denomina brasileiros que ainda estavam no Paraguai e desejavam voltar.

Sprandel[23] (1992), em sua dissertação de Antropologia Social, analisa como a identidade "brasiguaia" surge através do movimento político das famílias de agricultores(as) que retornaram de forma organizada em 1985. Este grupo de retornados(as), bastante distinto, uniu-se em torno da identidade brasiguaia pela terra. Os brasiguaios "são camponeses que exigem da sociedade e do governo brasileiro que reconheça sua condição de brasileiros, beneficiários potenciais da reforma agrária em curso" (Sprandel, 1992, p. 56).

Albuquerque (2005a) apresenta várias definições atribuídas ao termo brasiguaio, identificadas em sua pesquisa de campo para a tese em Sociologia. A primeira é do imigrante pobre que não alcançou progresso financeiro e retornou. A segunda refere-se aos fazendeiros brasileiros que moram no Paraguai. A terceira seriam os filhos de imigrantes com nacionalidade paraguaia. A quarta refere-se aos imigrantes brasileiros e seus descendentes, que mesclam as duas culturas nacionais incorporando alguns elementos da paraguaia. A última contempla todos os imigrantes brasileiros no Paraguai.

Na área de História, Baller (2014, p. 161-162), constata que houve um "alargamento das definições" quanto ao termo brasiguaio, podendo abranger qualquer pessoa que vive no campo ou que tenha alguma atividade no Paraguai. O que fica claro para o autor "é que as mudanças do significado acompanharam o desdobramento do processo histórico pelo qual esse grupo vem passando, ao longo de sua historicidade, desde o século XX".

Albuquerque (2009) também constata, em suas pesquisas de campo, que geralmente esta categoria de atribuição é estigmatizada, e parte dos(as) imigrantes brasileiros(as) preferem ser denominada de brasileiros(as) ou paraguaios(as). Os brasileiros que possuíam algum poder político ou recurso financeiro recusavam o termo "brasiguaio", porque estava ligado a quem não possuía documentos, aos pobres e marginalizados. A rejeição da parte destes grupos que prosperavam é um "critério de distinção de classe". Ser paraguaio, nesse contexto, tem mais

[23] Em artigo, a autora aponta as múltiplas perspectivas, fragmentos e possibilidades de entendimento e alerta para o potencial homogeneizador do termo brasiguaio, que acaba englobando pessoas de diferentes grupos sociais e situações legais (Sprandel, 2006).

importância que ser "brasiguaio". Diante disso, "o termo 'brasiguaio' vivencia e sintetiza a contraditória experiência de conflito e integração na região de fronteiras" (Albuquerque, 2009, p. 158), sendo negociado como identidade pelo imigrante "conforme os interesses" (Albuquerque, 2005a, p. 29).

De acordo com Baller (2014), o termo se apresenta como possuidor de possibilidades, "é manejado conforme a necessidade das pessoas que vivem e fazem parte das fronteiras do Brasil com o Paraguai". É apropriado quando se deseja auxílio social em ambos países, quando utiliza a denominação "a pessoa exerce influência nos meios políticos no País vizinho, pois ela possui o poder de voto e escolha" em ambos os países. A grande quantidade de votantes é importante para a política nos municípios fronteiriços e para sanar as demandas por serviços sociais destes(as) eleitores(as) que estão no Paraguai. Isso também se dá no país de destino. Na luta pela terra, a manipulação do termo é importante em ambos os países para levantar a sua pauta distinta

> [...] uma vez que seus filhos e netos no Paraguai seriam mais brasiguaios e passariam a possuir todos os direitos do *jus solis*, que a Constituição lhes garante. No Brasil eles utilizam a manipulação da identidade ligada ao termo para se diferenciarem dos movimentos que lutam por terras há várias décadas, os brasiguaios acabam planejando novos espaços de reivindicação junto a várias entidades de representação (Baller, 2014, p. 162).

Ainda, em sua pesquisa, o referido autor constata que a "identidade brasiguaia é manipulada pelo sujeito brasiguaio, mas também pelas pessoas que não se definem como brasiguaios, uma vez que, quando lhes é conveniente tal aproximação ao termo é invocada" (Baller, 2014, p. 162). Dessa forma, nota-se que essa identificação é utilizada como uma estratégia pelas famílias brasileiras na região fronteiriça do Paraguai.

É fundamental também considerar que esse termo possui outras compreensões para os pesquisadores paraguaios. Para a professora paraguaia Fernanda Feliú, no livro *"Los brasiguayos: ¿Bandeirantes Modernos?"*, podemos entender que esta compreende que brasiguaios são os imigrantes brasileiros e seus filhos que vivem no Paraguai. Em texto do mesmo livro, Ibars, ao se referir aos brasiguaios, assim se expressa: "*Realidad rotunda, sin retroceso, que es el naci-*

miento de una nueva sociedad pluricultural, la de los brasiguayos" (Feliú, 2017, p. 300). Essa ideia de uma nova sociedade pluricultural, no caso brasiguaia, na qual existe uma integração entre brasileiros e paraguaios, é observada por Feliú em distritos do Departamento de Canindeyú, estudados pela autora.

Segundo Baller e Santos (2014), para Fogel, os brasiguaios são os brasileiros que moram no Paraguai e preservam a identidade do país de origem tendo ou não havido o retorno.

> "Há diferenças, em distinto momento de tempo e em diferentes regiões, e também entre os próprios brasileiros e brasiguaios, nós achamos o brasiguaio um problema" [...] porque teoricamente são os que mantêm a identidade brasileira, o grande problema do Paraguai é que estamos muito longe da justiça e muito próximos do Brasil, isto é o nosso maior desastre, Brasil é o país mais poderoso, é o país que mais se desenvolveu na região, e assim, conseguem nos colonizar facilmente se integrando ao nosso meio como imigrantes, se não conseguem colonizar as terras do Paraguai, eles disputam a divisa (entrevista com Fogel em 2006, realizada por Baller e Santos, 2014, p. 4).

Ainda, de acordo com Baller (2014, p. 151): "a situação de fronteira resulta em uma especificidade e se dá em relação à exposição do sujeito brasiguaio nessa fronteira. Isso porque o grupo ou o sujeito social que está na fronteira é diferente". Logo, "a sua especificidade na "situação de fronteira" se apresenta "como uma atitude, um valor específico do sujeito".

> O termo pode ser associado a uma identidade de fronteira, híbrida, formada pela junção de duas, ou mais identidades nacionais, brasileira, paraguaia, indígena, e de descendência. Ao longo dos anos, tal hibridismo passa a significar uma identidade ambígua e negociada, e, na maioria das vezes, ela aponta direção dos interesses que o grupo, ou o sujeito evoca, e não necessariamente uma identidade que se forma por meio de práticas culturais e sociais que a comunidade manifesta (Baller, 2014, p. 153).

Em seus estudos na área da Demografia, Marques (2009, p. 3) define os brasiguaios como "indivíduos transnacionais", justamente pelo fato destes mes-

clarem as culturas e terem vínculos da ordem política, econômica e social nos dois países. Essas pessoas têm nacionalidade brasileira e/ou paraguaia, caso dos filhos de brasileiros que formam a segunda geração de imigrantes que moram no Paraguai e que utilizam "estratégias de adaptação e sobrevivência mais baratas e seguras, se comparados a outros transmigrantes".

Com base nessas referências e através da análise das entrevistas realizadas em pesquisas passadas e atuais, percebe-se que essa identidade não é assumida por todos(as) os(as) imigrantes brasileiros(as), retornados(as) ou não. Supomos que isto se dê pelo contexto em que esses(as) imigrantes estão inseridos(as) no Paraguai ou no Brasil ao retornarem, o que difere da realidade dos(as) retornados(as) incluídos(as) nos movimentos que lutaram ou lutam por terras no Brasil. Ou seja, são realidades diferentes. Porém, como os autores apontam em seus trabalhos, essa identidade é manejada e negociada, a fim de possibilitar acesso aos benefícios de diversas ordens em ambos os países.

Diante dessa realidade de hibridismos próprios da fronteira e de jogos identitários, considerando o que nossos(as) entrevistados(as) trazem em suas falas, optamos por nos referir a eles(as) ao longo de nosso trabalho como migrantes retornados(as), sem desconsiderar esta identidade dos(as) imigrantes. Sujeitos que, em território paraguaio, estiveram presentes de forma regular ou irregular quanto à questão documental.

2.2. A documentação dos(as) brasileiros(as) no Paraguai: uma incerta permanência em terras paraguaias

Entre uma boa parte dos(as) imigrantes brasileiros(as), um dos principais problemas foi, e ainda é, a questão da documentação. Para aqueles(as) que tinham maiores recursos financeiros e instrução, a documentação, por vezes, era expedida com facilidade, por outras vezes não. Já, para outros(as), residir no país vizinho na irregularidade[24] durante boa parte ou em todo o período de permanência no país, era algo comum.

[24] A maioria dos(as) imigrantes brasileiros(as) estava em situação irregular no Paraguai, pois não podia apresentar, se fosse preciso, comprovante de entrada no território daquele país. Algo de conhecimento de todos(as), que, de alguma forma, favorece a todos(as) (Souchaud, 2007).

Conforme Palau (2000), muitos(as) imigrantes brasileiros(as) no Paraguai não tinham documentos, especialmente na década de 1970, pois no Brasil, naquele tempo, não se exigia documentos e, para aqueles(as) que viviam longe dos centros urbanos, ainda menos. Havia casos de famílias sem documentos, com filhos(as) sem registro, tanto no Brasil como no Paraguai. Quanto às crianças, entre 20% a 30% não possuíam documentos. Entre as razões para a falta de documentos, estava: a falta de informação, problemas financeiros da família e a espera para registrá-los no Brasil. Além disso, entre aqueles(as) que tinham documentos, havia casos de duplo registro nos dois países.

Em entrevista com integrante da Pastoral do Migrante de Santa Rita, PY, percebe-se problemas no encaminhamento de papéis para a elaboração de documentos dos(as) imigrantes, sendo o principal a corrupção[25]. Conforme relato: "Como o imigrante, principalmente o brasileiro, quer as coisas rápido, aí quando você quer as coisas rápidas, começa a corrupção, aí começa a exploração. As próprias autoridades paraguaias dificultavam para de repente ter a oferta de uma coima [propina]" (Integrante[26] da Pastoral do Migrante de Santa Rita, Foz do Iguaçu, 2019).

Diante disso, sabendo dessa irregularidade, a instituição se posicionava de forma contrária a essa prática e, por causa disso, sofria represálias das autoridades paraguaias responsáveis e de imigrantes. De acordo com o entrevistado: "eles dificultavam a documentação elaborada pela Pastoral do Migrante. E daí, teve gente que condenava a Pastoral. Isso até hoje acontece" (Integrante da Pastoral do Migrante de Santa Rita, Foz do Iguaçu, 2019).

Sobre os primeiros tempos no Paraguai, conforme a Comissão Pastoral da Terra (1979), quando se encaminhava o processo para conseguir a documentação pessoal por meio de um agente correto, a documentação era expedida com certa facilidade. No entanto, muitos(as), para conseguirem o documento válido, tiveram que pagar duas ou até três vezes. Já outros(as), não conseguiram os documentos e perderam dinheiro investido. De acordo com Souchaud (2007),

[25] Albuquerque (2005a) constata que não havia empenho na regularização, pois os funcionários das alfândegas recebiam propinas dos brasileiros que estavam de forma irregular no país. Além disso, a regularização era dificultada para que estes imigrantes não concorressem a cargos políticos nos distritos.

[26] Entrevista presencial, na Casa do Migrante.

o(a) imigrante brasileiro(a) que buscava a sua regularização, teria que ter muita paciência se não quisesse pagar caro pelos documentos, que, por sua vez, mesmo sendo pagos, não estavam garantidos.

No caso de Marina, o fato de não ter os documentos de imigrante impediu o seguimento dos seus estudos, com a entrada no ensino superior naquele país, algo que deseja muito fazer. Ao terminar o Ensino Médio, descobriu que o certificado de conclusão não seria válido para entrar em uma faculdade, por não ter documentação paraguaia. Como afirma: "eles falaram assim: 'Tá, mas como tu vai pegar o certificado se tu não tens o documento paraguaio?' 'Como você não tem?' Eu tenho o certificado, eles me deram como brasileira lá, sem documento" (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023). Diante dessa dificuldade, a entrevistada pressionava seus pais para conseguir seu documento.

> [...] aí meus pais começaram a correr atrás para conseguir. Gastaram um monte! Aí veio aquele protocolo que você recebia. Aquilo eu carimbei tanto que não dava para mais ver, que depois não aceitavam mais. Meu documento não veio. A minha mãe sempre diz que gastou um monte de vaca para fazer o meu documento e nunca veio (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023).

Após a análise de várias entrevistas realizadas com mulheres retornadas do Paraguai, podemos constatar que, como no caso da entrevistada, algumas mulheres viviam naquele país sem nenhum documento, quanto muito um *permiso*[27]. Algumas até tinham *permiso*. O que nos leva a supor que, nesses casos, devido aos custos para a emissão dos documentos, apenas ou, em um primeiro momento, o marido fazia os seus pelas necessidades dos trabalhos, propriedades e locomoção, para só depois a esposa fazer a sua documentação.

Para Marina, a situação tornou-se ainda mais complicada quando foi deti-

[27] O *permiso* de turista, válido por três meses, foi a alternativa utilizada por muitos(as) imigrantes. O documento é gratuito para cidadãos(ãs) dos países que formam o Mercosul. Como os(as) imigrantes cruzam frequentemente a fronteira, o *permiso* pode ser renovado facilmente. A regularização como imigrante requer como documentos: *admisión permanente, radicación ou carné de inmigrante* e a *célula de identidad*. Os dois documentos têm validade de 10 anos. Com o carnê de imigrante, podem solicitar a *Célula de Identidad Civil de la República del Paraguay*. Com esses documentos, os(as) imigrantes podem participar de forma legal na economia e na política distrital do Paraguai (Albuquerque, 2005a).

da por não ter documentação. Numa noite, após o término da aula de informática, acompanhada pelo namorado, foi abordada por policiais.

> No que a gente saiu, eram duas, três quadras de onde eu estava morando, de repente a polícia parou nós e pediu o meu documento. Eu nem tinha o documento junto. Eu falei: "Óh, tá ali, eu vou ali buscar", mas não adiantava nada, porque eu não tinha. O meu marido teve que me bancar para me retirar. Ele pagou 800 mil guaranis para me soltarem (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023).

Quando Marina foi morar e trabalhar em Raul Penã, conheceu o seu marido, filho de imigrantes brasileiros com nacionalidade paraguaia, que passou a buscar a documentação da esposa. Depois de tentativas frustradas, o documento só foi expedido com o casamento civil do casal. Dessa forma, a entrevistada, em seis meses, conseguiu a documentação que necessitava. Nesse contexto, observa-se que a cidadania paraguaia deste filho de imigrantes teve importância fundamental para a agilidade no processo.

Entretanto, mesmo tendo nacionalidade paraguaia pelo nascimento, não havia garantia de acesso aos demais documentos paraguaios para alguns(algumas) filhos(as) de imigrantes brasileiros(as). Como no caso de Ester:

> Eu não podia fazer esse bendito RG por motivo do meu sobrenome, porque o meu sobrenome é Amâncio Fermino, e Amâncio para eles lá [Paraguai] é nome e Fermino é nome também. E o que aconteceu? Com aquela ânsia, vontade de querer estudar, ser uma pessoa diferente do que foram meus pais, que só sofreram na roça, eu não tive o privilégio de estudar. Não consegui estudar. Fui, conversei com a diretora do colégio, supliquei para ela que fizesse a inscrição igual, que assim que eu conseguisse o meu RG, lançasse tudo. [Diretora:] "Não pode, não tem" (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

No relato de Ester, percebe-se como a questão da documentação afeta também alguns(algumas) filhos(as) de imigrantes brasileiros(as) nascidos(as) no Paraguai, condicionando-os(as) a uma situação que os(as) impedem de acessar

direitos como cidadãos(cidadãs) paraguaios(as). Nesse caso, pela falta de documentação tanto paraguaia como brasileira, essa acabou ficando em uma situação quase de apátrida, pois tinha apenas a certidão de nascimento.

Ainda, conforme o relato de um migrante retornado, havia insegurança quanto à validade da documentação para transitar entre os distritos. Este fato acabou sendo considerado também como uma motivação para o retorno ao Brasil. No período em que residia em Los Cedrales, quando não havia ainda o distrito, a colônia pertencia a Porto Franco, e esse distrito:

> [...] exigia para nós: "Óh, você precisa deste documento para poder transitar aqui no Paraguai". A gente saia dali e ia para Hernandarias com aquele documento, aí diziam eles lá que o documento não valia, que esse documento era municipal. Então era aquela coisa, né? A gente nunca estava seguro, nunca tinha a certeza do que estava sendo certo ali. Por isso era difícil (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019).

Os documentos para circulação expedidos por um distrito, poderiam não valer para outro, que, por sua vez, possuía distinta documentação. Diante da abordagem nas estradas, ao perceber essa situação, a polícia cobrava determinada quantia de dinheiro para permitir a circulação: "e todo o lugar que parava também, já sabia que iam morder, como se diz, pedir dinheiro" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019).

Os problemas em torno da documentação também acabam influenciando diretamente no retorno para o Brasil. Um exemplo é o caso de Vilson que, por não ter documentos paraguaios, tinha muita dificuldade ao circular pelas estradas paraguaias como motorista de caminhão. O interlocutor, que trabalhou por 17 anos nesta função, devido aos altos custos e o longo tempo necessário para que os documentos ficassem prontos, se viu obrigado a voltar para o Brasil.

Atualmente, Vilson trabalha auxiliando paraguaios(as) a conseguirem sua documentação para trabalhar e residir no Brasil e brasileiros(as) que retornaram a regularizar sua situação de documentação. Acompanhando os(as) solicitantes até a Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu, este já ajudou muitas pessoas a conseguirem seus documentos. Diante desta afirmativa, aproveitamos para questio-

ná-lo sobre a irregularidade entre os(as) brasileiros(as) no Paraguai. Este assim nos respondeu:

> Olha, lá dentro tem bastantinho. Só que diz que agora tá complicado para quem não tem. Por isso, tá vindo muita gente para cá. Olha, tem gente que vem de lá, menina, com 30, 40 anos, 45 [sem documento]. Eu já peguei gente, hoje já está morto, mas veio de lá [Paraguai] com 72 anos, não tinha nem registro brasileiro nem paraguaio. Era uma sombra que a gente via ali, mas não existia (Vilson, São Miguel do Iguaçu, 10 de mai. 2022).

No caso relatado pelo entrevistado, com o seu auxílio, o imigrante conseguiu todos os documentos brasileiros e, inclusive, a aposentadoria, que saiu alguns meses após a emissão dos documentos. Segundo o seu relato, existem casos de migrantes retornados(as) que voltam sem documentos e de filhos(as) de migrantes retornados(as) que nem o nome sabem escrever, necessitando registrar suas digitais nos documentos emitidos no Brasil.

A situação é descrita pela coordenadora da Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu, PR. Ainda, nos primeiros anos de fundação da instituição, esta constatou que um dos "principais problemas apresentados pelos brasileiros residentes no Paraguai ou retornados do Paraguai, bem como dos paraguaios residentes em Foz do Iguaçu, estão relacionados com a falta de documentação para regularizar sua situação migratória" (Mezzalira, 2010, p. 280).

Contudo, para quem possuía mais recursos financeiros e adquiria suas terras, a documentação de imigrante era expedida com facilidade. Com a *Imigrante,* em pouco tempo, estes recebiam a escritura da propriedade. Já entre os(as) arrendatários(as)[28], responsáveis pela abertura do mato para o cultivo e futuramente mecanização, pessoas mais pobres e com pouca instrução quanto às leis do país vizinho, portando ou não documentos brasileiros; a situação era ainda mais difícil, em especial, quando buscavam registrar filhos(as) nascidos(as) no Paraguai.

A irregularidade na documentação pessoal também dificultava a aquisição de bens e terras, impedindo a obtenção da documentação legal destes. Dessa for-

[28] A irregularidade na documentação estendia-se aos(as) trabalhadores(as) diaristas que circulavam na fronteira (Viladesau, 2013).

ma, a questão da documentação tornou-se um dos fatores determinantes para o retorno de muitos(as) brasileiros(as), que, estando em situação irregular e trabalhando em terras também irregulares, passaram a ser expulsos(as) ou ameaçados(as). Essa problemática teve mais visibilidade na década de 1980, momento em que tivemos um expressivo retorno de brasileiros(as) para o estado do Mato Grosso do Sul (Sprandel, 1992). Porém, como apontam os relatos, é ainda um problema presente entre imigrantes e seus(suas) filhos(as).

2.3. A dinâmica produtiva agrícola familiar entre 1960 a 1990

Ao se estabelecer no Paraguai, os(as) imigrantes brasileiros(as) de perfis econômicos, culturais e sociais diferentes, passam a cultivar a terra de tal forma que o espaço vai sendo transformado. O início da atividade agrícola seguiu, em parte, a mesma dinâmica ocorrida nas colônias dos estados do Sul do Brasil, com base em características da agricultura familiar[29].

Após a derrubada das árvores maiores, era necessário realizar a destoca. Quando a família não possuía condições financeiras de executá-la por meio de máquinas maiores, como o trator esteira, derrubava as árvores com machado ou motosserra, fazia o roçado e queimava, possibilitando os primeiros plantios. No espaço ocupado, a prática da coivara era frequente neste contexto.

Um dos primeiros cultivos realizados pelos(as) imigrantes brasileiros(as) no Paraguai foi a menta. Esse trabalho foi desenvolvido quase que integralmente através da força braçal, onde proprietários de áreas, ainda em mato, conforme relato de Antônio, realizavam uma espécie de contrato de arrendamento com trabalhadores(as), naturais do Sudeste e Nordeste brasileiro para desmatar a terra e cultivar a menta. O entrevistado, com base no que viu na propriedade do sogro, relata a forma de plantio:

[29] Com base em Tedesco (2022b, p .10), entende-se que agricultura familiar no Brasil é múltipla, "diferenciada em termos de regiões no país, no interior de micro espaços, nas identificações das políticas públicas, nos formatos produtivos e de estrutura fundiária, a qual, também, em nível de país, possui ingredientes específicos".

> Você tem que limpar o mato, só deixar os tocos. É duro! Eu vi esse processo, é carpir, rastelar tudo e jogar ao redor dos tocos. Primeiro, precisa derrubar o mato, queimar ele, depois picar, amontoar nos tocos e queimar, depois plantar a muda em dia de chuva. Misericórdia!!! As mulheres mineiras trabalhavam, trabalhavam com filhos. Depois de quatro, cinco anos, a terra está mansa [...] é só pegar uma esteira, limpar e plantar soja (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

A narrativa de Antônio descreve o trabalho exaustivo realizado até a terra estar propícia para a mecanização e introdução de outros cultivos. Nele, as mulheres mineiras, mesmo com filhos(as), certamente pequenos(as), dedicavam-se com enorme esforço físico. Enfrentava-se o roçado, o trabalho no meio dos tocos carbonizados e os dias de chuva, necessária para o plantio das mudas de menta. A menta também era cultivada por sulistas, como no caso de Isabel e o esposo, no primeiro lugar em que residiam, Km 32, distrito de Carlos Antônio Lopes, no Departamento de Itapúa.

> Nós fomos arrendar umas terras lá para se fazer um pouquinho, só que lá não precisava entregar a renda, né? Os alemães davam as terras para os peões limparem, aí podiam colher tranquilo, só que depois, quando estava tudo limpo, tinham que entregar [...]. Depois, quando estava todo o mato derrubado, quando só havia os tocos e todas as terras estavam limpas, nós tínhamos que entregar. Mas antes podíamos plantar e não precisávamos entregar nada (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

Conforme a fala de Isabel, enquanto as terras ainda estavam cobertas de mato, estes tinham permissão para trabalhar nelas e guardar para si tudo o que produzissem, sem pagar nenhuma renda ao proprietário. Porém, quando o terreno estava pronto para a atividade agrícola mecanizada, eles deveriam devolver ao seu dono.

A atividade do campo realizada, em boa parte, de forma braçal, ocupava toda a família, algo complexo quando se tinha filhos(as) pequenos(as) e não se tinha com quem deixá-los(as), o que forçava as mães a levar seus(suas) pequenos(as) aos trabalhos.

> Tinha que ir junto roçar capoeira. O M... [filho] era pequeninho, aí nós fazíamos um buraco e sentávamos ele lá dentro, socávamos e fechávamos para ele não vir atrás, dávamos uma colher para ele brincar com a terra. Às vezes, ele pegava no sono, deitava e dormia. A gente só cuidava, porque tinha bastante cobra. Os primeiros anos no Paraguai foram sofridos! No começo, este Paraguai foi muito sofrido para nós (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

Conforme descreve Isabel, os seus primeiros anos no Paraguai foram muito difíceis. O casal não tinha condições de comprar terras. Por isso, era forçado a migrar em busca de trabalho, muitas vezes temporário. O trabalho, conforme Sayad (1998, p. 56), é o que "fez 'nascer' o imigrante, que o fez existir; e é ele, quando termina, que faz 'morrer' o imigrante, que decreta a sua negação ou que empurra para o não-ser". Assim, a família migrou para Santo Cristo, local em que trabalhou por alguns meses em uma discoteca e, ao encontrar uma oportunidade de trabalho em uma fazenda de um imigrante alemão em Dos Hermanos, migrou para esta localidade do distrito de Iruña, no Departamento de Alto Paraná.

> Lá moramos nove anos naquela fazenda. E dentro daqueles nove anos, eu tive a P..., a filha. Lá, as condições já eram um pouco melhores, já podíamos comprar bolacha, essas coisas. Meu!!! O M... sempre falava: "Mãe, agora que você tem a maninha, compra bolacha, mas quando a mãe tinha [só] eu não comprava bolacha". Daí eu falava: "M..., a gente era pobre!" (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

Segundo a entrevistada, somente nessa migração, as condições financeiras da família passaram a mudar, o que possibilitou adquirir bens e alimentos que até então não eram acessíveis para o casal. Muitos(as) imigrantes se encontraram na condição de Isabel, famílias de brasileiros(as) que tiveram que vender sua força de trabalho, a fim de garantirem o mínimo para a sobrevivência, para só depois, quando fosse possível, pensarem na aquisição de bens de consumo ou propriedades.

No caso da entrevistada, aos poucos o casal foi conquistando os seus bens, o que levou à admiração e surpresa dos familiares que estavam em São Paulo das

Missões, RS. Isabel narra qual foi a percepção dos seus parentes quando eles visitaram seu local de origem com um carro próprio, adquirido no Paraguai.

> No Paraguai, nós já podíamos comprar um carro, né? Podíamos vir de carro para cá [São Paulo das Missões]. Aí, quando chegava aqui, o pessoal: "Nossa! O cara saiu daqui com a roupa do corpo e já pode vir passear aqui com carro". Só que lá no Paraguai, o imposto não é caro. Se tu não tens nada no nome, nem imposto tu pagas. "Mas Deus o livre!!! Como que vocês já podem comprar um carro? Da onde? E nós, tantos anos aqui, nem podemos comprar um carro, só com carro velho" (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

Aqui vemos presente a ideia de que quem emigra, prospera em comparação com aquele(a) que não o faz, o que, de fato, nem sempre acontece. E é claro que as conquistas no lugar de destino não apagam as dificuldades enfrentadas pelos(as) imigrantes. Por vezes, elas escondem a realidade vivenciada aos olhos dos familiares que permanecem no lugar de origem; o que traz a falsa ilusão de que a migração é algo fácil, que trará retorno financeiro e, com isso, a mudança de *status* social junto aos(as) não migrantes. Porém, na realidade, muitas vezes, a permanência em determinado lugar só é suportável pelo prêmio do retorno.

De acordo com Fazito (2010), quanto à impossibilidade do retorno, o(a) imigrante dissimula a realidade vivida no lugar de destino, modifica simbolicamente suas próprias vivências do cotidiano, buscando justificar sua condição, muitas vezes, nada cômoda, de deslocado(a) e inclassificável. O sujeito, quando se torna imigrante, adota a dissimulação para si, para quem está no lugar de origem e de destino "como forma de consagrar um novo contrato social que precisa estabelecer os limites da crença social nesse triplo sentido de relações" (Fazito, 2010, p. 91).

À mulher imigrante, muitas vezes, competia uma dupla jornada de trabalho. Para Ilda, além do cuidado com os filhos e da casa, havia a responsabilidade de toda a propriedade na ausência do marido que trabalhava fora.

> A gente, no começo, trabalhou muito para preparar o sítio que temos hoje, era tudo muito difícil, as crianças pequenas [...]. Eu

> tinha vaca de leite, eu tinha porco, eu tinha galinha, eu tinha uma vida corrida, corrida, corrida assim. Eu tocava de segunda a segunda, eu tinha os três filhos pequenos e o O... saia para trabalhar fora. Ele precisava trabalhar para trazer o dinheiro para casa. Eu ficava em casa e tomava conta da casa, das crianças e dos bicharedos. Era dos bichos que a gente tirava o sustento do mês. Eu fazia queijo para vender, tirava leite para vender, juntava ovos, criava porco, matava porco e fazia salame e vendia para daí irmos ao mercado fazer compras (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022).

Ilda assumiu as responsabilidades atribuídas ao cuidado com o lar e a propriedade desde muito cedo e ainda na adolescência foi mãe. Quando criança, foi impedida de estudar pelo seu pai e sente as consequências dessa decisão paterna ainda hoje, por não saber ler e escrever.

> O meu pai, ele tinha uma opinião, meio assim. Para ele, filha mulher não precisa estudar, só os filhos homens. O pai dizia: "A menina mulher não precisa estudar". Com essa, eu fiquei sem estudo. Com 14 anos, eu conheci o meu esposo com quem eu vivo hoje. Fugi, conheci o meu esposo e fui viver com ele. Com 15 anos, já fui mãe [...]. E sempre, assim, dona de casa, sempre em casa. Da roça para casa. É muito triste a gente não ter estudo! A gente não acompanha o mundo. Fica de arrasto (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022).

O relato de Ilda levanta várias questões ligadas à gênero, ao contexto patriarcal e machista, exploradas mais a fundo no quarto capítulo. Dentre elas, a questão escolar, o trabalho infantil, as divisões dos papéis de gênero e a gravidez na adolescência. Entre estes elementos, é importante lembrar que a fuga de casa surge como resistência dentro deste sistema patriarcal ou relacionada a algo em que a jovem, dentro do contexto familiar, mesmo sem saber, poderia ter sido induzida a fazer pela pouca condição financeira dos pais para um casamento (Woortmann; Woortmann, 1993).

A introdução de monocultivos como a soja, nas propriedades dos(as) imigrantes brasileiros(as), se deu de formas distintas devido ao capital econômico

investido por esses(as) ou à ausência dele. O caso de Salete demonstra uma realidade que representa os(as) bens sucedidos(as) nos investimentos na atividade.

> Quando casei com o C..., com o meu marido, ele tinha comprado cinco alqueires de terras financiadas pela firma, tinha a firma que vendia para os imigrantes. Daí, quando a gente casou, começamos a trabalhar juntos na roça. Então, naquele ano foi paga outra prestação de terra e depois fomos trabalhando juntos. Às vezes, à noite, eu costurava para os vizinhos, daí eles trocavam em troca do serviço, eles ajudavam o marido a fazer o serviço mais forte na roça (Salete, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 24 de fev. 2021).

Como a entrevistada relata, os imigrantes conseguiam financiamentos para adquirirem terras e investirem nelas. Algo que não acontecia com todos imigrantes e que era muito importante para o desenvolvimento da propriedade. Salete enfatiza também que trabalhava junto com o seu esposo na roça, e que, além disso, costurava para quem trabalhasse com o marido nos serviços mais pesados. Esse fato mostra as estratégias utilizadas pelo casal para realizarem os primeiros trabalhos nessas terras e revela que para a mulher ficava a sobrecarga maior de trabalhos.

Ao olhar para as conquistas, tanto de seus pais, quanto sua e de seu marido, a entrevistada percebe que houve progresso, uma vez que conseguiram ampliar a propriedade. O trabalho no campo, para sua família nuclear e paterna, oportunizou a aquisição de mais terras e maquinários, possibilitando a permanência no campo em um contexto de avanço da modernização agrícola nessa região.

> Tanto eu com o meu marido, quanto o meu falecido pai também, conseguimos dar um pedaço de terra para cada filho. Para cada um dos filhos homens, o meu pai deu dez alqueires de terras para começar a vida. Para mim e para minha irmã, nós duas que casamos, ele deu três, porque nós éramos meninas, então ganhamos menos, mas eu não me incomodo, porque eu e o marido, a gente foi trabalhando junto na roça, eu até engraxava trator e carregava semente, tudo. E cada ano, com a ajuda dos financiamentos, e sempre, graças à Deus, foram bem as colheitas, fomos comprando pedacinhos de terra, quando fomos ver, fomos crescendo (Salete, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 24 de fev. 2021).

Em seu relato, Salete afirma que quando o seu pai distribuiu as terras entre os(as) filhos(as), fez uma distinção entre eles(as), deixando mais para aos homens e menos para as mulheres, prática bastante presente nas famílias dentro daquele contexto, momento em que filhas mulheres não tinham o mesmo tratamento que filhos homens. Dentro desta lógica, de acordo com as observações de Tedesco (1998, p. 123), "o filho homem conserva algumas vantagens na partilha, mas é também o que carrega a obrigação de construir um 'capital' por conta para ter condições de construir uma nova família"

Diferente da situação relatada por Salete, na família de Paulo não houve progresso na atividade agrícola. Eles trabalhavam com o cultivo de algodão em Los Cedrales e, por opção do seu pai, que tinha muito receio de contrair dívidas, apenas movimentaram o capital herdado de sua mãe, tornando-o mais valioso.

> O pai fez um movimento que aquilo ali, de uma chácara, ele acabou transformando aquilo ali em uma cidade. Acabou tendo como herança as terras que a finada minha vó deixou. Como era muito próximo da cidade, ele fez loteamento, hoje aquilo lá virou coisa mais linda. Ficaram super valiosos os terrenos lá. Então, ele movimentou só o capital que ela fez [e] com isso, progrediu bastante também. O que seria, assim, para vender como terra de cultivo que era, ficou quatro, cinco vezes mais caro pelo que foi investido (Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 15 de jan. 2019).

O pai de Paulo, aproveitando-se da boa localização das terras que recebeu de herança de sua mãe, transformou-as em loteamentos, tornando-as ainda mais valiosas do que áreas de cultivo agrícola. Ainda, no caso da família, o pai, vendo que seus(suas) quatros filhos(as) estavam crescendo analfabetos(as), decidiu retornar ao Brasil, precisamente para Foz do Iguaçu, para que as crianças pudessem estudar. Sobre este período em que residiu no Brasil, Paulo relata que:

> Esses três anos, graças a Deus, foram de muito proveito, quem estudou, pelo menos se alfabetizou, tem uma boa leitura, bem disposto, mas ficou só naqueles três anos. Só que esses três anos, para o pai, foi uma tortura, porque tu imaginas: naquela época lá, mesmo que era ruim de serviço, às vezes trabalhava por dia, com cinco filhos menores dentro de casa. Não tinha como! Não tinha meio!

> [pausa]. Naquela situação, se a gente continuasse insistindo em querer ficar na cidade e tudo mais, era muito fácil cair na favela, porque chega um ponto em que você não consegue administrar. Imagina um pai sozinho, cuidando de cinco filhos, entrando na escola, tudo, e trabalhando por dia? Não mantém! (Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 15 de jan. 2019).

A dificuldade em manter a família na cidade brasileira ocasionou o retorno de todos para o distrito de Los Cedrales. Como o entrevistado expressa: "Voltamos para a roça. Era difícil? Era. Mas só que lá, pelo menos todos trabalhavam, desde o menorzinho até o maior, até a minha mãe, todos iam para a roça, porque fácil não era, mas sabiam da necessidade" (Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 15 de jan. 2019). Ao regressar para o Paraguai, a família inteira passou a trabalhar, ocasionando o abandono dos estudos.

Outro elemento que apareceu nas narrativas, além da mobilidade geográfica, foi a mobilidade laboral. No caso da família de Vilson, a migração se deu entre departamentos diferentes. Esta vendeu os cinco alqueires de terras que possuía em Villarica, no Departamento de Guairá e, com o montante conseguido, adquiriu sete alqueires em Tupã Rendá, no Departamento de Caazapá, mas teve que mudar de atividade para sobreviver.

> O pai fez uma colheita só ali. Daí deu muito mal devido ao tempo: quando precisava de chuva para produzir, veio o sol, e quando precisava sol para poder colher, o pouco que deu, veio a chuva. Daí o pai desgostou e falou: "Por acaso, de vocês três irmãos, tem um aí que tem coragem de encarar um caminhão? Eu vou vender a terra e comprar um caminhão!", mas daí o meu irmão mais velho já [es]tava casado, já [es]tava separado da casa do velho. Daí eu falei: "Se o pai comprar um caminhão, eu encaro!" (Vilson, São Miguel do Iguaçu, 10 de mai. 2022).

As condições climáticas não favoreceram a permanência da família com poucas condições econômicas na atividade agrícola, levando que essa investisse, com a venda das poucas terras, na compra de um caminhão, do qual Vilson, como caminhoneiro, teria que prover o sustento familiar.

Os problemas com a propriedade levaram a família de Sandra a buscar tra-

balho remunerado por dia na capina, uma forma de sobrevivência. A família emigrou ao Paraguai através de uma rede social. É importante mencionar que as redes nem sempre demonstram solidariedade e visam ajudar seus(suas) integrantes. Havia situações em que imigrantes, querendo se beneficiar, aproveitavam-se da boa-fé de outros(as) compatriotas inseridos(as) na mesma rede. Aqui no caso, o mesmo imigrante, oriundo de Santo Cristo, RS, que lhes vendeu as terras numa dada ocasião, solicitou o título da propriedade para contrair um empréstimo, a fim de construir um silo em conjunto. Sandra e o esposo acabaram emprestando, mas o documento foi indevidamente utilizado e não mais devolvido.

Após buscas sem sucesso pelo antigo proprietário das terras, eles acabaram localizando, por meio de registros, o documento em um banco. Ao encontrar o responsável, o casal foi chantageado, necessitando pagar um valor que não tinham para reaver o título. Desesperados e sem condições de conseguir de volta o título, Sandra e esposo pediram ajuda e a encontraram com um imigrante, também de São Paulo das Missões, que assumiu a dívida no banco e arrendou as terras do casal.

Diante disso, a família teve que deixar Santa Inês e ir para Los Cedros, em Itapúa, algo que Marina, a filha mais velha, com nove para 10 anos na época, não queria fazer. Para ajudar no sustento da família, a entrevistada: "Trabalhava por dia carpindo soja, eu e meu pai. Lembro muito de ajudar a carpir no meio da soja para conseguirmos nos manter" (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023). Com 18 anos, Marina saiu de casa e começou a trabalhar como doméstica. Na primeira experiência, ela foi explorada por empregadores brasileiros. Após esse fato, foi morar no distrito de Naranjito para estudar e trabalhar. Quanto à propriedade dos pais, após saldar o débito, a terra foi devolvida com o documento pelo arrendatário que havia assumido o compromisso de ajudar o casal a reaver sua propriedade.

Em síntese, os primeiros cultivos mobilizavam toda família e, em alguns momentos, a vizinhança, característica do trabalho familiar do lugar de origem que passou a ser adotada no Paraguai[30]. Nestes cultivos, as mulheres tinham uma

[30] O trabalho coletivo não era uma exclusividade dos(as) imigrantes sul brasileiros(as), mas algo comum entre os(as) indígenas guaranis presentes em terras paraguaias. Conforme o jesuíta Bartomeu Melià (1996, p. 204), a prática do *putirõ*, é a ideia do trabalho e lazer. *"La institución del trabajo colectivo y festivo no remune-*

sobrecarga maior, desempenhavam os afazeres domésticos, cuidavam dos(as) filhos(as) e dedicavam-se à realização das atividades do campo, juntamente com seus esposos, em terras próprias ou não[31]. Os(as) filhos(as), quando atingiam idade e condições físicas, juntavam-se aos pais no trabalho. E, devido ao contexto econômico familiar, patriarcal e machista, muitos(as) não prosseguiam com os estudos ou nem chegavam a estudar.

Com o avanço do processo de modernização nessas regiões, o setor agrícola passou por uma diminuição na demanda de atividades manuais que requeriam o envolvimento de toda a família. Porém, ao mesmo tempo em que essa nova realidade levou à ascensão econômica de algumas famílias, ocasionou a expulsão de boa parte de famílias de imigrantes.

2.4. Modernização agrícola e agronegócio em terras paraguaias

A região Leste do Paraguai, devido à política *stronista* de modernização conservadora, passou por processos de transformação com a colonização de extensas áreas de mata, que deram lugar às terras mecanizadas. Essa modernização traria o agronegócio, dinâmica contraditória que ocasionaria o crescimento econômico, mas também a expulsão de muitos(as) do campo e uma série de problemas ambientais.

Desse modo, o processo de modernização da agricultura, que havia impossibilitado a permanência no interior brasileiro, especialmente nos estados do Sul do Brasil, passou a se repetir no Paraguai. Esse desenvolvimento agrícola, como aponta Graziano da Silva (1981), bateu de frente com a crise agrária[32]. Isso acon-

rado, mba 'e pepy, es expresión de la solidaridad comunal y se basa en el principio de reciprocidad. Su equivalente criollo de origen guaraní es la minga (denominación quechua); en el Brasil conocido como puxirõ o mutiráo, puxiro". Vemos que o trabalho aqui acontece de forma unida e reciproca e, além de festivo, era mediado por um convite, ou *"pepy"*.

[31] Entre os(as) 16 entrevistados(as), oito tiveram ou têm terras próprias, desde pequenas a grandes extensões no Paraguai; de acordo com sete entrevistados(as), os proprietários eram os pais; e uma entrevistada não teve propriedade de terras.

[32] Existem diferenças entre questão agrícola e questão agrária. A primeira compreende elementos ligados às mudanças de produção "o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações sociais e trabalhistas de produção: como se produz, de que forma se produz". Na prática, as duas questões estão juntas, pois nas crises agrícolas a questão agrária está presente, e a questão

teceu tanto no Brasil como no Paraguai. O aumento da produção no campo e a modernização das suas atividades não caminharam junto com o acesso à terra e com as condições de permanecer nela

No começo, o processo de colonização do Paraguai se caracterizou pelas várias culturas agrícolas e pela exploração de recursos naturais. O primeiro ciclo foi o da madeira, comercializada com o Paraná. Após, ocorreu o período do plantio da menta, da qual se extraía o óleo para comércio. Outra marca do período foi a do cultivo de produtos alimentares para a subsistência. O algodão também passou a ser cultivado, sendo produzido ainda hoje. Nos anos 1980, a atividade era uma fonte de renda para os(as) imigrantes e uma possibilidade de trabalho para um grupo expressivo que entrava no Paraguai semanalmente, trabalhando de forma sazonal (Baller, 2014).

Na região fronteiriça, à Leste da região Oriental, constituída pelos departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Itapúa e algumas regiões de Amambay, Caazapá, Caaguazú e San Pedro, houve uma ocupação sistemática desde 1960. Nesses departamentos, existiram três sistemas econômicos com características de estruturas produtivas complementares e equivalentes[33]. Nos três momentos, os mercados regionais e mundiais e as estratégias comerciais adotadas pelos atores socioeconômicos, foram responsáveis pelo surgimento de um mercado produtivo particular (Vázquez, 2006).

O agronegócio, a princípio, apareceu com a abertura das fazendas de gado, com o desmatamento para o plantio da soja e com a incorporação de terras designadas para os campesinos paraguaios, terras que começaram a ser mecanizadas e usadas para a produção agroexportadora pelos grandes proprietários. Entre 1990 e no começo do século XXI, o país adotou o novo modelo de agricultura, que surgiu devido à diminuição de pequenas propriedades, levando à diminuição de pequenos proprietários, pois embora possuíssem mais de 50 hectares, podendo ser considerados médios produtores, ainda trabalhavam de forma familiar. Nesse momento, aumentou-se o uso de recursos tecnológicos (Baller, 2014).

agrícola se faz presente nas crises agrárias, e "muitas vezes a maneira pela qual se resolve a questão agrícola pode servir para agravar a questão agrária" (Graziano da Silva, 1981, p. 5).

[33] A princípio, tem-se a extração de madeira e erva-mate do fim do século XIX até as primeiras décadas do XX; na sequência, a extração do palmito; no fim de 1950, a agricultura familiar e empresarial (Vázques, 2006).

Na década 1990, segundo Baller (2014, p. 256), presencia-se um modelo desagregador em que se evidencia um desarraigo do pequeno proprietário rural do campo, que acaba vendendo suas terras aos médios e grandes proprietários. Nesse contexto, grandes e médios "proprietários trabalham de forma a incrementar o agronegócio, fazendo com que a área rural se torne praticamente uma empresa e não um local de reprodução do modo de vida agricultor, o que também ocasiona o desarraigo da terra".

A frente de expansão agrícola, rápida e intensa que acontece no Paraguai, levará ao processo de ampliação do agronegócio já existente no estado do Paraná. Para Albuquerque (2005a, p. 64), o conceito de frente de expansão no Paraguai está muito próximo ao entendimento que se tem sobre a frente de expansão no Brasil, pois há várias "frentes em movimento e em conflito por terras, recursos naturais e pela faixa do território nacional".

Nessa região, na economia, existe um grupo de atores, produtos e processos, o que leva a fronteira internacional a desempenhar um papel importante como delimitador de sistemas jurídicos, econômicos e, principalmente, tributários, manifestando grande dinamismo aos movimentos transfronteiriços. Assim, a fronteira é tida como um elemento facilitador, uma vez que se apresenta como um *"espacio continuo"* com suas próprias variáveis, onde os atores obtêm credibilidade das diferenças fronteiriças (Vázquez, 2006, p. 54).

A ampliação da mecanização no campo trouxe melhorias para o trabalho e aumento de produção. Nos distritos do Departamento de Alto Paraná, criaram-se feiras agrícolas com o intuito de vender implementos, maquinários de última geração, utensílios, entre outros produtos que motivaram ainda mais os médios e grandes proprietários de terras, como, por exemplo, a Expo Santa Rita. Na feira, o parque de exposições oferece aos visitantes diversos serviços, como comércio, firmas e bancos, todos utilizando daquele espaço para apresentar os seus produtos, tecnologias e benefícios. Destaca-se, ainda, que o evento tem grande reconhecimento regional e nacional.

O crescimento econômico do distrito, advindo do agronegócio, é divulgado pela administração pública com propagandas que associam este ao progresso, como, por exemplo, no pórtico de acesso ao distrito, localizado no caminho para a região central da cidade, em que está grafada a frase: *"Ciudad Progresista"*. Em

nossa experiência migratória, no ano de 2009, em Santa Rita e distritos próximos, o setor agrícola nos chamou a atenção pela sua grandiosidade. Embora evidenciada a forte seca daquele ano, os fluxos de carretas escoando a produção, os maquinários agrícolas e as riquezas provindas dessa atividade davam a ideia da dimensão do agronegócio no Paraguai.

Caso semelhante também ao distrito de San Alberto, em que no pórtico de entrada tem-se uma réplica de máquina Uniport com os dizeres: *"Bienvenidos a San Alberto Capital del Agro"*. A frase exposta junto a uma máquina de passar veneno aponta o crescimento econômico trazido pelo modelo agrícola ao distrito, mas leva-nos a questionar a que tipo de desenvolvimento e a quem, de fato, beneficia. O agronegócio apresenta-se com suas contradições em que, de um lado, vemos o aumento do capital financeiro, oferta de trabalhos com qualificação nos setores envolvidos, melhorias na infraestrutura dos distritos. Porém, por outro lado, este modelo beneficia uma pequena minoria capitalizada, acentua a desigualdade social e conflitos no campo, aumenta a concentração de terras, ocasiona a saída de pequenos(as) agricultores(as) e trabalhadores(as) do campo e traz sérios problemas ambientais e para a saúde humana[34].

Nesses distritos, os centros urbanos vão se organizando em torno de atividades vinculadas ao agronegócio. Segundo Souchaud (2007), o território é definido tendo por base a dinâmica do setor agrícola. O cultivo da soja mudou profundamente a organização do espaço pioneiro e também do interior paraguaio. Contudo, com o tempo, estes distritos passam a ofertar outros serviços devido ao fluxo econômico que advém das atividades agrícolas e agropecuárias, como, por exemplo, no campo do ensino superior, no caso de Santa Rita, que se tornou uma referência na região.

Quanto ao comércio externo do país, conforme Yegros e Brezzo (2013), no final do século XX, já era muito distinto do que ocorria há 50 anos antes. O principal importador e comprador de produtos do Paraguai era o Brasil, não mais a Argentina. Era também do Brasil a procedência de grande quantidade de investimentos presentes no Paraguai. Uma fração considerável desses investi-

[34] De acordo com Fogel (2005, p. 73), *"en cuanto a los efectos de los biocidas en la salud humana, en los últimos años se han reportado, además del cáncer, enfermedades en el sistema nervioso y en el sistema respiratorio; por exposición a contaminantes químicos persistentes".*

mentos era formada pela contribuição de muitos produtores brasileiros, que viabilizaram a produção da soja, primeiro produto de exportação do país. A maior parte do que se produzia de soja, cereais e seus derivados era vendida ao Brasil, ou por meio dele. Porém, por vários fatores, "na primeira década do século XXI se foi canalizando cada vez mais pela via fluvial aos portos argentinos ou uruguaios". Dessa forma, "o Brasil cedeu nos últimos anos seu lugar como principal destino das exportações paraguaias" (Yegros; Brezzo, 2013, p. 177).

O avanço do agronegócio é bastante perceptível dos dois lados da fronteira. Conforme Szekut (2018), é a principal atividade do Paraguai e é formado por várias redes transnacionais. Nele vemos como grupos dos dois países fronteiriços visam manter e aumentar os ganhos econômicos. Essas redes transnacionais, por sua vez, não são somente brasileiras e, dentro do sistema neoliberal em que o Paraguai se encontra inserido, ocasionam uma maior influência de capitais externos neste país. Desse modo, formou-se um enclave sojeiro, com base no modelo neoextrativista de cultivo em grande escala deste produto, onde a terra torna-se cada vez mais concentrada nas mãos de poucos e valorizada.

2.4.1. Novo modelo agrícola paraguaio: capital estrangeiro, neoextrativismo, concentração e valorização de terras

Com a imigração de brasileiros(as) para a região Leste do Paraguai, segundo Fogel e Riquelme (2005), surgiu um enclave sojero que prejudicou e interferiu na soberania do Estado paraguaio. Conforme Fogel (2005, p. 47), não se trata somente da soja, mas de todo um conjunto de relações socioeconômicas articuladas a um modelo de produção *"que responde a las características de un enclave agroexportador que impide todo desarrollo de base amplia, con un paquete que incluye el uso intensivo de agrotóxicos, y que se expande soslayando normas legales de diverso orden*[35]".

Os enclaves sojeiros são uma incorporação econômica em que capitais nor-

[35] A maior área cultivada de soja é de semente transgênicas, *"resistente al herbicida Roundup (glifosato), patentado por la Monsanto, que sumado a otros insumos constituye el paquete tecnológico que genera dependencia de los productores, que pasan a depender de las multinacionales, que deciden qué, cómo, y para quién producir"* (Fogel, 2005, p. 47-48).

te-americanos e brasileiros usam a terra, a mão de obra paraguaia e os recursos da natureza, como água e energia, para a produção de matéria-prima. Essa é exportada, em sua maioria para o Brasil, em estado bruto, para sua transformação ou exportação. É interessante perceber também que o modelo de enclave construído na década de 1970 permanece o mesmo (Vuyk, 2013).

O período ditatorial de Stroessner, conforme Villagra (2014b), aprofundou a subordinação do Paraguai ao capital internacional, ao imperialismo norte-americano e ao "imperialismo" brasileiro. Após o fim da ditadura, no período de "transição à democracia" vemos a continuação do momento histórico anterior na concentração de terras e no modelo agroexportador. O período também é definido como:

> *[...] del stronismo sin Stroessner, manteniéndose el carácter oligárquico, corrupto y excluyente del Estado y la economía, una etapa de hegemonía de los herederos de Stroessner, la burguesía fraudulenta, utilizando el aparato extendido del Partido Colorado por todo el país, secundado por el conservador Partido Liberal* (Villagra, 2014b, p. 70).

Desde 1989, os cinco governos de transição tiveram forte influência das políticas neoliberais promovidas pelos Estados Unidos. Nestes, a embaixada norte-americana realizava o acompanhamento político, e o FMI na economia paraguaia receitava e verificava a aplicação de suas estratégias durante 15 anos. O seguimento das diretrizes impostas pelos organismos multilaterais provocou uma crescente perda da soberania do país: na econômica, no território, na alimentação e na cultura (Viladesau, 2008).

Além disso, o Paraguai adotou o modelo neoextrativista que, segundo Svampa (2019, p. 33), se caracteriza como uma forma de desenvolvimento com base "na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, assim como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital". Constitui-se, também, conforme a autora, como "um modelo sociopolítico e territorial, passível de ser analisado em escala local, nacional ou regional". Como por exemplo, "a expansão da fronteira da soja levou a uma reconfigu-

ração do mundo rural em vários países da América do Sul". Sobre isso, Oxam (2016, p. 26) aponta que:

> *Solo entre 2000 y 2014 las plantaciones de soja en América del Sur se ampliaron en 29 millones de hectáreas, comparable al tamaño de Ecuador, Brasil y Argentina concentran cerca del 90% de la producción regional, si bien la expansión más rápida se ha producido en Uruguay, y Paraguay es el país donde la soja ocupa mayor superficie en relación al resto de cultivos: un 67% del área agrícola total.*

O país, onde a soja tem a maior área comparada a outros cultivos agrícolas, no período de imigração de brasileiros(as), para Szekut (2018), fomentou também a vinda de empresas transnacionais ligadas ao agronegócio a se envolverem nessa dinâmica[36]. Tal fato pode ser definido como uma mobilidade que acontece dentro da dinâmica de dispersão "do agronegócio na região que abrange toda a área de fronteira entre Brasil, Paraguai, Argentina e também Bolívia", desempenhando ações com base em interesses transnacionais, de países como os Estados Unidos e nações orientais (Szekut, 2018, p. 82).

No agronegócio, encontram-se diferentes atividades reunidas, como o fornecimento de insumos, a produção agrícola, o transporte, a comercialização, a industrialização e a distribuição final. Em cada uma dessas fases, há determinadas corporações influentes que controlam a atividade, interferindo na comercialização de sementes, na agroexportação ou na produção de alimentos. Na cadeia do agronegócio, se soma o fato de que as maiores transnacionais atuam ao mesmo tempo em várias dessas etapas, tendo controle maior do sistema global do agronegócio e monopolizando um grande número de negócios, conquistando maiores vendas e aumentando os seus lucros. Um exemplo deste fenômeno são as transnacionais que fornecem insumos para os agricultores, realizam o transporte da produção e sua manufaturação (Villagra, 2009).

A crescente presença do capital transnacional no setor agrícola, para o autor, se forma, em grande parte, no núcleo do modelo do agronegócio adotado e

[36] No Paraguai, desde a colonização, grandes empresas agropecuárias de capital externo entraram. A princípio, estavam no setor madeireiro e, com o tempo, em outras áreas, como na produção de carne, soja e outras culturas comerciais (Silva, 2007).

expandido no país. O *"núcleo transnacional es el principal elemento organizador de la estructura de producción agrícola, la cual por este mismo hecho está orientada a la exportación de lo producido en el país, en función a las necesidades y demandas del comercio internacional"*, que se encontra *"muy por encima de los requerimientos y necesidades de consumo de la población local"* (Villagra, 2009, p. 35).

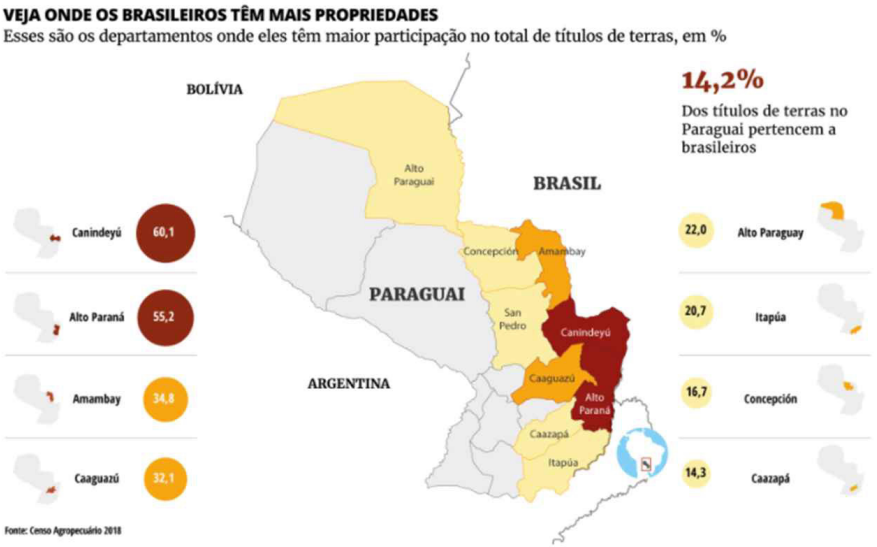
Devido à modernização na agricultura, o agronegócio implantou, segundo Villagra (2014b, p. 87), *"el modelo productivo de la agricultura sin agricultores"*. Nesse, o que se necessita é terra, água e capital, com o qual padronizam, homogeneizam e tornam mecanizadas toda a produção agrícola. Para isso, utiliza-se da maior mecanização possível, com plantadeiras, tratores, colheitadeiras, pulverizadores e, de forma crescente, da agricultura de precisão, o GPS. Os complementos fundamentais da mecanização são pacotes tecnológicos derivados de transnacionais, *"que incluyen las semillas transgénicas y los diferentes agroquímicos, entre ellos herbicidas, insecticidas, fungicidas y fertilizantes"* (Villagra, 2014b, p. 87).

As terras, no início do processo de colonização, eram cobertas por uma mata nativa e densa. Desse modo, pela dificuldade e altos custos que requeriam para tornarem-se agricultáveis, eram vendidas por um preço significativamente baixo. Com o fim da destoca e o começo da mecanização agrícola na região Leste do Paraguai, essas valorizaram-se, diminuindo a oferta e fechando as fronteiras para a aquisição de áreas nessa região.

Essa situação levou à migração de capital financeiro para outras regiões agrícolas do Paraguai. Segundo Riquelme (2005), desde o final da década de 1990, aproximadamente, os colonos que haviam prosperado nas terras do Paraguai passaram a adquirir novas propriedades em áreas diferentes. Dessa forma, tem-se "*novos latifúndios-frecuentemente a expensas de los pobladores paraguayos — en departamentos mais distantes da fronteira con o Brasil"* (Riquelme, 2005, p. 132).

No Mapa 3, vemos as áreas onde se concentram os maiores números de propriedades de brasileiros no Paraguai. Ao todo, conforme os dados do Censo de 2008, expostos em matéria do site "De Olho nos Ruralistas", redigida por Castilho e Bassi (2017, n. p.), 14,2% dos títulos de terras no Paraguai pertencem a brasileiros, o que representa aproximadamente 2/3 da quantidade de propriedades, destes, 23,5% em posse de estrangeiros e já nos departamentos de fronteira com o Brasil, o percentual de propriedades é de 60%. Tais dados levam os

autores a afirmarem que o Brasil avança territorialmente através do agronegócio no Paraguai e não através do Estado (Castilho; Bassi, 2017). Entre os departamentos, Canindeyú e Alto Paraná são os que mais possuem propriedades de brasileiros.



Mapa 3. Propriedades brasileiras no Paraguai (Censo Agropecuário 2008). Fonte: Castilho e Bassi (2017).

Sobre a valorização das terras nesse país, Baller e Mondardo (2019) afirmam que a América Latina tem relação com a "*land grabbing*", ou seja, a corrida ou dominação em nível global de terras. Desse modo, pode-se dizer "que a verticalização de ações corporativas no mercado de terras, retrata o processo de deslocamento espacial e setorial de investimento do capital financeiro e agrícola para o mercado de terras". Portanto, os autores constatam que, na atualidade, a ação de expansão nas terras paraguaias acontece sob o controle de um grupo reduzido de empresas "que está estruturando-se financeiramente e organizacionalmente para a obtenção de rendimento econômico a partir das práticas de especulação fundiária". Assim:

> Se em um primeiro momento (décadas de 1970, 1980 e 1990) essa área de fronteira internacional atraiu a participação no mer-

> cado de terras da região pelo baixo preço das mesmas, atualmente tem-se observado a elevação substancial delas, tornando-se centro de disputas entre grupos e setores de investimentos ligados ao agronegócio (Baller; Mondardo, 2019, p. 59).

Dessa forma, o Paraguai vive atualmente outra realidade na questão de terras, em que um pequeno grupo transnacional fatura muito com a especulação fundiária. A terra, pelo seu alto valor no mercado, passa a ser disputada. Conforme Castilho e Bassi (2017, n. p.), em artigo do site "De Olho nos Ruralistas" a origem do capital das megaempresas internacionais atuantes na apropriação de terras no Paraguai tem como país que mais possui empresas o Brasil, totalizando 25, que adquiriram terras no Paraguai.

O Quadro 3 mostra quem são os 16 brasileiros que possuem 456 mil hectares de terras no Paraguai. Segundo Castilho e Bassi (2017, n. p.), em artigo do site "De Olho nos Ruralistas", os números sobre propriedades paraguaias não estão todos disponíveis, mas há vestígios. "Dos 3.634.565 hectares vinculados aos cem maiores proprietários do Paraguai, 12,5% pertencem a 16 brasileiros, que possuem 454.286 hectares". Conforme os autores, os dados apresentados pela Oxfam Paraguai demonstram como o primeiro brasileiro na lista, Tranquilo Favero, proprietário de terras em todo território paraguaio.

DEZESSEIS BRASILEIROS POSSUEM 456 MIL HECTARES

Lista dos 100 maiores latifundiários do Paraguai ilustra presença brasileira

Nome do Proprietário	Empresa	Total (hectares)
Tranquilo Favero	Grupo Favero	123.359
Marcelo Ferraz Bastos	Yaguareté Porá S.A. (VLW S.A.)	78.410
Joici Companhoni	Ganadera Umbú S.A.	40.000
Emilio Evaldo de Araújo	Agroganadera Aguaray	30.558
Graciano Pereira Parini	Agropecuaria Tabor S.A.	28.759
Ulisses R. Teixeira / Saturnino Teixeira Jr.	Paso Kurusu S.A. | XT Paraguay S.A.	27.320
Gino de Biasi Neto / Herbert Carranca	River Plate S.A. | BBC S.A.	20.644
Ildair Di Doménico	Agroganadera Forestal Arroyo Pozuelo SRL	20.000
Hugo Virmondes Borges Filho	Ytakyse S.A.	13.557
Luis Antonio Saccarello	Ganadera La Concordia S.A.	12.663
Joaquim Fernandes Martins	-	11.675
Banco Itaú	Issos Greenfield International	11.653
Arnaldo Lopez de Almeida Neto	-	10.385
José Odvar Lopes	Agricola Entre Rios S.A.	9.950
Família Zafaneli Dias dos Reis	-	9.329
Apolinario Adamés de Souza	-	8.644
Total de hectares pertencentes a brasileiros		**456.906**

Fonte de dados: Oxfam Paraguay, Yvy Jára - Los dueños de la tierra en Paraguay
Organização: De Olho nos Ruralistas

Quadro 3. Os 16 maiores proprietários brasileiros de terras no Paraguai (2017). Fonte: Castilho e Bassi (2017).

De acordo com Villagra (2009), um dos elementos mais prejudiciais do agronegócio é que a concentração da propriedade privada na agricultura vai aprofundar a exclusão da terra, água, sementes, matas e biodiversidade. Como a produção em grande escala é o que torna este modelo lucrativo, a expansão da monocultura é fundamental para que os empresários possam diminuir custos, aumentar ou manter os lucros. O agronegócio, mesmo trazendo enorme retorno econômico em curto prazo para as corporações e empresas que o impulsionam, surge como uma forma de produção socialmente excludente e ambientalmente insustentável.

Nesse contexto, o neoextrativismo no Paraguai, conforme Svampa (2019, p. 34), tem uma dinâmica territorial da qual a "tendência é a ocupação intensiva do território e a grilagem de terras", através "de formas ligadas à monocultura ou monoprodução, que tem como uma de suas consequências o deslocamento de

outros modos de produção locais/regionais, bem como das populações". Dessa forma, o neoextrativismo, no começo do século XXI, modificou "as disputas por terra, que populações pobres e vulneráveis enfrentam de modo assimétrico, com grandes agentes econômicos interessados em implantar cultivos transgênicos ligados à soja".

Segundo Villagra (2014c), no Paraguai, a matriz extrativista possui a agricultura industrial, a pecuária industrial e a mineração. E, para a tristeza dos camponeses e indígenas, as três atividades exploram intensivamente a terra, sendo necessário possuí-las e despossuir quem nelas vivem, para serem exploradas, segundo a visão capitalista. Conforme Fogel (2005, p. 57), a área plantada de soja está correlacionada com a *"concentración de ingresos, desocupación, desarraigo y desintegración social"*. Nessa realidade, a produção de pobreza está ligada ao modelo de enclave agroexportador que impede:

> *[...] las posibilidades de desarrollo del mercado interno y profundiza los niveles de pobreza por varias vías: básicamente expropiando tierras campesinas a favor del capital, y expulsando a población campesina sin generar fuentes de ocupación productiva de mano de obra que queda disponible, ya que la expansión sojera se da en el marco del crecimiento de la composición orgánica del capital* (Fogel, 2005, p. 50).

O enclave sojero, fonte de crescimento econômico, sustentado por capital estrangeiro das transnacionais, como o aval do Estado paraguaio, leva à perda de soberania deste agente nacional perante o seu território, agravando problemas sociais, entre eles, a pobreza e a migração no campo. Além disso, conforme revela o Banco Mundial (2007) e a FAO, segundo Villagra (2014b), a estrutura fundiária é uma das mais concentradas do mundo, não existindo nenhum país na América Latina com desigualdade maior que o Paraguai, fato que vem de herança da enorme venda de terras feitas pelo Estado após a Guerra da Tríplice Aliança, dos saques sem punições efetivados no período do governo de Stroessner e da transição política conservadora, como veremos a seguir.

2.5. Aspectos da questão de terras do Paraguai: passado e presente

As questões relacionadas à propriedade da terra são históricas, antecedendo a emigração de brasileiros(as) para o Paraguai. Conforme Costa (2017), os problemas na administração de propriedades não são próprios dos últimos tempos, ao contrário, têm origem no período colonial, continuam durante o período da independência e ganham aprofundamento após dois acontecimentos históricos: a Guerra da Tríplice Aliança e a ditadura *stronista*. Além disso, nos governos de transição após a ditadura e nos atuais, não houve resolução da situação.

Para compreender um pouco mais da problemática em torno da terra no Paraguai, faremos uma digressão no tempo em nossa análise. Sobre a questão rural no Paraguai, Baller e Mondardo (2019) definem em quatro fases distintas os principais pontos que destacam a atuação do Estado no período anterior à ditadura de Stroessner. As fases ajudam a entender a concentração de terras no Paraguai. A primeira fase acontece antes da independência, quando da exploração da metrópole sobre a colônia. Nesta, a crise de 1800 a 1811 na Espanha, levou à busca de recursos na colônia até o seu esgotamento. Por sua vez, surgia o movimento pré-independente, elitista, que queria a independência, mas sem mudanças estruturais, mantendo a mesma estratificação social, unida à indústria, ao mercado interno e à terra.

Na segunda fase, entre 1814 a 1870, tem-se a independência e um autogoverno. Nele – as terras do Chaco, localizadas na região Ocidental – mais da metade das terras da região Oriental, no Leste paraguaio e as terras pertencentes aos jesuítas e elite *criollas,* passam a ser do Estado, tornando-o um grande proprietário de terras. A partir de 1840, o modelo político utilizado para a propriedade era patrimonial, mercantilista, ilustrado e paternalista, em que buscava-se regulamentar a propriedade privada. O Estado também comercializava os bens com a população, em grande parte, arrendatários, parceiros, meeiros, que pagavam através de metais, produtos da agricultura ou gado (Baller; Mondardo, 2019).

A terceira fase ocorreu entre os anos de 1870 e 1935, momento de dois pós-guerras, uma guerra e dois modelos administrativos. O primeiro, entre 1870 e 1903, do governo Colorado, e o segundo, entre 1904 e 1935, do governo do Partido Liberal – período que se caracteriza por ser liberal, autoritário e oligár-

quico, por defender a privatização das terras nacionais e por realizar a devolução de parte das terras retiradas em governos anteriores (Baller; Mondardo, 2019). Aqui, para Galeano (2012), com o fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, em 1870, iniciou-se o processo de concentração e *estrangeirização* das terras do país. A Legislação Civil e a Constituição de 1870 permitiam a propriedade privada sem restrições.

Diante da necessidade de regularizar as áreas arrendadas anteriormente, estipulou-se uma nova lei de terras. Porém, essa nova realidade possibilitava que somente quem possuía recursos financeiros conseguisse ter o seu pedido de compra de terras aceito; já a maioria da população, constituída por parceleiros, meeiros e arrendatários, não tinha condições financeiras para regularizar o território em que trabalhavam, surgindo uma oligarquia autoritária, com base no clientelismo (Baller; Mondardo, 2019).

Entre 1935 e 1954, tem-se a quarta fase. Na década de 1940, a nova Constituição Nacional e as novas estruturas legais, como o Estatuto Agrário, de 1940, aprovaram a existência da propriedade privada, desde que essa tivesse função social, negando a propriedade na região de fronteira para estrangeiros, destacando-se também o surgimento do Instituto de Reforma Agrária com a função de solucionar os problemas relacionados à distribuição de terras (Baller; Mondardo, 2019).

Porém, esse projeto teve resistência devido à prática antiga de fornecimento de forma provisória e definitiva de títulos de grandes áreas de terras, além das vendas privadas que acabavam tornando institucional o latifúndio particular e, na maioria, estrangeiro e que se sobressaíram nas "regiões demograficamente menos habitadas, como nas terras de criação de gado, de extração de erva mate, das florestas do norte, no leste e no sudeste, bem como em locais missioneiros ao sul" (Baller, Mondardo, 2019, p. 47). Dessa forma, o Estado do Paraguai apenas priorizou aqueles que eram proprietários e possuidores de recursos: o estrangeiro e o fazendeiro.

A implantação do programa *La marcha si hace al Este,* na segunda metade do século XX, aconteceu com maior empenho devido aos bons resultados da Marcha para o Oeste no Brasil. O interesse pela região Leste aconteceu ao mesmo tempo em que Stroessner retirou direitos e leis que determinavam o procedi-

mento no país sobre migração e propriedade de estrangeiros e terras paraguaias. Como exemplo, houve a revisão e alteração do Estatuto Agrário de 1940, a fim de beneficiar pessoas próximas ao governo. Já na década de 1960, as discussões para atender os campesinos foram utilizadas pelo governo para retirar direitos presentes no Estatuto Agrário. E, em 1967, o Paraguai retirou a lei que impedia a compra de terras por estrangeiros nos limites de 50 km da faixa de fronteira nacional (Baller; Mondardo, 2019).

A distribuição de terras no país, segundo Albuquerque (2005a), se deu de forma bastante desigual[37]. Os projetos de reforma agrária estavam a cargo do IBR e, a partir da década de 1960, foram distribuídas terras do Estado para campesinos, estrangeiros e militares. O governo, mesmo fundando várias colônias, não apoiou efetivamente os projetos, tanto que acabou com as Ligas Agrárias Cristãs[38]. Somou-se a isso, a grande corrupção no IBR, que tornava possível conseguir mais de uma documentação da mesma propriedade, além de não ter ocorrido a reforma agrária naquele país, o que ocasionou a concentração de terras para poucos e um aumento da pobreza da população do campo.

A numerosa venda de terras para governos estrangeiros e empresas causou muitos conflitos. Num país que carecia de um serviço de cadastro atualizado e confiável, com uma história marcada por fraudes nas distribuições de terras, vemos séries de longos e complexos conflitos envolvendo a população que mora no campo, os camponeses, os indígenas e os investidores de outros países que compraram terras de boa ou má fé, sendo que essas foram usadas ou reivindicadas pela população paraguaia ao longo da história (Glauser, 2009).

O processo de modernização capitalista, iniciado no período da ditadura de Stroessner, trouxe fortes consequências no conjunto da estrutura agrária. A imigração brasileira, em sua maioria, de pequenos agricultores que não conse-

[37] De acordo com OXFAM (2016), segundo o coeficiente Gini que mede as desigualdades das terras dos países, o Paraguai é o mais desigual, pontuando 0,93; na sequência, tem-se o Chile, com 0,91; e a Venezuela, com 0,88.

[38] Organização social ligada à Igreja Católica, que reivindicava a reforma agrária e o assentamento de sem terras. Conforme Rodríguez (2014), as Ligas Agrárias foram um movimento cultural e de animação com fronteiras difusas. A sua base era a família e a vizinhança. Estas construíam suas capelas e eram convocadas nas paróquias. Seus membros tinham uma dinâmica em conjunto. A convocação era aberta, sem partidarismo, pois a sociedade campesina estava dividida devido à luta dos partidos políticos tradicionais (Rodríguez, 2014, p. 50).

guiram permanecer no país, possibilitou uma difusão de propriedades familiares de 20 a 100 hectares no Paraguai. Porém, na década de 1980, essas começaram a perder forças para as médias e grandes empresas agrárias (Galeano, 2012).

Os dados do Censo Agropecuário de 2008 mostram o desaparecimento de milhares de parcelas da AFC. Ao mesmo tempo em que a agricultura camponesa perde propriedade e áreas, a agricultura *farmer* e grandes propriedades seguem com um crescimento sustentado, especialmente em área. A grande propriedade (1.000 ha ou mais) foi a que mais cresceu, na ordem de 25% em quantidade e, em área, em torno de 14%; as que mais expandiram foram as de 10.000 ha a mais, entre 2002 e 2008, 51% em número de propriedades e 9% de área; e a área total ocupada pela grande propriedade, em 2008, era de 24.557.344 ha[39] (Riquelme; Kretschmer, 2016, p. 18).

Conforme a análise dos autores, a diminuição de propriedades está ligada ao aumento de terras destinadas ao cultivo de soja, levando à expansão do agronegócio e a uma diminuição da criação de assentamentos. Ainda, quanto à criação de poucos assentamentos, essa questão já se dava desde o governo de Nicanor Duarte Frutos (2003-2008) e durante todo o governo de Fernando Lugo (2008-2012), quando não se criou nenhum assentamento (Riquelme; Kretschmer, 2016).

Nesse sentido, as questões relacionadas às terras no Paraguai, tanto no presente quanto no passado, apontam como este tema é problemático ao longo da história, uma vez que contempla também o contexto colonial, acentuando-se no pós-guerra da Tríplice Aliança e no governo Stroessner. As terras dos departamentos de fronteira, tidas como de alto valor comercial pela grande produção agrícola, são espaços onde se intensificam conflitos, disputas e jogos de interesses. Somando-se a má distribuição das terras, existem várias disputas jurídicas envolvendo títulos de propriedades, como apresentado na sequência.

[39] O Paraguai possui um território que corresponde a 406 752 km², um pouco maior que o estado do Mato Grosso do Sul. Deste território, conforme Cardozo (2021), com base no Censo de 2008, 32 milhões de hectares se destinam à pecuária e agricultura. Dados recentes mostram que em 26 anos, a área destinada à agricultura mais que triplicou. O espaço contempla plantios temporários e permanentes, com menos de 2 milhões entre 1990/1991, e 6 milhões de hectares entre 2015/2016. Para Riquelme e Vera (2013), conforme o Censo 2008, o total de área para *"producción agro-ganadera y forestal, el 85,0% está en el 2,6% de las fincas"*, o que significa que *"7.500 fincas de más de 500 hectáreas cuentan con 26.367.463 hectáreas de tierras, casi las dos terceras parte del territorio del país. En contrapartida, el 15% de las tierras productivas se reparte entre el 85% de las fincas con menos de 500 há"* (Riquelme; Vera, 2013, p. 36).

2.5.1. Problemas ligados à titulação da propriedade e à insegura permanência no Paraguai de brasileiros

As dificuldades quanto aos títulos de propriedade no Paraguai são problemas históricos. Conforme Albuquerque (2005a), no Paraguai, a compra de terras é um processo muito complicado e questionável, pois geralmente as mesmas têm vários documentos, devido à corrupção política existente no período ditatorial. Existem, também, campesinos e colonos brasileiros que não têm o título da terra, tendo somente direito, provido pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR). Assim, nesse contexto de expansão das propriedades, alguns brasileiros acabam comprando os direitos dos campesinos e pagando as anuidades no IBR.

Entre os países da América do Sul, o Paraguai é um dos mais corruptos quanto à regularização da propriedade de terras. Problema que também é bastante comum nos países latino-americanos. De acordo com o Sinditamaraty (2013), há "mais títulos de terra que o tamanho do território nacional (o país tem 406 mil km² e há 530 mil km² de títulos de terras) e até o início da década de 1990 não havia um registro único dessas escrituras públicas". Vários "órgãos, como o Instituto Nacional de Desarrollo Rural y dela Tierra (Indert) e a escribania, tinham os seus cadastros próprios e isto facilitou a corrupção e duplicação de títulos".

Os títulos de propriedade, segundo Albuquerque (2005a), são muito duvidosos, de modo que frequentemente aparecem pessoas afirmando serem proprietárias das terras. Os problemas relacionados à titulação de terras de imigrantes brasileiros eram recorrentes desde o período de colonização na década de 1970. Segundo o relatório da Comissão Pastoral da Terra (1979), existiam problemas em escrituras de terras em todos os locais de presença brasileira. Onde as colonizadoras venderam terras alienadas e onde havia posseiros que não conseguiram comprar áreas agrícolas, os problemas eram mais graves.

Encontramos, em nosso trabalho de campo do Mestrado, situações de insegurança jurídica com relação às titulações de terras de agricultores, que afirmam terem adquirido de forma legal suas propriedades diretamente de colonizadores no Paraguai, tendo casos de agricultores que sofreram tentativa de *desalojo* ou que tiveram a propriedade ocupada. Em Santa Rita, onde as terras são mais valorizadas, observou-se uma situação envolvendo 11 famílias de pequenos e médios

agricultores, que tiveram parte de suas áreas questionadas devido à existência de mais um título (Gnoatto, 2020).

As famílias teriam comprado as terras de colonizadora, tinham títulos desde 1970, fizeram mensura judicial e haviam estudado o histórico da área em questão desde 1930, ou seja, 40 anos. Pagavam os impostos da propriedade e se encontravam nessas terras há mais de 40 anos, fator que, pela lei do Paraguai, lhes daria o direito à posse, concedido a quem está há 20 anos nas terras. Com a documentação das terras, segundo estes proprietários, *"se consiguen préstamos, hipotecas en bancos de plaza"* (Medina, 2017, n. p.).

Porém, todos esses elementos favoráveis não garantiram a legitimidade dos títulos. O processo, no período da pesquisa, existia há mais de 15 anos, sem prazo para acabar, trazendo aos agricultores envolvidos um desgaste emocional e enormes gastos financeiros, uma vez que pagavam mais de uma vez por suas terras (Gnoatto, 2020). Segundo informações levantadas pelo correspondente Medina, do jornal *online* Última Hora (2018a), de Asunción, Paraguai, a requerente, suposta proprietária, em 2003, entrou em juízo na justiça reivindicando uma área de 162 hectares, da qual diz ser proprietária.

Em 2018, houve uma tentativa de *desalojo* (despejo) que foi suspensa devido ao bloqueio realizado pelos produtores afetados, população de Santa Rita e autoridades políticas distritais e departamental, como o intendente e governador; fato que demonstra a influência econômica destes produtores brasileiros também na questão política e mostra a solidariedade da rede existente entre imigrantes brasileiros no Paraguai. Segundo o jornal: *"El contingente de unos 200 efectivos policiales decidió suspender la orden dictada por el juez en lo Civil [...], ya que no se dieron las condiciones para realizar el trabajo"* (Medina, 2018b, n. p.).

Esse caso evidencia situações em que alguns imigrantes brasileiros têm suas escrituras de terras questionadas no Paraguai. Existem, ainda, situações em que alguns brasileiros são acusados de cometerem infrações relacionadas à propriedade de terras. Por anos, alguns brasileiros estavam ligados às falcatruas de duas formas principais: através de negociação de terras que foram apropriadas pelos beneficiários do regime, e da compra de terras distribuídas aos destinatários reais da colonização[40].

[40] No Paraguai, existem duas situações com relação às terras: as *tierras mal habidas* e *tierras fiscales*. A pri-

> Como um agravante, brasileiros adquiriram terras na região fronteiriça, situação que o governo procurou regulamentar por meio de uma lei vigente desde 2005, que cria uma zona de segurança onde é proibida a propriedade de estrangeiros em um raio de 50 quilômetros da divisa internacional. Esta lei foi severamente criticada pelas classes dominantes do país (Santos, 2013, p. 30).

Sobre a referida Lei, Glauser (2009), afirma que a faixa de 50 km da linha da fronteira, zona de segurança nacional, abarca 15 departamentos, 134 distritos, representando o total de 31% da área do país, e em torno de 790.000 propriedades sujeitas a partir do cumprimento da lei às proibições de compra e venda a estrangeiros.

Lei que, segundo Baller (2014, p. 106), está sujeita a se tornar um mecanismo "de influência e pressionar os proprietários rurais brasileiros a se desfazerem das terras a valores irrisórios, posto que, até então, os únicos desfavorecidos pela citada lei são esses proprietários". O autor acrescenta que desde a promulgação da Lei até a conclusão de seu estudo, das terras que estariam supostamente irregulares na faixa de 50 km, nenhuma foi utilizada para o "assentamento para campesinos paraguaios, ou ao plano de Reforma Agrária do País".

As questões ligadas à sobreposição titular são problemas paraguaios de repercussão internacional. Existem várias situações envolvendo questões de títulos de terras no Paraguai, involucrando imigrantes e paraguaios. A realidade conflitiva enfrentada por alguns imigrantes brasileiros traz insegurança quanto à permanência no país vizinho e leva ao retorno ao Brasil. Na sequência, vemos outros aspectos dos conflitos entre alguns brasileiros e paraguaios.

meira denomina as terras destinadas a indígenas, que foram conseguidas por brasileiros de forma irregular, sendo que sua venda nunca foi permitida, nem na ditadura *stronista*. Já as terras fiscais podem ser vendidas. De acordo com o Informe final da *Comisión de Verdad y Justicia* (2008), sobre *tierras mal habidas*, do total do território do Paraguai, que corresponde 40.675.200 ha, entre 1954 a 2003, 7.851.295 hectares eram de *tierras mal habidas*, o que corresponde a 19,3% do território do país. Segundo o mesmo informe, de acordo com Villagra (2014a, p. 90), *"las tierras mal habidas adjudicadas tanto por IRA como IBR entre 1954 y 1988 totalizaron 6.744.005 hectáreas, una superfície equivalente al 17% de todo el territorio nacional, o el 42% de la Región Oriental"*.

2.6. Conflitos entre paraguaios e brasileiros em torno de questões agrárias

A relação entre parcela dos imigrantes brasileiros e paraguaios é permeada por questões conflitivas. Esses confrontos são ainda mais intensos e visíveis na questão agrária do Paraguai, mas também na questão cultural, na utilização do idioma português. Ambos são alimentados por um imaginário social presente no espaço fronteiriço.

No território paraguaio, as frentes de expansão capitalista são principalmente formadas por uma parcela dos agricultores brasileiros que entraram em atrito com paraguaios à margem da sociedade, como os camponeses e os indígenas. Esses conflitos derivam da forma como os brasileiros, em especial, os grandes e médios produtores de soja, exploram o território, transformando o meio ambiente, e vem desarticulando as culturas camponesas e indígenas.

Essa fronteira agrícola cria "muitas contradições, desigualdades sociais e tensões políticas e culturais" (Albuquerque, 2005a, p. 109). Os conflitos não acontecem apenas entre grandes proprietários rurais e camponeses, mas também de maneira étnica entre descendentes de alemães, italianos e comunidades indígenas. Ainda, somam-se contestações nacionais entre cidadãos dos dois países e atritos entre o nacionalismo do Paraguai, e as dinâmicas de integração supranacional. Essas várias disputas acontecem de forma articulada e combinada (Albuquerque, 2005a, p. 109).

O enorme poder na economia, cultura e política dos "brasiguaios" criou, por outro lado, no Paraguai, uma reação em políticos opositores, jornalistas, religiosos, intelectuais e movimentos camponeses. "Os confrontos entre empresários da soja e alguns setores da sociedade paraguaia têm gerado vários conflitos e disputas de identificações e representações variadas entre brasileiros e paraguaios" (Albuquerque, 2009, p. 144).

De acordo com Souchaud (2011, p. 138-139), desde o início do processo de colonização empreendido pelos brasileiros, percebe-se a existência de discriminação entre brasileiros de todas as classes sociais da parte de instituições e membros do Estado do Paraguai, como também o "fenômenos de exclusão e marginalização de pequenos agricultores paraguaios e populações indígenas em consequência do avanço da fronteira agrícola brasileira, que alimentam em

determinados setores da sociedade paraguaia conflitos sociais sobre a questão da imigração". As crises se intensificam e são frequentes em diversos períodos históricos, porém, a partir da redemocratização, presencia-se a multiplicação, o agravamento e a maior exposição desses confrontos nas mídias.

Nesse contexto, "na base da reivindicação do direito à terra e reforma agrária, setores da sociedade paraguaia censurados no período anterior negaram a legitimidade da imigração e ocupação brasileira de vastos territórios agrícolas" (Souchaud, 2011, p. 139). Aconteceram, então, ameaças de expulsões que se efetivaram para um grupo que estava de forma irregular no Paraguai. Nesse momento, "as ocupações de terras ou espoliações de bens pertencentes aos brasileiros que pudessem ocorrer encontraram ampla ressonância nas mídias brasileiras", em contra, "veicularam uma imagem de violência e inospitalidade do Paraguai" (Souchaud, 2011, p. 139), o que criou uma visão parcial sobre aquele país.

Vemos presentes nestes conflitos, a presença de um imaginário social. Conceito definido por Baczko (1985, p. 311) como criado e fixado por uma coletividade, sendo:

> [...] uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as coletividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiães e gestores, em suma, o seu pessoal.

Conforme Baller e Florentín (2016, p. 106), "o imaginário seria uma das forças reguladoras da vida em coletividade na fronteira, considerando os conflitos simbólicos ou reais entre os diferentes agentes que constituem historicamente a cultura de fronteira". Portanto, acaba influenciando no uso da moeda, dos idiomas, dos meios de comunicação e na forma de educação. No caso do Paraguai, existem vários aspectos que constituem o imaginário social, que, às vezes, trazem presentes acontecimentos históricos, como a Guerra da Tríplice Aliança ou a presença dos bandeirantes em solo paraguaio, sendo atualmente os brasileiros identificados como bandeirantes, e o Brasil como um país imperialista.

Em nosso trabalho de campo junto aos(as) imigrantes brasileiros(as) e seus(suas) descendentes, percebe-se o quanto as lembranças referentes à Guerra

da Tríplice Aliança contra o Paraguai se fazem presentes ainda hoje, de forma que nos passam a impressão de que o referido acontecimento histórico aconteceu há pouco tempo, mostrando como o imaginário social de Baczko (1985) se faz presente e é invocado em conflitos.

Com relação a este fato, Albuquerque (2009, p. 148) constata que as "disputas entre camponeses e plantadores de soja se transformam, muitas vezes, num confronto nacionalista", dessa forma, nos discursos entre camponeses paraguaios, se reproduzem "sentimentos nacionalistas em relação ao território e à língua guarani e os ressentimentos do período da Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870)". Ainda, segundo o autor, surgem falas que afirmam que os brasileiros são "invasores" e "novos bandeirantes", ou "herança de Stroessner", entre outras; por outro lado, os discursos nacionalistas dos brasileiros buscam enfatizar "'sua superioridade tecnológica e cultural'. Eles se autodefinem como 'trabalhadores', 'pioneiros' e pertencentes a um país mais desenvolvido".

O trabalho é um elemento utilizado no jogo de poder entre imigrantes brasileiros e paraguaios. Elias e Scotson (2000, p. 7), ao analisarem a população de Winston Paiva, perceberam que os moradores mais antigos, intitulados estabelecidos, "fundaram sua distinção e poder no princípio da antiguidade" e estigmatizam os novos moradores do local, denominados de *outsider*. No caso em que analisamos na questão do trabalho, mas não somente nela, nota-se que uma parcela dos(as) brasileiros(as), pela condição econômica, torna-se estabelecida em comparação aos(as) paraguaios(as) e, em muitos momentos, tende a estigmatizar o(a) paraguaio(a), tornando-o(a) um(a) *outsider* em seu próprio país para poder afirmar a sua identidade e manter o equilíbrio de poderes a seu favor.

A ideia de progresso, levantada por parte dos(as) imigrantes brasileiros(as), está relacionada com a forma de trabalho com a terra, que, por sua vez, é diferente a do(a) paraguaio(a), vista por muitos(as) imigrantes como atrasada. Albuquerque (2005b, p. 177), ao analisar essas duas visões, afirma que:

> *La ética del trabajo, con el mecanismo fundamental para acumular riquezas, está en la raíz del mecanismo del desarrollo del capitalismo occidental moderno, como analiza Weber (2004), y los inmigrantes europeos que vinieron al Brazil y sus descendientes que hoy están en Paraguay incorporan y glorifican este "espíritu capitalista". Los cam-*

> *pesinos son adeptos de una cultura agrícola comunitaria de origen indígena, fundada en la solidaridad y la producción de subsistencia.*

Para o autor, o choque cultural entre *"las concepciones de vida y producción, termina produciendo un conjunto de estereotipos sintetizados en la configuración 'trabajadores' versus 'haraganes'"* (Albuquerque, 2005b, p. 177). Nesta região, os brasileiros têm um poder maior na questão econômica, cultural e política. Entretanto, na questão política, o paraguaio tem mais controle. Souchaud (2007), no período de seus estudos, constatou que existia em torno da condição do imigrante brasileiro, um jogo político sútil. Apesar das aparências, o poder paraguaio era maior no seu território, fixando algumas regras para os imigrantes, atribuindo o direito de expulsá-los.

A cultura paraguaia é muito distinta da trazida pelos(as) imigrantes brasileiros(as), fato perceptível na forma de se cultivar e trabalhar na terra. Entre uma parcela dos(as) imigrantes e descendentes, principalmente os(as) colonos(as) sul-brasileiros(as), percebemos o predomínio do modelo agrícola praticado nos antigos lugares de migração ou de origem, herança dos(as) antepassados(as), somado à mentalidade capitalista do agronegócio, que com a mecanização agrícola à terra da roça para o sustento diário, foi sendo substituída pelas plantações de monocultivos, empurrando os(as) campesinos(as) para fora do seu espaço. Aqui a terra deixa de ter uma função social e passa a ter uma função capital, onde, como defende Krenak (2019), estamos "comendo" a terra.

Já entre os(as) paraguaios(as), percebemos, resistindo a todo o tipo de pressão, uma relação muito forte com a terra, oriunda de uma herança milenar indígena. Dentro da cosmovisão indígena, bastante conectada com a natureza, da qual somos membros(as), a terra deveria ser respeitada e somente prover o sustento diário. Concepção que Krenak (2019) defende em "Ideias para adiar o fim do mundo", onde não há separação entre terra e humanidade, mas somos somente uma coisa só: natureza. Grande parte da população paraguaia descende de indígenas e compartilha dessa cosmovisão, o que explica seu modo de trabalhar com a terra.

Somando-se ao aspecto cultural – segundo entrevistados(as) e pela nossa percepção em breves visitas aos assentamentos de campesinos(as) – a falta de

uma assistência agrícola para o trabalho na terra, acabou deixando-os(as) abandonados(as) e suscetíveis à presença dos grandes proprietários de terras. Esses costumam lhes fazer propostas de arrendamento das propriedades para o cultivo de monoculturas, que, quando aceitas, acabam contaminando todo o conjunto dos seus territórios pelo uso de agrotóxicos.

Quanto ao descaso da parte do Estado para com o camponês paraguaio, Baller (2014) pontua que as práticas se justificam por seguirem o contexto histórico conturbado do Paraguai, com longas ditaduras, períodos entre guerras atribuladas, conflitos civis radicais e, principalmente, enorme instabilidade política, elementos que favoreceram a crise social, como é o caso da crise agrária. As políticas adotadas são responsáveis por essa situação, pois o país não se dedicou a possibilitar "ao setor rural, o acesso à tecnologia e à educação sobre o setor, fazendo da ignorância do campesino um elemento poderoso de dominação social" (Baller, 2014, p. 221). Ideia também defendida por Feliú (2017, p. 293), que afirma que o "*Estado siempre se mantuvo indiferente ante las prioridades del Pueblo. Jamás se interesó en educar y mejorar los conocimientos tecnológicos para la producción y el dessarollo del campo*".

Nesse contexto, o embate das duas frentes tem levado a uma expressiva expulsão e empobrecimento dos camponeses paraguaios que não possuem títulos das terras. Terras essas adquiridas por alguns agricultores brasileiros que, por causa da modernização agrícola e das monoculturas de exportação, em boa parte, também haviam passado por um processo de marginalização nos locais de origem (Silva, 2007).

Nessa realidade o impacto social mais visível e destruidor, para Viladesau (2008, p. 36), é o "desarraigo" dos camponeses. A população deslocada é heterogênea, constituída por camponeses médios e pobres, populações rurais e indígenas não campesinos. Dessa forma, as consequências dessa mobilidade são percebidas de distintas maneiras, mas em todos os casos percebe-se o rápido êxodo rural em regiões que dependem exclusivamente da agricultura.

Por outro lado, vemos uma reação do lado paraguaio diante desta situação de expulsão do campo. Conforme Silva (2013), no período da redemocratização, os movimentos sociais favoráveis à reforma agrária conseguiram maior força de ação e carregaram junto os problemas sufocados do período ditatorial. Uma

das grandes questões, apontada pela autora, "era a ocupação ilegal de terras pelos brasileiros que impulsionados pelas modernizações agrícolas no Brasil, ocuparam grande parte das terras produtivas dos departamentos de Canindeyú e Alto Paraná" (Silva, 2013, p. 12).

Segundo Albuquerque (2009, p. 145), o maior número de conflitos na região de fronteira paraguaia teve como causa a disputa de terras entre uma parcela de imigrantes brasileiros, donos de fazendas e camponeses paraguaios. Quanto às "invasões", o autor faz algumas observações. A primeira é que os movimentos camponeses ocupam principalmente terras de brasileiros, mas não só desses estrangeiros. Outros grupos também têm as suas propriedades contestadas, incluindo os próprios fazendeiros paraguaios, em grande parte, militares que receberam terras no tempo da ditadura. A segunda reflete que os conflitos entre campesinos e "brasiguaios" não se restringem à disputa de terras, mas englobam outras pautas, como desmatamento, uso de agrotóxicos e confrontos políticos entre prefeitos "brasiguaios" e camponeses.

Outro conflito presente, que na visão de Fogel, em entrevista à Baller e Santos, "possui um potencial de conflito muito intenso" (Baller; Santos, 2014, p. 8), se dá no âmbito cultural. Não existe uma integração de fato entre as culturas nessa região de fronteira. Como afirma Baller (2014), a ideia de integração perfeita entre as culturas faz parte de discursos que surgem em distritos ou localidades, onde existe o predomínio de população de uma ou outra nacionalidade. Como exemplo, tem-se o distrito de Santa Rita, no Departamento de Alto Paraná, em que os(as) imigrantes e seus(suas) descendentes são a maioria, levando à sobreposição cultural destes(as) sobre os(as) paraguaios(as).

Fogel defende, em entrevista à Baller e Santos (2014), que nesse espaço fronteiriço próximo ao Brasil, não há uma simetria, e a manutenção da identidade brasileira pela parte do(a) imigrante, sem considerar a identidade e os idiomas paraguaios contribuem muito para o fomento de conflitos. As desigualdades econômicas entre uma parcela dos(as) brasileiros(as) mais rica e os(as) paraguaios(as) e a manutenção do idioma português pelos(as) imigrantes em solo paraguaio, leva a que indiretamente, os(as) cidadãos(cidadãs) desse país, para se inserir em especial no campo do trabalho, tenham que utilizar-se desse idioma.

Os conflitos entre alguns brasileiros e paraguaios com relação às questões

agrárias nessa região de fronteira, ganham caráter nacionalista de ambos os lados, rememorando fatos históricos, consequência de um imaginário social presente em grande parte da população, algo que regula as relações na fronteira. Nesse contexto, o predomínio do idioma português torna as relações mais tensas. Os conflitos provenientes das tensões quanto às terras também levam ao retorno de muitos(as) brasileiros(as). No campo político, um reflexo disso foi a destituição do presidente Lugo por influência de um grupo de brasileiros mais capitalizados financeiramente, que via seus interesses afetados.

2.6.1. Movimentos camponeses e os conflitos políticos

No ano de 2008, assumiu a presidência do Paraguai Fernando Armindo Lugo de Méndez. Com sua eleição, tem-se o fim de um longo período de governos do Partido Colorado e a expectativa de uma gestão mais voltada às questões sociais, por exemplo, ligadas aos movimentos sociais dos sem-terra. Para Espósito Neto (2012, p. 19), a vitória de Lugo foi uma conquista histórica que demonstrava o aumento da influência de forças políticas tidas como "novas", como os sindicatos, os movimentos sociais, a Igreja Católica e as organizações não governamentais.

O novo presidente, por meio de uma proposta de Reforma Agrária, algo tão desejado pelas classes menos favorecidas, tentou quebrar o "imperialismo" praticado pelo Brasil, em especial, no setor agrícola e na questão do retorno financeiro da Usina Hidrelétrica de Itaipu, ponto em que o seu governo conseguiu resultados favoráveis (Vuyk, 2013).

Entretanto, segundo Silva (2013, p. 12), o período em que Lugo esteve na presidência ficou caracterizado pelos escândalos pessoais e os conflitos entre produtores de soja do Brasil e camponeses paraguaios. Além disso, a coligação criada nas eleições contrária ao Partido Colorado acabou se tornando "frágil e as divergências dentro da própria coalizão desestabilizaram o governo que parecia tão promissor".

A mesma autora assinala que, neste governo, havia uma necessidade de associar as expectativas dos movimentos com as do Partido Liberal, base do man-

dato e representante de significativo grupo de "grandes proprietários de terras e as grandes exportadoras de matéria prima, transformaram o governo de Lugo em um constante jogo de manobras políticas para atender os dois lados, ou ao menos não decepcionar os dois" (Silva, 2013, p. 32).

Entre os grupos que apoiavam o governo de Lugo, estavam a Federação Nacional Campesina (FNC) e a Liga Nacional de Carperos, ambos com posturas bem distintas[41]. Segundo Silva (2013), as frequentes invasões de terras que ocorreram a partir de 2011 em propriedades de brasileiros, na sua maioria, foram realizadas por carperos. Os movimentos sociais de perfil tradicional, como FNC, nesse contexto, diminuíram as manifestações em auxílio ao governo Lugo. Já o movimento dos carperos aumentou as suas ocupações após a ação de levantamento de terras realizada pelo INDERT, no ano de 2011, que constatou fraudes na compra de terras durante a ditadura militar, o que ocasionou divergências de opiniões nos movimentos dos camponeses.

Além disso, conforme Moraes e Mattos (2013), somando-se as tensões de caráter econômico e político existentes entre uma parcela dos agricultores brasileiros e campesinos paraguaios, existiam tensões étnico-culturais. Nessas, encontravam-se, de um lado, os brasiguaios, na maior parte, de origem europeia como era Stroessner; e do outro lado, os *carperos,* com predominância de origem indígena. No governo Lugo, a questão indígena foi considerada e "isso teve o lado positivo de enaltecer a cultura e as origens locais, mas gerou o lado negativo de forte nacionalismo e de discurso xenófobo em alguns movimentos sociais" (Morais; Mattos, 2013, p. 45).

Os conflitos relacionados às questões agrárias foram decisivos na destituição do presidente. Segundo Santos (2013, p. 31), a crise que levou a esse fato tem relação com a tentativa de distribuição de terras feita pelo INDERT, que negociou a aquisição de 22.000 hectares do brasileiro Ulisses Rodrigues Teixeira pelo valor de U$30 milhões, visando assentar 2.000 famílias. Porém, o Congresso vetou a proposta, que, "se transformou em uma campanha liderada pelo principal

[41] Os carperos eram denominados desta forma por construírem barracos de lona, que, em espanhol, seriam as carpas, e se fixaram em propriedades que afirmavam serem ilegais e, ao contrário do movimento Federação Nacional Campesina, realizam ações mais agressivas e desordenadas, apresentando, seguidamente, características xenofóbicas a imigrantes latifundiários de qualquer nacionalidade. Entre eles, os brasileiros que, em grande quantidade, estão na atividade da agricultura (Silva, 2013).

jornal do país, ABC Color, contra o titular do INDERT e o próprio presidente da República, acusados de sobrevalorizarem o terreno com fins escusos" (Santos, 2013, p. 31). Isso leva a crer que se visava impedir "um precedente de distribuição de terras que interessavam aos empresários da soja". Nesse contexto, surgiu a primeira ameaça séria à presidência de Lugo.

Outro fato que abalou o governo se deu no distrito de Ñacunday, no Departamento de Alto Paraná, na ocupação feita por 500 sem-terra em área apropriada pelo brasileiro Tranquilo Favero[42]. O caso, além da reação dos empresários envolvidos com a soja, levou a identificar indicativos da intervenção do governo brasileiro.

> *En el período comprendido entre los meses de mayo a setiembre del 2011, el conflicto suscitado en torno al caso Ñacunday mostró no sólo la persistencia de las dificuldades enfrentadas por el gobierno con relación al tema de la Reforma Agraria, sino la emergencia del gobierno de Brasil como un actor importante en el marco del conflicto por la tierra en Paraguay. El gobierno de Brasil se interesó por el caso Ñacunday ante la inseguridad que podrían encontrarse las familias de brasiguayos. El interés del gobierno se manifestó en diversas acciones: el Cónsul adjunto del Brasil en Ciudad del Este, junto a abogados de productores y un asesor jurídico del Consulado brasileño, recorrieron la zona de Ñacunday a fin de interiorizarse de la situación y el propio embajador de Brasil realizó una visita "de cortesía" al presidente del INDERT* (Programa *Democratización y Construcción de la Paz*, 2012, p. 5 apud Santos, 2013, p. 32).

Quanto à atuação de brasileiros no Paraguai na crise política, os "*tractorazos*", mostram a influência e força de parte de brasileiros na política paraguaia. Ações como essa ocorreram pelo compromisso do governo de Lugo de "promover a reforma agrária e regulamentar a Lei de Segurança Fronteiriça, que proibia a posse de terra por estrangeiros até 50 km de distância da fronteira" (Bassi, 2018, n. p.). A prática dos *tractorazos* foi adotada desde o começo do governo (2008) até o *impeachment* (2012). A "Central Nacional de Cooperativas controla 330

[42] Conhecido como o maior plantador de soja do Paraguai, pelo desprezo aos trabalhadores paraguaios e pela admiração a Stroessner, "traços comuns a muitos proprietários brasileiros no país que, em sua maioria, identificam-se politicamente com os colorados" (Santos, 2013, p. 31).

mil hectares no Paraguai; entidade teve papel fundamental no movimento que derrubou o presidente Fernando Lugo, em 2012" (Bassi, 2018, n. p.).

Nesse cenário, o estopim para a crise política foi o massacre de Curuguaty, levando à morte seis policiais e 11 camponeses, em julho de 2012. Segundo Santos (2013, p. 32), no campo popular acredita-se que o fato tenha sido realizado por franco-atiradores. A propriedade questionada era reivindicada há muito tempo pelo movimento camponês, sendo ocupada por várias vezes, "apropriada por um conhecido empresário e ex-senador colorado, Blas Riquelme". A irregularidade na área era tão grande que o novo presidente "encampou a sua recuperação na tentativa de produzir um fato político popular", o que comprova "a irregularidade do desalojo que resultou na tragédia" (Santos, 2013, p. 32).

Depois do massacre em Curuguaty, o presidente ficou politicamente isolado, não tendo apoio dos grupos da esquerda que justificaram sua decisão, afirmando que Lugo não cumpriu as promessas feitas antes da eleição e que não dialogava com os movimentos sociais, tampouco com a direita, que "acusou o Presidente de promover a insegurança jurídica do país e a "partidarização" das instituições nacionais, como as forças armadas" (Espósito Neto, 2012, p. 20).

Dias após o ocorrido, o presidente Lugo foi julgado em um processo que durou aproximadamente 30 horas, no dia 22 de junho de 2012, no Senado Federal do Paraguai, com 39 votos a favor, quatro contra e duas abstenções, sendo que Lugo foi considerado culpado de todos os crimes, assumindo em seu lugar, o vice-presidente Luís Federico Franco (Moraes; Mattos, 2013).

As circunstâncias políticas, segundo Santos (2013, p. 34), ajudaram a compreender a forma com que o ex-presidente Lugo foi deposto, mas não só elas, uma vez que as motivações duras da oposição que ele teve que enfrentar são estruturais.

> Os episódios envolvendo a compra de terras de Teixeira, Ñacunday e Curuguaty ilustram, por um lado, a tenaz resistência das classes dominantes a qualquer mudança no padrão de relações sociais estabelecido no campo, onde o agronegócio vem expulsando aceleradamente a população camponesa, provocando o inchamento das cidades e a emigração, além de agredir incessantemente aqueles que permanecem na terra, sem mencionar a devastação ambiental.

> Por outro lado, revelam a força do legado *stronista* no aparelho do Estado, assim como o seu reverso, a impotência de um governo de caráter ambíguo para avançar mudanças, ainda que mínimas, apesar do comprometimento individual de muitos militantes.

Porém, o modelo econômico agroexportador e extrativista não sofreu mudanças importantes nesse governo, não se expandia e nem se aprofundava com a rapidez pretendida pelas transnacionais, empresários, proprietários de terras e grandes produtores. O governo de Lugo manifestava uma tímida resistência à pressão expansiva do agronegócio e outras atividades vinculadas ao extrativismo. Assim, *"la histórica lucha por la tierra en Paraguay se agudiza y se vuelve cada vez más violenta, como atestiguan los campesinos muertos en Curuguaty"* (Villagra, 2014c, p. 13).

Diante dos fatos, percebe-se a influência de uma classe empresarial agrícola correspondente a um grupo de imigrantes brasileiros, mas não somente eles, afinal, grupos hegemônicos paraguaios também influenciaram no *impeachment* contra o ex-presidente Lugo. Tal fato mostra a dificuldade do Paraguai em pensar uma reforma agrária que possa beneficiar parcela da sua população que atualmente se encontra sem-terra.

Paralelo à situação política enfrentada pelo país, em que vemos um grupo de brasileiros responsável pela destituição do presidente paraguaio, presencia-se outro grupo expressivo de brasileiros, conforme dados de atendimento da Casa do Migrante[43], em Foz do Iguaçu, que acabaram retornando ao Brasil diante da instabilidade política durante todo o governo Lugo. Além disso, ao priorizar no campo econômico o setor agrícola ligado ao agronegócio, pouco considerou as demandas sociais e os serviços públicos para a população.

2.6.2. Políticas públicas e sociais paraguaias na fronteira

Nos primeiros tempos após a colonização, a pouca presença do Estado na organização do território foi um elemento importante de distorções espaciais e

[43] Os dados serão apresentados no terceiro capítulo.

sociais presentes na região. Situação que, muitas vezes, levou à marginalização das pessoas mais pobres e distantes de serviços públicos essenciais. Ao mesmo tempo e consequentemente, percebe-se a internacionalização e privatização do território, o que ocasionou/a um aumento da desigualdade espacial e social (Souchaud, 2007).

Nesse sentido, as reformas econômicas que aconteceram entre 1989 a 2017, mostram *"la primacía del interés privado sobre el interés público, el incentivo para la participación del sector privado en la gestión de empresas y servicios públicos"* (Viñales; Reveles, 2020, p. 107). Na área da saúde, segundo Souchaud (2007), as carências do serviço público paraguaio, como consequência, têm ocasionado o surgimento de um setor privado que se torna mais importante que o público.

Em sua pesquisa de campo, o autor identificou que a saúde pública na região de fronteira se restringia apenas aos procedimentos pontuais e de urgência, buscava a prática preventiva e a assistência pré-natal, e, às vezes, realizava campanhas de vacinação nas colônias de imigrantes brasileiros. Diante disso, *"la fragilidad del sistema sanitario constituye una de las causas esenciales de la movilidad de los migrantes"*, mobilidade muito distinta, *"puesto que es permanente en el caso de las migraciones internas y alternativa en el caso de las migraciones Internacionales"* (Souchaud, 2007, p. 272).

Atualmente, na região de Santa Rita, conforme profissional da saúde vinculada ao IPS[44], o que predomina no setor de saúde são serviços privados. O público apenas realiza o básico: alguns exames e medicamentos, há um programa importante junto a gestantes e, ao contrário do sistema brasileiro, realiza-se uma primeira consulta sem necessidade de cartão de vinculação. Entretanto, as especialidades, como oncologia e hemodiálise, muito procuradas por imigrantes brasileiros(as), seus(suas) filhos(as) e paraguaios(as) natos(as) na região de fronteira, somente são oferecidas pelo sistema público de forma completa em regiões centrais do país, como em Asunción. O tratamento oncológico, por vezes, é deixado em segundo plano por ser caríssimo e com pouca perspectiva de cura.

[44] *Instituto de Previsión Social*, foi criado em 1943 (Villagra, 2014a). Conforme o site do IPS, seu objetivo é ofertar aos(as) segurados(as) e família, serviços em caso de doença, acidente de trabalho e doenças profissionais. O(a) trabalhador(a) vinculado ao Regime Geral recebe aposentadoria ou pensão quando atingir os requisitos de idade fixados em lei ou quando necessitar se afastar por incapacidade de trabalho.

Diante disso, o(a) idoso(a) que tem uma espécie de vínculo com o Brasil acaba retornando (S.B.[45], Santa Rita, 01 de mai. 2023), visando tratamento médico pelo SUS, que atende demandas mais complexas e custosas[46].

As assimetrias entre os dois países têm feito com que estes sujeitos cruzem a fronteira em busca de atendimento, circulando entre Paraguai e Brasil ou retornando. Importante mencionar que, do lado inverso, existem situações em que estes(as) retornados(as) buscam especialidade médica no Paraguai na rede particular, aproveitando-se da proximidade com a fronteira e da presença de referências no antigo país de destino.

Outra situação que leva à mobilidade ou o retorno, mas em menor proporção se comparada à saúde, é a educação. Conforme Souchaud (2007), a ausência de escolas públicas no interior levava alguns pais a migrarem para as regiões mais próximas à parte urbana dos distritos. Outra dificuldade encontrada é que nem todos(as) tinham condições de inscrever seus(suas) filhos(as), pelos gastos com uniformes exigidos pelas escolas. Na região fronteiriça, a taxa de escolaridade era muito baixa mesmo com a preocupação e esforços realizados pelos(as) imigrantes. Em regiões mais ricas, no caso do Sul de Alto Paraná, a taxa de escolaridade era maior, pois havia a possibilidade de acessar escolas particulares. Essas instalaram-se em centros urbanos, como no distrito de Santa Rita.

No Paraguai, de acordo com Viñales e Reveles (2020), desde a criação da política social na década de 1940, os(as) contemplados(as) são trabalhadores(as) mais ou menos formais ou assalariados(as) que contribuem para o sistema de proteção social. Entretanto, boa parte da população que se encontra no trabalho informal, que cresce muito nesse país, é excluída desse benefício. Conforme profissional que trabalha pelo IPS, esse órgão é a única forma no Estado paraguaio das pessoas se aposentarem[47] e serem assistidas na área da saúde, sendo uma espé-

[45] Entrevista realizada na residência da médica obstetra, paraguaia, filha de imigrantes brasileiros.

[46] Conforme apurado em entrevistas, o Hospital Costa Cavalcânti, em Foz do Iguaçu, PR, é referência para atendimentos oncológicos. No mesmo município o hospital procurado para hemodiálise, traumatologia e tratamento vascular, é o Hospital Público Municipal Padre Germano Lauck. Além disso, os(as) migrantes retornados(as) e imigrantes paraguaios(as) buscam atendimento médico em outros municípios paranaenses, como Cascavel.

[47] Segundo a entrevistada, através de IPS, imigrantes radicados e com cédulas de identidade também conseguem se aposentar.

cie de público-privado. Já uma pessoa que não tem IPS, é atendida por caridade e, quando o atendimento acontece, o profissional que prestou o serviço corre o risco de ser punido (S.B. Santa Rita, 01 de mai. 2023).

De acordo com Caballero (2012, p. 6), as pessoas que possuem IPS ou um plano de saúde têm direitos e garantia da prestação de serviços, mas as pessoas que dependem do Ministério da Saúde e Bem Estar Social por não terem o IPS, dependem da disponibilidade de serviços. A prestação de serviços é assimétrica entre e em cada subsistema. O que significa que a garantia do acesso a atendimento, quando necessário, está pendente da *"disponibilidad efectiva de servicios, del régimen de seguro en la previsional, del tipo de enfermedad, del plan de beneficios del seguro privado y del periodo de carencia de cada seguro"*, de modo que o atendimento depende da condição financeira da pessoa.

Segundo dados da *Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos* (DGEEC), em 2018, apenas 42,3% da população ocupada assalariada tinha o aporte de uma forma de aposentadoria. Na saúde, apenas 26,5% (cifra de 214,461) tem seguro médico[48], enquanto 73,5% da população acessava a saúde pública. Destes, somente 68,4% (cifra de 221.729) acessava algum serviço de saúde, sendo que a população do departamento correspondia à cifra de 808,203. Os dados mostram a pouca cobertura de proteção social para essas duas áreas em um departamento tão rico e evidenciam a desigualdade em um país que produz tanta riqueza e pouco investe em serviços públicos.

Segundo Caballero (2012, p. 13), levando em conta que a maior parte da população pobre trabalha sem contratos ou de forma informal, a maioria não tem a possibilidade de acesso à seguridade social, benefícios ou licença por doenças, *"ni a la protección de las leyes laborales en cuanto a remuneración durante la enfermedad"*. Ainda, para o autor, no caso das *"personas pobres el gasto en salud puede representar la totalidad de su ingreso diario y en muchas ocasiones significa elegir entre servicios de salud o comer"*.

Quanto à relação entre políticas econômicas e sociais, a concentração de terras, segundo Viñales e Reveles (2020, p. 101), elemento de ordenamento socioeconômico do Paraguai, determinou em grande parte *"la (des) articulación*

[48] IPS ou outros seguros. Por exemplo, de seguro privado, tem-se a Unimed, que atua no Brasil.

entre lo económico y social". Além disso, atualmente tem-se um crescimento econômico no país, mas para permanecer acima do nível regional, esse crescimento aumentou a pobreza e desigualdade que impactam em boa parte da população.

Segundo as autoras, *"la cultura de privilégios y la apropiación desigual de los recursos que caracterizaba la época de Stroessner se mantienen"*. A essa cultura se somam o crescimento da agroindústria e a diminuição da agricultura de subsistência, ocasionando uma maior marginalização e pobreza dos agricultores deste último modelo de produção. Além disso, o sistema fiscal *"es regressivo e impone mayores gravámenes a la población trabajadora y a los productores de alimentos de menores ingresos"*, ao mesmo tempo em que as agroindústrias contribuem muito pouco com relação à quantidade que produzem e comercializam, pois todo o sistema de tributos do país tem por base impostos de consumo. *"La liberalización y la privatización, las acciones políticas y legislativas – en el discurso – han buscado mejorar la eficiencia económica"*, porém, ocasionou aumento da pobreza e distinções sociais (Viñales; Reveles, 2020, p. 106-107).

Para Canese (2015, p. 249), se no governo Lugo (2008-2012) às conquistas mais importantes foram o aumento da compensação da Itaipu, a saúde pública, o aumento de serviços sociais para a terceira idade, "*tekoporã*" (bem-estar em guarani) de crianças e adolescentes; no governo de Cartes (2013-2018), seguindo a tendência de governos neoliberais, realizou-se uma série de privatizações e congelamento de gastos públicos sociais, sendo que destes, o setor da saúde foi o que mais sentiu, levando a um retrocesso de conquistas anteriores.

A partir da transição para a democracia, conforme Viñales e Reveles (2020), houve melhoras nos indicadores sociais, como no caso do acesso à saúde, na mortalidade infantil e materna, na pobreza. Contudo, essas melhoras são lentas, sem articulação e deixam o país em desvantagem comparando com a região, onde a enorme pobreza no campo é causada pelo modelo econômico extrativo, dependente e concentrado.

A pobreza e a desigualdade somam-se ao aumento no número de casos de doenças, como o câncer, que está diretamente ligado ao modelo econômico adotado pelo país, pautado no neoextrativismo de monocultivos, como a soja. Esse mesmo Estado que, por sua vez, dentro de uma política neoliberal, não dá um devido respaldo no setor público quanto às demandas, como da área da saúde,

desconsidera as implicações prejudiciais voltadas também ao meio ambiente e aos povos indígenas.

2.6.3 Implicações sociais e ambientais da frente de expansão agrícola

Faz-se necessário mencionar os impactos ambientais e sociais, em especial, os sofridos pelos(as) indígenas durante todo o processo de modernização agrícola e agronegócio, na atualidade, na região Oriental do Paraguai.

No início da ditadura de Stroessner, as florestas do Paraguai eram lar dos(as) indígenas. A Revolução Verde, o avanço da empresa, o mercado de terras, as represas de hidrelétricas ignoraram a população originária e modificaram as suas formas de vida de forma drástica, o que levou à morte e sofrimento que poderiam ter sido evitados. O Estado não considerou, em seu projeto de colonização, a presença de indígenas, não os vendo como sujeitos de direitos individuais e coletivos (Rodríguez, 2014).

Existem casos que foram notadamente violentos e desumanos, como com os(as) Aché, Ayoreo, Maskoy e Toba Qom, que sofreram um genocídio (Rodríguez, 2014). Para Melià (2008, p. 139), nos anos 1970, aconteceu um enorme golpe contra os(as) Aché, privando-os(as) de suas possibilidades de vida. Na maioria dos casos, tendo a complacência do regime político e da sociedade, praticou-se *"represión, matanzas, robos, ventas y trueques de niños, niñas por dinero y/o animales, como vacas, caballos, entre otros, violación de mujeres y adolescentes, desaparición de personas"*. Conforme Szekut e Oliveira (2019), a violência contra os(as) indígenas no Paraguai, que havia se intensificado no final da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, se tornou mais forte durante a ditadura *stronista*.

Mondardo (2021) constata que, do lado brasileiro, os(as) guaranis tentaram resistir com o mínimo estabelecido pela lei como terras indígenas na zona de fronteira. Situação semelhante também é vivida pelos(as) indígenas no lado paraguaio, onde estes(as) estão perdendo os seus territórios, principalmente nos antigos departamentos de migração brasileira e de territorialização do agronegócio, caso do Alto Paraná. Em trabalho de campo neste departamento, o geógrafo

observou como as terras foram praticamente devastadas; e grande parte das zonas indígenas tradicionais e matas, em sua totalidade, se transformaram em áreas de cultivos de plantações do agronegócio, atividade levada à frente, na maioria das vezes, por brasileiros(as).

Para Szekut (2018), os(as) indígenas que sobreviveram ao processo de colonização são estigmatizados(as) e marginalizados(as). Além de sua área ser pouca, sofrem com a pressão de agricultores para vender ou arrendar as suas terras, sendo também expulsos e, em alguns casos, julgados como invasores. Dessa forma, sentem, também, os efeitos das "novas práticas do espaço, seus modos de vida são desrespeitados e são julgados como 'preguiçosos'; os povos indígenas da região são, portanto, na sua maioria, invisíveis e à margem de reprodução sociocultural e econômica" (Szekut, 2018, p. 96).

Outro ponto conflitivo ligado às práticas agrícolas de uma parcela dos(as) imigrantes brasileiros(as) e seus(suas) descendentes que possuem terras no Paraguai, encontra-se na questão ambiental. O avanço da frente agrícola, na segunda metade do século XX, levou a um desmatamento desenfreado na região Leste do Paraguai. Conforme relatos de alguns(algumas) entrevistados(as), logo que os(as) imigrantes entraram no Paraguai, a mentalidade era derrubar a mata ou "abrir terras" para que se pudesse produzir naquele solo. Nesse contexto, bancos concediam empréstimos para a destoca de áreas, aumentando ainda mais o desmatamento e alterando drasticamente esse território.

Entretanto, o Estado paraguaio, até então, favorável ao desmatamento, vendo as consequências desfavoráveis ao meio ambiente, passou a adotar outra política. A fala de Antônio relata um pouco essa questão:

> Um governo que na época incentivou, financiou a destoca na década de [19]90, começ[ou] a fazer o contrário, reflorestar as nascentes, leis ambientais, mas ele deixou à sorte. Tanto os imigrantes avançaram muito sobre o meio ambiente, infelizmente. Por que se avançou o sinal vermelho? Porque ninguém falou, os agricultores queriam terras (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019).

Com o fim da atividade da destoca, a política paraguaia buscou desenvolver ações para reflorestar nascentes de rios por meio de leis ambientais. Porém, isso

ocorreu com pouca fiscalização dos órgãos públicos. O entrevistado aponta o descaso do Estado quanto à fiscalização do meio ambiente, reconhece o desmatamento praticado pelos imigrantes, contudo, reduz a culpa destes apontando para o governo paraguaio a responsabilidade, quando, na verdade, a responsabilidade é de ambos.

Quanto a essa prática, Feliú (2017) tece uma crítica mencionando a agressão sem piedade dos imigrantes brasileiros, além da ambição sem medidas de alguns paraguaios que venderam sem remorsos e por pouco dinheiro a fauna, a flora, a terra e a mesma nacionalidade, mostrando que os imigrantes não foram os únicos responsáveis por esse processo e se beneficiaram da política da época, mas também os militares *stronistas*.

Ainda, quanto à questão ambiental, Viladesau (2008) aponta que os principais efeitos que se observam como resultados da rápida expansão do plantio da semente transgênica no meio ambiente são: o desmatamento e a desertificação, a perda ou modificação de sementes nativas ou tradicionais por contaminação genética, a expansão da monocultura, o aumento da concentração de veneno nos solos e na água, o surgimento de doenças resistentes aos herbicidas e a morte de insetos benéficos.

Conforme a ONG Repórter Brasil e Base Investigaciones Sociales (2010, p. 13), a difusão de sementes modificadas "põe em risco a soberania alimentar e a produção de sementes tradicionais por parte dos campesinos, já que as variedades podem adquirir características transgênicas, ficando sujeito às leis internacionais sobre patentes". O que eleva o êxodo rural. Além disso, "o desmatamento intensivo foi provocado pela expansão da monocultura e causou até alteração climática significativa, com oscilações de temperaturas mais pronunciadas e um incremento de fenômenos meteorológicos extremos, como tornados, tormentas, inundações e secas" (ONG Repórter Brasil; Base Investigaciones Sociales, 2010, p. 13).

Outro problema sério que surge com o agronegócio, somando-se aos demais problemas ambientais, é o uso dos agrotóxicos, sendo seu uso intenso prejudicial à natureza e à saúde das populações. A contaminação da água, do solo e do ar é um drama enfrentado por campesinos paraguaios que, por não terem muitos recursos para trabalhar com as terras, acabam arrendando-as para grandes produtores de soja.

Quanto à utilização de agrotóxicos, Fogel (2005) afirma que o uso de herbicidas e inseticidas está poluindo os solos e fluxos de água, o que, por sua vez, prejudica a saúde das comunidades próximas às plantações de monocultivos. Há casos apavorantes de pulverizações aéreas sobre pessoas, plantações camponesas, fauna, flora e água. Os impactos da utilização de venenos também afetam áreas que não possuem plantações. De acordo o sociólogo, *"solo es cuestión de tiempo para que se contamine el Acuífero Guaraní, una de las reservas de agua más importantes de nuestro planeta, y en cuyas áreas de recarga se están aplicando toneladas de biocidas de alta toxicidade*" (Fogel, 2005, p. 73).

De acordo com a ONG Repórter Brasil e Base Investigaciones Sociales (2010), em territórios onde predomina o plantio de soja, as terras muitas vezes por estarem degradadas requerem a introdução de insumos químicos, o que faz com que o produto possua custos altos

A situação leva a introdução em comunidades de uma forma de produção que faz uso de "agrotóxicos e contamina os outros moradores, que acabam por abandonar suas comunidades. Sem a possibilidade de produzir alimentos, as estruturas familiares desmembram-se, os jovens migram e a violência aumenta". Somando-se a isso, constata-se a redução do nível das águas em poços e poluição de águas superficiais. Além da contaminação dos cursos de água por agrotóxicos, reconhece-se também o "desaparecimento e/ou diminuição de riachos pelos processos de erosão ou sedimentação, tudo isso por causa do desmatamento das áreas ribeirinhas" (ONG Repórter Brasil; Base Investigaciones Sociales, 2010, p. 17).

Nesse contexto, outro problemática social que surge é "a crescente dependência dos ingressos por trabalho assalariado, que afeta as famílias rurais, camponesas e indígenas, frente à baixa produtividade das roças familiares e/ou comunitárias". O que condiciona os chefes das "famílias a aceitarem qualquer tipo de trabalho nas condições impostas pelos produtores de soja e criadores de gado, as quais incluem não só trabalho informal e esporádico, mas também pagamento do salário abaixo do mínimo legal e sistemas de quase servidão" (ONG Repórter Brasil; Base Investigaciones Sociales, 2010, p. 20).

Nesta realidade o trabalho infantil no campo também é bastante recorrente. E para as mulheres a situação ainda é mais crítica, pois muitas sofrem com a superexploração e pagamentos miseráveis pelo seu trabalho, além da "redução

das mulheres a condições análogas à escravidão, bem como a cooptação por redes de prostituição com ramificações na Argentina e na Espanha" (ONG Repórter Brasil; Base Investigaciones Sociales, 2010, p. 28).

Somando-se a essas questões sociais envolvendo famílias camponesas paraguaias frente a essa frente de expansão agrícola é bom ter presente que a realidade econômica dos(as) imigrantes brasileiros(as) é bastante distinta. Enquanto temos um pequeno percentual de brasileiros(as) que se capitalizam na atividade agrícola no Paraguai, uma boa parcela de pequenos(as) agricultores(as) brasileiros(as) por não terem condições econômicas para fazer frente a modernização do campo e, posterior agronegócio, acabam saindo do meio rural. Sendo muitas vezes assediados por imigrantes também brasileiros mais capitalizados a venderem suas pequenas propriedades, e assim, realizarem um êxodo rural ou, em muitas situações, retornarem ao Brasil. Além disso, é importante ter presente os efeitos da modernização e agronegócio no campo para uma série de trabalhadores(as), como arrendatários(as), parceleiros(as), boias-frias entre outros(as), que perderam postos de trabalhos braçais. Sendo forçados(as) a novos processos migratórios e de retorno ao Brasil.

O modelo agrícola adotado pelo Paraguai na região Leste é permeado por contradições. Se por um lado tem-se um crescimento econômico de distritos, departamentos e país a partir da exportação de *commodities*, como por exemplo a soja e a geração de postos de trabalhos dentro da rede de agronegócio que envolve várias ações. De outro lado, percebe-se que se acentuou a desigualdade social e econômica e a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos.

Diante desta realidade, percebe-se uma série de conflitualidades ligadas ao modelo capitalista de produção, adotado por uma parcela de imigrantes brasileiros(as) em terras paraguaias, com o aval do governo paraguaio. Aqui nota-se que a lógica do lucro não considera os danos ambientais e sociais aos territórios das práticas adotadas. Com isso, não visamos negar o retorno econômico desse modelo agrícola adotado, mas, sim, questionar: a que preço essa riqueza é obtida? E quem realmente se beneficia dela? Quantos(as) perderam seus lugares de referência e tiveram que migrar pela primeira, segunda vez... ou retornar ao país de origem?

Quanto a isso, pela análise que realizamos ao longo do capítulo, constata-

mos que a modernização agrícola e, na sequência, o agronegócio em seu modelo neoextrativista, é um dos fatores que levaram e levam ao êxodo rural de paraguaios(as), indígenas e de brasileiros(as) pobres com pouco capital ou trabalhadores(as) remunerados(as) do campo, aumentando a concentração, e estrangeirização das terras paraguaias e a migração de retorno; podendo ser considerada como uma das grandes causas desta migração.

Além disso, as conflitualidades, em especial, em torno da questão agrária e pelo modelo agrícola agro exportador adotado entre parcela de brasileiros e paraguaios, bem como a irregularidade em torno da documentação, tornaram insegura e incerta a presença de uma parcela de brasileiros no Paraguai e acabaram, ao longo do período, provocando o retorno de imigrantes brasileiros(as).

Entre os(as) imigrantes brasileiros(as), é importante mencionar o papel fundamental das redes criadas entre os dois países – sejam elas transnacionais ou transfronteiriças – na economia, na identidade cultural regional e nacional, na política, e familiares e sociais. Pois a análise mostrou que a mobilidade constante, tanto de capitais quanto de sujeitos entre os dois países, visa a defesa de seus interesses, e busca por benefícios e direitos em ambos os territórios nacionais. Além de viabilizar e promover muitos retornos de brasileiros(as), principalmente vinculados à busca por recursos sociais, como aqueles voltados à área da saúde pública no Brasil, devido aos limites dos serviços públicos fornecidos pelo país de destino nesta região.

Dessa forma, o capítulo nos possibilita perceber uma série de fatores responsáveis pela migração de retorno de muitos(as) brasileiros(as) do Paraguai, ajudando a contextualizar a realidade e a elucidar o problema central acerca da complexidade e multiplicidade de retornos.

No terceiro capítulo, são analisadas a migração de retorno, as multiplicidades de retornos, suas várias formas e suas diversas causalidades dentro das trajetórias de migrantes brasileiros(as) retornados(as), além das diversas formas de reinserção na fronteira ou no município de origem e a constituição de multi/transterritorialidade no retorno.

3.

Migração de retorno de brasileiros(as) do paraguai

"Isso tudo é uma aventura, assim. A gente quando sai de um lugar e vai para um lugar onde nunca foi, sempre volta diferente, sempre aprende algo a mais. Tu vês [algo] que tu não tinhas visto naquele lugar que tu estava"
(I.F., 2016[49]).

O presente capítulo trabalha a migração de retorno para o Brasil em seus múltiplos processos constituintes. Para isso, apresentará uma breve discussão teórica sobre migração de retorno, fronteira e território, buscando compreender, através dessas categorias, a multidimensionalidade dos retornos nos municípios de origem e, principalmente, na região de fronteira, onde a questão do retorno fica mais complexa, pois os(as) migrantes retornados(as), numa parcela de casos, constroem um trânsito entre os territórios dos dois países.

A partir dos relatos, analisamos aspectos da identidade e territorialidades e multi/transterritorialidades no retorno destes(as), e avaliamos as migrações de

[49] O entrevistado reside em Naranjal, Alto Paraná. Entrevista realizada de forma *online*.

retorno a partir de teorias e tipologias. Entre as trajetórias, a partir da abordagem interseccional veremos como diferentes marcadores sociais ligados a classes sociais, nacionalidades, grupos étnicos/raciais, faixas etárias e gênero constituem distintas experiências de retorno.

Buscamos responder ao nosso problema de pesquisa, ligado às múltiplas formas de retorno, trazendo diferentes casos de migrantes retornados(as), como o retorno desejado por imigrantes brasileiros(as) no Paraguai e o desejo de permanecer, o retorno definitivo, o retorno do transmigrante em suas múltiplas mobilidades entre Paraguai e Brasil e o retorno de filhos(as) de imigrantes na fronteira. É realizada uma breve contextualização sobre os retornos do Paraguai a partir de 1980, citando também dados quantitativos. Por fim, são analisadas as múltiplas causas do retorno para o lado brasileiro da fronteira e o município de origem, espaços estratégicos pelas redes e vínculos, centrando o estudo em Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena, no Paraná; e São Paulo das Missões, no Rio Grande do Sul.

3.1. Migração de retorno, fronteira e território

A migração de retorno de brasileiros(as) do Paraguai é um fenômeno que historicamente antecede a emigração e a colonização da região Leste, empreendida a partir da segunda metade do século XX e segue ainda na atualidade, por vezes, em maior quantidade numérica, por outras em menor quantidade, apresentando-se em diversas formas e por diversas causas.

O retorno, para Tedesco (2022a, p. 438), "envolve múltiplos processos, atores, experiências, estatuto jurídico, projetos migratórios, etc", mostrando "formas de vida vividas antes, durante a imigração, bem como o que se projeta para depois". Nestes, vemos "protagonismos, racionalizações movidas pelas duplas ausências e presenças ao mesmo tempo". Assim, enquanto alguns estão indo, outros estão retornando, "muitos dos que voltaram, vão de novo, outros não retornam mais a ser imigrantes, porém permitem a saída de outros membros da família e, assim, as realidades vão se alimentando por múltiplos fatores e heterogeneidades" (Tedesco, 2022a, p. 448).

Segundo Fazito (2010, p. 89), nas migrações, o retorno exerce duas funções: a primeira é fundamentar "simbolicamente todo e qualquer projeto migratório" e a segunda é desempenhar "uma função estrutural na topologia (estruturas invariantes universais) de um sistema de migração que, muitas vezes, o particulariza num dado contexto (a circularidade da rede social da migração)". Ou seja, na primeira função, a ideia de retornar motiva o(a) imigrante a suportar a permanência no lugar de destino e, na segunda, o(a) retornado(a), muitas vezes, é quem motiva o surgimento de novos(as) imigrantes.

O(a) e/imigrante que afeta e experiencia novos espaços se deixando afetar por eles cria assim um lugar[50] para si. Quanto à relação de espaço e lugar, Tuan (1983, p. 6) nos lembra que "o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor". Então, esse sujeito que nutre afeto a um novo espaço, transformando-o em lugar, ao retornar para o lugar do qual partiu, sente que não é mais o mesmo, "volta diferente", como nos mostra a epígrafe deste capítulo. Essa mudança apontada pelo imigrante brasileiro autor da frase, se torna mais perceptível quando ele retorna para o lugar de origem no Brasil e reencontra as pessoas que deixou para trás.

Segundo Romeu (2018, p. 84-85), da mesma forma que o estrangeiro, o(a) migrante vem de um lugar e traz com ele(a) as memórias de outros lugares por onde passou, tendo a memória repleta de paisagens desses lugares deixados. Projeta manter a existência no novo lugar. Nessa dinâmica, muda a sua vida e o lugar que deixou e chegou, através "da ausência sentida" em um lugar e "pela presença repentina" em outro, que, por muitas vezes, pode ser tida como indesejável. "Num lugar deixa vazio, noutro precisa conquistar o espaço".

Sobre a migração de retorno, os termos que os(as) entrevistados(as) utilizam para se referirem a ela são: "vim embora", "retornam", "sair", "vinda", "veio", "voltam", "voltamos", "vamos", "vir", "voltar", "retorno", "voltado", "fugi", "vou embora", "ir", "voltar", "vim para cá", "voltei", "voltar para trás" e "retornar". Alguns termos dão a impressão de que a proximidade da fronteira ou constante

[50] Carlos (2007, p. 19) compreende o lugar como "produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida".

comunicação com o Brasil torna o ato de retornar algo simples, como ir de um município a outro dentro do próprio estado.

A migração transfronteiriça possui elementos distintos de outras migrações. Conforme Albuquerque (2009), às diversas mobilidades nos territórios fronteiriços possibilitam novas compreensões com relação aos sentidos da fronteira. Por exemplo, neste espaço, há emigrações ao Paraguai, migrações de retornos e vice-versa, migrações temporárias, mobilidades entre os dois países, como a dos(as) indígenas, muitas vezes, a margem, estereotipados(as) e discriminados(as), algo constatado em observações em nossos trabalhos de campo.

Quanto à fronteira, segundo Martins (2009, p. 11), de nenhuma forma ela se reduz à concepção geográfica[51], pois "é a fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteiras de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem". E, é para o autor, acima de tudo, a "fronteira do humano. Nesse sentido, a fronteira tem o seu caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora".

A fronteira é compreendida pelo autor como "o lugar da alteridade" e onde há o "conflito social", o que a torna algo singular. Em primeira impressão, ela pode ser um local de encontro. No entanto, o conflito torna a fronteira em um só momento "um lugar de descoberta do outro e de desencontro". Na fronteira, o desencontro "é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História". Dessa forma, o desencontro de perspectivas é expressão da "contraditória diversidade da fronteira". Trata-se de uma variedade de relações sociais marcadas por tempos históricos contemporâneos diversos. Ainda, "a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna parte antagônica do nós" (Martins, 1996, p. 27; 30).

[51] De acordo com Gonçalves (2006), a fronteira possui três concepções: a geográfica, mais visível, lugar onde um ou mais países têm os seus territórios cruzados; a política, em que a história e a constituição das nações se interpõem em um país e outro, e não os limites geográficos; e a simbólica, que, mesmo tendo um sentido mais abstrato que as demais, não é menos importante, possuindo conotações religiosas, morais e culturais.

Na mesma linha, tendo por base seu trabalho na fronteira entre Brasil e Paraguai, Gonçalves (2006, p. 6) constata que a "'fronteira' representa uma realidade ambígua e plural. Lugar escorregadio e impreciso de quem, por um lado, não é mais cidadão do país de origem e, por outro, ainda não é cidadão do país de destino", sendo o "lugar de um vaivém intenso e diário, onde a luta pela sobrevivência pode acirrar tensões, mas o cruzamento de pessoas diferentes também pode criar oportunidades de novos encontros", constituindo um "espaço de solidão e de busca, mas também espaço de integração. Lugar de disputa, terreno de ninguém e de todos, onde leis, rostos e nomes são, ao mesmo tempo, lembrados e esquecidos".

Dentro de uma fronteira pode haver outras fronteiras. Goettert (2013, p. 748-749) afirma que uma "fronteira 'maior' (mais visível, evidente, a vista) pode encobrir fronteiras 'menores' (mais invisíveis, implícitas, escondidas)". Entretanto, essa fronteira "maior" tende a tornar-se mais evidente, levando consigo "um conjunto de fronteiras 'menores', como que, para a sustentação de um poder maior, um punhado de micropoderes se deslinda a seu favor". Assim sendo, a fronteira aparentemente sozinha, singular, produz e se reproduz "apoiada nessa multiplicidade de 'pequenas' fronteiras, sem as quais aquela tenderia a perder, em grande medida, a sua força expressiva, material e simbolicamente". Há que se considerar também, nessa fronteira estudada, a existência de outras fronteiras, como os "trabalhadores" do ilícito, ilhéus, colônias de pescadores.

A fronteira é definida por Albuquerque (2005a, p. 44) como "uma zona, uma faixa ou região entre países, é um espaço mais amplo de relações sociais de um lado e outro do limite e que não tem extensão precisa e varia em cada situação específica". Em outros momentos, a fronteira, conforme Póvoa Neto (2018, p. 94), pode se apresentar ao contrário disso, principalmente pela existência de muros e outras barreiras, adquirindo o caráter de limite entre duas nações:

> A hiper securitização das fronteiras e a ocorrência crescente da violência contra os que tentam cruzá-las pode aparecer como um confronto entre anseios e legitimidades: anseia-se por um "mundo aberto", mas ao mesmo tempo busca-se proteção contra a "miséria do mundo". Cosmopolitismo e universalidade da condição humana *versus* soberania do Estado e proteção do território nacional.

Ao pensar sobre a migração de fronteira, nos deparamos com as ações do Estado, que determinam quando e para quem a fronteira deve estar aberta ou fechada. A fim de manter a soberania sobre o seu território, o Estado cria distintas políticas reguladoras para o controle das mobilidades. Esse cenário de contenção da mobilidade nas fronteiras se ampliou em nível mundial com a pandemia ocasionada pelo vírus SARS-CoV-2, causador da Covid-19, cuja presente pesquisa que já estava em curso pode acompanhar.

Conforme Domenech (2020, p. 18), o ato de fechar as fronteiras, ocasionado pelos Estados nacionais da América do Sul, anunciou um novo "*régimen regional de migración y fronteras*". Naquele momento, as ações e estratégias para frear o avanço da pandemia por meio do fechamento das fronteiras e restrição de mobilidade, mostrou o poder soberano do Estado Nacional. A aplicação de medidas pelos Estados recriou a forma como as fronteiras externas se articulam com as internas, produzindo efeitos sobre os(as) migrantes

A fronteira entre Brasil e Paraguai, no caso, a Ponte da Amizade, ficou fechada para o trânsito, permitindo apenas o cruzamento de caminhões, durante o período de 18 de março a 15 de outubro de 2020. O comércio, atividade mais forte nesse espaço, foi o que mais teve perdas, ocasionando desempregos e fechamento de lojas, entre outras dificuldades. No tempo em que a ponte esteve fechada, por meio das mídias eletrônicas, acompanhamos as cenas de paraguaios(as) barrados(as) na ponte, impedidos(as) de retornar para o seu próprio país. A pandemia também acabou gerando retornos de brasileiros(as) ao Paraguai e ao Brasil.

A entrevistada Ilda aponta, em seu relato, esses dois retornos e, ao mesmo tempo, a extrema vigilância e tranquilidade nas comunidades do Paraguai. Em algumas comunidades, o controle do Estado impedia a circulação entre departamentos. Já em outras, a ausência do Estado tornava tranquila a permanência durante o período pandêmico, atraindo muitas pessoas ao país. No caso da entrevistada, devido às suas necessidades familiares, essa permanência no Paraguai não foi possível, levando a um novo retorno ao Brasil.

Já em outras entrevistas, realizadas tanto de forma *online* quanto de forma presencial durante o período de isolamento, os(as) entrevistados(as) trouxeram memórias desse período. Nelas percebemos as dificuldades enfrentadas, as angústias e o desejo de rever familiares que ficaram do outro lado da fronteira.

Notamos também as estratégias utilizadas por estes(as) para manter vínculos afetivos e de trabalho através das redes de internet. A fronteira – aqui caracterizada, por vezes, pela sua fluidez – adquiriu, por alguns meses, um caráter de linha e limite, onde o controle dos Estados, que sempre é duro, se tornou ainda mais visível.

3.1.1. "Não é emigração, é um retorno": os(as) filhos(as) de imigrantes no retorno para a fronteira

A fronteira entre o Oeste do Paraná e o Leste do Paraguai, onde há migrações e mobilidades de brasileiros(as), mantém um *continuum*, devido à expansão da frente agrícola e da cultura brasileira, transmitindo a primeira impressão de que o território paraguaio é brasileiro.

Em seu estudo com imigrantes brasileiros no Paraguai, Albuquerque (2005a, p. 44) percebeu que estes se apresentam como uma fronteira em movimento, por ultrapassarem o limite internacional, constituindo distintas fronteiras no território paraguaio, como "os limites entre o cidadão e o estrangeiro, as diferenças das línguas nacionais, confrontos entre mentalidades capitalistas e culturas camponesas e as fronteiras de um passado de conflitos entre os dois países".

Samuel, filho de brasileiro(a), nascido no Paraguai, devido à presença de cidadãos(cidadãs) brasileiros(as) no distrito de San Alberto e na região, percebeu que esse território era uma extensão do Brasil, o que o fez nomear sua ida ao Brasil, junto com os pais e irmãos, de retorno. "Eu não vejo como emigração, [vejo] como retorno, [...] tá muito carregada a questão da memória. Você não tem memória de que você é, então é retorno. Não é emigração, é um retorno" (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021). Assim sendo, as lembranças relacionadas ao Brasil que ele absorveu desde criança, tanto na família, quanto na sociedade, o levam a concluir, depois de adulto e graduado em História, que a sua migração também foi um retorno.

Nesse caso, a memória integra, segundo Pollak (1992, p. 204), o sentimento de identidade individual e coletiva, "na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência

de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si". Para Samuel, sua identificação com o Brasil é maior do que com o Paraguai. Logo, essa identidade híbrida (Hall, 2010), construída em território paraguaio, pelas memórias do Brasil, trazidas pelos seus pais, fazem com que este se sinta brasileiro retornado.

Além da lembrança relacionada ao Brasil, Samuel em sua fala traz presente o fato de seu pai, mesmo morando no Paraguai, nunca ter deixado de votar em Foz do Iguaçu. "Eu tenho muito da minha memória, o meu pai indo votar. Eu não entendia muito! Votar? Mas você vai votar no Brasil, se tá no Paraguai? Tinha esse conflito. Então, hoje eu vejo que, nesta questão, os laços não foram quebrados no Brasil" (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021). Em suma, o fato de ver seu pai votar no Brasil, deixava o jovem em conflito. E somente com o passar do tempo e com o estudo, pode compreender que, pela proximidade, os vínculos não foram rompidos.

Junto à prática do voto, o entrevistado aponta a busca pela saúde no Brasil, algo frequente entre os(as) imigrantes brasileiros(as) que residem no Paraguai. Nesse território fronteiriço, é importante pensar na ideia de cidadania liminar trazida por Albuquerque (2012, p. 191), que significa "pensar a dimensão transitória e contraditória do exercício de uma cidadania social que se constrói de maneira marginal entre territórios nacionais em um contexto de integração regional". Nesse caso, o pai do entrevistado exerceu o dever de cidadão brasileiro através do voto e acessou um direito do cidadão brasileiro ao buscar a saúde atravessando a fronteira, sem viver no país de origem.

O entrevistado segue sua linha de raciocínio comparando a migração internacional com a de fronteira na questão do retorno, para mostrar como, nesta última, no seu caso e de sua família – que pode representar a realidade de outras famílias – os laços não são rompidos devido à proximidade e à consequente facilidade de retornar. Algo diferente das migrações de longa distância, onde o desafio de desapego do país de origem é maior, principalmente no passado, em que os retornos não aconteciam com a mesma frequência, devido aos altos custos empreendidos na locomoção, o que acaba desencadeando um exercício de desapego ainda maior do lugar de origem. Embora na atualidade, para Samuel, através das redes sociais de internet, esses(as) imigrantes(as) ainda estejam ligados(as) às suas origens, mantendo vínculos funcionais e afetivos.

A identidade desses(as) imigrantes nascidos(as) no Paraguai, em região de fronteira, filhos(as) de brasileiros(as), surge no "entre-lugar"[52] (Bhabha, 1998), constituindo uma identidade fragmentada, composta por uma ou por mais (Hall, 2010). No caso de Ester, ao ser questionada sobre como se identificava, afirmou que:

> Eu sou filha de brasileiro, nascida no Paraguai. Então, por mais que a gente queira dizer que é brasileira 100%, no RG ainda consta que você é paraguaia, mas claro que sou brasileira sim. Eu me sinto 100% brasileira. Aqui sempre há umas pessoas que querem discriminar, mas a gente, que nem esses dias, o C... [falou:] "a pessoa que consegue fazer o documento verde, que é o RG, [é] mais bem vista". Independente do meu RG ser de naturalidade paraguaia, eu me sinto como se tivesse voltando de lá para cá. Uma brasileira que morou lá [e] está voltando para cá. A gente se sente brasileira igual (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

A fala de Ester mostra como a identidade é negociada (Lesser, 2001) e a existência de uma memória em disputa (Pollak, 1989) nessa fronteira. O relato, um tanto ambíguo quando se refere a 100%, nos leva a pensar sobre as estratégias adotadas por esses(as) imigrantes para acessar recursos sociais do lado brasileiro da fronteira. Além disso, o fato de ela poder obter o RG do Brasil, possibilita ser "mais bem vista" e não sofrer, em um contexto onde os(as) imigrantes paraguaios(as) enfrentam práticas de discriminação[53] por alguns(algumas) brasileiros(as). Porém, ao cruzar a fronteira sua identidade paraguaia passa a ser reforçada. Nesse sentido, no território fronteiriço as identidades *"suelen ser*

[52] O "entre lugar", segundo Bhabha (1998, p. 20), oferece o espaço para a criação "de estratégias de subjetivação singular e coletiva que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação no ato de definir a própria ideia de sociedade". Dinâmica identitária presente nessa fronteira analisada, em que acaba surgindo um "terceiro lugar" (termo do mesmo autor) pelo processo de hibridização do qual os imigrantes passam na construção de suas identidades com a mescla de identidades territoriais vivenciadas.

[53] A discriminação sofrida pelos(as) paraguaios(as) pode ser compreendida considerando o contexto histórico. Durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai a elite brasileira construiu e difundiu uma imagem negativa dos(as) paraguaios(as) que ainda hoje se faz presente como a ideia de que o que vem daquele país não presta, de que são enganadores e falsos, no qual se considera que este povo é inferior é formado por pessoas desonestas e contrabandistas, sendo que muitas vezes muitos brasileiros atuam junto com os paraguaios na comercialização ou compra de contrabandos (Albuquerque Júnior, 2017).

camaleónicas: se adaptan a las circunstancias e interacciones, mientras las diferenciaciones culturales (menos fluidas que las identidades) parecen volver una y otra vez a las disputas nacionales" (Guizardi, 2020a, p. 74).

Ainda sobre sua identidade, Ester afirma que fica na "defensoria" se vê um paraguaio sendo discriminado por ser paraguaio por um brasileiro e, por outro lado, no Paraguai também fica na "defensoria" se vê um brasileiro também sendo vítima de injustiças por sua identidade nacional. Percebe-se nela um duplo pertencimento quando afirma: "A gente se sente brasileiro igual", ou seja, sua identificação é como brasileira devido aos pais e paraguaia por nascimento. Como afirma Anzaldúa (2016, p. 115):

> *En lo profundo de nuestro corazón, pensamos que ser mexicano no tiene nada que ver con el país en que se vive. Ser mexicano tiene que ver con un estado del alma – no es un estado mental ni una cuestión de nacionalidad - Ni águila ni serpiente, sino ambos. Y como el océano, ni el águila ni la serpiente respetan las fronteras.*

Nos dois casos analisados anteriormente, a identificação como brasileiro(a) não tem relação alguma com o território de nascimento, mas sim ao fato de como se sentem. Tem relação com a memória afetiva e elementos culturais que este(a) absorveu de seus pais e suas mães brasileiros(as), que ultrapassaram a fronteira, como oceano, serpente e águia, não respeitando limites, como diria Anzaldúa (2016). É importante ter presente que essa compreensão sobre a experiência de migração como um retorno para esse(a) filho(a) de imigrantes nascido(a) no Paraguai, não é um consenso entre a segunda geração. O entendimento sobre essa experiência varia de migrante para migrante e de como estes(as) se posicionam na fronteira.

3.1.2. "Aqui a realidade é diferente!": dimensões territoriais e identificação grupal ao retornar

A dinâmica de produção de territórios/territorialidades para os(as) migrantes retornados(as) acontece na ida, na permanência e no retorno do Para-

guai. No retorno, surgem novas identidades territoriais nos lugares de origem e na fronteira. No caso da fronteira, ela é arquitetada por meio de uma "multiplicidade de trajetórias, de sujeitos coletivos em disputa por espaço, na produção de territórios e na afirmação de identidades pela reinvenção de suas territorialidades" (Mondardo, 2018a, p. 315).

Dessa forma, é fundamental compreender o que se entende por território. Haesbaert e Mondardo (2010, p. 30) entende-o como:

> [...] espaço geográfico visto a partir de um foco nas relações de poder, seja o poder em seus efeitos mais estritamente materiais, de âmbito político-econômico (da "soberania" e da "disciplinarização", numa linguagem foucaultiana), seja em sua articulação cultural, mais simbólica. Assim, trata-se de abordar o território através das relações de poder que lhe são inerentes – desde um poder mais "tradicional", de natureza estatal administrativa, até sua configuração mais simbólica, onde a própria construção identitária é vista, sobretudo, como um instrumento de poder (ou, para utilizar um termo em voga, de "empoderamento") dos grupos e/ou classes sociais.

Ao emigrarem, os sujeitos levam consigo suas territorialidades, construídas anteriormente nos territórios onde viviam, algo que ocorre também na migração de retorno. Conforme Souza (2015, p. 81), "é impossível haver migração sem que práticas territoriais e construção de territorialidades não lhes sejam constituintes". A territorialidade[54], para Goettert e Mondardo (2009, p. 116), pode ser entendida:

> [...] como as relações materiais e simbólicas de uma pessoa, grupo, classe ou instituição permeadas pelos *valores* e *sentidos* de identidade (pertencimento, inclusão, para dentro) e de diferenciação/alteridade (estranhamento, exclusão, para fora), balizada por relações de poder. A noção de poder não implica, apenas, a relação de "superioridade" de uma territorialidade sobre outra; ela está

[54] Para Saquet (2020, p. 135), "a territorialidade significa as relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com a natureza interior e com a natureza inorgânica, para sobreviverem biológica e socialmente. Seria também "o acontecer de todas as atividades cotidianas". A territorialidade pode ser entendida como "a expressão territorial de uma identidade" (Goettert; Mondardo, 2009, p. 113).

> presente também na produção da territorialidade *em si*, isto é, no controle consciente ou inconsciente de que a pessoa, grupo, classe ou instituição *pode* manter influência sobre as relações que expressam os *valores* e *sentidos* de identidade, de exclusividade, de diferenciação e de fragmentação espacial.

De acordo com Saquet (2020, p. 170), vivenciamos diferentes e múltiplas territorialidades na política, economia e cultura em um "único movimento [...] há des-continuidades históricas e multiescalares; um movimento processual e relacional de apropriação, dominação e produção (i)material (material-imaterial) do território". Entre os(as) migrantes retornados(as), observa-se a produção imaterial no território de alguns elementos que caracterizam a territorialidade vivida no país de destino.

Segundo Haesbaert e Mondardo (2010, p. 33), um formato de territorialização é aquele que ocorre "no e pelo movimento". No contexto atual, muitos(as) se identificam com essa mobilidade, de tal forma que o território e as identidades ali presentes são formados na multiplicidade, "pelo próprio 'estar em movimento' ou transitar entre múltiplos territórios, o que nos leva, também, a pensar numa forma quase constante de trânsito entre territórios", no caso, numa transterritorialidade.

As mobilidades carregam, para Goettert e Mondardo (2009, p. 102-103), "os *valores* e os *sentidos*, que se encontram e se desencontram, se 'aproximam' e se 'distanciam', se juntam e se chocam, se entrecruzam e se sobrepõem". Os deslocamentos provocam, em qualquer tempo e lugar, "choques de territorialidades", denominados pelos autores de "transterritorialidades". Choques e conflitos geradores de inquietações intensas, que levam quem migra e quem não migra a se "esconderem uns dos outros como se a invisibilidade pudesse dar fim à angústia do estranhamento ou à falsidade de uma pretensa harmonia local, regional, nacional e até internacional".

A transterritorialidade, na concepção de Mondardo (2010, p. 35), é importante para compreender que "a identidade em um espaço fronteiriço, envolve não apenas o trânsito ou a passagem de um território ou territorialidade a outra, mas a transformação efetiva dessa alternância em uma situação nova, muito mais híbrida". Ressalta-se a própria "*transição*, não no sentido de algo temporário, efê-

mero e/ou de menor relevância, mas no sentido de 'trânsito', movimento e do próprio 'atravessamento' e imbricação territorial – não um simples *passar por,* mas um *estar-entre"* (Itálico do autor citado).

Esse "estar-entre" territórios pode ser vivenciado com o retorno para o Brasil, como no caso de Paulo que, durante o tempo em que viveu no Paraguai, se integrou com os paraguaios, aprendendo espanhol, costumes e ritmo de vida. Ou seja, este imigrante se integrou à cultura paraguaia. No período da entrevista, afirmava ter documentos, carro e moto paraguaia, casa no antigo lugar de destino, além do fato de que realiza e se mantém financeiramente com o transporte internacional dentro do Paraguai. Este deseja, ainda, retornar para morar no antigo país de destino. Porém, quando propôs à esposa o retorno durante a entrevista, essa se manifestou contrária à ideia, afirmando que iria apenas a passeio. Em sua fala, percebe-se um sentimento de pertencimento para com o Paraguai, lugar que é "onde sua família foi feita".

> Às vezes, é mais fácil eu chegar assim e falar: "Vamos dar um pulinho lá no Paraguai, vamos dar uma passeada". Para mim, parece que eu tô indo mais para dentro de casa. Se falar assim: "Vou dar uma passeada lá para Cascavel", para mim, parece que aqui eu tô saindo de casa. E aqui [Paraguai] parece que eu tô entrando (Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 15 de jan. 2019).

Assim, o fato de Paulo ir ao Paraguai significa estar "indo mais para dentro de casa". Ou seja, há um sentimento de pertencimento em relação ao antigo território de destino, que é maior se comparado ao sentimento para com o país de origem. O retorno não rompeu os vínculos criados com Los Cedrales, distrito paraguaio em que viveu/vive, pela proximidade com que este se estabeleceu em Santa Terezinha de Itaipu, no Paraná, quando do seu retorno, e pelo trânsito que este construiu entre os dois territórios, ou seja, pela transterritorialidade. Transterritorialidade desenhada por meio de redes sociais e familiares transfronteiriças, visando o trabalho como caminhoneiro e a preservação de vínculos afetivos ligados a familiares e amigos, a memórias afetivas e ao sentimento de pertencimento ao antigo país de destino.

O(a) migrante retornado(a) é alguém distinto duplamente, pois experien-

ciou a dinâmica de multiterritorialidade[55], algo que caracteriza os(as) migrantes. Este sujeito e o lugar de origem não são mais os mesmos que eram, pelo tempo de distância e pela vivência em outros territórios. Nota-se, aqui, "a visão essencialista e autêntica na construção da identidade do sujeito migrante ao passo que se cria uma espécie de *dupla consciência,* na vivência do lugar de origem e de retorno do migrante" (Souza, 2015, p. 89, itálico do autor citado).

Essa multiterritorialidade construída na migração favorece uma reterritorialização[56] no lugar de origem para o(a) migrante retornado(a), lugar compreendido como "lugar de retorno". Estudando migrantes paraibanos(as) em São Paulo, especialmente retornados(as), Souza (2015, p. 89) adverte que o "lugar de origem":

> [...] destitui-se em alguma medida do caráter de território em função das mudanças nele ocorridas e na forma de produção espacial do indivíduo, diminuindo a intensidade ou, no limite, destituindo o retornado da sua antiga territorialidade, o que se traduz por uma desterritorialização. Entretanto, esta não é uma ação isolada, não há uma desterritorialização sem uma concomitante reterritorialização e, neste sentido, este segundo momento se processa na hibridização das territorialidades, uma, supostamente perdida, numa mescla com outra, hipoteticamente adquirida. A multiterritorialidade do migrante retornado se sintetiza no jogo entre territorialidades "perdidas" e "ganhadas", gerando o novo.

O autor finaliza acrescentando que "a síntese entre os territórios, o território de saída (de emigração), o de chegada (de imigração) e o de retorno, processam

[55] De acordo com Haesbaert e Mondardo (2010, p. 35), "a multiterritorialidade pode implicar a passagem de um território (ou territorialidade) para outro, assumindo-se novas condições em momentos diferentes de um mesmo processo – ainda que temporalmente próximos entre si". Já "a transterritorialidade é a manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no *estar-entre*, no efetivamente híbrido, produzido *através* dessas distintas territorialidades".

[56] Para Saquet (2002, p. 228), "a des-territorialização num lugar significa re-territorialização noutro, promovendo a mobilidade da força de trabalho e suas características culturais". É um processo inerente à natureza contraditória do espaço e do território". Segundo Saquet e Mondardo (2008, p. 122), "a desterritorialização implica reterritorialização na mobilidade da força de trabalho em outro território através de processos econômicos, políticos e culturais que se processam através das redes de relações entre migrantes e não migrantes no território de destino e entre migrantes e não-migrantes do território de origem". Logo, a "reterritorialização é marcada pelo movimento de apropriação e reprodução de relações sociais que podem ser produzidas em uma conexão em rede" (Saquet; Mondardo, 2008, p. 122).

uma nova territorialidade no lugar de retorno, criando assim um novo território, agora híbrido e intercultural" (2015, p. 89). Esse aspecto vem ao encontro das migrantes retornadas para o município de origem, pois percebe-se a criação de um novo território, por mais que estas não tragam consigo muitos elementos que caracterizam culturalmente o território de imigração devido à pouca integração com a cultura paraguaia, consequência da presença expressiva de brasileiros(as) e das redes culturais vinculadas às suas identidades étnicas, regionais e nacional.

Quanto ao fato de estranhar o lugar de retorno, em geral, os(as) entrevistados(as) apontaram que sentiram uma diferença. Houve situações de estranhamento mais pelo espaço urbano no qual estes(as) passaram a habitar e pelo fato da idade com que emigram ao Paraguai, pois a maioria emigrou quando era criança, o que denota distintas experiências de migração de retorno. Entretanto, a expressiva presença brasileira nos espaços em que se estabeleceram e o contato, pela proximidade com o país de origem, tornaram o retorno menos desafiador, se comparado a outras migrações internacionais de retorno.

No caso de Isabel, que saiu adulta do Brasil e retornou para o município de origem, houve algumas situações de conflitos ou "choque de territorialidade" (Goettert; Mondardo, 2009) devido ao estranhamento sentindo no retorno:

> Aqui é a Cermissões e lá no Paraguai é a Ande. Quantas vezes eu falava: "A Ande veio arrumar a Luz", [esposo:] "Que?! Esquece a Ande! Aqui é Cermissões". Ia ao mercado, comprava as coisas, daí eu falava para ele [para o esposo]: "Mas quanto isto aqui iria custar em Guarani se eu fosse comprar?" [esposo]: "Mulher, esquece esse Guarani, aqui é em Real". Aqui as roupas eram caras. Ele [esposo] falava: "Meu Deus, mulher! Pare de comprar essas roupas caras!" [Isabel:] "Mas a gente precisa!". Eu sei que as roupas aqui são caras. E a maioria das roupas veio do Paraguai. Ele [esposo] falava: "Como é que pode pagar tudo isso por uma calça! Não, nós vamos parar de comprar essas roupas por enquanto, se nós formos para lá, nós compramos lá [Paraguai], lá é mais barato". Mas os anos foram passando, passando (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

Percebe-se, no relato, um conflito entre o casal diante da nova realidade, quanto à empresa de distribuição de energia, à moeda e ao valor das roupas. No

município, o valor das roupas era maior do que no antigo país de destino. Ou seja, o(a) imigrante compara os territórios de ida e volta e, por vezes, pela diferença desfavorável sentida ao retornar deseja voltar ao antigo espaço de destino. Algo que, segundo a entrevistada, não ocorreu. A migração de retorno, conforme Pinto (2016, p. 199), leva a um "sentimento de rupturas com aqueles que ficaram e com o modo de vida que tinham", trazendo a estes(as) a impressão de terem "perdas materiais e imateriais".

No relato de Isabel, percebe-se que as memórias afetivas do antigo lugar de destino estão ainda vivas. Por várias vezes, ao longo da entrevista, confidenciou sentir saudades do Paraguai, o que denota o apego que ainda tem pelo país mesmo não o visitando após o retorno, sendo ironizada ao manifestar esse sentimento em relação ao antigo país de destino. Conforme ela relata: "Uma vez eles pediram para mim, para nós, uma mulher: 'Mas lá no Paraguai também tem Deus?' Aí nós falávamos que sim, que 'lá ele estava mais perto do que aqui'" (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021). Observa-se, nesse caso, que o(a) migrante retornado(a) com as vivências do lugar de procedência surge com um(a) sujeito com a "vida marcada por lugares de memória e do cotidiano presente" (Romeu, 2018, p. 88).

Já para Ilda, que emigrou ainda criança de colo ao Paraguai, o estranhamento ao retornar ao Brasil foi superado a partir do momento em que pode fazer contatos com outros(as) migrantes retornados(as), para ela, "conhecidos".

> Quando eu cheguei aqui, meu marido falou [que eu]: "Parecia um cachorro caído da mudança". Eu não tinha noção do Real, do dinheiro e nem da realidade que eu [es]tava. Daí eu me vi numa casa alugada, dentro da cidade, pagando aluguel numa casa bem pequena. As crianças, todas pequenas. Nossa, foi outra realidade! Foi bem difícil no primeiro ano, mas depois a gente foi fazendo amizade, as coisas foram se encaixando. E daí vieram bastante conhecidos que eu já tinha de lá para cá, aí começamos a conviver. Aqui a realidade é diferente! (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022).

Aqui, há que se considerar que o retorno de Ilda acontece de forma muito rápida e se dá do campo para um sítio próximo à cidade, onde "a realidade é

diferente". Porém, o contato com "conhecidos" retornados possibilitou uma socialização ao retornar e uma integração. Nesse sentido, a presença de migrantes retornados(as), que compartilham com Ilda aspectos da mesma territorialidade, ajudaram na sua reterritorialização. Segundo Pinto (2016, p. 79), com base em Haesbaert (2014):

> Indiferente se existe a materialidade da territorialidade, esta territorialidade imaterial tem em seu âmago a noção de uma "comunidade imaginária", de um grupo pertencente ao seu espaço vivido e, que, deste modo, procuram se apropriarem, se fazerem ser reconhecidos, se fazerem ser identificados por aquilo que lhes representa: a dimensão simbólico-sociocultural.

Para Ilda, houve um estranhamento com relação ao tempo e às relações sociais. No tempo em que vivia no sítio no Paraguai, parecia que tinha mais tempo para compartilhar a vida com as outras pessoas do que quando passou a residir em um sítio próximo à área urbana, periferia de Santa Terezinha de Itaipu, PR. Antes do retorno, podia "sentar na noite de lua, olhar o céu estrelado. Quando dava uma noite de lua clara, os vizinhos iam um visitar o outro [...]. Os vizinhos eram mais unidos" (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022). Algo que não acontece no lugar do retorno, onde a entrevistada sente-se mais caseira e sem tempo para a convivência ou socialização.

Na nossa pesquisa de campo, predominou o idioma português, mas dependendo do lugar onde estávamos, nos encontrávamos diante do idioma alemão, guarani, espanhol ou da mescla dos dois últimos entre si ou com o português. Em alguns momentos, no diálogo com interlocutores(as), éramos questionadas: "Entendeu alguma coisa do que foi dito?" E nos demos conta das particularidades da fronteira simbólica, não somente quanto à fronteira entre Brasil e Paraguai, mas também com relação aos(as) descendentes de alemães(ãs) no interior de São Paulo das Missões, RS, quando estes(as) nos faziam a mesma pergunta após fala em alemão.

Ao abordar a questão das línguas nas entrevistas com migrantes retornados(as), constatou-se que há aqueles(as) que pouco ou nada aprenderam, há os(as) que aprenderam espanhol e não aprenderam o guarani, os(as) que foram

e voltaram falando o alemão e o português, e os(as) que aprenderam o espanhol e o guarani, como no caso de Ester, que fala as três línguas (espanhol, guarani e português). Quando criança, em Itakyry, PY, Ester afirma que era discriminada por não falar o guarani e ser brasileira.

> A gente foi muito discriminada [...] nos obrigamos a falar [o guarani]. O pai nos proibia de falar o guarani. [Porém] quanto mais o pai proibia, mas nós insistimos em falar. Quando o pai pensou que nós não sabíamos, nós já estávamos falando fluentemente. Aí, o pequenininho, que tinha três aninhos, já estava falando que nem um papagainho. Aí o pai falou: "Se vocês falarem, eu vou bater em vocês". Só que não tinha mais jeito, pois o bebezinho já falava (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

A proibição do pai pode também estar ligada a determinação do ditador Stroessner que impedia os(as) paraguaios(as) de falar guarani. Entretanto, o autoritarismo deste não impediu que os(as) filhos(as) aprendessem o guarani como forma de comunicação e socialização para também, de certa forma, se protegerem entre si contra a xenofobia.

> A gente aprendeu e falava mesmo, porque tinha muito índio lá, os índios se juntaram a nós e os paraguaios, que era muito ruim. Os paraguaios são mais ruins que os índios, a gente fala da gente também, porque eu nasci lá, mas tipo assim, eles eram muito ruins. Os indiozinhos traduziam para nós o que os paraguaios estavam falando. E foi assim que a gente aprendeu (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

A fala da entrevistada dá a ideia de uma relação conflitiva na infância, em que brasileiros(as) e indígenas eram discriminados(as) por outras crianças paraguaias, levando ao surgimento de uma transterritorialidade permeada por tensões e conflitos (Goettert; Mondardo, 2009). Observa-se também a intersecção de marcadores sociais ligados a classe social, étnico/racial e nacionalidade na discriminação sofrida por estes(as).

A família, por ter vivido em um espaço onde a presença paraguaia predominava, adquiriu também os seus hábitos culinários. Como Hall (2010, p. 89),

constata nesse contexto migratório, a pessoa que possui uma identidade híbrida, precisa aprender "no mínimo, duas identidades, a falar duas linguagens culturais, a traduzir e negociar entre elas as culturas híbridas".

Os seis filhos de Ester, paraguaios, falam três línguas. Esta, por falar de forma fluente o português, é questionada por paraguaios em Foz do Iguaçu: "Aí fica aquela confusão: 'Você é paraguaia e fala tão bem o português?!' Os paraguaios notam que eu falo bem o português" (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023). Ao mesmo tempo, por estar entre os dois países, a imigrante é vista, conforme Goettert (2008, p. 42), como "um ser em *trânsito*", que, ao mesmo tempo em que pertence a dois lugares, não pertence a nenhum deles. "Um ser em *trânsito* que também é um ser *cambiante* entre o lugar onde está e o lugar *deixado*" (Itálico do autor citado).

Para Rute, que morou em Hernandarias, um distrito que naquela época possuía uma pequena presença brasileira, a comunicação também era algo difícil, pois tinha que aprender o espanhol e o guarani. "Tive que aprender a falar guarani na marra. Sem saber, quando vi já [es]tava falando, porque me obriguei, não tinha jeito" (Rute, Foz do Iguaçu, *online*, 16 de ago. 2021). Já no seu retorno, o desafio foi outro, pois "a gente volta mais falando castelhano do que português" (Rute, Foz do Iguaçu, 19 de jan. 2019).

De acordo com Salete, por ter atuado por 23 anos como catequista da Igreja Católica em San Alberto, havia no retorno uma dificuldade ao escrever, tendo que pensar como se escrevia em português. Nesse caso, a reconstrução da identidade e territorialidade "é marcada por [...] três territorialidades indistintas em termos práticos e definidoras da produção espacial subjacente a este processo, constituídas na transterritorialidades" (Souza, 2015, p. 93).

No Paraguai, Rose aprendeu um pouco do espanhol nas brincadeiras de casinha com as amigas. Já para Marina, as cartas escritas em português e espanhol para um tio que residia em São Paulo das Missões, RS, possibilitaram com que esta desenvolvesse a escrita nos dois idiomas (português e espanhol) e que seu tio aprendesse um pouco de espanhol. Conforme Goettert (2008, p. 304), "mesmo ocorrendo o retorno, a migração – curta ou longa, temporal e espacialmente – já provocou mudanças, em especial no su-*jeito* da migração de *ida* e da migração de *volta*" (Itálico do autor citado).

Outro elemento cultural apreciado e adotado, que apareceu nas falas de algumas entrevistadas, foi a culinária. Isabel afirma que a "comida paraguaia era muito boa". Porém, ao fazer as famosas chipas[57] paraguaias, Isabel constatou que elas "não são como as do Paraguai. Eu faço chipa com queijo e polvilho. Daí, a gente acha que é paraguaia [...]. Olha ali a comida paraguaia!" (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021). Algo também constatado por nós ao tentar elaborar esse prato. Realmente, as chipas por nós aqui feitas não são como as de lá! Parafraseando a Canção do Exílio, de Dias (2001).

Entre os(as) retornados(as) do Paraguai, Pinto (2016, p. 145), identifica que os(as) mesmos(as) trazem "as imagens das paisagens naturais, que lhes conferem sentidos e significados de experiências vividas". Algo que também identificamos nas histórias analisadas, como às noites de luar, encontros de família à noite, as festas no pátio de casa, os dias de geada que queimavam as plantas, e o mato fechado, que como uma fronteira, necessitava ser enfrentado, com seus animais selvagens (tigre) no caminho para a escola e para a fixação da moradia e prática agrícola.

Nesse sentido, vemos uma multiplicidade de territórios vivenciados(as) pelos(as) imigrantes. Para alguns(algumas), a interação entre territórios diferentes é maior, enquanto para outros(as), nem tanto. Essa experiência, realizada em outro espaço distinto e dinâmico, faz com que este sujeito, quando retorne ao país ou lugar de origem, vivencie outra experiência desse lugar, mesmo que – devido aos laços mantidos apesar da partida – não haja tanto estranhamento do antigo lugar. Porém, a carga de vivências adquiridas nesse outro lugar torna esses(as) sujeitos distintos(as) para si e para os(as) seus(suas) conterrâneos(as) e familiares que não migraram. Somando-se a isso, as redes, mantidas após o retorno, desenham formas de trânsito entre territórios fronteiriços e os dois países, como foi visto em um caso.

[57] Comida tradicional da culinária paraguaia, feita com queijo, óleo, sal, ovos e polvilho azedo. Moldada em formato de roscas ou ferraduras e assada no forno.

3.2. "Eu gostaria de voltar", "Tô aqui e pronto": o desejo de retornar e permanecer

Parafraseando Sayad (2000), o retorno é um elemento do(a) imigrante. Isso vale para as migrações internas ou internacionais. No(a) imigrante, o desejo de retornar é mais uma faceta do retorno. Despertado por várias causas, este se acentua, levando à concretização do retorno ou ficando no plano do desejo. Ao mesmo tempo, percebe-se que existem imigrantes que desejam permanecer no Paraguai devido ao sentimento de pertencimento, pela estabilidade financeira, serviços encontrados e pelos vínculos sociais e familiares.

As narrativas do casal N.S. e C.F.[58] nos levam a refletir sobre o desejo de permanecer e retornar. Quando questionada sobre a sua terra natal, a esposa assim se expressa: "Ah, eu tenho muita vontade de voltar". Lhe perguntamos se sentia saudades e ela afirma que sim, "porque desde que eu nasci até os 24 anos vivi no mesmo lugar. A minha raiz ficou lá!" (C.F., San Alberto, 28 jul. 2019).

Aqui, há um desejo de retorno ao espaço nostálgico. Para Sayad (2000, p. 12), a nostalgia não é o seu mal, afinal, quando acontece, o(a) imigrante percebe que o retorno não acaba com o desejo inicial por aquele espaço do passado. As idas e vindas ao ponto de partida o espaço geográfico possibilita, mas não o retorno a ser aquele(a) que se era naquele momento e o reencontro com os mesmos lugares e pessoas deixados ao partir. O sentimento de saudade por um lugar tem força de tornar sagrados a casa natal, o solo natal, a casa dos antepassados e o país, passando a serem lugares privilegiados da e pela nostalgia. Dessa forma, tem-se "o retorno profano a estes lugares da natureza e da história tornados santos pela graça da nostalgia".

Ao atravessar a Ponte da Amizade e chegar ao Brasil, a entrevistada sente-se no seu "mundo", em outras palavras, em casa. Por sua vontade, já teria "voltado há muito tempo". Nos primeiros anos no Paraguai, "só pensava em ir embora" (C.F., San Alberto, 28 de jul. 2018). O retorno às memórias afetivas que esta faz sobre a terra natal, como defende Goettert e Mondardo (2009, p. 127), não se estabelece no sentido de regressar fisicamente a "um lugar 'perdido para sempre', mas no qual a aceleração do tempo presente e futuro é freada pelo passado (como

[58] Entrevista concedida na casa do casal.

se, na mobilidade do Capital e do Trabalho, também se produzisse a 'imobilidade' 'subjetivo-identitária')".

Atualmente, a mesma ainda deseja retornar pela aposentadoria e conforto para os(as) idosos(as), mas "já tem os filhos, netos, agora já é mais difícil" (C.F., San Alberto, 28 jul. 2018). Percebe-se que a entrevistada se encontra dividida, mas pendendo mais a aceitar a permanência. Para esta imigrante, "só lhes resta, então, refugiar-se numa intranquila nostalgia ou saudade da terra" (Sayad, 2000, p. 11).

Contudo, quando questionamos o esposo sobre sua relação com a terra natal, percebemos uma reação totalmente oposta. "Eu, para minha terra natal, nunca mais voltei". Sobre o retorno, este expressa: "Eu gosto daqui. Se eu voltar hoje para trabalhar, não me adapto, e ir morar também acho que não. Sei lá um dia o que vai acontecer. Eu acho que é aqui e pronto" (N.S., San Alberto, 28 de jul. 2018). Portanto, não se adaptaria mais ao lugar de origem. Para Goettert (2008, p. 42), "o migrante como um ser em *trânsito*. Uma *mistura* de "um tanto de nós com muito dos outros", a tal ponto que adota o lugar de destino como seu, tendo sua transitoriedade migratória finalizada. Transitoriedade migratória que o autor define como:

> [...] o estado em *trânsito* dos sujeitos que se colocam em mobilidade, em migração. Um *ser deslocado* porque *não-locado* sobre um único lugar. *Trânsito* e *deslocamento* compõem a *transitoriedade migratória* que ultrapassa o momento – menor – do deslocamento em si, abarcando desde os preliminares da decisão de migrar até a definição de que o *seu* lugar é outro – não mais o de origem –, definindo o novo lugar como aquele que lhe *pertence*, ou mesmo o lugar de origem se o retorno vier a definir o "fim" da *transitoriedade*. A *transitoriedade* entre dois lugares, de origem e de destino: um *continuum* que depende de cada migrante e por isto mesmo um *processo* eminentemente individual, calcado pela subjetividade e pelas relações que a migrante ou o migrante vai desenvolvendo no lugar novo, como também, ainda, de proximidade ou distanciamento do lugar *deixado* (Goettert, 2008, p. 42, itálico do autor citado).

Goettert (2008) afirma que a transitoriedade migratória é temporária, variando de migrante para migrante o seu tempo de duração. Conforme percebemos entre os(as) entrevistados(as) residentes no Paraguai (Gnoatto, 2020), esse

sentimento é vivenciado em nível diferente. Há aqueles(as) que não se sentem mais imigrantes, que se encontram inseridos(as) no Paraguai, se sentindo pertencentes. E há aqueles(as) que se sentem divididos(as), que alimentam – por mais que estejam há décadas naquele país – o desejo do retorno ao Brasil, devido às várias situações.

O fato do entrevistado e a esposa terem conseguido, por meio dessa emigração, adquirir terras no Paraguai e no Brasil, levou a uma estabilidade econômica que lhes assegura a possibilidade de permanecerem em San Alberto. Questionado quanto à sua identificação, afirma: "Eu não me considero mais imigrante. Eu falo para muito paraguaio ali, que é mais novo: 'eu sou mais paraguaio que você'. 'Mas como?' [questiona o paraguaio]. [N.S. fala:] 'Eu tenho 40 anos de Paraguai'" (N.S., San Alberto, 28 de jul. 2018). A identificação como paraguaio se dá pela vida construída no país. Quanto à essa experiência, Sayad (2000, p. 11), afirma que "o imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, consequentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal". Quando isso acontece, a ideia do retorno, algo próprio do imigrante, também deixa de existir.

Porém, a identificação como paraguaio é questionada por um paraguaio na expressão: "Mas como?", pois, a identidade cultural de N.S. não dá a entender que este seja paraguaio. Albuquerque (2005a, p. 226), em pesquisa, identifica que "a identidade paraguaia dos imigrantes brasileiros só passa a ser reconhecida se esses já falarem fluentemente o guarani. Não é a cidadania o critério social, mas o domínio desse idioma nacional". Porém, é necessário ter presente que há paraguaios(as) natos(as) que não falam o guarani. Dessa forma, podemos concluir que a definição de quem é ou não paraguaio(a) abrange outros elementos.

Para além do aspecto relacionado ao sentimento de nostalgia para com a terra natal ou o país de origem, o desejo de retornar está vinculado às necessidades desses(as) imigrantes. A busca por serviços na área da saúde leva o casal P.D. e V.D.[59], residentes em Santa Rita, no Departamento de Alto Paraná, a desejar retornar. Como justifica a esposa:

[59] Entrevista realizada na residência do casal, em Santa Rita.

> O que a gente faz é tudo nos hospitais que a gente leva. A gente gasta tudo em médico. Chega! Nunca [sobra] para fazer um passeio, para viajar num lugar longe. É só aqui! A gente está cansado, a gente gosta[ria] de sair, conhecer alguma coisa. Já [estamos] pertinho da cova, já fui duas vezes perto da cova e vim de volta. Eu gosta[ria] de sair daqui para a gente poder viajar, conhecer alguma coisa no mundo. Nem que agora, nós [estamos] tudo duro. Ontem viemos do Brasil até aqui. Meu Deus do céu! Cheguei em casa, me doía tudo e ele também. Mas eu gostaria de voltar (P.D., Santa Rita, 29 de abr. 2023).

Na fala da entrevistada, a busca pela saúde pública para atender às suas demandas é a principal motivação para o retorno, uma vez que quase toda a economia do casal é investida em tratamento médico, onde – conforme mencionamos no segundo capítulo – em especial na região do distrito, predomina o setor privado. Além disso, a entrevistada expressa o desejo de poder viajar, e ter uma vida que lhe possibilite o lazer e o conforto. Desse modo, o casal planeja um retorno e fixação em Missal ou Itaipulândia, no Paraná. Sobre essa decisão de retornar, o esposo afirma:

> Agora que decidimos, porque eu, há 10 anos atrás, já estava querendo voltar para o Brasil, mas a família não queria. Eu já tinha até visto uns negócios lá no Brasil, vendendo aqui para ir para lá, mas nada entrou de acordo comigo. Então, eu sozinho. Diz o outro: dois contra um já não dá certo, imagina quatro [risos] contra um? Daí não vai, não tem como. Então, eu decidi permanecer. Eu não [es]tava mais a fim de voltar, tô aqui e pronto, não queria sair, ela que está mais a fim e eu estou de acordo com ela (V.D., Santa Rita, 29 de abr. 2023).

Percebe-se que, para a migração de retorno, nesse caso, existe uma negociação familiar e que o desejo do esposo não se efetivou no primeiro momento, pois filho(as) e esposa não concordaram. Além disso, nota-se, no entrevistado, a disposição de não defender desejos individuais, como os de permanecer no Paraguai e apoiar a esposa em seu desejo de retornar ao Brasil.

Ao mesmo tempo, a saúde, embora não a pública, também pode motivar a permanência. O relato da entrevistada J.S.[60] nos chamou a atenção, uma vez que todos(as) os(as) seus(suas) 11 irmãos(as), que emigraram junto com ela e seus pais ao Paraguai, acabaram retornando ao Brasil, restando somente ela. Situação que difere de outras famílias, que diante dessa realidade, optam por retornar. Ao ser questionada pelos motivos que a levaram a permanecer, a mesma afirma que:

> Os nossos filhos estão todos aqui [...]. Ficamos um tempo lá em Foz do Iguaçu para conseguir cuidar da nossa saúde. Mas a saúde, na época, depois que viemos de Rondônia, não dava, porque marcava assim. Mas vai só dentro de seis meses, fica na fila. A minha filha tinha plano de saúde da Cargill. Ela falou assim: "Mãe, vem se tratar comigo, eu vou arrumar". Ela arrumou para nós o plano de saúde. Por causa do plano de saúde da nossa filha que nós estamos aqui (J.S., Santa Rita, 30 de abr. 2023).

A presença dos filhos e o acesso a um plano de saúde privado tornou, para J.S., a permanência no Paraguai ainda possível. A demora para atendimentos pelo SUS fez com que a imigrante, após breve estadia em Foz do Iguaçu – depois de um retorno para trabalhar numa propriedade da família, em Rondônia – buscasse a saúde no Paraguai. Nesse caso, é importante considerar que houve um retorno para o Brasil vinculado a uma fronteira agrícola presente na região Norte do país. Na sequência, houve uma migração interestadual visando recursos sociais vinculados à saúde. E, por fim, um retorno e permanência no Paraguai, motivados pelo acesso a atendimentos médicos e vínculos com os filhos.

O permanecer no Paraguai ou retornar para o Brasil está, segundo K.S.[61], relacionado aos vínculos e à questão econômica dos dois territórios fronteiriços. Em suas palavras: "Tudo é uma relação de forças e de valores". Pois, como exemplifica: "se eu tenho bastante terra, eu tenho um bom advogado, eu tenho dinheiro para fazer alguma coisa. Se eu sou casada com um paraguaio, eu tenho uma aceitação cultural [pois] paraguaio defende paraguaio. Se eu sou filho de paraguaio, eu tenho outra relação de força". O inverso também se dá no Brasil

[60] Entrevista realizada de forma presencial.

[61] Entrevista *online*.

(K.S. *online*, 04 de mai. 2023). Outro aspecto relevante apontado pela entrevistada é a amizade com políticos e fazendeiros no Paraguai, que pode "proteger" de possíveis ocupações de terras pelos campesinos. Essa questão política também passa a ser uma relação de força na busca por recursos no Brasil. Por fim, o conhecimento necessário para administrar as terras se apresenta como outra força que possibilita permanecer no Paraguai.

O desejo de retornar não se limita aos fatores econômicos ou à busca por recursos sociais. No caso de Marina, está relacionado à violência sofrida. Nota-se que o assédio ou importunação sexual vivido por ela a deixava em uma situação de insegurança ao transitar sozinha no Paraguai. Ao pegar transporte em Encruze Raul Peña para ir até a casa de seus pais, um percurso de aproximadamente 40 Km, "por ser branca, ter o olho azul. Eu, às vezes, embarcava no ônibus, então, você entra e vai para trás, tinha que ficar na frente, porque o motorista e [o] cobrador diziam que estava cheio atrás" (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023). Durante todo tempo que viveu no Paraguai, Marina se sentia insegura e "sempre falava: 'um dia eu quero voltar para o Brasil, porque aqui eu me sinto segura'. Você não se sente segura [de] andar sozinha. Eles ficam te assediando o tempo inteiro" (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023).

O(a) sujeito que vivencia situações precárias ao longo da migração tende a desejar o retorno com mais força dos(as) que estão em condições econômicas melhores. Porém, o retorno não é somente determinado pela questão econômica. Existem outros aspectos decisivos, como as discriminações enfrentadas, a violência física e simbólica diária, a saudade dos(as) amigos(as) e parentes. Elementos que não têm como serem quantificados, mas são decisivos em muitas situações de escolha pelo retorno ou pela permanência (Romeu, 2018). Nos casos aqui vistos, a busca por recursos sociais leva também ao desejo pelo retorno. Entretanto, outras motivações ligadas às experiências vividas levam imigrantes a permanecerem no país de destino, talvez para sempre.

3.2.1. "Vão pra lá [Paraguai]. Vem pra cá [Brasil]": circuitos de mobilidades na fronteira

Na fronteira, percebe-se constantes idas e vindas entre os(as) imigrantes brasileiros(as) que retornam de forma temporária ao Brasil em busca de demandas e, após, retornam ao Paraguai.

A circularidade na fronteira, para Marques (2009), é causada pela busca por serviços públicos de educação, saúde e benefícios assistenciais, trabalho, compras, religião e visitas. Tal fato demonstra as várias estratégias de sobrevivência de adaptação desses(as) sujeitos moradores(as) de distritos paraguaios e a relevância de "suas redes pessoais para intercambiar recursos, informações e solidariedade que os permitam acessar bens e serviços brasileiros" (Marques, 2009, p. 14-15).

Essas idas e vindas em diferentes territórios, segundo Mondardo (2018a, p. 325), caracteriza "certas territorialidades na zona de fronteira, o que possibilita por meio de redes de articulação, a construção de uma multi ou, em alguns casos, até de transterritorialidade pelo 'jogar' com os dois lados". Essa dinâmica "transfronteiriça possibilita obter vantagens e/ou benefícios econômicos, políticos e culturais".

Para Rose, esse trânsito entre território fronteiriço de Brasil e Paraguai se dava já aos sete anos quando, sem nenhum familiar, atravessava de barquinho o Rio Paraná e, depois, o Lago Internacional da Itaipu para ir à Marechal Cândido Rondon, PR, o que tornou o retorno definitivo ao Brasil algo mais fácil. Para a entrevistada, o fato de não haver um hospital próximo de onde morava no país de destino, fez com que buscasse o hospital de Marechal Cândido Rondon, PR, para ter as suas três filhas, pois ali poderia ser assistida também por uma rede familiar, ou, seja havia uma rede transfronteiriça que desenhava uma transterritorialidade. Como o esposo era pescador e possuía um barco próprio, atravessava o Lago Internacional da Itaipu para ter as suas filhas. Após tê-las e registrá-las no Brasil, retornava a Puerto Adela, Paraguai.

A cidadania brasileira é outro elemento importante para esses(as) imigrantes, uma vez que ter os(as) filhos(as) registrados(as) no Brasil torna possível o acesso aos serviços públicos no país. Por outro lado, ter os(as) filhos(as) regis-

trados(as) no Paraguai pode ser interessante para assegurar direitos como a propriedade de terras, no caso de agricultores(as).

Para a assistente social K.S., em Santa Helena, PR, a busca por fugir dos altos impostos levou e leva à emigração ao país vizinho. Porém, "o efeito de não pagar impostos [leva a] não ter esses benefícios dos impostos, que seria o SUS, que seria a educação que temos, a qualidade de vida que temos aqui na questão do esgoto". Benefícios que, por sua vez, levam ao retorno. Além disso, "O que as pessoas tentam, muitas vezes, é tirar vantagem em tudo" (K.S. *online*, 04 de mai. 2023). Entre os que tentam tirar vantagem em tudo, estão alguns fazendeiros que buscam a saúde no país de origem mesmo tendo condições financeiras. E, no meio disso tudo, segundo constata a assistente social, as pessoas mais carentes são as que mais sofrem.

> A classe menos favorecida ela tá nesse jogo vem para cá para buscar trabalho fixado. Só que o salário lá [Paraguai] o ano retrasado estava maior do que aqui [Brasil]. Se valorizou mais e ficou mais igualado ao salário [daqui], se eu pago menos água, eu pago menos imposto, o que eu vou fazer? Vou pra lá [Paraguai]. Precisa da questão da saúde. Vem pra cá. Aí eles ficam nesse pingue pongue (K.S. *online*, 04 de mai. 2023).

Em entrevista com J.C., assistente social do Hospital Público Municipal Padre Germano Lauck de Foz do Iguaçu, buscávamos saber a visão da instituição sobre o retorno de brasileiros(as) devido à questão da saúde. Porém, o que ela informou é que a maioria dos(as) que buscam atendimento[62] não são migrantes retornados(as), mais sim imigrantes brasileiros(as), filho(as) de imigrantes brasileiros(as) e paraguaios(as) que, depois de atendidos(as), retornam ao Paraguai, em um vai e volta transfronteiriço. Há casos de retornos para o Brasil para tratamentos e retornos ao Paraguai ao finalizar tratamentos. E há casos de brasileiros(as) que vêm a óbito e são levados(as) de volta ao Paraguai. Nesse caso, o(a)

[62] Os departamentos da maioria desses(as) imigrantes que buscam atendimentos são: Alto Paraná, Canindeyú, Itapúa e Caaguazú. Segundo J.C., estes pacientes vêm de até 500 km de distância do interior do Paraguai. São idosos(as), adultos(as) de meia idade e jovens, e a maioria é de classe média baixa. Buscam, muitas vezes, realizar a hemodiálise, a área da traumatologia e vascular, oferecidos pelo hospital. Já sabem das estratégias e não têm como negar, pois, estes(as) chegam muito mal ao hospital. Todos(as) os(as) brasileiros(as) no Paraguai possuem o Cartão SUS, exigência para atendimentos no Brasil.

imigrante tem a experiência de retorno para o lugar de destino após a morte. Segundo J.C., "eles falam que voltam, mas a gente sabe que não, eles voltam para o Paraguai, porque eles têm todos os bens lá, residência, filhos e netos. A família toda mora lá" (J.C., Foz do Iguaçu, 03 de mai. 2023).

Essa fala da assistente social nos fez pensar no caso de J.G.[63]. A conhecemos na Casa do Migrante, onde buscava os documentos para filhos e cunhado paraguaios poderem obter o cartão SUS. O curioso foi que, em um primeiro momento, a entrevistada afirmou que havia retornado e residia em Santa Helena, PR. Porém, quando buscamos sanar algumas dúvidas pelo *WhatsApp*, nos informou que não morava neste município, apenas tinha passado o endereço de sua mãe para que a filha pudesse se tratar com o ortopedista deste município. De momento, estava na casa de sua irmã em Foz do Iguaçu, mas pretendia alugar uma casa. Enquanto isso, o seu esposo e filhos seguiam no Paraguai. Quanto ao retorno desta, não sabemos se irá se efetivar, pois afirma gostar demais do Paraguai, ser casada com um paraguaio e não ter recursos financeiros. Enfim, é menos provável que aconteça.

Nota-se, nesse caso, como em outros, as estratégias e mobilidades de idas e vindas utilizadas por esses(as) imigrantes pobres para acessar recursos sociais na fronteira. Retornos mais curtos entendidos como circularidades na fronteira, em que as redes possuem uma importância muito grande.

3.3. As várias faces do retorno

A migração de retorno se apresenta de múltiplas formas, podendo ser o fim do projeto migratório ou não. Além disso, na fronteira as formas de retorno se complexificam ainda mais pelo vai e vem entre dois territórios nacionais.

Para Durand (2006), ambas as decisões por emigrar e retornar são iguais. Porém, a migração de retorno está diretamente relacionada à vivência do(a) migrante no país de destino e com as mudanças no contexto internacional dos dois países (origem e destino). Dessa forma, algumas justificativas que explicam causas e permanências da migração também podem ajudar a explicar o que

[63] Entrevista realizada na Casa do Migrante, em 25/03/2023.

leva o retorno de alguns(algumas) migrantes. Entretanto, não se pode utilizar as teorias no sentido inverso, devido ao fato de a migração de retorno possuir suas particularidades que condicionam a rever teoricamente esse movimento.

Contudo, quais são as teorias sobre o retorno? Cassarino (2013), em estudo, analisa cinco teorias sobre o assunto. São elas: a Teoria Econômica Neoclássica, a *New Economics of Labour Migration,* a Estruturalista, a Transnacional e a de Redes Sociais. Na visão econômica neoclássica, a migração de retorno corresponde àqueles(as) trabalhadores(as) que erraram os cálculos de custos da emigração e que não conseguiram aumentar a renda desejada. Dessa forma, o retorno ao país de origem é uma consequência de suas vivências fracassadas no país de destino ou devido à falta de recompensa esperada para o seu capital humano.

Já a corrente *New Economics of Labour Migration* (NELM) entende que a migração de retorno resulta de uma "estratégia calculada", resolvida na família do(a) migrante e impulsionada justamente por esse(a) ter conseguido atingir as suas metas prefixadas. No enfoque Estruturalista, a migração de retorno não é estudada com base apenas na vivência individual do(a) migrante, mas em relação a fatores institucionais e sociais que existem no país de origem. Assim, o retorno também está relacionado ao contexto (Cassarino, 2013, p. 24).

Na teoria Transnacionalista, a migração de retorno faz parte de um sistema circular de relações econômicas, sociais e de trocas que favorecem a reintegração dos(as) migrantes, além de passar novos conhecimentos, informação e sentimento de pertencimento. O retorno não é constante, acontece quando são acumulados recursos financeiros e benefícios satisfatórios para manter a família, ou, ainda, quando as "condições" no país de origem favorecem (Cassarino, 2013, p. 37).

Esse modelo de retorno transnacional não é regra. Basta ver as migrações de retornos de brasileiros(as) do Paraguai. Destas, apenas uma parcela volta com recursos financeiros acumulados. A maioria, como no caso dos que retornam na década de 1980 e se fixam no Mato Grosso do Sul ou do grupo que se estabelece na região Oeste do Paraná e vive atualmente marginalizado nas favelas de Foz do Iguaçu e municípios vizinhos.

Já na teoria das Redes Sociais, identifica-se a habilidade dos(as) migrantes retornados(as) de construírem fortes laços com as antigas áreas de moradia no exterior. Algo muito presente nas entrevistas analisadas, principalmente entre

aqueles(as) que se inserem em municípios fronteiriços. Para Cassarino (2013), o retorno é assegurado e amparado por redes transfronteiriças de relações econômicas e sociais que transmitem informações. Assim, os(as) migrantes retornados(as) são percebidos(as) como atores e atrizes desse processo migratório.

Conforme Botega, Cavalcanti e Oliveira (2015, p. 8), nessa realidade, o capital social é ressaltado e é compreendido "em termos de recursos providos pelas famílias ou parentes dos retornados, sendo importante para o sucesso das iniciativas e projetos dos migrantes no retorno". Nos casos analisados, de retornos para o local de origem, percebe-se a atuação de redes transnacionais familiares. Na mesma perspectiva, Durand (2006) defende que os(as) migrantes que pensam no retorno, mantêm os seus vínculos com o lugar de origem, cuidam de suas relações e ampliam o capital social durante o tempo fora. Algo que pode ser útil para uma nova migração ou para o retorno.

Porém, Rivera-Sánchez (2013) defende que nem todos(as) os(as) migrantes utilizam capital social e estão inseridos(as) nas redes da mesma forma, o que torna as possibilidades e condições do retorno desiguais, a depender do acesso ao capital e da posição em que esses(as) atores e atrizes se encontram nos campos sociais. Caso que se aplica a uma boa parcela de migrantes retornados(as) do Paraguai.

Diante das teorias, constata-se que nenhuma delas dá conta sozinha de explicar a migração de retorno devido à sua complexidade. Entretanto, as visões de retorno transnacional e de redes sociais juntas são importantes para compreender a migração de retorno do Paraguai, pois percebe-se a existência de relações transnacionais, articuladas por meio de redes transfronteiriças e transnacionais que possibilitam a reinserção no Brasil. Além de apontar que o retorno não é um movimento definitivo, mas geralmente mais uma etapa do ato migratório do(a) sujeito. As duas teorias mostram como o(a) imigrante mantém elos com o lugar de origem e no retorno com o antigo lugar de destino. Porém, boa parte desses(as) migrantes retornados(as) não contaram com capital social ou financeiro ao retornar, conforme as teorias defendem.

Ao analisar a migração de retorno para Marechal Cândido Rondon, Silva DLG (2010) percebe que estes(as) migrantes não param de deslocar-se. Podem ocorrer retornos ao Paraguai ou migrações para outros espaços. Existe uma per-

manente busca por um espaço na sociedade. Para Silva e Fernandes (2013, p. 6), o(a) imigrante não quer se fixar nem retornar, pois se acostuma com a condição de migrante. Assim sendo, o que o determina não é mais o lugar de origem ou o de destino, mas sua condição de sem lugar. Dessa forma, "o retorno (não definitivo) é apenas mais um elemento de confirmação da condição de migrante", o que também constatamos entre entrevistados(as).

Porém, o retorno definitivo também se apresenta entre os(as) migrantes retornados(as), representado a maioria das trajetórias analisadas, totalizando oito casos. Além disso, três são e duas eram transmigrantes, quatro retornaram ao Paraguai e depois ao Brasil e quatro realizaram migrações interestaduais e intermunicipais no Brasil, o que revela a multiplicidade.

Quanto aos tipos de retorno, para Cassarino (2013, p. 48-49), estes estão relacionados ao nível de preparação e de mobilização de recursos desses(as) migrantes, sendo que o autor cria categorias para apresentar os tipos. A primeira indica os(as) retornados(as) com enorme nível de *preparedness,* que lhes possibilitou preparar o retorno de forma independente, ao mesmo tempo em que foram arrecadados os recursos necessários para assegurar a volta. A segunda é formada pelos(as) que possuem baixo nível de *preparedness,* esses(as) retornados(as) permaneceram por um tempo curto no país de destino. E a terceira constitui-se daqueles(as) que não possuem nível de *preparedness,* pois pretendiam voltar e não estavam preparados(as) para isso.

Entretanto, o autor associa o pouco nível de preparação ao pouco tempo de permanência, o que não se aplica no caso das 16 trajetórias aqui estudadas, uma vez que todos(as) viveram mais de 10 anos no Paraguai, mas isso não garantiu para alguns(algumas) o acúmulo de capital financeiro. Quanto ao período de residência no Paraguai, este varia de 10 anos a 45 anos, sendo que uma parcela maior viveu mais de 20 anos neste país.

Entre as histórias de vida de retornados(as) aqui apresentadas, vemos distintos níveis de preparação para o retorno. Existem aqueles(as) que, ao emigrarem, já tinham ideia de retornar e viam na emigração ao Paraguai a possibilidade de "fazer um futuro" para, após algumas décadas, acabarem retornando em posse de capital para adquirirem terras, caso de Sandra e Isabel. E existem aqueles(as) que investem parte do capital acumulado no Paraguai e no Brasil, caso de Salete.

Em seus estudos, Durand (2006) identifica que existem seis tipos ou modalidades diferentes de retorno. O primeiro seria o retorno voluntário do(a) migrante estabelecido(a), caracterizado pelo(a) migrante que volta de forma voluntária depois de um longo tempo residindo no país de destino, tem documentos em dia e já possui outra nacionalidade, muda de residência e realiza um novo processo de estabelecimento. Fazem parte dessa modalidade os(as) migrantes econômicos que possuem grande poupança, migrantes que voltam, porque a condição econômica do país melhorou, tais como exilados(as) políticos(as), refugiados(as) e migrantes aposentados(as). O segundo tipo seria o retorno do(a) migrante temporário(a), correspondendo aos(as) trabalhadores(as) temporários(as) que possuem um contrato que exige e obriga o retorno em determinado momento.

O terceiro tipo seria o retorno transgeracional, em que a migração de retorno atravessa gerações. Trata-se do retorno não mais do(a) migrante, mas sim de sua descendência, incluindo filhos(as), netos(as) e bisnetos(as) que utilizam os laços culturais e sanguíneos para facilitar o ingresso e a naturalização nos países. A quarta modalidade seria o retorno forçado, onde a volta ao país de origem acontece de forma forçada, devido às motivações econômicas, políticas e raciais, situação vivida pelos(as) brasiguaios(as) em Mundo Novo, MS, por volta de 1980. A quinta modalidade é o retorno do(a) fracassado(a), caso do(a) migrante que se vê forçado(a) a retornar devido às situações, por perceber que a migração não foi de acordo com o que projetavam. Já o sexto tipo é o retorno programado, oficial, como o de judeus para Israel (Durand, 2006).

Ainda, os(as) migrantes retornados(as) acabam se distinguindo pelas formas com que vivenciam esse retorno. Siqueira (2009, p. 87) considera que existem quatro categorias de migrantes que acabam retornando. O mais interessante dessas categorias é que o(a) mesmo(a) retornado(a) pode se enquadrar, ao longo de sua vida, dentro de cada uma delas, variando a forma e o contexto.

> [...] os emigrantes que não conseguem se readaptar e migram novamente, elegendo o país de destino como seu local de moradia e retornam apenas para passear e rever a família e os amigos, nos períodos de férias; os emigrantes que retornam e conseguem vencer todas as dificuldades econômicas, sociais e culturais e se fixar na

> terra natal; os que vivem tentando retornar, mas não conseguem, seja por razões econômicas ou culturais, e uma outra que, pode-se dizer, está se configurando como dos transmigrantes. São os que conseguem se estabelecer nos dois lugares. Fazem seus investimentos nesses dois espaços, geográficos e social/cultural.

Já para Siqueira, Assis e Dias (2010), ao longo do projeto migratório, devido às situações sociais, culturais e econômicas, o projeto é refeito e o retorno aparece de várias formas. Os autores constatam que há cinco tipos distintos de retorno: o retorno temporário, o retorno continuado, a vivência entre dois lugares, o retorno permanente e o tipo transmigrante.

O retorno temporário é aquele em que o(a) migrante elege o país de destino como sua moradia. Nele, há uma família, trabalho e investimentos. Apenas vem passar férias ou visitar familiares no Brasil. Busca informações da terra natal. Envia dinheiro para auxiliar a família e instituições de caridade. No local de destino, muda o padrão de consumo e de vida, pois não se preocupa em guardar recursos para voltar e investir no Brasil (Siqueira; Assis; Dias, 2010).

O segundo é o retorno continuado, em que o(a) emigrante volta à cidade natal, investe e perde o investido ou não se readapta ao Brasil, tornando a emigrar para o país onde estava ou para outro, porém conservando o projeto de retorno. Alguns(algumas) realizam o mesmo processo diversas vezes. Limita, ainda, o padrão de consumo e de vida no local de destino com a finalidade de poupar recursos para o retorno. O que vem a ser um elemento ruim da emigração, ao passo que a pessoa perde a identidade com o país de origem e não forma um espaço social no país de destino (Siqueira; Assis; Dias, 2010).

No terceiro tipo, o(a) migrante vive entre lugares. No país de destino deseja voltar à cidade de origem, porque tudo é mais fácil e lindo. Ao retornar, sente-se estrangeiro(a), pois tudo lhe parece diferente. O que o(a) leva a voltar para o país de destino e, um tempo depois, pensar em retornar novamente. Nessas tentativas, fazem investimentos que, na maioria das vezes, não são vantajosos, uma vez que no tempo em que estiveram no exterior, economizaram recursos financeiros, porém não conseguiram habilidades para se tornarem autônomos(as) e empreendedores(as) (Siqueira; Assis; Dias, 2010).

Já o quarto é o retorno permanente. Nesse, o(a) emigrante volta e fixa-se

na cidade ou país natal, não almejando mais migrar. São aqueles(as) que se inseriram no mercado de trabalho ou se tornaram autônomos(as). Readaptam-se ao modo de vida da cidade de origem, são vistos(as) como bem-sucedidos(as), pois concretizaram o projeto de melhoria de vida ou ascensão social. O grupo não representa a maioria, mas cativa a emigração de outros(as) (Siqueira; Assis; Dias, 2010).

O quinto tipo é o do(a) transmigrante, que mora em dois lugares. Na maioria, são documentados(as), possuindo estabilidade nos dois países, fazem investimentos, trabalham e possuem casa em ambos países. Vivem parte do ano no Brasil e participam frequentemente da vida social dos dois lugares. Representam a minoria dos(as) imigrantes e são referências para novos(as) emigrantes (Siqueira; Assis; Dias, 2010).

Quanto à tipificação de retornos, o(a) retornado(a) pode assumir diferentes posições, fruto de suas experiências, visões de mundo e condições econômicas, fatos que conduzem, por vezes, às novas migrações, tanto pela não adaptação quanto por não encontrarem melhores oportunidades de vida. Dessa forma, o retorno pode ser definitivo ou apenas mais uma etapa, segundo mostram as narrativas dos(as) entrevistados(as), apresentando múltiplas migrações no Brasil, retornos para o Paraguai após o primeiro retorno ao Brasil, e novos retornos ao Brasil, podendo ser para o município ou estado de origem, como também para o país natural dos pais.

3.3.1. "Eu sempre tô na estrada": o transmigrante e as suas mobilidades

O caso de Flávio, migrante retornado, chama a atenção pelas migrações e mobilidades que realiza após o retorno para o Brasil, por múltiplas motivações (econômicas e sociais) e também por sua atual condição de transmigrante, vivendo com a família que formou em Foz do Iguaçu, trabalhando e convivendo com a família paterna no Paraguai, constituindo uma transterritorialidade na fronteira por meio de redes.

A motivação para retornar, no ano de 1998, foi a seca que enfrentou junto com a esposa e os filhos, que os deixou sem recursos financeiros: "Precisei da

chuva e veio muito sol na lavoura, matou a lavoura. Eu, na época, adquiri 20 hectares e plantei 80 hectares arrendados. E essa que eu arrendei foi o que me quebrou" (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021). As expectativas estavam todas na safra que não veio. Era dali que viria o sustento da família. Sem condições financeiras e oportunidades de trabalho no Paraguai, Flávio teve que vender o que tinha, como terras e tratores para saldar as dívidas, e retornar.

Ao retornar para o Brasil, Flávio contou com o auxílio de uma rede familiar para a sua reinserção laboral. Esta rede, constituída por primos que estavam em Ribeirão Preto, SP, ofertou um emprego no condomínio em que trabalhavam. "Eu já tinha cinco primos que trabalhavam no mesmo condomínio. Daí eu liguei para um dos primos: 'Oh cara, aconteceu isso e tal, tive que vender as minhas coisas para pagar as contas, preciso de uma oportunidade!'" (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021). Em resposta, o primo lhe teria dito: "'Olha, se você chegar aqui em, no máximo, 10 dias, você estará registrado. Tenho uma pessoa que quero despachar e já encaixo você no lugar dele'" (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021).

No caso de Flávio, houve, no seu retorno, a influência de uma "*cadena migratória*". Esta, para Pedone (2010, p. 107), *"se refiere a la transferencia de información y apoyos materiales que familiares, amigos o paisanos ofrecen a los potenciales migrantes para decidir, o eventualmente, concretar su viaje"*. A distância de um local para outro, nesse retorno do entrevistado, "não parece ser medida tanto pelos quilômetros, ou pelas dificuldades do caminho, mas pelas relações conhecidas ou potenciais que os lugares de emigração proporcionam" (Vangelista, 2010, p. 11).

Flávio, ao sair de San Alberto, um município pequeno do Paraguai, sentiu estranhamento, pois passou a residir em uma cidade grande e desempenhar uma função totalmente diferente da atividade agrícola até então desenvolvida.

> Eu trabalhava à noite, era bem judiado para trabalhar. Na época eu [es]tava com a minha ex-mulher, tinha os dois filhos pequenos. Não foi fácil! Eu, acostumado a trabalhar na lavoura. Sabe aquele camarada do sítio, piazão acostumado [com] festa no meio dos amigos e tal? Aí chega [em] Ribeirão Preto, só tinha lá três, quatro primos que faziam 10 anos que não se viam também. Meu Deus! Eu tive que começar a vida de novo (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021).

Como o entrevistado emigrou ao Paraguai quando ainda era muito pequeno, o retorno ao Brasil foi o momento em que conheceu um pouco mais o seu país e passou a viver e a trabalhar pela primeira vez em uma cidade grande. Ou seja, vivenciou recomeços, mudanças e adaptações.

> Com as pessoas com quem eu fui trabalhar, os meus primos, [que] também tinham vindo do Paraguai, nosso relacionamento era divertido, a gente falava de coisas do Paraguai para esquecer tudo aquilo [pausa]. Era uma festa para nós, tudo o que a gente falava era motivo para sorrir, depois de [ter] passado tanto sofrimento e mudado [...]. A cidade em si, eu estranhei muito, e depois que acostumei já não queria ir embora, a cidade em si é boa, mas a vida, para mim, estava bem difícil lá, bem complicada. Foi aí então, e o meu pai não estava bem de saúde na época, foi aí que eu mudei de ideia e vim para Foz do Iguaçu para ter outras oportunidades (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021).

Apesar das dificuldades enfrentadas pelo entrevistado para refazer sua vida, o fato de poder conviver com os seus primos no trabalho tornou a experiência migratória mais leve, pois nos momentos de descontração, as lembranças "de coisas do Paraguai" se faziam presentes. Dessa forma, na sua reterritorialização, trazia elementos da territorialidade anterior que tornaram leve a adaptação. De acordo com Souza (2015, p. 93), "o território do migrante retornado é, por isso, marcado pela hibridização, pela mescla das territorialidades anteriormente experimentadas".

Com o tempo, apesar das dificuldades que enfrentava, Flávio se acostumou com a nova cidade. Conforme Tuan (1983, p. 203), "'sentir' um lugar leva mais tempo: se faz de experiências, em sua maior parte fugazes e pouco dramáticas, repetidas dia após dia e através dos anos". O autor acrescenta, ainda, que "é uma mistura singular de vistas, sons e cheiros, uma harmonia ímpar de ritmos naturais e artificiais, como a hora do sol nascer e se pôr, de trabalhar e brincar [...] Conhecer um lugar [...] certamente leva tempo".

Porém, no ano de 2001, um problema de saúde do seu pai e a necessidade de acompanhar o tratamento que ocorria em Foz do Iguaçu, o fizeram mudar os planos e migrar para a referida cidade. "Eu levantei as malas e disse: 'Tô indo!'

Na época, eu não tinha nenhuma oportunidade de emprego. Cheguei ali, estava desempregado, como tinha muito mototáxi na cidade, fui trabalhar de mototáxi" (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021). Ao chegar em Foz do Iguaçu, sem nenhuma oferta de emprego como teve em Ribeirão Preto quando retornou, começou a trabalhar como mototáxi na Ponte da Amizade, em um contexto em que seu trabalho era bastante solicitado devido ao comércio em Ciudad del Este. Além disso, a atividade acabou sendo mais lucrativa do que o trabalho no condomínio em São Paulo.

Após esta migração, o entrevistado experienciou outras. Em Foz do Iguaçu, trabalhou por dois anos como mototáxi e, após, retornou para o Paraguai, onde trabalhou em um silo, em San Alberto. No ano de 2004, retornou para Foz do Iguaçu e, no ano de 2005, migrou para Curitiba, a qual estranhou muito, tendo dificuldades para se adaptar devido ao clima, ao jeito das pessoas e ao preconceito sentido por parte de moradores dali. As diversas mobilidades de Flávio mostram as "estratégias de sobrevivência" (Braga, 2011, p. 82), de muitos(as) migrantes retornados(as), que, muitas vezes, estão em uma situação de desterritorialização, migrando várias vezes no interior do Brasil e, como no seu caso, retornando ao Paraguai.

Já no ano de 2009, Flávio retornou para Foz do Iguaçu e voltou a trabalhar como moto táxi. Ali recebeu uma proposta de trabalho: "Surgiu uma oportunidade aqui no Paraguai, um amigo meu falou: 'Eu preciso de uma pessoa, é o teu perfil, brasileiro, que fala espanhol, que já morou no Paraguai, de confiança e tal, é você'. Eu falei: 'eu não vou'" (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021). Tempos depois, cansado do seu trabalho, aceitou a proposta de trabalhar na empresa como vendedor. Quanto ao seu dia a dia de trabalho: "Eu trabalho viajando sempre. Eu faço uma semana Sul, para o lado de Encarnación, e outra semana vou para o lado de Mato Grosso, faço o Norte do Paraguai. Eu sempre estou na estrada" (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021).

A experiência migratória de Flávio no Paraguai abriu portas para a oferta de emprego em uma função que requer, entre outros quesitos, o domínio do espanhol e a vivência naquele país. Nesse caso, precisava-se de um perfil de funcionário que, nessa região de fronteira, pudesse transitar entre os dois territórios, mesmo trabalhando só no Paraguai, algo que o entrevistado era apto, justamente

por ter vivido nos dois países e ter construído uma identidade híbrida. Dessa forma, os(as) migrantes retornados(as) tiram vantagens dos "atributos de identidades" conseguidos no exterior, visando diferenciar-se dos(as) demais conacionais (Cassarino, 2013, p. 37).

Flávio trabalha no Paraguai, enquanto sua esposa e filho vivem em Foz do Iguaçu. Por vezes, dependendo da distância, fica dias sem voltar para casa ou acaba retornando no mesmo dia. O ir e vir do transfronteiriço constrói uma transterritorialidade. Segundo Mondardo (2018b, p. 39), o migrante encontra-se em uma situação como de alguém que tem a possibilidade de "'viver no limite', entre dois mundos, trafegar entre territórios diferentes, múltiplos, e ser marcado (desigualmente) por ambos, tornando-se, portanto, nem sujeito do lugar de origem, nem sujeito do lugar de destino, mas, sim, um ser trans-territorial, no limiar entre um ou outro território".

Sobre esse viver entre dois territórios: "Quando eu voltei [para] trabalhar no Paraguai como viajo hoje, eu [es]tava me sentindo em casa, porque a minha família morava em San Alberto. Meus pais, a felicidade deles, nossa!" (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021). A cada 15 dias, Flávio visita seus pais. O fato de morar em Foz do Iguaçu e trabalhar no Paraguai é visto como muito positivo, "tanto que estou até hoje [...]. Para trabalhar, eu me sinto em casa no Paraguai, para morar, no Brasil" (Flávio, *online*, 24 de fev. 2021). Nesse sentido, "por viver em lugares que dividem sua existência, o migrante é sempre aquele que *foi* ao mesmo tempo em que *permanece*. É um 'ser ou não ser' o que *foi* ou o que deve *ser*; uma condição que o coloca na fronteira entre lugares" (Goettert, 2008, p. 52, itálico do autor citado).

A escolha por trabalhar no Paraguai está relacionada ao salário, maior do que o recebido no Brasil para a mesma função. Já a escolha por Foz do Iguaçu para viver se dá pois na sua visão e da esposa é a melhor opção. Esse caso exemplifica como os(as) migrantes nessa região fronteiriça vão avaliando e buscando as melhores oportunidades dentro de suas possibilidades nos dois países. Podemos identificar, também, nas mobilidades do entrevistado, a importância das redes familiares e sociais transfronteiriças que desenharam o território de trânsito funcional e afetivo que este construiu entre territórios fronteiriços de dois países bastante distintos.

Constata-se, ainda, que para uma parte dos(as) imigrantes brasileiros(as), o retorno ao Brasil nem sempre é o fim do processo migratório, mas apenas uma etapa. Para Romeu (2018), no retorno, acontecem múltiplas idas e vindas; existem movimentos de ida constante por vários lugares, realizando diversas etapas migratórias; há partidas com rápidos retornos; e há partidas longas com retornos aspirados que, quando ocorrem, em curto período tornam-se novas migrações.

3.4 "Muitos retornaram": aspectos da migração de retorno a partir de 1980

A migração de retorno de brasileiros(as) foi algo frequente dentro do processo de colonização da região Leste do Paraguai e inúmeras motivações podem estar ligadas à mesma. Entre elas podemos supor as dificuldades encontradas para a abertura das terras, cobertas, em sua maioria, por matas; a precariedade e a ausência de serviços básicos, como na área da saúde; e a construção de barragens para a Usina de Itaipu, entre outras.

A primeira fase de retorno significativo de imigrantes brasileiros(as) do Paraguai aconteceu na década de 1980. Quanto às motivações, Salím (1994, p. 22) identificou: o aumento de expropriações; a situação precária dos títulos de propriedade que ocasionaram comercialização sobreposta de um lote a várias pessoas ao mesmo tempo; dificuldades para conseguir crédito agrícola por parte de quem não era proprietário de terras; maus-tratos e violência generalizada; dificuldade para conseguir documentos pessoais; fatores conjunturais de crise política e econômica da década de 1980; a forte instabilidade do mercado de trabalho e os vínculos de dependência dos trabalhadores do campo; e o aumento da oposição dos movimentos populares e das autoridades locais aos "brasiguaios", demonstrado na frase: *"el Paraguay para los paraguayos"*.

Como fator político, que estimulou o retorno, conforme Baller (2008), no ano de 1985, o governo brasileiro anunciou o Programa de Nacional de Reforma Agrária (PNRA), desenvolvido pelo INCRA, que pretendia assentar famílias sem-terra. Ainda para o historiador,

> O cenário nacional naquele contexto era agitado. Houve um plano de estabilização da economia nacional com o chamado Plano

> Cruzado, o Plano Nacional de Reforma Agrária e por último uma ampla campanha publicitária que teve na época a inten*ção de reativar o sentimento cívico, o que de algum modo contribuiu para atrair as pessoas de volta ao Brasil (*Baller, 2008, p. 50).

Segundo Sprandel (1992), no ano de 1985, ocorreu, de forma ordenada, para pressionar as autoridades brasileiras pelo direito à terra, um retorno de imigrantes brasileiros(as) para o estado de Mato Grosso do Sul. Esse movimento foi motivado pela "situação tensa enfrentada por famílias de brasileiros que começavam a ser expulsas pelo fim dos arrendamentos e pelo problema de legalização de terras" (p. 29). Entre as principais dificuldades relatadas pelos brasileiros, estavam as questões de documentação, produção, comercialização, mercado de terras, atuação de autoridades locais e do Estado paraguaio. As mesmas tinham ligação com funcionários da burocracia-jurídico militar paraguaia. Para a autora, os fatores que levaram ao retorno desses(as) imigrantes, os(as) caracterizam mais como refugiados(as). Além disso:

> [...] configura-se igualmente como um conflito de terra, com uma diferença fundamental. A terra sobre a qual se faz a pressão é definida pelo grupo como território, ou seja, o território nacional [...]. Ao fazer pressão sobre o território brasileiro, e não sobre um imóvel rural específico, os chamados brasiguaios inserem-se de maneira diferenciada no conjunto de mobilidades camponesas pela terra que então se desenrolaram (Sprandel, 1992, p. 2).

A escolha por um município de Mato Grosso do Sul para a travessia e formação do acampamento[64], para Ferrari (2009), está relacionada ao fato de ser uma fronteira seca, o que facilitaria o cruze. O retorno, bastante expressivo[65],

[64] Segundo Sprandel (1992), os(as) retornados(as) formaram, inicialmente, em maio de 1985, dois acampamentos em Mundo Novo, MS, com 922 famílias, e um terceiro em Sete Quedas, MS, com 144 famílias. A estrutura dos acampamentos Mundo Novo, Sete Quedas I e El Dourado possibilitava a autonomia das negociações. Os(as) imigrantes brasileiros(as) em solo paraguaio eram organizados(as) em grupos de retorno, nos quais convergiam redes de vizinhança locais. Dessa forma, eles(as) se organizaram em 11 grupos, cada um fazendo referência a uma das 11 localidades em que residiam no Paraguai.

[65] Para Ferrari (2009, p. 149), "esses camponeses brasiguaios sem-terra foram responsáveis pela limpeza das terras onde atualmente se encontram as grandes propriedades da soja e, ironicamente, são expulsos pela expansão dessas mesmas propriedades que ajudaram a amansar".

se estende até o início de 1990, período no qual muitos(as) deixaram o Norte de Departamento de Alto Paraná. Após esse período, os retornos passam a ser realizados por pequenos grupos, como famílias.

As dificuldades enfrentadas após o retorno não intimidavam outros(as) brasileiros(as) a retornar. Muitos(as) fixaram-se na periferia dos municípios fronteiriços ou entravam em acampamentos de sem-terra pelas rodovias do Brasil, como a BR-163, no Paraná e Mato Grosso do Sul, sujeitando-se a precárias condições de sobrevivência (Ferrari, 2009). De acordo com Zamberlan e Corso (2006), o perfil socioeconômico destes(as) migrantes retornados(as) é desigual[66]. Além disso, para muitos(as) imigrantes que retornaram do Paraguai o quadro social continua o mesmo da partida (Ferrari, 2007).

Entre 1980 e 1990, para Lobo, Matos e Teixeira (2008), os estados de Paraná, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul foram os que receberam mais migrantes retornados(as). Com base no Censo (2000), Fusco e Souchaud (2008) identificam que grande parte dos(as) migrantes retornados(as) se estabelecem em municípios fronteiriços do Paraná, principalmente Foz do Iguaçu, e em Mato Grosso do Sul, no município de Bela Vista, local próximo a maior concentração de imigrantes brasileiros(as) no Paraguai.

O segundo local mais procurado é a região Noroeste do Rio Grande do Sul, visando o setor agrícola, em um espaço tradicional da pequena agricultura que vivenciou forte crise fundiária no século XX, o que levou à expulsão de muitas famílias de agricultores(as) entre os anos de 1980 e 1990, sendo que um grupo relevante está no Paraguai, ampliando os grupos mais pobres de migrantes brasileiros(as) no país. Já o terceiro espaço se concentra em Mato Grosso e em Rondônia (Fusco; Souchaud, 2008).

Essas três localidades, para os autores, vinculam-se à dinâmica da fronteira agrícola, mas essa dinamiza as duas primeiras localidades e, na última, movimenta o contra fluxo. Supõe-se que os(as) migrantes retornados(as) que se estabeleceram em Mato Grosso e Rondônia buscavam o dinamismo da atividade agrícola comercial relacionada principalmente à soja. Nestes casos, nota-se parte

[66] Os(as) mais pobres, como a pesquisa de Zamberlan e Corso (2006) aponta, estabeleceram-se em Foz do Iguaçu, sendo atraídos(as) pela ilusão de conseguirem seus empregos de forma fácil. Já os(as) que tinham mais recursos financeiros se estabeleciam em outros municípios fronteiriços.

das motivações que estavam presentes na emigração ao Paraguai e elementos importantes da recente dinâmica territorial do Brasil, vinculados "à movimentação da fronteira agrícola desde seus episódios no Sul do Brasil, no último quarto do século XX, até seus prolongamentos recentes" (Fusco; Souchaud, 2008, p. 7).

No que se refere aos dados numéricos de retornos, com base no Censo (2000), Fusco e Souchaud (2008) constatam que o maior número procede do Paraguai. A cifra de 50.201 mil brasileiros(as) residia no país vizinho entre 1990 e 2000, o que corresponde a 26,8% do total de migrantes internacionais retornados(as) ao Brasil no período, sendo 61% vivendo no Paraná e 16% no Mato Grosso do Sul. Importante destacar que esses são dados oficiais, o que não representa a totalidade real.

Já o Censo de 2010, segundo Oliveira (2016), indicava um total de 26.274 indivíduos retornando do Paraguai[67], sendo 13.431 homens e 12.843 mulheres, mostrando também um perfil mais familiar. A faixa etária maior era entre 40 e 64 anos, total de 7.877 pessoas. Quanto à escolaridade, 19.559 eram analfabetos(as) ou tinham o Ensino Fundamental incompleto. Uma grande parte destes(as), isto é, um total de 15.378, se mantinha economicamente ativa e outra parte declarava ter uma ocupação[68], somando um total de 14.531 e, desse total, o percentual de 41,9% sobrevivia com até dois salários mínimos. A reinserção desses(as) brasileiros(as) retornados(as) aconteceu em atividades "elementares (31,4%) e no grupo ocupacional que reúne trabalhadores[as] na agropecuária e similares (14,9%), o que pode ter proporcionado a maior taxa de ocupação registrada para esse coletivo", comparada a retornados(as) de outros países (Oliveira, 2016, p. 37).

Em nossa pesquisa de campo junto à Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu, conseguimos coletar dados de atendimentos realizados a migrantes retornados(as). A Tabela 1 apresenta os números no período de 2009 a 2020.

[67] O número de retorno para o Brasil, entre 2005 a 2010 é bastante expressivo e está ligado a "política interna brasileira, que mostrou outra dinâmica a partir do início do século XXI, o que fez com muitos brasileiros, de várias partes do mundo, retornassem ao País, vislumbrando novas expectativas" (Baller, 2014, p. 137).

[68] Muitos(as) retornados(as) foram atraídos(as) para municípios do estado do Paraná para trabalhar em frigoríficos presentes na região Oeste e Sudoeste, que necessitavam de mão de obra para diversas funções.

Pela Tabela 1, podemos perceber que 2011 foi o ano em que a instituição mais atendeu retornados(as), ao passo que 2020 apresentou o índice mais baixo de migrantes retornados(as) que passaram pela Casa do Migrante[69]. O que indica que o número está relacionado ao contexto político paraguaio, pois entre 2009 a 2012, período que contempla quase todo o governo do presidente Fernando Lugo, tem-se o maior número de migrantes retornados(as). Já a cifra mais baixa, no ano de 2020, está relacionada à pandemia da Covid-19, quando a fronteira estava fechada de março a outubro.

Segundo a coordenadora da instituição, T.M., os dados são de brasileiros(as) que retornaram buscando recursos sociais, devido à ocupação de terras pelos(as) campesinos(as), na região de Tavapy e San Alberto, no Departamento de Alto Paraná, e ao avanço do agronegócio que acabou expulsando pequenos(as) agricultores(as) em um contexto de crise econômica, em que os(as) grandes proprietários(as) adquiriram terras de pequenos(as), sendo que algo semelhante também aconteceu na Argentina.

N° de retornados(as)	**Ano**
637	**2009**
876	**2010**
1188	**2011**
912	**2012**
247	**2013**
329	**2014**
416	**2015**
437	**2016**
367	**2017**
364	**2018**
474	**2019**
202	**2020**
6.449	**Total**

Tabela 1. Dados de retornados(as) atendidos(as) pela Casa do Migrante (2009-2020). Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados fornecidos pela Casa do Migrante, Foz do Iguaçu, entre janeiro de 2019 e janeiro de 2022.

[69] Segundo informações passadas pela coordenadora, a Casa do Migrante, inaugurada em 20 de junho de 2008, realiza os seguintes atendimentos pelo Ministério do Trabalho e Emprego: informações sobre o trabalho no Brasil; informações sobre a obtenção de documentação para fins de trabalho, regularidade migratória e afins; informações sobre reunião familiar e outros temas vinculados à família do(a) trabalhador(a) migrante; encaminhamento para obtenção da Carteira de trabalho e Previdência Social no Brasil; encaminhamento para outros órgãos e assistência geral ao Migrante. Todos esses atendimentos são realizados de forma gratuita. Esse espaço atende imigrantes residentes no Paraguai, Argentina e os(as) seus(suas) filhos(as), além de outras nacionalidades, sendo os(as) atendidos(as), em maioria, carentes de recursos financeiros. A instituição aparece como uma rede solidária que possibilita aos(as) retornados(as) a reinserção em seu país.

Os(as) migrantes retornados(as) se fixam na fronteira, em sua maioria. Para Fusco (2008, p. 7-8), isso se dá provavelmente pelo fato de "que esses migrantes se enquadrem no retorno em função do fluxo de emigração, sendo esse último definido, ou orientado, pela dinâmica sócio espacial da fronteira agrícola". Ainda, para o autor, "o retornado não volta ao lugar de nascimento ou para onde residem familiares que não migraram, mas ao lugar onde a dinâmica territorial os tinha deixado antes de emigrar para o Paraguai". Percebe-se, também, a migração para novas fronteiras agrícolas. Esses elementos são apenas a sequência de um processo migratório inacabado e suas diversas etapas. O retorno de brasileiros(as) do Paraguai não é o fim da carreira migratória, mas um movimento dentro de um ciclo que se repete indefinidamente.

Desde a fundação da Casa do Migrante de Foz do Iguaçu, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, e com base na sua longa experiência nas atividades com esse grupo de imigrantes, a coordenadora da instituição, T.M., afirmou que a decisão de se estabelecer no Paraná se dá pelo fato de ser o lugar de nascimento de muitos(as) imigrantes mais jovens e/ou pela família ter vivido ali antes de ir ao país vizinho. O Noroeste do estado do Rio Grande do Sul é outro lugar buscado, visando a atividade agrícola no espaço onde possuem ligação com seus antepassados. "A fronteira agrícola aparece tanto no movimento de emigração quanto do retorno", sendo "o principal espaço que os retornados ocupam para desenvolver suas atividades, seja na busca de uma agricultura comercial, relacionada ao plantio de grãos, bem como, na criação de gado e aves" (T.M., Foz do Iguaçu, 08 de abr. 2019).

Nesse sentido, pode-se observar que as questões vinculadas à terra, como problemas de titulação, documentos pessoais, conflitos com camponeses paraguaios e fim dos arrendamentos foram os motivos que levaram a expulsão do Paraguai e ao primeiro retorno expressivo de imigrantes brasileiros(as), que eram atraídos(as) ao Brasil novamente devido ao fim da ditadura e pela implementação do Programa Nacional de Reforma Agrária. Estes(as), por sua vez, passaram a exercer pressão sobre as autoridades brasileiras para conseguirem o direito de serem proprietários(as) de terras no Brasil.

Com o passar dos anos, a expansão do agronegócio nos departamentos fronteiriços, como no Alto Paraná, dentre outros motivos, foi responsável pelos

retornos de pequenos(as) agricultores(as) que não puderam mais fazer frente a esse sistema. Estes(as), ao retornarem ao Brasil, inserem-se em outras atividades laborais e não somente na agricultura.

3.4.1. "Agora eu tô na minha terra": lugares onde os(as) migrantes retornados(as) do Paraguai vivem

A pesquisa de campo ocorreu em cinco municípios, sendo quatro do Paraná e um do Rio Grande do Sul. Em Santa Terezinha de Itaipu, PR, tivemos a oportunidade de realizar entrevistas em vários locais, de forma presencial e *online*. Quanto à presença de migrantes retornados(as) do Paraguai, o município recebeu e recebe muitas pessoas de diferentes classes sociais e etnias que vão ocupando espaços tanto urbanos como rurais.

Segundo S.R.[70], residente no bairro Santa Mônica, próximo ao centro da cidade, a presença de migrantes retornados(as) levou à "renovação do bairro" e ao aumento do valor dos lotes de terrenos e casas em poucos anos. Vendedores, tendo presente a procura destes(as) retornados(as) por terrenos e imóveis, elevaram seus valores, pois sabem que estes(as) bancarão o preço, investindo o capital adquirido no Paraguai com a intenção, principalmente, de se aposentar. Cabe destacar que a maioria é idosa e de ascendência étnica alemã. Ainda, para a entrevistada, a procura passou a se dar após o fim da ditadura de Stroessner, em 1989 (S.R., Santa Terezinha de Itaipu, 14 de jan. 2019). Constatou-se, ainda, pelas estruturas das casas, que no retorno esses(as) investem e buscam a comodidade no pequeno e tranquilo município. Porém, essa não é a realidade de todos(as). Alguns(algumas) compram casas, outros(as) alugam e outros(as) mais se encontram em áreas verdes esperando que a prefeitura lhes dê moradia (T.M., Foz do Iguaçu, 06 de set. 2019).

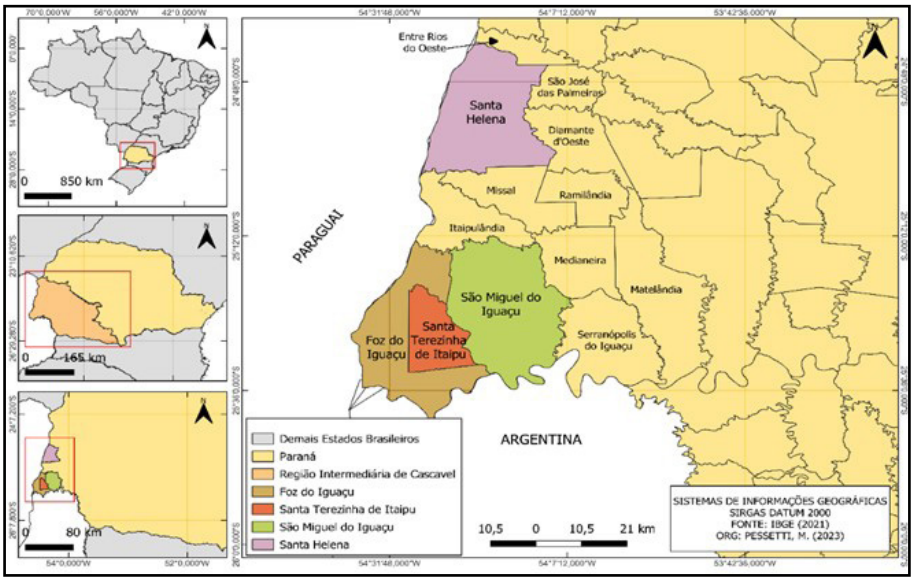
Em São Miguel do Iguaçu, PR, realizamos entrevistas nos bairros São Cristóvão, Mundo Novo e Conjunto Liberdade, onde a presença de retornados(as) e filhos(as) destes(as), e imigrantes paraguaios(as) natos(as) é bastante significativa. Nas andanças realizadas pelos dois bairros, pode-se perceber, pelas casas, um perfil

[70] Entrevista realizada na sua residência.

de migrantes retornados(as) mais de classe média baixa e baixa. Em Santa Helena, PR, realizamos algumas entrevistas com diferentes perfis socioeconômicos de migrantes retornados(as), em vários pontos da cidade, como centro e Subsede.

Foz do Iguaçu, PR, foi o município onde mais estivemos presentes, realizando entrevistas em alguns bairros, como Morumbi, e na Casa do Migrante, na Vila Portes, Jardim Jupira, entre outros locais. Realizamos também entrevistas *online* com alguns(algumas) retornados(as) que moram no município. Em sua maioria, eram pessoas menos favorecidas economicamente, envolvidas em distintas atividades laborais, relacionadas a serviços na parte urbana do município.

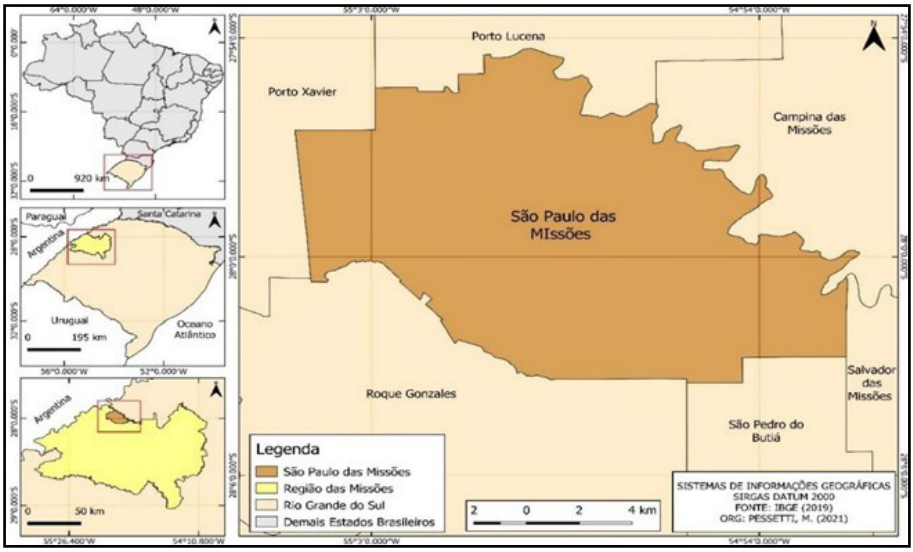
O Mapa 4 apresenta os municípios que formam a região Oeste do Paraná, com destaque para: Foz do Iguaçu, onde residem Flávio, Antônio, João, Samuel, Ester, Rute e Anita; São Miguel do Iguaçu, onde reside Vilson; Santa Terezinha de Itaipu, onde residem Olívia, Paulo, Marina e Salete; e Santa Helena, onde reside Rose.



Mapa 4. Localização da região Oeste do Paraná (2021). Fonte: Pessetti (2023), adaptado de IBGE (2021).

Em São Paulo das Missões, RS, na região missioneira, Noroeste do Rio Grande do Sul e fronteira com a Argentina, realizamos trabalho de campo no

interior e na parte urbana. Este município possui significativo número de migrantes retornados(as) do Paraguai, a maioria residindo na área urbana. O município é denominado "amigo do idoso", pelos serviços prestados a essa população. Quanto ao grupo dessa faixa etária, segundo o Observatório RS, em 2022, a população era de 5.643 habitantes, sendo 1.660 idosos, representando 29,5% da população, número bastante expressivo. O Mapa 5 localiza São Paulo das Missões, local de saída para o Paraguai e de retorno para o Brasil, de Isabel e Sandra, onde Isabel pode adquirir sua primeira propriedade e enfim dizer: "Agora eu tô na minha terra!"



Mapa 5. Localização de São Paulo das Missões (2019). Fonte: Pessetti (2021), adaptado de IBGE (2019).

No nosso trabalho de entrevistas voltadas às histórias de vida[71], no pequeno grupo que analisamos, constatamos que os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu e Santa Helena recebem brasileiros(as) retornados(as) que, em sua maioria, pela primeira vez, passam a residir nesses. Por sua vez, no caso de São Paulo das Missões, no estado do Rio Grande

[71] Entrevistas realizadas de forma presencial, em janeiro de 2019; e *online*, em 2021.

do Sul, percebemos o movimento de retornados(as) que voltam para o lugar de origem, dentro de um contexto vinculado à atividade agrícola.

Entre as 16 histórias analisadas, podemos apontar que o período de migração de retorno compreende de 1970 a 2020, sendo que o maior número de retornos aconteceu na primeira década do século XXI. Quanto ao fator idade, a maioria retornou adulto e com meia idade, sendo que somente quatro entrevistadas(o) exerciam a mesma atividade e os(as) demais se inseriram em diversas funções. Em resumo, a emigração para o Paraguai trouxe uma mobilidade social ascendente para uma parcela. Para outros(as), que migraram crianças, não houve mudança. E para alguns(algumas), ainda, a condição econômica se manteve a mesma. Para o lugar de origem, tivemos dois casos. Nos demais, todos(as) retornaram e se estabeleceram na fronteira. Destes, 14 residem no Paraná, e destes(as) que residem, cinco nasceram nesse estado e cinco tinham o estado como uma migração intermediária anterior ao Paraguai.

3.5. "O que me fez voltar foi...": as múltiplas motivações para o retorno

No retorno, existem fatores de expulsão do Paraguai e de atração ao Brasil que se interligam e produzem essa migração, que pode ser ou não ser definitiva. Entre os principais fatores que contribuíram para o retorno de brasileiros(as) que emigraram para o Paraguai, tem-se a busca por saúde pública, a aposentadoria, a educação pública, o trabalho de carteira assinada, os altos custos dos insumos para a agricultura, os conflitos agrários, o plano de reforma agrária implantado no Brasil, a inexistência de escolas na zona rural, o investimento na aquisição de terras ou outro empreendimento, a documentação, a violência, estar mais próximo da família, além da busca de um conforto maior na velhice. Ou seja, existem múltiplas causalidades que levam ao retorno de brasileiros(as) do Paraguai, não somente às questões que envolvem a expansão do agronegócio no campo, embora ela tenha uma grande importância.

A diversidade de perfis de retornados(as) aponta às várias motivações para a volta. Entre os(as) mais jovens, o trabalho aparece como algo predominante. Já entre as pessoas de mais idade, está a busca por recursos sociais. Existem si-

tuações em que o(a) retornado(a) não possui uma motivação em específico, mas uma junção de várias. Algumas das justificativas para o retorno são de ordem estrutural, a qual os(as) imigrantes sabiam que encontrariam no Paraguai, um país mais pobre que o Brasil. Geralmente as emigrações se dão de países pobres para países ricos. O que nos leva a perguntar o porquê estes(as) mesmos(as), sabendo dessa realidade, emigraram? A resposta pode estar ligada mais a fatores econômicos do que sociais. Com relação ao retorno, o professor Samuel percebe que este está presente constantemente nas migrações, em especial, na migração de brasileiros(as), a qual ele vivencia.

> Na verdade, assim, você vai para um lugar assim, que você não é natural, você vai ou para ganhar um bom dinheiro e ficar bem lá, ou quando ganhar dinheiro, retornar. Então, isso acontece com os nordestinos que vêm para a cidade de São Paulo e eu acredito que aconteceu também nesta emigração de brasileiros, porque é muito perceptível isso aqui na fronteira, porque muitos retornaram. Mesmo tendo os seus patrimônios lá no Paraguai, terras, casas, comércios, eles retornaram pro Brasil (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

A fala de Samuel traz presente uma particularidade deste retorno de brasileiros(as) – mas que não é exclusivo a este grupo de imigrantes – que é o fato de o imigrante retornar, porém, manter patrimônios e propriedades ainda no Paraguai, administrando ou delegando para filhos ou outras pessoas de confiança. Aqui vemos uma ausência física momentânea do Paraguai, interrompida por passeios ou períodos de estadia ou possíveis retornos para uma presença física no Brasil, visando, em muitos casos, o acesso aos recursos sociais ou para investir.

Nesse caso, o(a) imigrante no retorno torna-se uma pessoa "entre-dois – entre-dois-lugares, entre-dois-tempos, entre-duas-sociedades, etc" (Sayad, 2000, p. 19). Para Cavalcanti e Parella (2013, p. 15-16), o duplo pertencimento a estes "'*dos mundos', 'dos tiempos' y 'dos sociedades' deslegitima hablar de un 'retorno' permanente en el sentido clásico del término*", principalmente para aqueles(as) que realizam atividades transnacionais. Nestes casos, entre idas e vindas constantes ao antigo país de destino o(a) migrante retornado(a) constrói a partir das redes uma transterritorialidade, visando a manutenção de vínculos econômicos e/ou afetivos.

Ainda, a fala do entrevistado nos leva a perguntar o que esse(a) imigrante que consegue um bom capital financeiro deixa no Paraguai? Por outro lado, também é importante perguntar: como as autoridades políticas do Paraguai permitem que a riqueza produzida no país não traga mais benefícios e oportunidades para toda a sua população?

3.5.1 "A gente comprou aqui e tá fazendo aqui": retorno para investir

Uma parcela dos(as) migrantes retornados(as) acabam investindo em seu país de origem, adquirindo imóveis, propriedades ou abrindo negócios próprios, obtendo a experiência de um(a) migrante transnacional. Entre os(as) entrevistados(as), existem situações em que o(a) retornado(a) teve ou tem casa nos dois países. É o caso de Salete.

> A área de lazer que a gente queria fazer lá [Paraguai], a gente comprou e tá fazendo aqui. Hoje os filhos, as coisas, vêm para cá. Para mim, não tem porque saio mal, porque a gente quis buscar um pouco mais de conforto, mas hoje lá [Paraguai] também tem tudo (Salete, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 24 de fev. 2021).

O casal adquiriu uma chácara no interior de Santa Terezinha de Itaipu e a transformou em um parque aquático que recebe, nas temporadas de verão, um número expressivo de público, tanto brasileiros(as) como paraguaios(as). Por oito anos, Salete viveu entre o Paraguai e o Brasil. No período do inverno, ficava no Paraguai e, no verão, administrava o parque no Brasil. Essa relação que a entrevistada estabeleceu nos dois países, possuindo vínculos econômicos e afetivos, a tornou uma transmigrante. Após a separação, ficou fixa no Brasil, mas ainda indo constantemente ao Paraguai.

Quanto às conquistas obtidas no Paraguai e à relação com esse país, expressa:

> Para mim, o Paraguai só foi gratidão. A vinda para o Brasil foi um complemento de lá. Como sempre, até hoje, eu digo para os paraguaios que vêm visitar a gente, eu sempre digo: "Eu sou muito grata ao Paraguai, para mim, o Paraguai também é como se fosse

> uma terra mãe, que eu adotei por 45 anos" (Salete, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 24 de fev. 2021).

Como Siqueira (2009) observa, os(as) imigrantes brasileiros(as) que foram aos Estados Unidos possuem, no projeto migratório, o retorno. Diante disso, muitas vezes, investem na cidade de origem o capital financeiro acumulado com o trabalho, em vários casos antes mesmo do retorno, buscando empreender. Alguns(algumas) conseguem "se dar bem", outros não. Nesse caso, o retorno está relacionado ao investimento de capital de familiares, conquistado no Paraguai.

Os anos em que a entrevistada e o ex-marido trabalharam na agricultura possibilitaram um retorno financeiro, permitindo o investimento na área de lazer em um município que tem como ponto alto a atividade turística, com vários parques, sendo banhado pelo lago da Itaipu. Conforme Fusco e Souchaud (2008, p. 2), "o migrante internacional seria um ator do desenvolvimento local no seu país de origem, seja pelas remessas que ele vem fazendo ao longo de sua emigração, seja no momento do retorno". O empreendimento, segundo relato da entrevistada, recebeu apoio do prefeito do período, que, segundo esta, preferia o "povo que vinha do Paraguai", visão que infelizmente desqualifica os(as) demais munícipes. Quanto a estes(as) retornados(as), a entrevistada afirma que são "muito engajados[as] no município", participando ativamente da sociedade.

3.5.2. "Eu não podia mais...": o retorno pelo limite e a busca pelo recurso social

Entre as causas que levam à expulsão das pessoas de um determinado lugar, vemos situações limites a partir das quais essas necessitam tomar decisões. Algo que acontece tanto na emigração quanto no retorno. Muitas vezes, os fatores de atração por outro espaço não estão somente relacionados à questão econômica, mas também à busca por recursos sociais, principalmente no retorno.

A fronteira de diferentes formas se apresenta como um "recurso social" (Albuquerque, 2012) para o(a) imigrante brasileiro(a) após o retorno no sentido de buscar direitos e benefícios concedidos a todos(as) os(as) cidadãos(cidadãs) brasileiros(as). Essa busca por recursos sociais no retorno não é específica das

regiões fronteiriças, como veremos nos casos de retornos que analisamos, mas torna-se mais expressiva numericamente.

A fronteira no retorno, para Antônio, passa a ser atrativa por diversos fatores ligados a questões sociais e econômicas: "Eu já vinha há anos pensando, muitos fazem essa pergunta: 'Como é que fica quando ficar velho?' O meu pessoal, os meus cunhados, subiram muito. Então, eu via por eles, os filhos já não mais na roça, estudo" (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019). Ou seja, há uma preocupação quanto à velhice pela necessidade de maior atenção com a saúde e de mais comodidade. Além disso, há a percepção de que o desejo dos(as) filhos(as) já não é o trabalho no campo, mas estão voltados ao estudo. Assim, a diferença de projeto de vida entre gerações leva ao caminho inverso, ou seja, ao retorno.

Outro fator apontado pelo entrevistado é a questão da saúde pela "gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS)", acessado para o tratamento da esposa ainda no período que vivia no Paraguai. No caso dela, naquele contexto, devido às estradas pouco favoráveis e ao engarrafamento na Ponte da Amizade, a opção foi retornar para buscar o tratamento ao invés de circular entre os dois países.

Entre os(as) entrevistados(as) que trazem como motivação para a migração de retorno a busca pela saúde pública está presente a ideia da gratuidade, o que de fato não se confirma, pois, uma parte da carga de impostos paga pelos(as) brasileiros(as) residentes em território nacional se destina a saúde. Dessa forma, o serviço de saúde e a educação pública não são de todo gratuitos.

Por fim, Antônio afirma outro motivo: a necessidade de "ter casa no Brasil e já ir pensando nesse fator aposentadoria" (Antônio, Foz do Iguaçu, 14 de jan. 2019). Ou seja, a busca pela previdência social, pois no contexto do seu retorno, o tempo em que o migrante residia no Paraguai não era contado para a aposentadoria. Esse fato faz com que parcela dos(as) imigrantes brasileiros(as) que buscam esse benefício, adiante o retorno para o Brasil e adquira uma casa, já que ao ter um comprovante de residência no país de origem, o acesso aos serviços públicos, sociais e da previdência torna-se mais fácil. Enfim, estes(as) se utilizam de estratégias para conseguir benefícios.

Para Albuquerque (2012, p. 197), as várias estratégias "são registros escondidos que possibilitam operar a fronteira como um recurso social". Algo que acontece cotidianamente nesse contexto fronteiriço, mas não exclusivo à fron-

teira, uma vez que também se observa isso em territórios do interior do país, em especial, na questão da saúde. Os casos analisados pelo autor são de brasileiros(as) que vão e voltam ao Paraguai, imigrantes pobres. Já o caso que analisamos são de sujeitos que retornam em busca de recursos sociais, mas que também se utilizam por vezes destas estratégias.

As estratégias para acessar os benefícios concedidos(as) a cidadãos e cidadãs brasileiros(as) são várias. Cabe destacar alguns exemplos citados por entrevistados(as). Para a aposentadoria ou benefício por idade, Ester descreve a estratégia utilizada pelo pai.

> Meu pai veio morar debaixo de uma lona aqui no Bairro Jupira, porque o meu pai já era de idade. [Ele] não tinha dinheiro para comprar um barraco, uma casinha em Ciudad del Este. Então, o que o pai fez? O pai veio para cá, o pai era um cara bem inteligente, independente de não ter estudado. Ele veio para cá na casa de uma comadre, e ela emprestou o pátio nos fundos da casa dela para ele instalar uma lona e morar com a minha mãe até conseguir a aposentadoria. Até ter o meio para sair (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

Os pais de Ester moravam em uma casa alugada, no bairro São Rafael, um dos mais pobres em Ciudad del Este, próximo à Ponte da Amizade, conhecido pelos seus constantes alagamentos nos períodos de intensas chuvas. Diante disso, ciente de que era cidadão brasileiro, o mesmo retorna e passa a viver com a esposa na provisoriedade. Até conseguir sua aposentadoria, o pai de Ester trabalhava nas ruas da Vila Portes, próxima à Ponte da Amizade, vendendo Coca-Cola, enquanto os filhos menores permaneciam no Paraguai com a entrevistada. Quando este e sua esposa conseguiram o benefício previdenciário ou aposentadoria[72], os filhos emigram para junto deles.

[72] Segundo o site o INSS (2024), o Benefício Assistencial ao Idoso (BPC/LOAS) é aquele em que a pessoa idosa de baixa renda recebe um salário mínimo, não tendo direito ao 13° salário e pensão após a morte do cônjuge. Para ter direito, não precisa ter contribuído ao INSS e a idade é de 65 anos ou mais. Aposentadoria: ter o tempo mínimo de contribuição, 35 anos para homens e 30 para mulheres. Tem direito a um salário, 13° salário e pensão após a morte do cônjuge. Aposentadoria por Idade Rural: ter a idade mínima de 60 anos homens e 55 mulheres e ter trabalhado 180 meses, no mínimo, na atividade rural.

Outra estratégia praticada entre os(as) migrantes retornados(as), identificada em São Paulo das Missões, RS, é a do Talão do Produtor[73], ou Bloco Modelo 15, ainda ativo mesmo no período em que estavam fora do país.

> Eles mantêm ainda o bloco ativo aqui e uma pequena área de terra, e vem se aposentar aqui. Então, tem essa discussão toda, não contribui, estão fora do país e tal, mas isso depende do ponto de vista, há divergências. Cada um é um [...]. Eles têm todos os comprovantes, daí não tem como negar, eles têm o Incra, tem o bloco em dia, têm terra no nome, eles têm tudo (P.S., São Paulo das Missões, 11 de abr. 2023).

O entrevistado aponta que os(as) migrantes retornam entre os 55 a 60 anos, com uma condição financeira melhor do que quando foram. A fim de coletar dados sobre o número de retornados(as), contatamos P.S. que buscou junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, informações quanto a este respeito. Porém, a instituição declarou "que não tem nada a informar, pois essas pessoas prestes a se aposentarem voltam 'frios' de lá [Paraguai], na medida em que não podem deixar vestígios fora do país sob pena de não conseguirem se aposentar" (P.S., São Paulo das Missões, 11 de abr. 2023). Segundo relatos, existem ainda casos de brasileiros(as) com boas condições financeiras e residentes no Paraguai, com aposentadoria brasileira por meio de endereço no Brasil.

O tempo, para muitos(as) imigrantes que residiam e ainda residem no Paraguai, foi de "muito esforço, muita luta, muito pesado o serviço", como nos relata Olívia, que após a realização de uma cirurgia do quadril, passou a necessitar de mais atendimento médico, e desejar retornar para o Brasil, no caso, para o interior de Tunápolis, sua terra natal, em Santa Catarina. Segundo ela, "nós não podíamos trabalhar, eu não podia mais e ele sempre também estava muito doente, daí só tinha o mais [o filho] novo em casa. Daí nós resolvemos, vendemos lá e voltamos para Santa Catarina de novo e lá compramos" (Olívia, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 25 de fev. 2021). No caso da entrevistada, constata-se como marcadores de faixa etária e classe social se interseccionam e interferem na moti-

[73] Documento necessário para comercializar produtos primários, a inscrição ativa do produtor assegura direitos previdenciários e aposentadoria.

vação de retornar buscando a saúde pública e aposentadoria no Brasil. Algo que também observamos na migração de retorno do entrevistado Antônio.

Em entrevistas que realizamos para a pesquisa e durante o período de Mestrado, foram frequentes os relatos de retornos motivados por questões relacionadas à saúde. A causa pode estar vinculada ao trabalho pesado no campo, às doenças de idade e à exposição, muitas vezes excessiva, aos agrotóxicos utilizados em plantações, cujos tratamentos são caríssimos, ocasionando a busca por tratamentos públicos no Brasil, como apontamos no segundo capítulo.

Outro fator que motiva a migração de retorno está relacionado à situação irregular do imigrante no país de destino. A questão da documentação, como foi apontado no segundo capítulo, é a causa de inúmeros retornos ao Brasil, como o de Vilson.

> Eu só vim devido os documentos, eu ia ter que gastar muito, ter[ia] que fazer a Imigrante, fazer a identidade. A Imigrante, na época eu me informei, ia custar 5.000.000,00[74] guaranis, mais a identidade que ia ter que fazer, mais as correrias, eu ia gastar em torno de 8.000.000,00[75] de guaranis. Nem identidade brasileira eu tinha (Vilson, São Miguel do Iguaçu, 10 de mai. 2022).

Como Vilson trabalhava na função de caminhoneiro no Paraguai, era constantemente barrado pela polícia rodoviária, que lhe multava por não ter documentos paraguaios, somente a carteira de motorista com número da baixa da terceira do quartel, documento adquirido pelo seu pai para que esse não fosse servir o quartel no Brasil quanto este tinha a idade para ser recrutado. Os custos para a emissão dos documentos estavam fora de suas condições, levando ao retorno com os seus pais e sobrinho.

O estudo "gratuito", no caso público, para os filhos no Brasil foi o que motivou Ester a cruzar a fronteira. Vencida a questão da documentação, surgiu outro limite: a questão dos gastos escolares dos seus filhos. Isso fez com que a entrevistada, contra a vontade do marido, emigrasse para Foz do Iguaçu.

[74] Equivalente a R$3.610,23, na data de 17/08/2024.

[75] Equivalente a R$5.776,36, na data de 17/08/2024.

> Aí, quando as minhas crianças precisaram entrar no colégio, que significa depois da primária passar secundária, aí o que acontece? Eu não tinha dinheiro para pagar, porque lá você paga a inscrição, você paga a anual e você tem que comprar o uniforme para eles. E como eram quatro crianças, era muito para mim. Eu não venci os gastos. Aí foi quando decidi vir para o Brasil, que eu já verifiquei que aqui eu não pagava nada nos estudos. Eu falei: "Meus filhos vão estudar, não vão ser que nem eu que não tive oportunidade e ninguém me ajudou" (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

Sendo assim, Ester avaliou como poderia proporcionar estudo para os seus filhos sem arcar com gastos da escola e com uniformes, e viu no outro lado da fronteira a possibilidade de acessar esse recurso social, algo que tanto queria, mas que não pode dar continuidade. Ainda, no final dos anos 1980, na região em que os(as) brasileiros(as) viviam, no Paraguai, havia pouquíssimas ou distantes escolas. Como aponta João: "A gente viu que eles precisavam de estudo, era muito longe de onde a gente morava para a escola deles, dava 10, 11 km. Então, não tinha como ir todo dia e voltar, né? Era puro mato" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019).

Segundo o entrevistado, tentou-se criar uma escola particular em sua comunidade com uma professora paraguaia, "mas não deu futuro, não fez aquela [pausa]. As crianças não aprendiam, isso fez a gente voltar para trás" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019). No relato de João, vemos as dificuldades com relação à aprendizagem, que podem estar relacionadas a outros fatores e não somente à metodologia de ensino da professora ou à realidade da escola.

Conforme entrevistados(as), a educação surge como uma das motivações significativas para o retorno. No retorno, a baixa escolaridade é um fator limitante para a reinserção laboral. Entre as 16 trajetórias analisadas, a maioria das pessoas (12) tem ensino fundamental incompleto, dois têm nível médio, um possui ensino superior e uma é analfabeta.

O isolamento da família, com o retorno de familiares para o Brasil, foi um fator determinante para o retorno de imigrantes. A fala de Paulo, que em 2015, retorna para o estado do Paraná, no município de Santa Terezinha de Itaipu, nos ajuda a entender essa dinâmica.

> Você sempre fica naquela: "trabalhar por trabalhar". De repente, se tá lá a vida toda, você vê os filhos pensando coisas diferentes, já querendo estar para cá e tal. Então, acaba que vai indo um, vai indo outro e vai se esparramando, né, vai ficando mais isolado da família. Tanto que, nos últimos tempos lá, só [es]tava eu [e] minha irmã. Deu dó, porque o marido dela é paraguaio (Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 15 de jan. 2019).

Na fala de Paulo, percebemos a influência da família no retorno, assinalando que os laços afetivos com a família retornada e o desejo dos filhos têm tanto peso quanto a questão do trabalho ou econômica na hora de tomada de decisão pelo retorno. Quando nos relata que "vê os filhos pensando coisas diferentes", voltamos para o relato de Antônio, que percebe que na nova geração havia outros projetos de vida. Com o retorno dos seus pais, da sogra e da maioria dos irmãos, o entrevistado evidencia que "a gente vai ficando cada vez mais de lado" (Paulo, Santa Terezinha de Itaipu, 15 de jan. 2019). E essa situação limite também leva ao retorno.

Portanto, vemos uma multiplicidade de fatores que levam à volta para o Brasil: saúde, educação, aposentadoria, isolamento da família, documentação. Fatores esses vinculados a situações limites, enfrentadas por esses(as) imigrantes no Paraguai, articulando, muitas vezes, marcadores sociais de idade avançada (faixa etária) e pouca ou nenhuma condição econômica (classe social). Diante disso, a fronteira passa a ser o recurso social para suprir demandas de ordem social.

3.5.3. "A gente já não tinha estrutura para aguentar": a fronteira agrícola no retorno

Como vimos no segundo capítulo, o processo de mecanização agrícola e o agronegócio que levou à expulsão de diversos perfis de trabalhadores(as) remunerados(as) do campo, como arrendatários(as) e posseiros(as), além de pequenos(as) agricultores(as) paraguaios(as) e brasileiros(as) que não conseguiram fazer frente a essa nova realidade, é um fator de retorno ao Brasil.

Para João, além da educação para os filhos, o retorno é motivado pela dificuldade em permanecer no campo: "As terras foram ficando mais fracas, e os

grandes foram comprando dos pequenos. E a gente não tem como sobreviver no meio, um pequeninho lá, com cinco alqueires, no meio de grandes fazendeiros que foram abraçando tudo" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019). A presença de grandes proprietários de terras no lugar em que este residia no Paraguai, fez com que os pequenos proprietários, sem condições financeiras para investir na sua propriedade e com uma família numerosa, cedessem às propostas de compra desses e vendessem suas terras. O entrevistado constata: "A gente já não tinha estrutura para aguentar família grande, com pouca terra" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019).

As dificuldades para manter-se nas atividades agrícolas eram diversas, indo desde o processo de modernização que tornava inviável a permanência no campo de pequenos(as) agricultores(as), fatores climáticos, pragas, altos custos no cultivo, até a falta de auxílio para o(a) pequeno(a) agricultor(a). No caso da família de Sandra, o retorno, desejado pelo casal desde que emigraram - e que iria acontecer no ano em que perderam as terras, como relatamos no segundo capítulo - só se efetivou devido aos altos custos com o tratamento para a plantação de soja, alguns anos depois.

> O que fez a gente voltar, naquele ano, sabe quando entrou aquela doença na soja, a tal de ferrugem? Ali tu tinhas que fazer três vezes um tratamento na soja, e era um tratamento caríssimo, e como a gente não tinha maquinário, tinha que mandar fazer tudo. Depois que tu fez tudo, acertava as contas, não sobrava muita coisa. O problema era que tu pagava muito caro para mandar fazer o serviço. A gente viu que a gente trabalhava e trabalhava, e igual, não sobrava mais. Juntando tudo que a gente tinha lá para vir embora, poderíamos comprar um bom pedaço [de terra], como nós compramos ali (Sandra, São Paulo das Missões, *online*, 13 de ago. 2021).

Como eles possuíam poucas terras e não tinham maquinários para plantio, tratamento e colheita das plantações, o retorno financeiro na atividade agrícola era cada vez menor, fator que levou o casal a avaliar a situação, considerando a opção de retornar para São Paulo das Missões, onde compraram terras e seguiram na agricultura. Ao avaliar o retorno de seu núcleo familiar, que no caso de seus pais vivenciam um duplo processo de exclusão, o professor Samuel conside-

ra que o fator que motivou a emigração para o Paraguai foi o mesmo que os fez retornar ao Brasil.

> A mesma coisa que motivou a vinda do Norte do Paraná para o Leste do Paraguai da minha família, foi o que motivou o retorno. A mecanização, a falta de mão de obra especializada, todas essas questões. Os pequenos agricultores vão ficando para trás se não têm dinheiro para se modernizar. E a região, é uma muito produtiva e muito fértil, e aí, quem tem grana vai se modernizando, vai acompanhado o mercado do capital. E quem não tem, fica para trás. Aí meu pai, teve uma época que plantou soja, perdeu tudo e desanimou, deu de graça lá, aí voltamos (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

O processo de modernização agrícola - mencionado no capítulo anterior - um dos fatores que levou à emigração de uma parcela de brasileiros(as) descapitalizados(as) para o Paraguai - apontado no primeiro capítulo - foi, no contexto em que o pai de Samuel trabalhava em seu sítio, em San Alberto, também o fator que motivou o retorno, quando este teve que vender as suas terras por um preço baixo, ou seja, como o filho relata "deu de graça". Porém, como visto no segundo capítulo, este processo foi mais agressivo e intenso, devido ao agronegócio.

A família partiu de San Alberto, no ano de 1996, para a cidade de Mauá, em São Paulo, onde o pai de Samuel passou a trabalhar de empregado. Além da questão das dificuldades econômicas para se manter na agricultura no Paraguai, o filho aponta outro motivo.

> O meu pai, pelo o que ele sempre falou, nunca se sentiu muito bem no Paraguai. Ele falava que lá não era a pátria dele, não era onde ele poderia pisar firme e tal, porque por mais que, muitas das vezes, na nossa região lá era muito imperceptível, tinha a questão do racismo, da não aceitação do ser brasileiro e tal (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

O racismo e a não aceitação de brasileiros(as) em San Alberto, no caso a xenofobia, fizeram com que o pai de Samuel não se sentisse bem no Paraguai. A presença predominante de brasileiros(as) no município não foi suficiente para

que se sentisse acolhido no espaço e pudesse "pisar firme" em solo paraguaio. Ou seja, o retorno ocorre, conforme Souza (2015, p. 71), "porque a identificação com o lugar para o qual [e]migraram nunca se realizou".

Samuel aponta que, embora a família estivesse residindo em uma região onde predominava 90% de imigrantes brasileiros(as), ainda existia preconceito: "Nas instituições do governo, basicamente, são todos paraguaios, porque a cidade não produz, agora tá produzindo, mas antes não produzia, profissional técnico, vinha de fora e paraguaio, tinha muito isso" (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021). Diante desta situação, segundo o entrevistado:

> O meu pai sempre falava: "Eu quero voltar para o Brasil, a hora que eu tiver oportunidade, eu vou voltar". E a oportunidade foi outra crise. A crise que trouxe ele do Norte do Paraná para o Leste do Paraguai foi a mesma que trouxe ele de volta para o Brasil, mas ficou na fronteira (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

No caso do pai de Samuel a decisão pelo retorno é condicionada pela intersecção dos marcadores sociais de nacionalidade, étnico/racial e de classe social. Ainda, nesse caso, pelo relato do filho, diante dessa realidade, o pai que não se adaptava a viver no Paraguai, passa a esperar uma oportunidade para concretizar o retorno, porém, a oportunidade só aconteceu através de uma crise financeira que inviabilizou a permanência da família no país de destino. Essa crise é vista pelo filho como a mesma que fez seus pais emigrassem para a região Leste daquele país.

Nesse sentido, a mesma dinâmica ligada ao processo de modernização agrícola que leva muitas famílias a buscarem oportunidades em terras paraguaias, quando desenvolvida nessas terras, é responsável pelo retorno de grande parte dos(as) imigrantes que não possuíam recursos econômicos, terras e maquinários.

3.6 "Voltou para o Brasil, mas ficou na fronteira": redes e estratégias no retorno

A migração de retorno para o Brasil nem sempre é o fim do processo migratório dos(as) sujeitos, assim como não necessariamente é o corte de laços com

o país, ou, melhor dizendo, o lugar de destino quando da saída para o país de origem. Fato que se prova na migração para os municípios de fronteira com o Paraguai. O desejo de estar próximo a familiares ou aos negócios no Paraguai, o sentimento de pertencimento a esse lugar, além de outras questões, fazem com que muitos(as) retornados(as) se estabeleçam na fronteira ou busquem o lugar de origem ou um terceiro lugar pela presença de familiares e conhecidos(as).

Na migração de retorno, percebemos o auxílio das redes familiares e sociais e, ainda, outras redes, para a reinserção laboral ou social. Os contatos com imigrantes que já haviam retornado ao Brasil ou com familiares que não migraram, mas que se colocam solidários(as) aos(as) retornados(as), facilita o processo de restabelecimento. As redes se fazem presentes na emigração e no retorno, conforme Botega, Cavalcanti e Oliveira (2015, p. 8): "As estruturas sociais sobre as quais se assentam as redes sociais e seu constante intercâmbio conformam certos capitais que são úteis tanto para emigrar quanto para retornar". Pinto (2016, p. 208), por sua vez, compreende que a migração de retorno se caracteriza por ser coletiva e por envolver e estruturar:

> [...] uma rede social pela conexão de diferentes sujeitos (paraguaios, brasiguaios residentes no Paraguai, brasileiros e brasiguaios residentes no Brasil), escalas (a territorialidade que possuíam no Paraguai e a que agora reconstroem), tempos (as lembranças do passado responsáveis pelo seu presente), bem como, dimensões e aspectos políticos, econômicos e socioculturais que esses estão submetidos.

Para o autor, essas dimensões são experienciadas por esses(as) sujeitos nos dois países, apontando que são atores(atrizes) sociais nos dois territórios. No caso dos(as) retornados(as) do Paraguai, suas condições econômicas ao regressar são bastante distintas, levando os(as) que possuem poucos recursos e qualificação, a ocuparem atividades ligadas ao setor agrícola ou de serviços, segundo consta no subcapítulo 3.4.

A fronteira pode também ser a primeira opção e o fim do processo migratório do sujeito, como no caso de João. Este migrante retornado, acostumado com o trabalho no campo, ao regressar para o Brasil, se deparou com outra realidade,

vivendo em uma cidade e passando a ser trabalhador assalariado. Ao chegar em Foz do Iguaçu, em 1984, o entrevistado encontrou dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Porém, "surgiu a Itaipu, daí para frente já melhorou os empregos. Eu trabalhei na Itaipu bastante tempo em firmas terceirizadas. Depois disso, passei a ser motorista de ônibus, daí não faltou mais serviço, sempre empregado" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019).

Com o crescimento do município, impulsionado pela Itaipu, João se insere no mercado de trabalho como motorista de ônibus até se aposentar. O entrevistado e a família estabelecem residência fixa no município, referência desde que viviam no Paraguai, conforme mencionado no primeiro capítulo, quando esse trazia pessoas para atendimentos médicos. Nesse caso nota-se como o território de trânsito (Mondardo, 2018), criado entre idas e vindas no território fronteiriço, possibilitou a reinserção deste e sua família no Brasil.

Ainda quanto ao seu retorno, João descreve a satisfação e a segurança sentida ao regressar ao seu país: "Aqui é outra história. Aqui é a casa da gente, na verdade, a gente se sente mais seguro. Eu morei lá 11 anos. Na verdade, em nenhuma parte do tempo eu me senti seguro lá, tinha sempre aquele medo, aquela cisma" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019). Sobre o entendimento de que o país de origem é a casa do imigrante, Tuan (1983, p. 171) afirma que "essa profunda afeição pela pátria parece ser um fenômeno mundial. Não está limitada a nenhuma cultura e economia em especial [...] o lugar é permanente e por isso tranquiliza o homem".

Além disso, é importante considerar que o entrevistado viveu no Paraguai durante a ditadura, quando – conforme apontamos no primeiro capítulo – havia autoritarismo e violência institucional, gerando medo e insegurança[76]. Constata-se também que sendo o entrevistado pobre, brasileiro e negro que há uma intersecção de marcadores sociais ligados a classe social, nacionalidade e étnico/raciais que acabam interferindo na decisão pelo retorno ao Brasil.

Quanto ao núcleo familiar de João, aqui compreendido por sua família, seus cunhados e suas respectivas famílias, estes optam por retornar todos ao Brasil, aos poucos e de forma articulada. Desse modo, grande parte da família

[76] A insegurança também está associada aos assaltos experienciados em suas propriedades, invasões de terras, assassinatos, conforme aparece em outros relatos de entrevistados(as).

volta para Foz do Iguaçu e outra parte retorna para o estado de São Paulo, seguindo na atividade agrícola, onde adquirem terras. Como explica João: "Voltamos tipo, um voltou esse ano, o outro depois de dois anos voltou também e, logo em seguida, já veio todo mundo. Da nossa família que [es]tava lá, saiu todo mundo" (João, Foz do Iguaçu, 20 de jan. 2019). Dessa forma, como observa Silva DLG (2010, p. 56), "uns vão trazendo os outros, são experiências socialmente compartilhadas. Essa é uma prática cultivada ao longo dos deslocamentos pelas fronteiras em meio às dificuldades encontradas pelo caminho".

No retorno de Olívia, a rede social, mas principalmente a familiar transnacional, teve uma importância muito grande. A opção por retornar à Tunápolis, mais precisamente à comunidade onde moravam, em Santa Catarina, terra natal de ambos, se dá justamente pelo fato de terem conhecidos(as) e familiares que poderiam ajudá-los, já que não possuíam muita saúde e força para trabalhar na agricultura. De acordo com Osman (2006, p. 104), "o projeto do retorno, assim como o de emigração, é familiar, envolvendo tanto aqueles que emigraram como aqueles que não emigram". Olívia relata que a ajuda concreta, no começo, veio do cunhado.

> [...] ele tinha uma casa reserva, daí ele sempre falava para nós: "Vem para cá, vocês podem morar nessa casa, eu não vou cobrar aluguel, nada". Daí nós ficamos cinco anos morando lá na casa do meu cunhado [...]. E nós tínhamos o dinheiro no banco, mas daí nós esperamos uma chance para comprar. Daí compramos nossa terra e já fomos morar na nossa casa mesmo (Olívia, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 25 de fev. 2021).

O relato mostra que o(a) migrante retornado(a) consegue avaliar e esperar melhores oportunidades para investir o capital conquistado no Paraguai. O casal, com o tempo, adquiriu uma pequena chácara, onde trabalhavam visando à subsistência. Com o falecimento do esposo, e por decisão do filho mais novo que morava com Olívia, migraram, no ano de 2019, para Santa Terezinha de Itaipu.

> Eu vim porque o meu filho também queria vir. Senão, eu não ia sair de lá, porque não era tão bonita a chácara, mas era perto do centro ali. Mas eu, com o meu problema, lá tinha muita pedra,

> cerro, perau. Para mim, era muito difícil caminhar, porque estou com o andador desde 2016 [pausa]. Porque tinha dois filhos meus morando já aqui [...]. E daí, preferimos vir até aqui, porque tem saúde, aqui é muito melhor, aqui a gente não paga nada, é tudo de graça. É uma vantagem muito grande! (Olívia, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 25 de fev. 2021).

No primeiro momento, a entrevistada aponta que a decisão de migrar para Santa Terezinha de Itaipu não foi sua, mas sim do seu filho, de forma que se fosse apenas pelo desejo dela, ainda estariam em Tunápolis, terra natal. Porém, ela avaliou os fatos, considerando a sua saúde e a "vantagem muito grande" dos atendimentos médicos públicos e aceitou migrar novamente. A escolha por Santa Terezinha de Itaipu aconteceu por já haver dois filhos ali residindo, algo favorável tanto para ela como para o filho mais novo, justamente pelas oportunidades que essa rede familiar traria aos dois. No caso das migrações da entrevistada, percebe-se o que Durand (2006) já apontava, isto é, o fato de que o capital social pode ser útil tanto para uma nova migração como para o retorno.

O retorno de Vilson para São Miguel do Iguaçu, PR, onde residia sua irmã, ponto de referência para a escolha do lugar, trouxe também novos desafios na inserção no mercado de trabalho. Sem qualificação necessária, este se inseriu no trabalho da reciclagem por muito tempo e, logo no começo da Associação dos Papeleiros de São Miguel do Iguaçu, por possuir um pouco de escolaridade e habilidade, assumiu a função de secretário da mesma. Por suas habilidades e conhecimentos, através do Cras do município, passou a atuar como agente responsável pelo encaminhamento de documentos para migrantes retornados(as) e imigrantes paraguaios(as) que se estabeleciam na cidade.

> Começou a vir os paraguaios de lá [Paraguai], procurando o Cras [e falavam:] "Nós precisamos fazer os documentos, não sei o que". O Cras me ligava: "Óh, vem aqui!" Eu ia lá. [lhe falavam:] "Você vai ter que levar o fulano, a fulana lá na Casa do Migrante". [Vilson:] "Mas eu não conheço nada em Foz!" Aí me deram um papelzinho assim, Vila Portes, Casa do Migrante, ponto de referência Loja Maluquinha, só o que eles me deram, aquele papelzinho. Depois vinha um lá, o Cras mandava aqui depois e aí encarreirou que olha! (Vilson, São Miguel do Iguaçu, 10 de mai. 2022).

Vilson afirma que a demanda por documentos era intensa e imensa, sendo que, por vezes, se deslocava até quatro vezes por semana à Casa do Migrante. Durante as pesquisas de campo, presenciamos este ser solicitado constantemente pelo celular por imigrantes que necessitavam de seus serviços, realizados por um valor bem baixo se comparado com os seus custos com viagens até a Casa do Migrante, em Foz do Iguaçu. Sua experiência mostra que o migrante se constitui um sujeito social, adaptando-se ao seu espaço e alterando intensamente as formas das sociedades em que se estabelece, não sendo apenas um "portador de força de trabalho, ou seja, de trabalho materializado em movimento para assumir o papel de sujeito social" (Romeu, 2018, p. 85-86).

3.6.1. "Não conseguimos romper o laço": a fronteira como ponto de referência no retorno

A família de Samuel retornou para o Brasil e se estabeleceu, a princípio, em Mauá, São Paulo, local em que residiam os familiares maternos dele. Ou seja, a escolha por este lugar se deu pela presença de familiares, uma rede familiar que poderia lhes ajudar para um novo recomeço no país de origem.

Dessa forma, estes foram o elo que favoreceu o retorno. Conforme Pinto (2016, p. 48), nem sempre o retorno acontece para o lugar de origem. Os(as) imigrantes escolhem, muitas vezes, retornar "para lugares onde tenham pessoas de confiança que lhes servirão de acolhimento, amparo, apoio, referência e auxílio para adaptar-se e uma nova etapa do processo migratório".

Porém, a realidade de uma cidade grande, diferente daquela de San Alberto, fez com que a família não se acostumasse, optando por outra migração, cerca de um ano após o retorno, agora para Foz do Iguaçu, local onde não havia familiares, mas que seria próximo dos parentes de seu pai, que ainda viviam no Paraguai, o que acabou sendo importante para o posterior retorno daqueles ao Brasil. "O meu pai, na verdade, foi o elo para o retorno dos familiares dele. Para São Paulo, nós tínhamos um ponto de referência, para a fronteira aqui, nós fomos forçados, porque aqui não tínhamos ninguém, não tinha nenhum familiar aqui" (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

Em sua fala, o entrevistado analisa as duas migrações de sua família paterna e identifica, na primeira, a presença de uma rede familiar que possibilitou a reinserção ao retornar para o Brasil e se estabelecer em Mauá, SP. Já na segunda, há inexistência de familiares que pudessem ser referência para estes no estabelecimento em Foz do Iguaçu, o que leva o entrevistado a concluir que essa migração foi forçada. Porém, nessa última, o fato de sua família se estabelecer na fronteira, tornou-se um trunfo para os familiares que ainda estavam no Paraguai, assumindo seu pai o papel de ponto de referência para o retorno daqueles que ainda não haviam regressado. Nesse caso, segundo Fazito (2005, p. 11), "os retornados ocupam posições estruturais intermediárias capazes de oferecer alternativas estratégicas ao deslocamento dos migrantes – tanto na origem quanto no destino".

Sobre a decisão de migrar para a fronteira, Samuel acredita que "seja pela proximidade de San Alberto, que é 100 km [pausa]. Fácil de assimilar ou fácil de voltar quando sente saudades". Dessa forma, constata que "não conseguimos romper o laço, porque nós fomos para São Paulo, ninguém da família se acostumou. Retornamos e ficamos na fronteira" (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

A opção pela fronteira também pode ser vista como uma estratégia, pois permitiu a manutenção dos laços afetivos com quem ficou no Paraguai e a fácil assimilação pela forte presença de elementos culturais que ligavam estes ao antigo país de destino e pela proximidade espacial. Em Mauá, local mais distante e distinto, ninguém da família havia se adaptado e assimilado a cultura local.

Quanto ao caso do pai de Samuel, se por um lado, em Foz do Iguaçu, não havia nenhum familiar que pudesse ser referência, por outro, ali existiam conhecidos e amigos com quem foi buscar trabalho em Ciudad del Este, no outro lado da ponte, denotando como os vínculos com o Paraguai se mantinham intactos.

> Nos primeiros anos de Foz de Iguaçu, o meu pai tinha conhecidos lá em San Alberto, [ele] tinha uns amigos dele que trabalhavam com bebida e estavam construindo um prédio. Meu pai trabalhou muitos anos com eles no Paraguai. Então, ele saía todos os dias daqui [Foz do Iguaçu] e trabalhava em Ciudad del Este, no Paraguai, na construção civil (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

O pai de Samuel passa a ser um trabalhador fronteiriço, realizando cruzes diários entre os dois países. Quanto à migração da família para Foz do Iguaçu, Samuel afirma que "na verdade, foi um recomeço aqui em Foz do Iguaçu, literalmente. Quando você começa do zero, começamos, literalmente, do zero, sem renda, sem conhecimento, basicamente só com o que a gente trouxe da migração e seguir em frente" (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

A realidade vivenciada pela família quando se estabeleceu em Foz do Iguaçu, no ano de 1997, foi muito difícil, tanto que, segundo relato do entrevistado, seu pai trabalhava em Ciudad del Este, pois, naquele contexto, o município passava por uma crise muito grande. A família adquiriu uma pequena casa de madeira, algo que, segundo o entrevistado, para os padrões sociais da cidade, era somente para pessoas que viviam na periferia. Embora tenha encontrado dificuldades, a família encontrou a solidariedade na cidade, o que levou à fácil adaptação.

> Aqui é uma cidade que, se alguém sabe que você está precisando de alguma coisa, eles te doam, desde roupa até móveis. Ela é bem atípica de outras cidades que eu já conheci. Por exemplo, San Alberto mesmo não é. Se o cara puder vender até a última peça de roupa, ele não doa nada, ele vende tudo. A relação lá é bem diferente. Nós chegamos aqui e nos adaptamos muito fácil porque a gente estava vindo de uma realidade onde você poderia adquirir alguma coisa só se você tivesse grana, que é o caso do Paraguai, mundo capitalista (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

Ao relatar as dificuldades enfrentadas no processo de inserção em Foz do Iguaçu, o entrevistado frisou muito a solidariedade encontrada por sua família nessa localidade, comparando, inclusive, o município brasileiro com San Alberto, no Paraguai, lugar onde viveu por 14 anos, enfatizando que o primeiro é solidário e que, no segundo, as pessoas seguem a visão capitalista que se faz presente na atividade econômica, não se importando com as necessidades sociais de pessoas em dificuldades. É importante frisar que a visão capitalista também existe no Brasil. Essa afirmativa leva a suposições de que em momentos de dificuldades, essa mentalidade possa ser um dos fatores que levam ao retorno, pois sabem que, quando não encontram auxílio, podem buscá-lo em seu país de origem.

Ainda, Samuel, devido às dificuldades econômicas que a família enfrentava, deixou de estudar e começou a trabalhar fora, sendo seu primeiro emprego no Mercado Municipal de Foz do Iguaçu. Quando questionado sobre a relação com os(as) demais brasileiros(as) ao retornar para o país, Samuel apontou que em São Paulo era rotulado como paraguaio, sentindo o preconceito. Algo que também experimentou em Foz do Iguaçu.

> Quando fui para São Paulo, eu era chamado de paraguaio. Eu chegava na sala de aula e aí os alunos[falavam]: "Fala em paraguaio para nós". Na verdade, para eles, Paraguai é só Ciudad del Este, os brasileiros conhecem muito pouco do Paraguai, principalmente São Paulo que é longe [...]. Então, o pessoal me chamava de paraguaio na escola e tal. Tinha o preconceito, senti o preconceito. Aqui [Foz do Iguaçu] também senti o preconceito, senti a dificuldade em adaptação na questão da língua, tive muita dificuldade na sala de aula (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

Na discriminação praticada para com o entrevistado fica evidente a presença do preconceito de origem geográfica e de lugar, que para Albuquerque Júnior (2017, p. 11),

> [...] é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato deste pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, inóspito, habitado por um povo cruel, feio, ignorante, racialmente ou culturalmente inferior. Estes preconceitos quase sempre estão ligados e representam desníveis e disputas de poder e nascem de diferenças e competições no campo econômico, no campo político, no campo cultural, no campo militar, no campo religioso e nos campos dos costumes e das ideias.

No Brasil os preconceitos de origem geográfica se confundem com preconceitos sociais, de classe, de raça e de preconceitos ocasionados "da disputa por espaço no mercado de trabalho" (Albuquerque Júnior, 2017, p. 88). No

caso do entrevistado observa-se como as categorias nacionalidade e classe social se interseccionam na discriminação sofrida no processo de territorialização escolar deste. As dinâmicas migratórias e imigratórias, que no passado provocaram "tensões, conflitos e proporcionaram a emergência de preconceitos e visões pejorativos sobre dados grupos humanos e sobre os lugares de onde provinham, parecem ser, hoje, um dos principais motivos da emergência de visões preconceituosas e até mesmo racistas em relação a algumas populações" (Albuquerque Júnior, 2017, p. 14).

Samuel, além do preconceito por ter vivido e retornado do Paraguai, citou outra dificuldade na escola com relação à gramática da Língua Portuguesa, afinal, sua alfabetização ocorreu no Paraguai, onde aprendeu na escola o espanhol.

> Embora o meu português sempre foi... a dicção tranquila. Mas a escrita! A dificuldade estava na escrita [...]. É perceptível isso entre os filhos de brasileiros que retornam para o Brasil. O meu português eu aperfeiçoei um pouquinho mais na faculdade, tinha uma professora de português muito boa e tinha tempo para mim, eu e ela tínhamos tempo. Ela me ajudou muito, abriu muito os horizontes para mim, mas no Ensino Médio e Ensino Fundamental, tive muitas dificuldades (Samuel, Foz do Iguaçu, *online*, 10 de fev. 2021).

Essa dificuldade apontada por Samuel é muito sentida por filhos(as) de imigrantes brasileiros(as) que retornam para o Brasil. Em sua pesquisa com filhos(as) de migrantes brasileiros(as) retornados(as) em escolas de Santa Terezinha de Itaipu, Frasson e Schlosser (2017, p. 196) percebem que "os[as] alunos[as] são vistos[as] como iguais", encontrando-se descaracterizados(as), sem receber "o atendimento necessário para viver nesse espaço marcado pela alteridade". Porém, na faculdade, o entrevistado teve a oportunidade de sanar um pouco as suas dificuldades quanto à escrita com uma profissional mais atenta, com tempo e mais dedicada para com este, o que não é o caso de todos(as) que retornam.

Hoje seus pais e irmãos se encontram bem financeiramente. Samuel é casado e pai de duas crianças, formou-se em História, tem desejo de cursar o Mestrado em História, porém não trabalha como professor, mas sim como Coordenador do Patronato Municipal de Foz do Iguaçu. Tem vínculos com o Paraguai, tanto

políticos, como afetivos, pois tem um tio no país, com quem passam em família uma das festas de fim de ano. Quando questionado se ele se sentia imigrante no Brasil, o entrevistado afirma que não, reforçando a sua identidade nacional brasileira, mesmo tendo nascido no Paraguai. Ele possui dupla cidadania, mas sua identidade se constitui em uma fronteira móvel, em que as memórias e vivências práticas estão muito mais vinculadas ao Brasil, porém sem rompimento dos laços com o Paraguai. Assim, Samuel é um sujeito da fronteira.

3.6.2. "Eu quero voltar para o mesmo lugar": retornos para a terra natal

O lugar de origem que agora se apresenta, segundo Souza (2015, p. 80), como "lugar do retorno é um referencial de identidade. De vínculos comunais, é 'lugar' [...] de extrema importância para o sujeito retornado". O fragmento de fala apresentado no título do subcapítulo dá uma ideia da importância deste lugar. O lugar, para Carlos (2007, p. 19), detém dentro de si e não fora "o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória através dos sentidos".

Isabel e Sandra ao retornar ao Brasil se estabelecem nos seus lugares de origem/retorno e ambas também acabaram seguindo na atividade agrícola no retorno. Porém, com experiências distintas, uma passou a ser proprietária de terras e a outra seguiu sendo proprietária de terras também ao retornar. Ter a terra própria foi o que motivou muitos(as) brasileiros(as) a emigrarem para o Paraguai. Porém, para alguns(algumas), isso só foi possível ao retornar para o Brasil, fato que ocorreu com Isabel. Após ela e a família terem trabalhado em várias propriedades, conseguiram um retorno financeiro maior apenas:

> No último lugar onde nós trabalhamos, lá nós ganhamos em soja, só que nós guardávamos o dinheiro. O M. [filho] também foi para Suíça, também ajudou a comprar essas terras ali. Daí, não sei se o finado sentiu alguma coisa, que ele [es]tava se sentindo mal. Ele falou: "Mulher, o que tu achas? Vamos embora para o Brasil?" Eu falei: "Tá bom, então!" (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

Aqui vemos o auxílio entre os membros da família para a aquisição de terras no município de origem, São Paulo das Missões, na região das Missões, no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. Afinal, a propriedade adquirida foi consequência da poupança advinda de duas migrações, a da família no Paraguai e a do filho que trabalhava na Suíça. Estes adquiriram a quantia de 13 hectares e 28 cabeças de gado.

Estava nos planos do casal, antes da emigração, o retorno para o Brasil. Porém, Isabel acredita que o desejo do esposo em retornar naquele momento estaria vinculado a questões de saúde e da possibilidade de ser assistido pelo sistema público do Brasil. Uma situação semelhante faz Olívia e a família optarem por retornar, como mencionamos no subcapítulo 3.6.

> Nós viemos para cá, compramos aqui, aqui tinha as vacas, a gente lidava com as vacas. Daí trabalhamos acho que uns três anos, daí ele [esposo] começou a ficar doente, mas eu achei que ele já [es] tava sentindo isso, daí ele pensou. Porque lá no Paraguai não tem isso aqui de ajuda pelo SUS, essas coisas, [se] tu não tens dinheiro no Paraguai, tu morre. Nós trabalhamos lá, lutamos e poupamos para um dia a gente vir embora para o Brasil de novo, porque lá, os parentes do lado dele não tinha ninguém, dos meus tinha um ou outro irmão [...], mas vieram para cá também, e a gente também veio (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

Percebe-se que o retorno para o Brasil foi uma estratégia do esposo a fim de buscar tratamento médico. Algo que no Paraguai só seria possível se houvesse recursos financeiros, o que não era o caso. Outro ponto levantado por Isabel e que teria motivado a volta, está relacionado ao fato de que muitos familiares que teriam emigrado para o Paraguai já haviam retornado para o Brasil. Supõe-se que o casal, com o retorno de familiares ao Brasil, havia perdido pontos de referência no lugar de destino, estando isolados e distantes dos seus.

Na fala "Nós trabalhamos lá, lutamos e poupamos para um dia a gente vir embora para o Brasil de novo", percebe-se que a ideia do retorno sempre foi um objetivo do casal. Ou seja, existe um projeto de emigrar realizado pelo casal em que o retorno é a meta. Como Siqueira (2009, p. 23) percebe entre imigrantes brasileiros(as) nos Estados Unidos, "o projeto de migrar passa, em grande parte,

também pela perspectiva de regressar e se estabelecer na região". Para isso acontecer, a ideia de poupar é fundamental, pois "o projeto migratório é familiar, afetivo e econômico" (2009, p. 19)

Sandra e parte de sua família também retornaram para o município de origem e para a atividade agrícola, função que desempenhavam antes mesmo de emigrar para o Paraguai até os dias atuais. Nesse processo migratório, contar com a proximidade de familiares, antigos(as) colegas de escola e vizinhos(as) tornou a adaptação mais fácil para ela, sem estranhamentos, tornando-se, assim, uma ex-imigrante. Ao retornar, o casal adquiriu a casa do sogro, em uma vila próxima à cidade, e só depois comprou terras. Quanto à possibilidade de comprar terra, para ela e o esposo, o contexto da volta foi muito diferente do que o da partida ao Paraguai. Ou seja, o seu retorno foi próspero.

> Nossa! Se nós tivéssemos dinheiro, nós iríamos comprar colônias e colônias e colônias de terras. Porque todo mundo vinha e oferecia terra para a gente. Eu até me irritei, eu falei: "Como é que pode?!" Antes, quando nós fomos para o Paraguai, a gente não tinha onde pisar que era nosso. E hoje todo mundo vem oferecer terra?! Eles sabiam que a gente tinha voltado com dinheiro, mas igual, a gente não ia querer comprar tanta terra (Sandra, São Paulo das Missões, *online*, 13 de ago. 2021).

Quando Sandra, seu esposo e sua filha partiram para o Paraguai, o contexto era de pouca oferta de terras para aquisição e, quando havia, por um preço bastante elevado, algo que, para o jovem casal, não era possível obter. Para a entrevistada, a questão da terra é um elemento que se apresenta tanto na ida quanto na volta.

Ao mesmo tempo percebe-se como o *status* do(a) retornado(a) é "diferente" do(a) não migrante, sendo que este é visto como alguém que possui condições financeiras e que, com o retorno, tem condições de comprar terras. Quanto às características dos(as) retornados(as), com base em estudo com brasileiros(as) retornados(as) da Itália, Tedesco (2018, p. 283) afirma que eles(elas) formam um grupo diferente de sujeitos e sua influência no desenvolvimento local varia muito, assim como suas motivações: situações políticas, econômicas, institucionais, religiosas dos dois locais, e, ainda, a possibilidade de recolher "recursos tan-

gíveis e intangíveis, redes de relações sociais transfronteiriças, tendem também influenciar a experiência migratória e, sobretudo, dos retornos/retornados[as]".

Conforme essa relata, na emigração ao Paraguai a mudança da família foi conduzida em um caminhão junto com a mudança de outra família, já no retorno a mudança foi transportada em dois caminhões, ficando muita coisa para trás. O que trouxe para ela: "Alegria, dever cumprido" [...]. Nossa ida para o Paraguai foi nada mais que um sucesso. Realmente valeu a pena o nosso esforço" (Sandra, São Paulo das Missões, *online*, 13 de ago. 2021). O retorno, conforme Tedesco (2010, p. 184), teoricamente mostra "fidelidade às origens, à identidade, mas para que isso aconteça é interessante vincular-se no mesmo espaço e em melhores condições das de quando da partida. Daí, sim, o quadro se completa".

Com o retorno, o cenário mudou, a realidade era outra quanto à oferta de terras, pois muitas pessoas, com a idade avançando, buscavam a proximidade com a cidade e, para isso, procuravam vender suas terras para adquirir uma casa.

> As pessoas quando já não conseguem mais trabalhar, muitos estão vindo para a cidade. Daí eles querem vender, vender, vender. "Nós queremos ir para cidade, nós queremos vir mais perto da cidade ou para vila", que nem aqui, na vila mesmo, gente que [es]mais pro interior, vieram morar na vila, que nem nós. Daí [es]tavam oferecendo as terrinhas. Isso [es]tá acontecendo até hoje ainda, direto. O pessoal, assim como vão avançando na idade, vem do interior, tão vendendo a terra e tão querendo vir mais perto na Vila [Pinheiro Machado] ou para cidade (Sandra, São Paulo das Missões, *online*, 13 de ago. 2021).

Fenômeno semelhante acontece também com brasileiros(as) que acabam retornando para o Brasil por não terem mais condições de trabalhar na agricultura ou por estarem muito isolados(as), distantes de familiares ou vizinhos(as). Já quando o(a) migrante retorna, de acordo com Souza (2015, p. 181), "à zona rural, não pratica as mesmas atividades, ou se as realiza não da mesma forma de outrora".

A opção por residir na vila Pinheiro Machado, uma área um pouco mais urbana do município, está vinculada à possibilidade de socialização com outros(as) moradores(as) agora na velhice e de entreajuda diante de algumas necessidades,

principalmente na questão da saúde. No caso de Sandra, que passou a viver na vila e segue na atividade agrícola, constata-se que o "retornado não é só moderno, é 'tradicional' também. É urbano e é rural simultaneamente" (Souza, 2015, p. 89).

Outra questão relacionada ao retorno de Sandra é que agora ela possui capital financeiro, algo que nem ela e nem o esposo tinham quando foram coagidos a sair da casa de sua mãe, após a venda das terras para o irmão. Quanto ao investimento realizado pelos dois ao retornar, ela avalia que não fizeram um bom negócio.

> Nós até investimos um pouco mal o nosso dinheiro, falta de experiência e não sei o quê. Mas a gente não deveria fazer do jeito que fizemos. Porque a gente achou que tinha que continuar como colono. Se a gente tivesse comprado terrenos e casas na cidade, tinha ganhado dinheiro. Mas daí, como ia ficar a nossa aposentadoria? Então, se nós fossemos lidar de outro jeito, trabalhar de outro jeito com o nosso dinheiro. Mas a gente pensou demais na aposentadoria, porque não sei como ia ficar se a gente não fosse continuar na colônia (Sandra, São Paulo das Missões, *online*, 13 de ago. 2021).

O que pesou na decisão do casal foi a aposentadoria. Por este motivo, eles seguiram na atividade agrícola após o retorno, pois assim poderiam comprovar o tempo de serviço como agricultores, ou seguir, como a entrevistada expressa, com a identidade de "colono" ou agricultores, como os antepassados (Roche, 1969) conquistando a aposentadoria.

Sandra constata que a falta de experiência os levou a aplicar o capital adquirido na emigração ao Paraguai em algo que não lhes traria tanto retorno financeiro. Com base nisso, Siqueira (2009) observa, entre alguns(algumas) imigrantes brasileiros(as) que retornam, que estes(as) são críticos(as) diante de seu insucesso do investimento aplicado no retorno. Porém, essa decisão de Sandra e seu esposo parece ter sido tomada com base no que traria mais segurança, tanto na obtenção da aposentadoria quanto na familiaridade com a atividade.

Ao longo do capítulo, analisamos a categoria do(a) migrante retornado(a) em suas diferentes formas. Vimos como essa "fronteira em movimento" (Albuquerque, 2005a), com a presença de brasileiros(as) em território paraguaio, pode levar aos(as) filhos(as) de imigrantes, nascidos(as) no Paraguai, a se perceberem

como retornados(as) ao emigrarem para o Brasil. Constatamos, entre imigrantes brasileiros(as) no Paraguai, o desejo de retornar e de permanecer. Percebemos, através das teorias de redes sociais e transnacional, que os retornos de brasileiros(as) do Paraguai não representam o fim das migrações. Porém, também vimos que o retorno pode ser definitivo. Além disso, a história de vida de um retornado transmigrante mostrou a complexidade do retorno na fronteira.

No processo migratório analisado, a partir da abordagem interseccional pode-se identificar diferentes marcadores sociais, como as classes sociais, os grupos étnicos/raciais, as faixas etárias, a nacionalidade e o gênero. Com isso percebemos ao longo do capítulo que a experiência da migração de retorno é diferente para aqueles(as) que com relação ao marcador de classe social possui mais recursos financeiros do que para os(as) pobres. Muitos(as) retornam motivados(as) por questões econômicas, já outros(as) para investir o capital acumulado no Paraguai. E em muitos casos as limitadas condições econômicas levam a busca por recursos sociais, como por exemplo saúde e educação no país de origem.

A experiência de retorno também é distinta para aqueles(as) que possuem identidades étnica/raciais que em nossa sociedade mais sofrem com opressões e para imigrantes de diferentes identidades nacionais. A migração de retorno realiza-se de forma diferente para emigrantes que cruzaram a fronteira ainda crianças de colo e retornaram adultos(as), para criança e adolescentes que retornaram já na fase adulta, para pessoas que nasceram no Paraguai e "retornaram" ao Brasil, para adultos(as) que voltaram na meia idade e que retornaram já idosos(as). Além disso, a migração de retorno também é vivenciada de forma diferente para homens e mulheres, como veremos com mais profundidade no próximo capítulo. Entretanto, considerando os marcadores, observamos que no geral os ligados a classe social e faixa etária são os que mais interferem no processo do retorno.

Observou-se, também, a circularidade realizada por imigrantes brasileiros(as) residentes no Paraguai, que leva a idas e vindas entre os dois países para sanar demandas. Observamos, ainda, o papel das redes, em sua grande maioria familiares, na reinserção laboral e social dos(as) migrantes retornados(as) nos lugares de origem e na fronteira, espaços estratégicos para estes(as).

Evidenciamos, através da análise de alguns elementos de identidade e territorialidade trazidos pelas falas, a construção de multiterritorialidades e trans-

territorialidades na migração de retorno para a fronteira ou lugar de retorno. Na migração de retorno as idas e vindas entre os dois países e territórios fronteiriços se dão pelas redes transfronteiriças. Trânsito que para o lado paraguaio da fronteira se dá pelos vínculos trabalhistas e existência de propriedades e pelas relações afetivas e de amizade com conhecidos(as) e familiares.

Por fim, identificamos a existência de múltiplas causalidades de retornos, a maioria já apontada no segundo capítulo, como as ligadas ao agronegócio, que dificultaram a permanência no campo de pequenos(as) agricultores(as); preconceito por ser brasileiro; busca por serviços públicos, como saúde, educação e aposentadoria; documentação; insegurança; investimento na área de lazer; proximidade com familiares; trabalho e aquisição de terras. Além do mais, é importante considerar que em alguns casos não há somente uma motivação em específico para o retorno, mas sim várias, ou seja, é multicausal para o(a) migrante. O Quadro 4 sintetiza as trajetórias de retornados(as) de acordo com as formas de migrações de retorno.

Migrantes	Causas/motivações	Dinâmicas de mobilidades	Redes no retorno	Vínculos com o Paraguai atualmente	Categorização dos retornos
Samuel	Dificuldades no campo/trabalho	De San Alberto, Alto Paraná, para Mauá, SP/ Migra para Foz do Iguaçu, PR.	Familiar	Familiares/ Conhecidos/políticos	Retorno de filho de imigrantes
Isabel	Aquisição de terras/ saúde	De Naranjito, Itapúa, para São Paulo das Missões, RS.		Amizades e irmã	Retorno para o lugar de origem
Sandra	Altos custos no cultivo agrícola/ aposentadoria	De Naranjito, Itapúa, para São Paulo das Missões, RS.		Familiares/ conhecidos/familiar	Retorno para o lugar de origem
Flávio	Dificuldades no campo/trabalho	De San Alberto, Alto Paraná, para Ribeirão Preto, SP/ Diversas migrações no Brasil e um retorno para o Paraguai e para o Brasil.	Familiar	Familiar/ trabalho	Transmigrante
Olívia	Saúde/aposentadoria	De Carlos Alberto Lopes, Itapúa, para Tunápolis, SC/ Migra para Santa Terezinha de Itaipu, PR.	Familiar	Familiar	Retorno pelos recursos sociais
João	Poucas terras/ insegurança/educação	De Los Cedrales, Alto Paraná, para Foz do Iguaçu, PR.	Familiar		Retorno definitivo
Salete	Investir no Brasil	De San Alberto, Alto Paraná, para Santa Terezinha de Itaipu, PR.	Familiar	Familiar/propriedades	Retorno próspero
Paulo	Família	De Los Cedrales, Alto Paraná, para Santa Terezinha de Itaipu, PR/ Retornou para estudar no Brasil.	Familiar	Trabalho/ familiar/ propriedades	Retorno pela família

Migrantes	Causas/motivações	Dinâmicas de mobilidades	Redes no retorno	Vínculos com o Paraguai atualmente	Categorização dos retornos
Antônio	Poucas terras/família/ saúde/aposentadoria	De Santa Rosa del Monday, Alto Paraná, para Foz do Iguaçu, PR.		Terras arrendadas	Retorno por múltiplas causas
Rute	Trabalho	De Hernandarias, Alto Paraná, para Concórdia, SC/ Migrou para Foz/ Retorno para o Paraguai e para o Brasil.	Familiar	Amizades	Retorno por trabalho
Ilda	Saúde/educação/ família/pandemia	De Minga Porã, Alto Paraná, para Santa Terezinha de Itaipu, PR/ Retorno ao Paraguai e para o Brasil.	Familiar	Familiares/ econômica	Mais de um retorno nos dois países
Rose	Desapropriada da Itaipu/Vida melhor	De Puerto Sauce, Alto Paraná, para Marechal Cândido Rondon, PR/ Retorno para Puerto Adela, Canindeyú/ Retorno para Santa Helena, PR.	Familiar	Familiar	Mais de um retorno nos dois países
Anita	Violência doméstica/ saúde	De Hernandarias, Alto Paraná, para Foz do Iguaçu, PR.	Social	Trabalho	Mulher retornada
Ester	Educação	De Ciudad del Este, Alto Paraná, para Foz do Iguaçu, PR.	Familiar	Familiares/ conhecidos	Retorno de nascido no Paraguai
Vilson	Documentação	De Tupã Renda, Caazapá, para São Miguel do Iguaçu, PR.	Familiar	Familiar	Retorno pelo limite
Marina	Prisão do esposo	De Naranjito, Itapúa, para Santa Terezinha de Itaipu, PR.	Familiar	Familiar/ trabalho do esposo	Mulher retornada

Quadro 4. As diferentes formas de retornos de brasileiros(as) do Paraguai (1970-2020). Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo em janeiro de 2019; entrevistas *online* em 2021 e 2022; e entrevistas presenciais em maio de 2022 e janeiro, abril e maio de 2023.

Diante do exposto até então neste capítulo, sentimos a necessidade de uma análise mais específica do retorno através de aspectos da história de mulheres retornadas. Sendo assim, o próximo capítulo segue abordando a multidimensionalidade da migração de retorno em suas diversas formas e causas.

4.

Histórias de mulheres retornadas:

costura de memórias de dores e potências

Eu que queria voltar, porque eu já não podia
trabalhar e ele não queria deixar a terra lá,
porque nós conseguimos com tanto esforço
(Olívia, 2021).

Neste capítulo, analisamos histórias de mulheres retornadas do Paraguai para a fronteira ou para os municípios de origem, visando perceber a multidimensionalidade de formas e causas nesses retornos. Tem-se por base a abordagem historiográfica da história das mulheres e a intersecção de marcadores sociais, como classe, gênero[77], geração, capacidade, região, nacionalidade e raça existentes nestas migrantes retornadas.

Buscamos costurar fragmentos de memórias de dores e de potências quanto ao retorno, constatando o protagonismo das mulheres, a agência e o empoderamento feminino dentro de cada contexto familiar, a correlação do cuidado

[77] Entendemos gênero a partir da compreensão de Scott (1995, p. 86), que afirma ser "um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder".

com a migração, as mudanças ou não de papéis de gênero e o trabalho reprodutivo[78], a fronteira na inserção laboral destas e as idas e vindas entre os dois países, as formas de organização familiar, as várias situações de violência, discriminação e as desigualdades sociais e econômicas em um contexto marcado pelo capitalismo, patriarcado[79], racismo, capacitismo[80] e machismo[81].

4.1. De que migrantes retornadas estamos falando? História das mulheres e interseccionalidade

Ao longo dos capítulos deste livro, narramos histórias de vidas de homens e mulheres retornados(as), dando ênfase a alguns aspectos relacionados às migrações experienciadas por estes(as) sujeitos. E assim mostramos como a migração de retorno é multidimensional. Porém, essa análise da multiplicidade de retornos não teria mais potência sem o estudo mais aprofundado sobre a história das mulheres, também múltiplas, agentes desse processo, que, muitas vezes, devido ao contexto patriarcal, machista e capitalista em que vivemos, eram geralmente vistas no passado, sempre atrás dos homens, consequentemente dedicando-se menos às abordagens referentes às mulheres.

[78] O trabalho reprodutivo, segundo Federici (2019, p. 20), é "o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente". Para a autora, "embora isso não resulte em um salário para nós mesmas, produzimos o produto mais precioso que existe no mercado capitalista: a força de trabalho", o que, "significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move" espaços de trabalho (Federici, 2019, p. 68). Entretanto, para as mulheres camponesas, a relação de gênero e trabalho é diferente. No campo, para as mulheres, a separação entre trabalho produtivo e não produtivo, conforme Aguiar (2017, p. 136), não é clara "quando se trata da unidade familiar de produção, pois no campesinato não há separação entre unidade familiar e de produção". Trabalho doméstico e produtivo estão juntos.

[79] O patriarcado nesse trabalho é reconhecido como uma relação de poder dos homens sobre as mulheres, cultural e histórica.

[80] Para Lage, Lunardelli e Kawakami (2023, p. 2), "o capacitismo pode ser encarado como uma forma de opressão que define o indivíduo pela crença de que pessoas com deficiências são incapazes de realizar diferentes atividades, uma vez que possuem corpos ou mentes fora do padrão aceito como norma" (Lage; Lunardelli; Kawakami, 2023, p. 11).

[81] O machismo pode ser definido como "um sistema de representações-dominação que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado que se confirma mutuamente numa situação de objetos" (Drummont, 1980, p. 82).

A história era tida como uma profissão masculina, que registrava e apresentava a história dos homens como universal, em que o "'nós' é masculino e a história das mulheres desenvolve-se à sua margem" (Colling, 2014, p. 12). A abordagem da história da mulher teve o seu desenvolvimento condicionado ao pensamento masculino, sendo que, como resultado, mais da metade da população "miserável e confinada, não pôde sequer ser constituidora de sua própria memória" (Tedeschi, 2018, p. 3). Assim, este longevo processo histórico esteve marcado pelas "relações patriarcais de poder, pela desmemorização e descorporalização das mulheres" (Tedeschi, 2018, p. 3).

A história, tida como tradicional, enfatizou certos elementos próprios à "prática social, principalmente os ligados à economia e à política, generalizando o devir histórico e impondo sobre o passado uma cultura histórica etnocêntrica e patriarcal" (Tedeschi, 2014, p. 17). Dessa forma, a escrita sobre as mulheres rompe com modelos, para Tomascheski (2018, p. 159), criados durante a construção histórica, pois "a elas cabia o silêncio do mundo privado, não passível de reconhecimento. Alicerçaram-se padrões excludentes em uma história androcêntrica".

Conforme a autora supracitada, percebemos que a história das mulheres transcorreu à margem com relação ao movimento migratório de brasileiras ao Paraguai, porque seus dilemas, lutas e conquistas ficaram nas suas memórias, pois até então o que era escrito, pouco tempo e espaço dedicou às mulheres, deixando o protagonismo somente para os homens. A mesma situação se repete no retorno destas mulheres tanto para a fronteira como para o município de origem. Quais suas motivações para retornar? Como essas mulheres refizeram as suas vidas após o retorno? Qual o papel delas nessa migração de retorno? Quais os desafios e conquistas no retorno? Todas vivenciaram seus retornos da mesma forma? E as famílias nesse processo, como ficaram?

Segundo Tedeschi (2022, p. 20), estamos sobre "a égide de uma história única, colonial, racista e patriarcal", que é excludente e incompleta. E essa incompletude criou "o estereótipo, a ignorância, o negacionismo e o preconceito: uma única história é perigosa, imperial e colonial", sendo assim, "quantas vezes, na história das mulheres, uma única história ao ser contada não produziu inexistências, invisibilidades?"

O grupo de 10 entrevistadas demonstra a multiplicidade de retornos pela diversidade de identidades e situações[82] vividas, mas também mostra semelhanças em suas histórias. Nesse sentido, retomamos aqui elementos das trajetórias de vida e migratória destas mulheres que fomos vendo ao longo dos três capítulos, e apontamos aspectos de suas histórias sobre o retorno, trabalhados no presente capítulo.

Migrantes retornadas	Emigração ao Paraguai	Aspectos da vivência no Paraguai	Migração de retorno
Salete	Decisão dos pais na sua adolescência. Emigraram em busca de mais e melhores terras.	Dupla jornada de trabalho (casa e roça). Prosperou na atividade agrícola. Recebeu menos terras de herança por ser mulher. Ativa na Igreja Católica.	Decisão conjunta com o ex-marido. Antes da separação, era transmigrante. Empreendedora na área do turismo. Retornou só.
Sandra	Emigrou por consenso com esposo após a família não ter mais onde morar.	Dupla jornada de trabalho (roça e casa). Perdeu as terras devido à utilização indevida do título de propriedade pelo vizinho, mas conseguiu recuperar.	Retorno próspero, negociado com o esposo. Seguiu como agricultora, camponesa. Família fragmentada no retorno. Retornou próximo a ter a idade de se aposentar.
Olívia	Emigrou adulta com os filhos e esposo em decisão conjunta, visando terras.	Dupla jornada de trabalho (roça e casa). Liderança na comunidade da igreja e no distrito.	Protagonismo na decisão do retorno. Migrou para a fronteira, visando saúde pública. Ainda cheia de sonhos, gosta de contar e registrar a história da família.

[82] Essas situações vivenciadas pelo grupo escolhido são alusivas às situações mais abrangentes, ou seja, à amostragem pequena, com vários fatos de realidades maiores, expostas nas falas das entrevistadas e observadas em bibliografias concernentes. Entretanto, temos consciência que essa pluralidade de retornadas não mostra ainda toda a diversidade de identidades e situações de retorno.

Migrantes retornadas	Emigração ao Paraguai	Aspectos da vivência no Paraguai	Migração de retorno
Isabel	Emigrou após consenso com o marido, levando filho pequeno, visando futuro melhor.	Trabalhava em uma jornada dupla, em terras arrendadas e como empregada em propriedades agrícolas em vários locais.	A iniciativa foi do esposo. A terra que tanto buscaram, só conseguiram ao retornar. Seguiu sendo agricultora, camponesa.
Rose	Emigrou criança por vontade do pai. Na adolescência, contra a sua vontade, retornou ao Paraguai, não podendo seguir os seus estudos.	Trabalhou na agricultura nas duas migrações no Paraguai. Ali casou e criou as suas três filhas, nascidas no Brasil.	Ainda quando criança, retornou ao Brasil. Na segunda vez, o retorno foi uma decisão sua, em que o cuidado com os seus fez parte desta experiência. Trabalhou também fora de casa desde criança. Passou por diversos trabalhos e hoje administra um negócio próprio.
Ilda	Emigrou criança. Retornou ao Paraguai para ficar próxima à família.	Não pode estudar por causa do pai. Fugiu de casa na adolescência para morar com namorado, tendo os filhos também nessa etapa da vida. Dupla jornada de trabalho na ausência do esposo.	Retornou para acompanhar o marido e cuidar dos familiares. Foi diarista. Sentiu o preconceito por vir do Paraguai. Retornou na pandemia. Retornos para cuidar de familiares.
Marina	Emigrou criança.	Por não ter documentação, foi impedida de cursar o ensino superior e foi presa. Sofria com a misoginia e com a dominação materna. Rompeu com a mãe e saiu de casa. Trabalhou na agricultura e no trabalho doméstico.	Após a prisão do marido, retornou com a filha, atuando como diarista, criando a sua filha só pelo período de sete anos.

Migrantes retornadas	Emigração ao Paraguai	Aspectos da vivência no Paraguai	Migração de retorno
Rute	Emigrou criança.	Não seguiu os estudos, trabalhava na atividade agrícola desde pequena.	Retornou com o esposo e a filha recém-nascida. Sofreu com o racismo e preconceito. Realizou várias migrações após a separação e criou as filhas sozinha, trabalhando na fronteira. Atuou como diarista, cozinheira, secretária e vendedora.
Ester		Filha de imigrantes brasileiros. A dificuldade para conseguir RG paraguaio impediu o seguimento dos estudos. Sofria com violência doméstica da qual a mãe era vítima e, por ser brasileira e não saber falar o guarani, era discriminada. No trabalho doméstico, foi explorada.	A iniciativa de vir para o Brasil foi sua, apesar da posição contrária do marido. Passou a ser mãe solo em uma ocupação em Foz do Iguaçu e trabalhou em funções, como vendedora de roupas nas ruas, em várias funções em frigorífico e como diarista.
Anita	Emigrou na adolescência contra a vontade, cuidava dos irmãos menores e trabalhava fora. Pouco estudou.	Trabalhou em jornada dupla. Sofreu violência doméstica. E foi vítima de atropelamento, cujas sequelas a impedem de andar sem muletas.	Sofreu discriminação pela deficiência. Retornou fugindo do marido com os filhos pequenos. Trabalhou de forma informal na fronteira e logrou superar as dificuldades para criar os filhos.

Quadro 5. Trajetórias de migrantes retornadas entre Brasil e Paraguai. Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo de janeiro de 2019; entrevistas *online* em 2021 e em janeiro de 2022; entrevistas presenciais em maio de 2022 e em janeiro, abril e maio de 2023.

De acordo com o Quadro 5, podemos perceber alguns aspectos que predominam. A maioria migrou na infância; possui Ensino Fundamental incompleto; começou a trabalhar muito cedo em jornada dupla (casa e roça); todas no Paraguai laboraram na agricultura; passaram a realizar outras funções no retorno, sendo que a maioria estava vinculada ao cuidado; um grupo considerável separou-se de seus parceiros e um grupo também sofreu vários tipos de violência. Além disso, identifica-se especificidades em suas trajetórias envolvendo marcadores sociais.

Para captar as vivências destas mulheres plurais, com diversos marcadores sociais em seus processos migratórios de retorno, às técnicas de história oral têm grande importância. De acordo com Tedeschi (2014, p. 57), por meio da "palavra feminina, suas vozes, experiências, pensamentos e desejos saem dos silêncios da historiografia", cuja palavra, "é como uma expressão, como comunicação e como uma forma de favorecer a alteração da situação e condição das mulheres". Assim, a história oral contribui para a reconstrução da "identidade feminina sob a ótica das relações de gênero" e na confrontação do passado e do presente, suas "memórias narradas se entrelaçam e se sobrepõem, demonstrando práticas, estratégias, resistências, discursos e relações feitas e desfeitas no cotidiano" (Tedeschi, 2014, p. 14).

Na atualidade, na região de fronteira com o Paraguai, a história das mulheres migrantes ainda possui "traços de colonialidade" (Tedeschi, 2022, p. 14). Em seu trabalho com mulheres, o historiador, buscando contemplar a diversidade, percebe que na elaboração de suas "narrativas, conhecemos sujeitos que vagam pelas suas lembranças" e que ao relatá-las, "democratizam o saber", demonstrando "que qualquer pessoa, assim como elas que fizeram a História, pode também narrar, a seu modo, tudo aquilo que protagonizou" (Tedeschi, 2022, p. 16).

Dessa forma, "pensar histórias outras, a partir das epistemologias do Sul, permite unir, através de suas especificidades, trajetórias, memórias imaginativas, divergentes e diversas", através "da luta pelo reconhecimento e pelo protagonismo de mulheres que vivem a fronteira" (Tedeschi, 2022, p. 29). Nesse sentido, o "deslocar-se por outras histórias":

> [...] é desenvolver a prática da escuta e observar os micropoderes, as microrresistências, como elas reprovam o funcionamento do patriarcado e colocam em evidência as suas resistências no lugar social que ocupam, ou seja, no interior de suas relações com o universo familiar, fronteiriço, migratório (Tedeschi, 2022, p. 66).

Esse olhar é fundamental, pois a história, como defende Colling (2014, p. 14), necessita ser estudada não apenas "como um campo de dominação, manipulação e destino, mas como lugar de luta, de resistência e transgressão como um leque imenso de possibilidades para os vários sujeitos historicamente constituídos".

No nosso estudo, voltamo-nos para histórias de mulheres inseridas no retorno em um contexto urbano fronteiriço e rural nos municípios de origem. Ao estudar realidades de mulheres camponesas, Aguiar (2017, p. 145) pondera que é necessário avaliar a experiência delas, "em situações e contextos específicos, e assim considerar as relações de gênero para além dos papéis que lhes são atribuídos", em outras palavras, "como essas relações são constituídas no seu cotidiano e a forma como elas as vivenciam, reconhecendo-as como sujeitos (e não vítimas passivas) de sua própria história, com potencialidades e energias criativas".

Na sequência, vemos como a interseccionalidade pode apontar a existência de uma multiplicidade de experiências de retornos no grupo de trajetórias migratórias estudadas.

4.1.1. Facetas da migração de retorno: marcadores sociais entre as mulheres retornadas

As trajetórias aqui analisadas, fruto de uma escolha metodológica, procuram contemplar as diversidades de histórias de mulheres retornadas. As várias identidades consideradas, os contextos econômicos e sociais desiguais envolvidos, produzidos nesta região fronteiriça pela influência do cruze de capitalismo, patriarcado, machismo, racismo e capacitismo levam a que haja mulheres posicionadas no retorno de formas distintas. Dessa forma, a análise considerando a intersecção de marcadores sociais possibilita visualizar a multiplicidade de

retornos e, como afirmam Collins e Bilge (2021, p. 31), "lançar luz" sobre "aspectos da experiência individual que podemos não perceber".

A interseccionalidade surgiu como uma vertente do feminismo com as feministas negras norte-americanas, quando estas perceberam que as pautas das primeiras não consideravam sua realidade e formas de opressão sofridas. Quanto ao seu surgimento, Akotirene (2019, p. 20) aponta "que mulheres negras, na condição de Outro, propuseram ação, pensamento e sensibilidade interpretativa contra a ordem patriarcal, racista, capitalista, sem nenhuma conivência subjetiva com a dominação masculina".

Como ideias centrais, o estudo considera, segundo Collins e Bilge (2021, p. 48), "a desigualdade social, as relações de poder interseccionais, o contexto social, a relacionalidade, a justiça social e a complexidade". Ao estudar mais a fundo a desigualdade global, as autoras afirmam que a interseccionalidade mostra diversas dimensões dela.

> Primeiro, a desigualdade social não se aplica igualmente a mulheres, crianças, pessoas de cor, pessoas com capacidades diferentes, pessoas trans, populações sem documento e grupos indígenas. Em vez de ver as pessoas como uma massa homogênea e indiferenciada de indivíduos, a interseccionalidade fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade, estatuto de cidadania e outras posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo. Alguns grupos são especialmente vulneráveis às mudanças na economia global, enquanto outros se beneficiam desproporcionalmente delas. A interseccionalidade fornece uma estrutura de interseção entre desigualdades sociais e desigualdade econômica como medida da desigualdade social global (Collins; Bilge, 2021, p. 35).

Ao longo dos demais capítulos, fomos vendo como o contexto histórico de e/imigração ao/no Paraguai e de retorno é distinto, desigual e excludente para os(as) sujeitos envolvidos(as). O rápido processo de modernização agrícola e o agronegócio aprofundaram esses problemas e afetaram com mais intensidade e de forma negativa populações marginalizadas, como imigrantes brasileiros(as) pobres, campesinos(as) paraguaios(as) e indígenas, produzindo contexto de re-

torno, como, por exemplo, de mulheres que buscam investir o capital acumulado e outras que buscam os direitos sociais e/ou fugir de parceiros violentos.

De acordo com Pilger (2022, p. 3), "a luta é sempre contra múltiplas combinações e sobreposições das opressões e violências, que são interseccionais, sem que uma seja mais importante ou mereça mais atenção do que a outra". Segundo Chong (2019), à interseccionalidade gênero[83], conecta-se profundamente com outras divisões sociais que, relacionadas, criam diferentes desigualdades. As mesmas divisões sociais "*muestran una jerarquía de acceso diferencial a una variedad de recursos económicos-políticos-culturales, lo cual se convierte en un campo de acción de las políticas públicas*" (Chong, 2019, p. 432).

Dessa forma, quando analisamos os(as) imigrantes brasileiros(as) no Paraguai e, mais especificamente, os retornados e as retornadas, percebemos como as desigualdades sociais e econômicas as afetam de forma distintas. O Quadro 6 apresenta os diversos marcadores sociais presentes nas histórias das mulheres analisadas.

Marcadores sociais	**Classe social**	**Gênero**	**Raça/Etnia**	**Capacidade**	**Nacionalidade**	**Geracional**	**Região**
Variáveis	Pobres, rica e classe média.	Mulher	Pardas/negra branca/ descendência alemã, italiana, africana e indígena.	Deficiência física no pé e desgaste de quadril.	Brasileira e paraguaia.	Mãe e filha. Pai e filha. Filho e mãe.	Por vir do Paraguai e residir na periferia.

Quadro 6. Marcadores sociais presentes nas histórias analisadas. Fonte: Elaborado pela autora, com base na pesquisa de campo de janeiro de 2019; entrevistas *online* em 2021; entrevistas *online* em janeiro de 2022; entrevistas presenciais em maio de 2022 e em janeiro, abril e maio de 2023.

[83] A intersecção de marcadores sociais também pode ser observada no caso do gênero masculino. Entretanto, considerando o contexto machista e patriarcal em que estamos inseridos(as), observa-se que situações de subjugação, violência, discriminação e desigualdade tendem a ser ampliadas a respeito delas.

O Quadro 6 nos revela identidades diversas presentes entre as 10 entrevistadas. Essa pluralidade aponta, num contexto capitalista, patriarcal, racista, capacitista e machista para a existência de múltiplas formas e causas de retornos que necessitam ser mais exploradas e desnaturalizadas. Para Segato (2003, p. 121), é necessário perceber que os marcadores de gênero, região, raça, colonial e de classe estão "*enhebrados por un hilo único que los atraviesa y los vincula en una única escala articulada como un sistema integrado de poderes*". Em que, para autora, "*género, raza, etnia, región, nación, clase se interpenetran en una composición social de extrema complejidad*".

Quanto a essa presença de marcadores sociais na fronteira, segundo Guizardi (2019, p. 158), parte das pesquisadoras que estudam as experiências fronteiriças latino-americanas tendo por referência Crenshaw[84] (1991), tem como proposta *"pensar que en estos territorios, las mujeres están expuestas a una intensificación de la interseccionalidad de elementos de marginación social, vinculados a su adscripción étnica, de clase, de edad"*. Em suas análises, Guizardi, Valdebenito e Mardones (2023, p. 106) percebem o *"carácter histórico de la interseccionalidad de factores de exclusión que interpelan las mujeres en la triple-frontera constituyendo un enganche entre límite nacional y violencia de género"*.

Acentuando-se sobre mulheres negras e pardas, mestiças e indígenas, conforme Mondardo (2020), na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, tanto no campo quanto na cidade, a condição de etnia das mulheres guaranis potencializa a probabilidade de estas sofrerem violência e situações de vulnerabilidade. Nesse espaço, muitas vezes, "existem áreas com processos de desterritorialização/vulneração/exclusão dos povos originários, e na experiência de luta das mulheres reverberam em um maior percentual de violências sofridas" (Mondardo, 2020, p. 22). O autor acrescenta que "a condição de ser mulher indígena implica reconhecer as interseccionalidades dos fatores. As categorias de identidades movem

[84] Para Crenshaw (2002), precursora dos estudos sobre interseccionalidade, esta "é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, "a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento" (Crenshaw, 2002, p. 177).

as mulheres indígenas para quadros distintos de violência", dessa forma, pode-se confirmar "que as mulheres indígenas estão mais expostas às vulnerabilidades, às violências e violações de direitos humanos do que outras mulheres" (Mondardo, 2020, p. 24).

Segundo Guizardi (2020a, p. 79), as fronteiras, para muitas mulheres latino-americanas, formam uma *"dialéctica de la oportunidad"*. Nelas, estas encontram a oportunidade de resolver suas sobrecargas, porém estas oportunidades levam a situações de vulnerabilidades e violências de difícil saída. Ao mesmo tempo, estudos afirmam que as mulheres possuem um papel importantíssimo nestes territórios, como agentes ativos de resistência e de empoderamento pessoal, familiar e comunitário. Dessa forma, Guizardi (2020a), com base em Anzaldúa (1987), concluí que *"en las fronteras, las mujeres están heridas, pero resistiendo"*.

Portanto, nos relatos analisados, a fronteira no retorno, surge como uma "dialética da oportunidade" (Guizardi, 2020a). Nela, apesar de todas as formas de violência, vulnerabilidade, subjulgação e discriminação, evidencia-se a agência feminina, buscando oportunidades para superar as adversidades familiares, mostrando a multiplicidade do retorno.

4.2. De quem é a decisão na hora de retornar? Rearranjos familiares no retorno

A epígrafe do presente capítulo nos leva a pensar sobre a decisão do retorno. Existe nela uma tensão entre retornar e permanecer para o casal. Se por um lado, o fato de não ter condições físicas para trabalhar justifica o fim da carreira migratória da entrevistada, pois migração e trabalho estão interligados (Sayad, 1998); por outro lado, da parte de seu esposo, a propriedade da terra, adquirida com esforço de um período longo das vidas dos dois – por isso tão valorada – pode também ser vista como uma estabilidade que não tinham ao emigrar, o que justifica o desejo de permanecer.

Nessas posições divergentes, existe na decisão do retorno, a participação da mulher e do marido, em que a iniciativa pode partir de um dos dois, ou pode ser um consenso entre ambos ou, ainda, ser uma decisão da família nuclear ou

extensa. Não existe uma regra com relação a isso. Considerando outros(as) entrevistados(as) sobre esta decisão de retornar, nota-se que a opinião da mulher e da família passa a ser levada mais em conta do que na decisão de emigrar ao Paraguai, tomada somente, em muitos casos, por um sujeito, isto é, o homem (pai ou marido).

A família, em alguns casos, retorna toda junta quando os(as) filhos(as) nascidos(as) no país de destino ainda são crianças ou adolescentes; já em outras, o(a) filho(a) que emigrou ainda criança é o que retorna do Paraguai enquanto os pais ficam; em outras, com a separação do casal é a mulher quem volta com filhos(as) ou sem eles(as), mantendo um vínculo afetivo transnacional ou transfronteiriço; já em outros casos o fato de quase todos os familiares emigrarem motiva o retorno e em outras são os pais e as mães quem voltam e os(as) filhos(as) ficam ou os(as) filhos(as) emigram para o país dos pais, enquanto os pais e as mães ficam. São múltiplas as situações das famílias no retorno.

Ao estudar os(as) imigrantes brasileiros(as) na Itália, com relação à família, Tedesco (2012) percebe que nos processos migratórios ao longo da história, essa sempre apareceu como um elemento central, sendo a sua parte constitutiva. Dela o que se pode relativizar são os seus "meios, as estratégias, os modelos e as suas formas de organização, bem como a participação no interior e no exterior dos fluxos que migram" (Tedesco, 2012, p. 110). Não existe uma uniformidade na emigração de famílias, mas:

> [...] decisão e performances, processos específicos que refletem as características das mesmas, suas relações, seus vínculos parentais, de amizade, de vizinhança, afetos, reprodutivos, de dependência econômica, de alianças, diferenças de gênero, diversidade de interesses e perspectivas, configuração jurídica (irregulares, dupla-cidadania, com ou não *permesso di soggiorno* etc.), hospitalidade esperada e viabilizada (redes de suporte informal, transnacional e no interior da sociedade de destino) (Tedesco, 2012, p. 113).

Portanto, há uma ampla literatura que destaca estratégias e causalidades distintas de homens e mulheres nas migrações, geralmente associando a mulher à migração motivada por questões afetivas e familiares e não tanto econômicas,

embora esta questão esteja permeando o deslocamento, constatando-se algumas diferenças conforme os sexos. Ao longo da história, elas sempre migraram e com mais intensidade atualmente. "Algo que perdura nessa longa trajetória é a sua pouca visibilidade e a sequente representação de um sujeito auxiliar, que vai *junto*, como dependente, ou, então, depois, quando a estrada já está aberta" (Tedesco, 2012, p. 115).

No passado, de acordo com Assis (2007, p. 748), enquanto os homens eram vistos como os que emigraram em busca de trabalho, as mulheres eram vistas como acompanhantes dos maridos e filhos, inicialmente não sendo percebidas também como trabalhadoras que emigraram e como "sujeitos no processo migratório". Entretanto, ao observar com mais atenção e sensibilidade, constata-se que além de acompanhantes dos maridos e familiares no movimento de desterritorialização e reterritorialização, as mulheres são "peças-chave na compreensão do enredo da migração, em que elas atuam com protagonismos e singularidades" (Oliveira, 2019, p. 546).

Em seus estudos com famílias retornadas colombianas, Castro (2020) percebe que o processo de retorno é dinâmico, não é homogêneo, além de ser multifacetado, multidirecional. Nele, a autora nota que a família surge como um eixo articulador que intervém diretamente na dinâmica e na circularidade das migrações, uma vez que possibilita "*una comprensión más sistemática de algunas de las implicaciones que el contexto global imprime sobre las interacciones al interior de las familias que tienen presencia de retornados*" (Castro, 2020, p. 169). Para a autora, o retorno é um processo:

> [...] *sinuoso, heterogéneo a nivel familiar e individual, que alude a una causalidad compleja, en donde múltiples factores se conjugan con diferentes grados de intersección, y si bien la dimensión económica es importante, no es lo decisivo para lograr una reinserción integral al terruño. Asimismo, se encuentra que el retorno introduce marchas y contramarchas en torno a la reproducción doméstica, y sin duda, hace visible en la vida familiar las huellas socioemocionales dejadas por la emigración* (Castro, 2016, p. 8).

Referente à decisão de Olívia e seu esposo pelo retorno para o Brasil, é im-

portante destacar a iniciativa da mulher, da esposa, que aqui tem voz ativa e decisiva.

> Eu queria voltar, porque eu já não podia trabalhar e ele não queria deixar a terra lá, porque nós conseguimos com tanto esforço, ele não queria deixar. Eu falei: "Igual, no dia em que a gente morrer, a gente não leva nada. Vamos ir para um lugar [onde] podemos nos aposentar". A gente não tinha problemas para se aposentar, porque nós podíamos comprovar o tanto de renda [que tínhamos]. Nós já trabalhávamos aqui no Brasil, antigamente (Olívia, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 25 de fev. 2021).

Após a cirurgia do quadril, realizada em 2005, Olívia passou a desejar o retorno para o Brasil, porém esse ainda demorou alguns anos para acontecer. Esse desejo pelo retorno era alimentado pelas falas de sua mãe: "A minha mãe já era de mais idade. Ela falava: 'Por que vocês não vão voltar de novo para o Brasil?' De tanto que ela pedia, apertou o meu coração. Eu falei: 'Sim, mãe, a gente vai voltar, mas quando eu não sei'" (Olívia, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 25 de fev. 2021).

O fato mostra o quanto o(a) imigrante, no seu processo migratório, é influenciado pelo(a) familiar não imigrante. Como constata Tedesco (2022a, p. 437), o "núcleo familiar está no centro de muitas das racionalizações que alimentam decisões entre permanecer como imigrante e/ou retornar ao espaço de origem da saída". Conforme Osman (2006, p. 132), "atender ao chamado da família é uma forma de aliviar o sentimento de culpa tanto pela partida quanto pela ausência, já por demais e desnecessariamente prolongada". Segundo Sayad (1998, p. 110), "culpabilidade, culpabilização e culpa; acusação e autoacusação [...] isso faz parte e é indissociavelmente constitutivo da condição do emigrante e da condição do imigrante". Ainda, de acordo com a entrevistada, um ano após o seu retorno sua mãe faleceu.

O retorno, tão desejado por Olívia se deu em 2009, quando tomou uma atitude mais firme e ameaçou a separação.

> Eu falei para ele [esposo]: "Olha, eu te deixo uma vaca, me dá a metade do dinheiro da renda da soja. Eu vou, se você quiser ficar, fica, eu vou". Ele achou que não era assim, que eu estava brincando. "Não, eu tô falando sério", falei. Daí ele foi (Olívia, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 25 de fev. 2021).

A fala de Olívia nos faz refletir sobre as decisões e estratégias familiares relacionadas à migração, ao mesmo tempo em que mostra o protagonismo da mulher na decisão de retornar e na articulação de estratégia para o retorno. A atitude firme da mulher, ao anunciar a separação caso o retorno não acontecesse, deixa bem claro seu desejo, acatado pelo esposo. Vemos, por um lado, a mulher consciente da fragilidade da sua saúde, buscando, com o retorno para o país de origem, a assistência médica pública que o casal tanto necessitava.

Por outro lado, vislumbra-se a possibilidade da aposentadoria, que poderia, devido ao tempo de contribuição que eles já possuíam no Brasil, ser obtida sem complicações, além de atender os desejos de sua mãe. Nesse caso, segundo Silva DLG (2010, p. 6), em sua pesquisa com brasiguaias, o retorno é incentivado, muitas vezes, pelas mulheres, sendo que as suas esperanças vão além de "necessidades materiais". No desejo e posterior decisão pela migração de retorno da entrevistada percebemos como marcadores de gênero, geração, classe social e faixa etária se interseccionam.

Com relação ao protagonismo da mulher quanto da tomada de decisão do ato migratório, no passado, a "subjugação da mulher ao patriarcado de forma geral, reflete uma total falta de autonomia de vontade por parte dessas de tomar a decisão de migrar" (Menuci, 2022, p. 225). Já no século XXI, houve uma alteração no perfil da mulher migrante. Nesse caso, essa "passa de simples ornamento que acompanha o sujeito homem para, posteriormente, obter um evidente protagonismo feminino, reforçando o fenômeno da feminização das migrações" (Menuci, 2022, p. 225).

Quanto ao processo de adaptação pós-retorno: "Para ele[esposo], não era fácil se acostumar logo, lá de novo, eu não [me] importava". Para o esposo, a adaptação levou um ano: "Ele sempre pensava: 'Nós sofremos tanto para conseguir aquela terra lá, [para] depois tu deixar tudo lá de novo e sair'. Mas igual tu não levas nada desse mundo, leva o bem que tu faz" (Olívia, Santa Terezinha

de Itaipu, *online*, 25 de fev. 2021). Situações como essa são frequentes em meio aos(as) retornados(as). Entre os relatos de entrevistados(as), apareceram casos em que quem mais sentiu a volta entre o casal foi o homem, justamente pelo apego às terras do Paraguai. Entretanto, há no relato da entrevistada, já idosa, uma ideia de finitude, que a leva a um desapego, visando oportunizar uma melhor qualidade de vida para o tempo que lhe resta.

Esse protagonismo da mulher na decisão de retornar não é regra. No caso de Isabel, evidencia-se a iniciativa do esposo, porém, com a consulta e aprovação desta. Nesse caso, a mulher não esteve tão passiva no processo migratório. Ainda quanto a esta decisão, surgiu um conflito quanto ao lugar em que iriam se fixar: "[Marido:] 'Eu quero voltar para o mesmo lugar'. Eu falei: 'Mas nós vamos lá num outro lugar'. Marido: 'Não, lá eu me criei, lá eu nasci, lá eu quero morrer'. Isabel: 'Tá bom!' Daí eu concordei" (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

Em sua fala o desejo pelo retorno traz uma ideia de destino manifesto, algo também um tanto bíblico. Quando jovem, seu esposo ao emigrar ao Paraguai, visava "fazer um futuro", posteriormente, ao perceber que o ciclo da vida estava se findando deseja retornar para o lugar de origem, onde sua vida começou. Na aspiração do esposo de retornar para o lugar em que nasceu e no qual queria morrer, constata-se o desejo do imigrante de retornar ao espaço nostálgico de emigração que, daquele tempo da partida e com aquelas relações sociais deixadas, segundo Sayad (2000), já não existe mais no retorno.

Como no caso de Olívia para Isabel, o lugar de origem, que passa a ser lugar de retorno, segundo Souza (2015), possui uma importância fundamental. Na decisão sobre o lugar de retorno, Isabel novamente acabou cedendo à vontade do marido. Para a entrevistada a escolha pelo lugar, por mais que fosse dialogada, como nos relata, não era algo de sua vontade.

No retorno, questões familiares também pesavam. No caso de Olívia, Isabel relembra a insistência da mãe para o seu retorno, algo que só foi possível após a sua morte, pois a família não havia conseguido até aquele momento o recurso financeiro objetivado com a emigração.

> A gente tinha vontade de voltar antes, mas não tinha condições ainda de voltar [...]. A mãe sempre falava assim: "Voltem para cá!" [Isabel:] "Mãe, morar aonde? Não tem onde moramos! Morar debaixo da ponte?" Ela falava assim: "É, vocês vão voltar depois que eu não estiver mais aqui". E dito e feito. Às vezes fico pensando, ela sempre vinha, corria no portãozinho e abraçava a gente. E agora não tem mais, mas a gente, naquele tempo, não tinha condições de voltar, tinha que esperar mais uns anos (Isabel, São Paulo das Missões, *online*, 26 de jan. 2021).

O diálogo com a mãe, relembrado pela entrevistada com um sentimento de culpa e arrependimento por não poder atender a sua vontade, mostra que "só se deixa o grupo para melhor reencontrá-lo" (Sayad, 2000, p. 12). Ainda, não se vive impunemente no país de destino, a migração produz marcas, pois estar presente num "lugar não apaga uma ausência em outro lugar" (Sayad, 2000, p. 14). Além disso, após ter conseguido o que se buscava, o retorno se apresenta como o fechamento de um ciclo, vinculado à conquista de metas. Ou seja, o *"retorno fue el resultado de un proceso mucho más planificado, en el que se realizaron ahorros e inversiones que luego fueron claves para consolidar el traslado en condiciones más favorables"* (Castro, 2016, p. 143).

Ainda nas duas situações, das duas "mulheres rurais", denominação que unifica e mostra "distinções que se referem à diferença de condições sociais" (Aguiar, 2017, p. 145), percebe-se que o retorno se concretizou para o espaço de origem e para o interior com a finalidade de prosseguirem na atividade agrícola, mesmo que não na mesma intensidade praticada no Paraguai – no caso de Olívia – mas seguindo os mesmos modelos de gênero, em que a mulher continua se dedicando aos serviços domésticos e de cuidado da propriedade, e ao esposo cabe a parte administrativa da propriedade, que envolve questões externas. Ou seja, em um primeiro momento nesses dois casos, a migração de retorno não realizou mudanças nas relações de gênero quanto aos papéis estereotipados.

Quanto à divisão sexual do trabalho, conforme Tedeschi (2010, p. 9), essa conduz a diferentes formas "de inserção social para homens e mulheres, existindo uma identificação cultural entre atividades e papéis para cada um dos sexos". De modo mais específico:

> Às mulheres correspondem às atividades de reprodução social da família; aos homens corresponde a função de provedor das necessidades materiais do grupo. Numa sociedade onde prevalecem a ordem mercantil e a cultura patriarcal definidora dos papéis de gênero, a identidade feminina supõe uma posição subordinada e dependente em relação ao homem, obedecendo à hierarquia de poder estabelecida. Além disso, os espaços a serem ocupados por cada um também são definidos a partir disso, correspondendo ao homem o local público e de produção; à mulher a esfera privada ou doméstica.

Entretanto, segundo Aguiar (2017, p. 142), com base em Maia (2000), na unidade camponesa não se pode simplificar a divisão dos trabalhos entre homens e mulheres, pois "a oposição trabalho agrícola (masculino) versus trabalho doméstico (feminino) limita a percepção de tal divisão em toda a sua plasticidade, uma vez que ela se constrói e se reconstrói de acordo com as necessidades do grupo doméstico".

Como camponesas, no retorno, estas seguiram se dedicando à família e ocupando espaços do privado e doméstico. Entretanto, é importante destacar que Olívia no Paraguai não estava restrita apenas ao espaço privado, pois era uma liderança ativa na Igreja Católica, comunidade e distrito. Espaços que no retorno não foi mais ocupados, devido também ao problema de saúde que a levou a utilizar o andador para caminhar. Porém, tal condição da entrevistada não a priva de sonhar em fazer uma visita a uma tia em Mato Grosso. Já o caso de Isabel mostra que no retorno a mulher passa a ter uma vida social que até então no antigo país de destino não existia, através dos jogos de cartas em que essa, no período da entrevista, praticava semanalmente

Ambas, Olívia e Isabel, ficaram viúvas após os primeiros anos de retorno, levando-as a um rearranjo familiar. Segundo Aguiar (2017, p. 142) "a dinâmica social e econômica das famílias camponesas impõe uma frequente redefinição dos papéis a serem cumpridos por homens e mulheres", com a ausência ou presença de membros. No caso de Olívia, pela sua saúde debilitada e falecimento do esposo, o filho passou a ter mais protagonismo na gestão da propriedade. Já Isabel, com a morte do marido, passou a gerenciar a propriedade sozinha, mas parte das terras da família foi vendida e a outra foi arrendada. Com seu segundo

relacionamento, as terras arrendadas passaram novamente a serem trabalhadas por esta e seu esposo atual.

Além disso, ao mesmo tempo em que é identificado, no caso de Olívia, o protagonismo da mulher na tomada de decisão pela migração de retorno, a estrutura tradicional de organização da família ainda se mantém. Esta também vivenciou mais outro processo migratório, o qual não desejava realizar, em que o filho, conforme visto no terceiro capítulo, visando melhores oportunidades para si e para a mãe – que somente andava com auxílio do andador – tomou a decisão. Sendo assim, marcadores sociais de gênero, geração e capacidade se interseccionam nessa decisão que descartou o protagonismo da entrevistada em sua tomada de decisão pela migração.

Outro aspecto a destacar nos retornos de Olívia e Isabel é que estas retornaram depois de um longo período, com certa idade, no caso da primeira entrevistada, e quando alguns(algumas) dos(as) filhos(as) já haviam saído de casa e realizado outras migrações. Algo bastante frequente entre os(as) imigrantes brasileiros(as) que retornam, mas distinto da experiência de retorno apresentada na sequência.

4.2.1. "Tive que voltar contra a vontade": a família e os retornos nos dois países

Na decisão sobre o retorno, por vezes, nem sempre a opinião de alguns(algumas) membros(as) de uma família, como filhos(as) e esposa, é levada em conta. Existem situações em que os familiares acabam decidindo pelo casal, diante de uma situação que envolve não somente a família nuclear, mas também os pais e as mães destes(as) imigrantes, como no caso de Ilda que acompanhou o esposo no retorno. De acordo com Assis (2007, p. 751), "desde o momento da partida, a escolha de quem vai migrar, os motivos da migração, a permanência ou o retorno ocorre articulado em uma rede de relações que envolvem gênero, parentesco e geração". Ou seja, a migração pode se dar não somente em uma decisão individual, mas também familiar, tanto na ida quanto na volta, articulada por redes.

> Eu sempre achava que eu ia envelhecer lá no Paraguai. Um dia, com a doença da sogra, os irmãos [do esposo] se reuniram. Eles

> foram educados assim: que os mais velhos iam tomando conta das coisas. E ele era o segundo dos mais velhos. Então, os outros decidiram que ele tinha que vir por causa da mãe, da irmã, essas coisas. Daí ele veio e eu vim também, mas não tinha a menor opção de vir morar para o Brasil, nem pensava. Dentro de 15 dias, resolvemos que iríamos vir e viemos mesmo (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022).

Seguindo um costume familiar em que um dos filhos deveria cuidar dos pais, o esposo de Ilda retornou em 2001 ao Brasil e essa o acompanhou. Como afirmou: "Daí ele veio e eu vim também". Nesta afirmação de Ilda, constata-se que o retorno não era algo que a entrevistada desejava, mas que foi realizado para seguir o marido. Percebe-se, na trajetória de vida de Ilda – conforme constatou-se no segundo capítulo – como o machismo e o patriarcalismo presentes na atitude do seu pai de impedi-la de estudar situam a entrevistada em uma situação de subjugação e dependência à figura masculina, relacionada à intersecção entre gênero e geração, que a condicionam como adulta a ser dependente do marido e a seguir este na migração de retorno.

A ela seria atribuída a função do cuidado direto para com a sogra e a tutela da cunhada com deficiência mental. Com relação ao cuidado de familiares, de acordo com Renk, Buziquia e Bordini (2022, p. 417), "a moral feminina é 'moldada' através de uma disciplina incessante que é introjetada, inculcada, naturalizada e representa a incorporação da dominação masculina e também uma forma de violência simbólica". Ainda, segundo as autoras (2022, p. 417), "as diferenças impostas estão incorporadas nos corpos, funcionando como esquemas de percepção, pensamento e ação", dessa forma, "o cuidado dos membros da família, na maioria das vezes, recai sobre as mulheres, enquanto imposição social, cultural e de poder legitimado". Sobre o trabalho reprodutivo do cuidado, segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 597), fica claro "que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno".

Ao realizar uma migração do campo para a cidade, Ilda passou, por alguns anos, a trabalhar como diarista, se inserindo no mercado de trabalho. Entretan-

to, no retorno, seguiu no trabalho doméstico, função que pratica com mais intensidade desde adolescente, quando se casou. Conforme Federici (2019, p. 42-43), o trabalho doméstico tem sido imposto para as mulheres e "transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina", desse modo, "o trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado".

Além disso, o fato de viver em um espaço urbano também foi sentido de forma diferente pelo casal. Para o esposo, a adaptação não aconteceu. "Ele achava que ia se acostumar aqui, que não ia precisar voltar para lá [Paraguai] para trabalhar. Daí não se acostumou por causa do sítio" (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022).

Já para Ilda – como relatamos no terceiro capítulo – também houve estranhamento, além de situações de "*bullying*", com apelidos para com ela e filhos por virem do Paraguai – preconceitos de origem geográfica e de lugar (Albuquerque Júnior, 2017) que conceituamos no capítulo anterior – e críticas por passar a residir e criar seus filhos em uma periferia de Santa Terezinha de Itaipu. Mas como estava a cargo dos cuidados da sogra e da cunhada, não pode retornar ao Paraguai. Nessas situações, percebe-se como região, classe social e gênero se entrelaçam em meio às críticas e discriminações sofridas.

De acordo com Angelin (2012, p. 55), o modelo familiar que tem por base o "homem/provedor e mulher/dona-de-casa, reflete a assimetria sexual, centralizando todo o poder no homem. A mulher cônjuge, a quem é atribuído o papel de esposa, mãe e responsável pelo trabalho doméstico, ocupa uma posição subordinada nessa relação assimétrica". Para Ilda, não houve a possibilidade de retornar ao Paraguai, restando a resignação por um recomeço distante dos seus familiares.

A entrevistada resume assim o dia a dia da família após o retorno do marido ao Paraguai: "Ficávamos só nós aqui, as crianças eram pequenas na época. Daí ele vinha todo o fim de semana, vinha no sábado e ia na segunda, ou vinha no domingo e ia no outro domingo" (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022). O relato mostra que não houve um rompimento da ligação com o antigo

lugar de destino, algo comum entre uma parcela de entrevistados(as), em que os vínculos familiares eram mantidos. E foi esse elo que muitas vezes permitiu o trânsito entre os territórios dos dois países.

Entre presenças e ausências, a família se dividiu na fronteira. Dessa forma, o(a) imigrante, para Sayad (2000, p. 20), "está aqui e está lá, está presente e ausente ou, invertendo os termos não está nem aqui e nem lá, nem presente e nem ausente", isto é, está presente aqui "física e materialmente, de maneira corporal apenas, e ausente moral e mentalmente, em espírito; lá, ele está nos fatos, física, material e comportamentalmente ausente, mas está moral, mental e imaginária e espiritualmente presente". Essa ausência onde está presente, vinculada à presença onde está ausente, é um dos paradoxos da imigração.

Segundo afirma a entrevistada, o sustento da família sempre veio do sítio do Paraguai, mesmo atualmente com o arrendamento das terras. Sendo assim, a família ainda tinha e tem na atividade agrícola a principal fonte de renda. Assim sendo, o antigo lugar de destino passou a ser fundamental na manutenção econômica familiar. Entretanto, se no Paraguai Ilda – como mencionamos no segundo capítulo – tinha um protagonismo maior na geração de renda para o sustento da família nas diversas funções do meio rural; no retorno, a situação mudou e a entrevistada tornou-se dependente com a família do trabalho desempenhado pelo esposo na propriedade destes.

Para esta, a cidade de Santa Terezinha de Itaipu apenas seria um lugar para residir. A opção por Santa Terezinha de Itaipu se deu após conversas dos irmãos com um amigo que residia e realizava tratamento médico nesta cidade. Outro aspecto que também pesou foi o fato deste município se localizar próximo onde viviam no Paraguai, à apenas 2h30min de carro de Minga Porã, além de ser pequeno e tranquilo.

Em 2017, quando os filhos e a filha já estavam maiores de idade, estes(a) acabaram retornando ao Paraguai para trabalhar na agricultura. Ilda, estando somente com a cunhada, que estudava meio turno na escola especial Pestalozzi, resolveu retornar para o Paraguai. Ao retornar à realidade encontrada em Minga Porã, não era mais a mesma de quando saiu, o que a levou a não se acostumar e desejar retornar ao Brasil.

> Como o sítio lá ficou muito distante de tudo, não pude morar no sítio. Tive que morar numa vilazinha. E lá naquela vila eu não me sentia em casa, não deu muito certo, era muita poeira, muito pó, era só assim, mais dentro de casa. Ficava longe do sítio, porque hoje em dia morar no sítio lá é complicado também. Os vizinhos foram embora. Todo mundo indo embora, arrendando as terras. Daí aquele que tinha mais condições comprava [terras] do mais pequeno [...]. Os moradores lá são tudo longe um do outro (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022).

Ao retornar ao Paraguai, Ilda sentiu um estranhamento que a fez não se sentir "em casa". Já não era mais o mesmo lugar que esta deixou e nem poderia mais morar no mesmo lugar devido à saída de muitos vizinhos do interior, o que tornava o lugar perigoso para residir devido aos frequentes assaltos, do qual essa e sua família também foram vítimas. Observa-se, na fala da entrevistada, uma realidade do interior de distritos paraguaios: a saída de pessoas do campo. Ilda, várias vezes em seu relato, frisou o quanto era positiva a vida em comunidade, algo que não existia mais no seu retorno ao Paraguai. No retorno da entrevistada houve um estranhamento, uma vez que esta não encontrou mais o espaço social que existia no tempo da partida (Sayad, 2000).

Além dessa nova realidade, um infarto em seu esposo e a pandemia da Covid-19 motivou um novo retorno ao Brasil. "Ali eu já vi que tinha que vir embora. Ele ficou bem doente, o tratamento era longo e meio duvidoso. Você paga uma coisa que você não confia, para começar já não fala a nossa língua, né?" (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022).

O relato de Ilda denota a desconfiança quanto ao atendimento médico particular do Paraguai, algo do senso comum presente nas justificativas de uma parcela dos(as) imigrantes brasileiros(as) que buscam o atendimento no Brasil, que nem sempre faz sentido. Na região de fronteira do território paraguaio, onde o sistema público não atendia na totalidade casos mais complexos, predominando fortemente a iniciativa privada – conforme mencionamos no segundo capítulo – acreditamos que o fator dos custos dos procedimentos se some à insegurança quanto à qualidade, sendo tomado como justificativa para buscar atendimento no Brasil, considerando também que, do outro lado da fronteira, pode-se acessar

o serviço no sistema público. Outro elemento é a questão da língua diferente, afinal, embora muitos(as) desses(as) imigrantes estejam no Paraguai por décadas, evidencia-se que há pouco esforço de uma parcela em aprender as línguas do país de destino (espanhol e guarani).

A entrevistada segue sua fala sobre a decisão de retorno: "Daí eu comecei a pensar: 'Meu Deus, será que eu não vou ter que ir embora?' Daí veio a pandemia, fechou tudo, a gente ficou isolado e aquela coisa toda. Aí eu comecei a pensar: 'Ah não, quando a ponte abrir, eu vou embora'" (Ilda, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 19 de jan. 2022). Com a abertura da Ponte da Amizade para o trânsito normal de pedestres e carros pequenos, em outubro de 2020, Ilda retornou à Santa Terezinha de Itaipu, PR, motivada principalmente pela escola da cunhada e pela saúde da família.

Na experiência deste retorno, percebe-se ainda que a entrevistada teve um protagonismo na tomada de decisão diferente das outras experiências migratórias por ela realizadas. Pela primeira vez o desejo e a decisão sobre a migração de retorno ao Brasil foi sua, e aqui percebemos como gênero e classe social se interseccionam nessa agência de Ilda. Porém, essa sentiu que devia retornar pelo fato de deixar os filhos e pais já de idade no Paraguai, dos quais pensa que deveria estar cuidando. Contudo, afirmou não poder voltar àquele país por ter a guarda da cunhada com necessidades especiais, sendo que esta não teria possibilidade de ser atendida lá.

Observa-se na trajetória da entrevistada como nas de muitas mulheres, a correlação do cuidado com a migração, sendo que o cuidado aqui surgiu como motivação para as migrações de retornos. Ao mesmo tempo, nesse caso, o retorno ao Paraguai pode ainda ser uma possibilidade, devido às questões familiares, ainda vinculadas à dimensão do cuidado.

Ainda sobre dimensão do cuidado, para Tedeschi (2013, p. 38), "ao contrário dos homens, as mulheres foram/são ensinadas a 'cuidar' de todos os familiares, menos dela, a serem guardiãs dos laços familiares e da tradição", desse modo, quando adultas, têm dificuldades "em pedir ajuda, carregam uma sensação de culpa e responsabilidade expressa na fala e sofrem por situações que não se originaram de suas ações ou de sua vontade".

Nesse território, como o relato de Ilda mostra, a proximidade com a fron-

teira favoreceu o vai e vem entre países. O ir e vir entre Brasil e Paraguai também foi experienciado por Rose, nesse caso, numa distância ainda menor. Com 11 anos, Rose retornou ao Brasil e se estabeleceu em Marechal Cândido Rondon, PR. Para a entrevistada, este novo cenário era cheio de novidades que lhe traziam ansiedade, entre elas, a possibilidade de poder estudar. Sobre o tempo vivido no município, assim se expressou:

> Nós fomos as primeiras meninas da Guarda Mirim. Entramos em sete meninas e eu estava estudando, aprendendo a fazer crochê, bordar, essas coisas, e para mim era tudo novidade. Meu Deus, como eu queria! E com 12 anos eu já trabalhava numa camisaria, passando camisa e embalando nas caixas. Naquele tempo não podia trabalhar (Rose, Santa Helena, 06 de mai. 2023).

Rose, pelas necessidades familiares, ainda criança passou a se inserir no mercado de trabalho, conciliando trabalho com os estudos e atividades manuais. Sua infância é também descrita tanto como de alegria por poder estudar, quanto de muito sofrimento pelas dificuldades da família. Na migração, de acordo com Bassanezi (2013, p. 175), em qualquer dos contextos, tanto de origem quanto de destino, desde a partida ou até a chegada, "a vida da mulher migrante, pelo menos nos primeiros tempos no país de adoção, é sempre muito difícil". Situações difíceis podem também ocorrer ao retornar, para alguns(algumas) mais, para outros(as) menos. Vinculadas ao trabalho excessivo, muitas perdas e ao retorno incerto, "algumas das vivências relacionadas à migração chegam a ser comuns a todas as mulheres, outras são específicas a grupos e indivíduos; várias permanecem no decorrer do tempo, outras com ele se transformam ou desaparecem" (Bassanezi, 2013, p. 175).

As dificuldades econômicas da família levaram-na a mais um processo migratório, desta vez, de retorno ao Paraguai, algo que não desejava. Diante disso, sua empregadora tentou buscar com os seus pais a permanência desta. "A dona da loja foi e pediu, conversou com o pai e a mãe, que eles deixassem eu ficar morando com ela e o pai não aceitou. Daí tive que voltar contra a vontade. O pai falava e para a mãe era uma ordem" (Rose, Santa Helena, 06 de mai. 2023). Nesse caso, a necessidade econômica da família, do trabalho de todos os seus

membros em idade e a mentalidade patriarcal ocasionaram uma situação em que a entrevistada se viu coagida a retornar ao Paraguai para trabalhar em atividades agrícolas. Nesse caso, constata-se como marcadores de gênero, classe social e geração se interseccionam levando à migração forçada.

Sobre essa migração de retorno contra a vontade, segundo Goettert (2008, p. 36), "a migração também é um ato de violência, tanto pelas condições conjunturais e estruturais que impedem a opção, como também pela desigualdade entre aquelas e aqueles que decidem e que participam da mobilidade", em que "umas e uns decidem mais que outras e outros. A família é, assim, também um *lócus* de uma violência um tanto silenciosa, principalmente para aquelas e aqueles que ainda não alcançaram a *maioridade"* (Itálico do autor citado).

Pela segunda vez, Rose e a família retornaram e atravessaram de barco o rio Paraná, carregando o pouco que tinham e os sonhos interrompidos pela migração, partindo de Porto Mendes até Puerto Adela, Canindeyú, onde o pai conseguiu uma posse e seguiu trabalhando na agricultura. No Paraguai, Rose casou-se e criou as três filhas nascidas no Brasil.

Com o esposo, adquiriu uma pequena área de terra, mas como afirma, na "lavoura era bem sofrido", o que a levou a um retorno definitivo ao Brasil, buscando melhores condições de vida. Dessa vez, a decisão de migrar foi sua, acatada pelo esposo. Em 1994, a família fixou-se em Santa Helena, PR. Na cidade, Rose passou a trabalhar em várias funções, como boia-fria, em creche, no trabalho doméstico e como administradora de um bar.

O cuidado aos seus caracteriza sua trajetória de vida. Em um primeiro momento, Rose teve que sair do trabalho remunerado para se dedicar aos cuidados do pai que estava doente, cuidando dele até sua morte. Após isso, conciliou a atividade no bar com os cuidados com a filha que sofria com crises de epilepsia, a impedindo de seguir seu curso superior e trabalhar, necessitando sempre da presença de alguém junto dela.

No espaço doméstico, de acordo com Renk, Buziquia e Bordini (2022, p. 418), "reproduzem-se as relações sociais de desigualdade, as mulheres ocupam posições desiguais e veem aumentadas suas responsabilidades em conciliar o cuidado familiar com o trabalho". As mulheres são as principais responsáveis pela gestão do cuidado, que consiste em alimentar, vestir, medicar, higienizar, dedicar

afeto, direcionado ao marido, aos sogros, pais, filhos e irmãos. Há uma ética do cuidado que coloca a mulher no lugar da obrigação moral de cuidar. Elas realizam "o cuidado aos outros com significação emocional, como uma obrigação e um elemento central de sua identidade" (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 147). A mãe atualmente está lutando no INSS para que a filha consiga o auxílio doença pelo seu problema de saúde.

Nos relatos das entrevistadas, transparece a dimensão do cuidado nos processos migratórios. No caso de Ilda, esta dimensão se apresentou mais visível. Já na trajetória de Rose, houve mobilidades para buscar os serviços de saúde do lado brasileiro da fronteira ao ter as filhas, mostrando essa relação de cuidado e migração, além do exercício do cuidado para o pai e a filha fazerem parte de seu retorno definitivo. Para Guizardi (2020a, p. 79), o trabalho "*del parentesco y los demás trabajos de cuidado desempeñados por ellas también constituyen (contradictoriamente) una forma de agencia femenina*".

Ao mesmo tempo, constata-se o quanto os processos migratórios de retornos das entrevistadas foram múltiplos. Houve um retorno de volta ao Paraguai e um retorno de volta ao Brasil, prática comum que caracteriza essa fronteira; constatando-se o quanto estas, em alguns destes deslocamentos, não tiveram voz ativa e tiveram que se sujeitar às decisões do pai ou do marido e familiares. Já em outros deslocamentos, pensando no melhor para os seus, foi delas a decisão de retornar e, a partir da articulação delas no contexto familiar, se deram os retornos.

4.2.2. "Alguém tinha que cuidar aqui": as famílias e o projeto migratório do retorno

A migração de retorno da família nem sempre é realizada por todos os seus membros. No caso de Salete, houve o retorno somente da mulher e da mãe, com o objetivo de administrar um empreendimento familiar. A decisão do retorno naquele momento foi do esposo, aceita posteriormente por ela, sendo que o local era atrativo pela presença de três irmãs deste. Atualmente, ela reside com a sua irmã em Santa Terezinha de Itaipu, PR, no parque aquático que administra e é proprietária. Já seus(suas) filhos(as), netos(as) e o ex-marido se encontram no Paraguai.

Entre as entrevistadas, Salete se destaca por ser uma mulher empreendedora em uma atividade diferente da desempenhada no Paraguai. Acerca do projeto empreendido no retorno, nos relata a impressão de seu pai em visita à propriedade dela, pouco antes dele falecer. Com lágrimas nos olhos, este lhe teria dito: "Filha, cuida bem desse paraíso!" Na fala, percebe-se que houve um reconhecimento das conquistas materiais pelo seu pai que, dentro de um contexto patriarcal e machista, como mencionamos no segundo capítulo, lhe havia destinado menos terras no Paraguai por ela ser mulher. Esse reconhecimento foi importante para que a entrevistada se sentisse ainda mais realizada com o empreendimento de retornar. Neste caso, o retorno econômico investindo no país de origem possibilitou que esta deixasse em segundo plano a atividade na agricultura e passasse a ser empresária no Brasil.

> Já faz 45 anos que eu moro lá [Paraguai], tanto que agora, esse ano da pandemia, que eu fiquei mais aqui no Brasil, porque não tinha como voltar, alguém tinha que cuidar aqui, o ano passado, quer dizer. Mas se não era assim, trabalhava no verão e no inverno ficava mais lá [Paraguai] com a família (Salete, Santa Terezinha de Itaipu, *online*, 24 de fev. 2021).

Portanto, Salete seria uma transmigrante, trabalhando no verão no Brasil e voltando ao Paraguai no inverno para estar como os seus, país do qual mostra ter ainda um sentimento de pertencimento. A migrante retornada, dessa forma, "está inserid[a] "entre dois lugares", que [a] fazem comportar a transterritorialidade entre aqui e lá" (Mondardo, 2009, p. 111). Dinâmica de trânsito entre territórios que acontece através de uma rede familiar transfronteiriça.

Dentro do contexto familiar, Salete percebeu que o empreendimento poderia se tornar futura moradia de filhos(as) e netos(as). Ao retornar e se estabelecer sozinha no Brasil, se tornou o elo principal dos(as) seus(suas) filhos(as) e netos(as) que moram no Paraguai. Com a sua separação, passou a se fixar mais em Santa Terezinha de Itaipu, mas com idas constantes ao antigo país de destino. No relato da entrevistada, evidencia-se como essa migrante retornada transnacional se articulou entre os espaços. Para Tedesco (2012, p. 120), "as relações transnacionais, os vínculos familiares que as expressam produzem novos rituais

e são produzidos por outras estratégias (estar aqui e estar lá, não estar nem aqui, nem estar lá, ou estar aqui, mas pensando em lá)", conectando "espaços e tempos, racionalidades e eficácias em termos de custo".

A proximidade com a fronteira, na situação analisada, torna o estar aqui e estar lá, apontado pelo autor, algo muito fácil, barato e rápido em comparação com as imigrações internacionais de longa distância. Além disso, para Guizardi et al. (2018, p. 149), a vida na fronteira possui dinâmicas e formatos distintos daquelas experienciadas por *"los migrantes transnacionales provenientes del sur del mundo emigrados a las grandes ciudades del norte global que están situadas a distancias considerables de las zonas fronterizas"*.

As famílias na fronteira, como comunidades transfronteiriças, estariam marcadas "*por la interseccionalidad de formas diversas de frontera que, no obstante, son desafiadas por sus integrantes circunstancialmente (de acuerdo a las posibilidades históricas del contexto"* (Guizardi et al., 2018, p. 155). No caso de Salete e sua família que vive no Paraguai, a fronteira possui uma fluidez ainda maior pelo fato destes terem condições econômicas favoráveis, em que o trânsito funcional é ainda mais intenso, o que não representa a realidade da maioria dos(as) migrantes retornados(as).

Para Sandra e seu esposo, também houve um retorno próspero economicamente, que possibilitou a aquisição de terras e em maior quantidade. Situação diferente de quando emigrou ao Paraguai quando a venda das terras de sua mãe para um dos irmãos a deixou sem lugar para morar e sem possibilidade de trabalho na agricultura. No interior do município, Sandra exerce o papel social de camponesa. Nesse contexto, segundo Tedeschi (2010, p. 23), "a família, para a mulher rural, é uma fonte de poder, e é muito raro que o pai tenha uma relação tão profícua com ela". O autor acrescenta também que "o lugar socialmente destinado às mulheres camponesas continua sendo a família: é na privacidade do lar que, prioritariamente, elas encontram a realização pessoal" (Tedeschi, 2010, p. 21).

Sandra, na relação familiar, exerceu esse poder e encontrou sua realização pessoal, algo que sentimos muito em sua entrevista, praticamente centrada na família. Porém, a entrevistada não conseguiu convencer todas as suas filhas a retornarem. Das três filhas, apenas uma, a mais nova, retornou com o casal. Ao emigrar ao Paraguai, o projeto de retornar com capital financeiro depois de al-

guns anos para São Paulo das Missões, RS, já estava presente. Entretanto, esse plano era do casal, mas não uma decisão de toda a família, tanto que, duas das três filhas optaram por permanecer no país de destino, que no caso das duas filhas mais novas, seriam o país de origem.

Existe um conflito de gerações dentro do projeto migratório (Siqueira, 2009), pois enquanto os pais pensavam somente no trabalho e no acúmulo de capital, as filhas já foram assimilando a cultura paraguaia, tanto na escola quanto na convivência diária nos espaços de sociabilidade, o que as levou a considerar possibilidades de futuro distintas da ideia dos pais. O "mal da migração", para Osman (2006, p. 146), é o rompimento "com a tradição, é a quebra do projeto familiar de preservação dos valores culturais, é o envolvimento com membros de fora da comunidade, é a não preservação da identidade cultural".

Nesse conflito, percebe-se como gênero e geração se interseccionam. Quanto à sucessão geracional, para Tomizaki (2010, p. 328), esse processo geralmente tem "à ideia do "fim de um tempo", bem como das práticas, valores e símbolos que o caracterizaram, e o início de "algo novo". Existe, nesse contexto familiar, uma mudança de práticas, valores e símbolos, tanto na questão cultural quanto nas demais atividades. Os retornos em que toda a família nuclear deixa o Paraguai, em sua maioria, se dão quando os(as) filhos(as) são ainda pequenos(as) ou adolescentes. Ou seja, são dependentes ainda dos pais, e quando não possuem redes afetivas ou vínculos trabalhistas e econômicos que justifiquem e viabilizem a permanência.

> A gente comentou muito, nós temos que ir [retornar] enquanto nós tivermos ainda as filhas em casa, para que toda a família vá junto. Mas daí as duas ficaram para trás. Uma já tinha família, já tinha uma filha de cinco meses. E a outra conseguiu enganar nós bem bonitinho, ela já [es]tava amarrada lá [Paraguai] (Sandra, São Paulo das Missões, *online*, 13 de ago. 2021).

Sandra afirma que foi surpreendida pela atitude da filha, afinal, ela trabalhava e morava na cidade, mas havia prometido retornar após sua formatura, o que acabou não acontecendo. Atualmente, a filha ainda reside no distrito onde os seus pais moravam, sendo o maior elo de Sandra com o Paraguai. Dessa forma,

a entrevistada mantém uma relação transnacional mesmo após o retorno, através das visitas e contatos por redes sociais de internet. Quanto a essa filha, no dia da entrevista, Sandra mostrava ansiedade em ir visitá-la para conhecer a neta de sete meses, o que, devido às restrições na fronteira durante a pandemia principalmente com a Argentina, não pode acontecer antes.

Na convivência de mãe e filhas, a partir do relato de uma das filhas de Sandra, vemos uma relação de poder em que a mãe acabava projetando sonhos e desejos pessoais sobre as filhas, algo também presente dentro dos processos migratórios. A entrevistada não queria que nenhuma de suas filhas se casassem no Paraguai, algo que não conseguiu impedir, pois a filha mais velha fugiu de casa para seguir o namoro, no caso, Marina. Conforme Herrera (2012, p. 43), na migração, a família "*debe ser entendida como locus de soporte social y emocional pero también como un campo conflictivo de circulación de relaciones de poder entre los diferentes miembros que la conforman*".

Nos casos aqui analisados, vemos como a família tem um papel importante dentro dos processos migratórios transnacionais e transfronteiriços. Membros(as) das famílias que retornam acabam sendo suporte para quem se encontra no país de destino e o mesmo também ocorre com relação com quem voltou. Além disso, essas relações também estão permeadas pelo poder, gerando conflitos entre os(as) membros(as), conforme abordado no próximo subcapítulo. O estar aqui e estar lá entre os dois países, com os(as) filhos(as), nos casos das famílias analisadas, é uma possibilidade pela proximidade geográfica e recursos financeiros e tecnológicos, como as redes sociais de internet e as redes familiares transfronteiriças ou transnacionais.

As trajetórias aqui analisadas mostram a mulher empreendendo no retorno e investindo o capital financeiro familiar no país de origem, caso de Salete no parque aquático e de Sandra nas terras adquiridas no município de origem. Ao mesmo tempo, identificou-se em Sandra a tentativa frustrada de tornar o projeto migratório de retorno desta e do esposo em um projeto familiar que contemplasse todas as filhas e a expectativa criada em Salete com a vinda dos(as) filhos(as) e netos(as) para o lugar de retorno.

4.3. "Eu vou encarar sozinha": o protagonismo da mulher na fronteira ao retornar

O território brasileiro fronteiriço com o Paraguai é um espaço em que muitos(as) retornados(as) e seus(suas) filhos(as) se estabeleceram ao saírem do país vizinho. Nesses processos migratórios, realizados de múltiplas formas, vários fatores podem ter sido levados em conta, como a proximidade com Paraguai, os baixos custos para se fixar, as oportunidades presentes e ausentes no outro território, presença de familiares, entre outros. Nisso tudo, algo chama a atenção: a presença feminina e o seu protagonismo no retorno para a fronteira, tornando-se sujeita fronteiriça.

Devido a várias demandas, estas procuram a região fronteiriça do lado brasileiro buscando nela uma vida melhor; o recomeço de suas vidas a sós com seus(suas) filhos(as) e como mães solo[85], exercendo, na maioria das vezes, funções de cuidado. Além do impacto da migração nas suas vidas, para Magalhães (2021, p. 9), nas vidas, "*cuerpos, identidades y subjetividades de estas mujeres y sus relaciones más cercanas, el cuidado también transforma, produce/reproduce paisajes y espacialidades propios",* sendo que em suas mobilidades, as mulheres *"reinventan las formas de habitar*".

Caso de Marina, uma das filhas de Sandra, que, como vimos no subcapítulo anterior, ficou no Paraguai quando a mãe desejava que todas fossem para São Paulo das Missões, RS. Esta havia emigrado ao Paraguai quando ainda era criança e desde sua adolescência enfrentava um contexto familiar em que a mãe, por várias vezes, projetava seus desejos e sonhos sobre ela, inclusive quanto aos lugares em que essa deveria morar, assim como quanto às suas escolhas afetivas. A filha, em determinados momentos, acabava aceitando essa situação até acontecer um fato que levou ao rompimento das relações com a mãe.

[85] O termo se refere a mãe que cria sozinha seus(suas) filhos(as), que constituem com esses uma família monoparental. Para Borges (2020, p. 20), mesmo com normas que asseguram direitos "as mães solo enfrentam diversas formas de discriminação, desde o fato de não estarem inseridas em um relacionamento conjugal que decorre dos resquícios de uma sociedade machista e patriarcal, até questões que impactam sua vida na prática e de forma cotidiana", por exemplo, "a sobrecarga do trabalho de cuidado com os(as) filhos(as), a dificuldade de inserção e ascensão no mercado de trabalho e a desigualdade dos salários para desempenho das mesmas atividades, influenciando não apenas a sua sobrevivência, como a de sua prole".

Essa atitude da mãe compreende-se dentro de um contexto em que a filha mulher foi educada para sempre ser a "querida" e "agradar". Com relação a isso, Beauvoir (1967, p. 22) afirma que "na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu "ser-outro"; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto", assim, devendo "renunciar à sua autonomia". Dessa forma, "fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nele recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito" (Beauvoir, 1967, p. 22). Na mesma linha, segundo Federici (2019, p. 44), desde pequena a mulher foi preparada "para ser dócil, subserviente, dependente e, o mais importante, para se sacrificar e até mesmo sentir prazer com isso". Se discordassem, o problema, o fracasso, a culpa e a anormalidade eram delas.

Conforme a entrevistada, sua mãe não queria que essa namorasse e casasse com outro pretendente que não fosse aquele que ela havia escolhido.

> Minha mãe fala que não, mas minha mãe era racista. Ela achava que as filhas delas tinham que casar com gente que tinha dinheiro, porque na época ela me fez namorar um rapaz na marra, um rapaz que tinha um pouco de dinheiro, era um alemãozão lá! Mas eu não queria isso, praticamente estava casando com ele sem saber. Eu saí de casa (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023).

Pelo relato da filha, supõe-se que sua mãe, descendente de alemães, tenha em sua cultura a ideia de namoros/casamentos arranjados, que podem ser entre a mesma etnia ou parentais/endogâmicos, como observa Woortmann (1995), a qual sua geração e seus(suas) antepassados(as) seguiam por costume. Nesse sentido, o entendimento das dinâmicas geracionais para, Dourado e Silva (2021, p. 3), é útil para mostrar de que forma:

> [...] a experiência social de mulheres é atravessada por múltiplas estruturas, que são constituídas, também, pelos trânsitos das gerações e, sobretudo, apresentam-se, a partir dessa compreensão, as alternativas que mulheres de toda uma geração desenvolvem para lidar com esses atravessamentos.

Além disso, observa-se uma busca pela manutenção de um certo *status* social, com pretendente que tivesse condições financeiras. E, sobretudo, percebe-se a presença do racismo e preconceito, algo que perpassa a sociedade. No caso da entrevistada, seu esposo era filho de brasileiro, pardo, nascido no Paraguai e pobre, algo que Sandra, a sogra, não tolerava. Tal fato nos leva a perceber a intersecção de marcadores sociais no conflito entre mãe e filha, culminando com que esta última saísse de casa.

Quanto aos casamentos entre brasileiros(as), filhos(as) de brasileiros(as) com paraguaios(as) observou-se pelas entrevistas que no contexto atual, são maiores do que no período da emigração ao Paraguai. Conforme Fiorentin (2017, p. 149), "os casamentos interétnicos indicam que não houve posturas traumáticas de isolamento e segregação das comunidades de imigrantes para com a sociedade receptora e vice-versa". Entre as 10 entrevistadas, cujas trajetórias contamos aqui, duas mulheres casaram com paraguaios natos e uma com filho de brasileiro nascido no Paraguai.

Após uma discussão entre mãe e filha devido ao fim do namoro "arranjado" pela progenitora, Marina, fiel aos seus sentimentos, saiu da casa dos pais, levando a um rompimento com este esquema geracional introduzido pela mãe. Com o nascimento da neta, a relação de mãe e filha melhorou um pouco. Porém, logo após o retorno a São Paulo das Missões, RS, Sandra passou a insistir para que a filha voltasse a morar na antiga propriedade, em Los Cedros, no Paraguai, para que assim, o seu esposo dedicando-se à atividade agrícola, deixasse o trabalho de caminhoneiro, que era muito arriscado na visão desta.

Por oito meses, o casal acabou cedendo à vontade de Sandra, trabalhando na antiga propriedade desta, descrita por Marina como cheia de "lembranças" de sua infância e parte de sua juventude, do convívio e do trabalho familiar e tudo o que isso envolvia. Ao mesmo tempo, a vida no campo, sem muita sociabilidade com outras pessoas de seu antigo círculo de amizade devido à distância, somado ao trabalho com atividade leiteira, algo que não gostava, acabou deixando-a em um quadro depressivo, o que levou o casal a novamente voltar para a cidade e para as suas antigas funções.

Em 2012, Sandra e seu esposo adquiriram terras na vila Pinheiro Machado, próxima à área urbana de São Paulo das Missões, RS, e passaram a insistir na vin-

da do casal para junto deles, com o pretexto de que o genro mais uma vez largasse o trabalho como caminhoneiro. Este novamente aceitou para não desapontar a sogra.

> Eles queriam porque queriam que fossemos morar naquela terra deles, de qualquer jeito. Que nós podíamos trabalhar com vaca, aquela coisa toda que eu não gostava, mas meu marido, como queria fazer a vontade da minha mãe, falou: "Vamos vender o caminhão e a gente vai morar lá!" [...]. Não era o que eu queria, mas eu pensava: "Vou ficar perto dos meus pais e blábláblá". E fui aceitando, não querendo. Então ele começou para vender o caminhão. Foi ali que ele entrou na furada de vender o caminhão para um traficante. Vendeu entre aspas (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023).

Marina novamente faria uma migração contra a sua vontade. Porém, sem saber, seu esposo negociou o caminhão com um traficante de drogas. Após várias insistências junto ao comprador para pagamento, ao tentar buscar seu caminhão de volta, já que não havia recebido, descobriu o que fazia o comprador e foi forçado por este a ir de batedor do seu caminhão com uma carga de drogas para a venda, a fim de poder tê-lo de volta. No caminho, ao ser parado pela polícia, o motorista alegou que a carga e o caminhão eram do esposo de Marina, o qual foi condenado e preso em São Paulo. Esse fato ocasionou o retorno forçado dessa e sua filha, ainda pequena, para o Brasil.

> Daí o meu marido devia um pouco na cooperativa em Naranjito. Eu entreguei a minha casa lá por uma mixaria para pagar aquela dívida. E vim embora para cá com uma mão na frente e outra atrás, sem nada, não tinha dinheiro, não tinha nada. Quem começou a me ajudar foi o irmão do meu marido e o sobrinho dele. Eles pagaram aluguel para mim [por] uns seis, sete meses até que eu consegui trabalhar e coisa e tal, para me manter. Eu ia todo o mês para São Paulo visitar ele. Eu e minha filha (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023).

A entrevistada passou a residir sozinha com a filha, em Santa Terezinha de Itaipu, PR, contando com o auxílio de uma rede familiar, constituída pelos fa-

miliares do seu esposo que bancaram o aluguel de uma casa por alguns meses. O retorno para São Paulo das Missões, RS, para junto de sua mãe, também lhe foi oferecido, mas sabendo de todo o julgamento que iria enfrentar por ter o marido preso (pretendente que a mãe não desejava) e devido à distância da localidade até o presídio, decidiu se estabelecer na fronteira.

> Minha mãe queria que eu fosse para a casa dela, mas eu não queria ir morar debaixo do teto deles para tipo assim, [a] gente sabe como ia ser. Minha mãe falava: "Eu te avisei!" "Ah, vai lá voltar a viver debaixo da saia de tua mãe", umas tias falavam [...]. Eu não, eu vou encarar sozinha e Deus não vai me deixar faltar comida. Vou encarar do jeito que for! E foi o que eu fiz (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023).

A ideia da "filha pródiga" que volta para "viver debaixo da saia de tua mãe", com todo o sentimento de derrota e fracasso que isso traria não era algo que Marina, assim como muitos(as) imigrantes, desejava fazer. Pois nessa realidade, o retorno como processo migratório seria ainda mais dolorido do que a emigração (Siqueira, 2009). A entrevistada ao decidir refazer a vida longe dos pais e do lugar de origem/retorno, se empoderou ao encarar a fronteira sozinha na migração de retorno e conseguiu prover o sustento dela e da filha. Diante desta situação, a entrevistada deixou de fazer aquilo que sua mãe desejava para ela, como a intenção, futuramente, de uma sucessão na propriedade rural. Porém, a filha ainda mantém uma relação muito forte e bonita com a mãe.

A entrevistada, que já havia vivido um breve período em Santa Terezinha de Itaipu, decidiu por estabelecer-se nessa cidade. Como afirma Guizardi, Nazal e Magalhães (2023, p. 165), as várias formas de mobilidade espacial conformam *"un capital cultural femenino que ancla una forma de agencia, de resistencia o una estrategia de irrupción por parte de distintas generaciones de mujeres frente a determinadas estructuras de dominación"*. E elas seguem enquadrando essa agenda como parte dos seus mandatos familiares.

Marina optou pela fronteira, que dentro do contexto de sua saída do Paraguai, sem condições financeiras, era o que lhe traria mais oportunidade de trabalho. Para poder conciliar os horários da creche de sua filha, essa, mesmo

tendo qualificação que a capacitariam para vagas disponíveis em outras funções, acabou optando pelo trabalho de diarista.

E, como a mesma afirma: "Nesses sete anos eu ralei", trabalhando como diarista, de segunda a segunda. Por várias vezes, a entrevistada foi explorada por suas patroas e por desconhecimento da forma de trabalho de uma diarista brasileira, acabava realizando trabalhos à mais pelo mesmo valor. Aqui percebe-se como a violência possui dimensões maiores em território fronteiriço (Guizardi, 2019). Sendo praticada por mulheres contra outras mulheres no trabalho doméstico.

Marina era ciente das situações de exploração e violência experienciadas nas atividades laborais. Como a entrevistada ainda destaca, sua mãe, ao visitá-la, via a situação vivida pela filha no trabalho, nas casas onde foi explorada: "Sabe, de me tirar o couro. Nos meus primeiros trabalhos, meu Deus do céu!!! Mas não tinha como pensar em desistir. Tinha que seguir!" (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023). Quanto a isso, Federici (2019) defende que a falta de uma remuneração para o trabalho que as mulheres fazem em casa é causa de fragilidade das mulheres no mercado de trabalho, pois o empregador, ciente da necessidade delas e da pouca remuneração dos trabalhos que, muitas vezes estas recebem, acaba as remunerando pouco.

> Desde que "feminino" se tornou sinônimo de "dona de casa", nós carregamos para qualquer lugar essa identidade e as "habilidades domésticas" que adquirimos ao nascer. E por isso que as possibilidades de emprego para mulheres são tão frequentemente uma extensão do trabalho doméstico, e o nosso caminho ao assalariamento muitas vezes nos leva a mais trabalho doméstico (Federici, 2019, p. 74).

Porém, com o tempo, conhecimento adquirido sobre a realidade da cidade e através de um contato, a entrevistada consegui encontrar e acessar um espaço laboral que lhe oportunizou relações trabalhistas mais humanas e dignas, como nos relata:

> Em janeiro de 2013, comecei a trabalhar com uma dentista, quem me passou o serviço foi uma amiga minha lá do Paraguai, que morava aqui. Ela falou assim: "Marina, eu vou parar, você quer

> pegar?" [Marina:] "Eu quero!" [Amiga falou:] "Só vai junto comigo um dia lá para mim te apresentar". Eu fui. Falei para G...: "A minha história é assim. Se tu me queres" [como empregada]. Porque tinha gente: "Daonde? O marido preso!" [Dentista:] "Não, é você mesmo que eu quero para trabalhar comigo!" (Marina, Santa Terezinha de Itaipu, 10 de jan. 2023).

Sua condição de esposa de presidiário a deixava em uma posição difícil na hora de buscar trabalho pelo preconceito e estigma aos quais familiares de detentos sofrem, além de estar sujeita às formas de exploração após a contratação, pelo fato da necessidade de trabalhar não levar com que questionasse as condições de trabalho. Também se observa, nesse caso, a presença de uma rede de amizade, constituída por uma amiga do Paraguai, que lançou a oportunidade de trabalho e articulou a contratação da migrante retornada.

Após sete anos, sete meses e sete dias, como a entrevistada nos relatou para a sua alegria e da filha, em 2020, o esposo e pai, que ainda responde ao processo em liberdade, saiu da cadeia e conseguiu reaver o seu caminhão apreendido e reformá-lo para ser utilizado. Atualmente trabalha como caminhoneiro para um fazendeiro, em Naranjito, no Departamento de Itapúa, e na região de fronteira do Paraguai. Dessa forma, a família fica dividida entre os dois lados da fronteira por poucos dias ou por 10 a 15 dias.

O caso de Marina mostra a complexidade do processo migratório de retorno e sua multiplicidade, na medida em que vemos uma relação entre duas gerações de mulheres (mãe e filha), que realizaram processos migratórios de idas e retornos do Paraguai, mas que vivenciaram esta experiência de formas distintas. Sandra emigrou adulta e teve uma ligação com o país de destino atrelada ao trabalho, à comunidade (formada em grande parte por sul brasileiros/as) e à vida familiar.

Já Marina emigrou criança e permaneceu naquele país até a fase adulta, tendo com este espaço uma relação que transcende questões de trabalho e família. Houve integração cultural, o que ajudou a compreender a existência de tensões, rompimentos e mudanças de visões entre gerações, levando a experiências migratórias diferentes. Nesse caso, geração e gênero se interseccionam no conflito familiar.

Somando-se a isso, na migração de retorno, a fronteira surgiu como opção para a filha pelas possibilidades de trabalho. Já o interior do município de origem surgiu como opção para a mãe seguir na atividade agrícola. Quanto ao lugar de destino da filha, vemos as questões do ilícito nessa fronteira bastante porosa, em que como os grandes centros urbanos esse crime é frequente, levando ao deslocamento para um dos lados da fronteira ou, no caso, o retorno, onde além de cruzar a fronteira geográfica, teve que cruzar as fronteiras simbólicas vinculadas ao preconceito existente contra parceiras de presidiários.

Por fim, a condição de mãe solo, mesmo estando casada, mostra como a mulher se torna ativa no processo migratório, avalia qual espaço lhe possibilita oportunidades para o recomeço, tem autonomia em suas escolhas, se reinventa para atender a filha, supera as realidades encontradas para a manutenção do projeto familiar. E encara e experiencia a "dialética da oportunidade" (Guizardi, 2020a) na fronteira, até encontrar um trabalho digno.

4.3.1. "Eu criei as minhas filhas": empoderamento de migrante retornada na fronteira

Como Marina, Rute também refez a sua vida com o retorno e teve que encarar a fronteira com as filhas pequenas. A volta, na década de 1970, não se deu para o seu município de origem, Francisco Beltrão, PR, mas sim para Concórdia, SC. Com o esposo e uma filha de 17 dias, Rute passou a atuar nos cuidados com a casa e os seus e a trabalhar como diarista três vezes por semana. Com a migração de retorno para um espaço urbano, houve "a perda da condição camponesa" (Angelin, 2012, p. 213) da entrevistada, que teve que se adaptar a essa nova realidade como trabalhadora urbana.

Conforme Angelin (2012, p. 213), "as relações que essas mulheres estabelecem na sociedade de destino tendem a ser mais complexas, envolvendo um emaranhado de tramas, o que as leva a desempenhar diferentes papéis sociais". Ora podendo ser "trabalhadoras ativas e dinâmicas nos diferentes setores; ora são donas de casa, ora são ex-trabalhadoras, vivendo de aposentadoria; ora são desempregadas, que procuram emprego e vivem apenas com os auxílios do go-

verno" (Angelin, 2012, p. 213-214). Condições sociais que identificamos, em sua maioria, na entrevistada, ao longo de sua trajetória de vida após seu retorno ao Brasil.

Em Concórdia, Rute experienciou o preconceito pela origem geográfica e de lugar (Albuquerque Júnior, 2017) por ter vindo do Paraguai, pelos seus hábitos e costumes, e o racismo pela cor de sua pele.

> Catarinenses são muito [pausa] ixi! Só querem saber de italiano perto deles. Eu tinha uma vizinha que falava que na minha casa ia muita gente, porque iam do Paraguai para lá. E porque gastavam muito. Na casa da minha mãe e do meu pai a gente era muito hospitaleiro. E eles tinham, parecia um ciúme, sabe? Eles são meio racistas. Ah, uma vez eu tive que pregar para uma mulher, uma vizinha minha. Eu falei: "Não, a gente tem que ser bondoso tanto com branco tanto com preto, como com qualquer pessoa. A gente tem que ser sempre a mesma coisa" (Rute, Foz do Iguaçu, *online*, 16 de ago. 2021).

Rute se declara parda e descendente de indígena, porém, por questões geográficas de presença predominante de descendentes de imigrantes europeus em Concórdia, era lida como sendo negra, e disse ter sido vítima de racismo por parte de algumas vizinhas. O racismo, para Almeida[86] (2018, p. 16) "fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para as formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea". Ainda, conforme o autor, "as expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade" (2018, p. 16).

Entretanto, percebemos que há um posicionamento de resistência e reação desta frente à agressão. Rute, migrante recém-chegada, colocada nessa posição de *outsider* (Elias; Scotson, 2000), numa sociedade em que "estabelecidos" so-

86 O autor defende que há no Brasil um racismo estrutural. Sua tese "é de que *o racismo é sempre estrutural*, [...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade" (Almeida, 2018, p. 15). Entretanto, "pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um álibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas" (Almeida, 2018, p. 34).

brevalorizam sua cultura, menosprezam seus hábitos culturais e a discriminam pela sua cor, exige ser respeitada. Ainda, segundo seu relato, eram frequentes as situações de discriminação contra pessoas vindas do Paraguai e pessoas racializadas (negras e pardas).

Além dessas situações, em que vemos a presença da intersecção de marcadores de gênero, raça e região na discriminação sofrida, Rute, já com a segunda filha, foi abandonada pelo marido. A entrevistada, sozinha com as filhas pequenas, migrou para Foz do Iguaçu, PR, para buscar ajuda da família, que ainda residia em Hernandarias, Paraguai. Por um tempo, também retornou àquele país por questões de trabalho.

Rute, ao se estabelecer na fronteira, além do trabalho reprodutivo do cuidado em casa, necessitava trabalhar fora e deparava-se com outra dificuldade: a falta de estudo, o que dificultou com que conseguisse outros trabalhos além de diarista. A entrevistada apenas tinha feito um ano de escola antes de emigrar ao Paraguai. Como ela, várias mulheres entrevistadas, tiveram os seus estudos interrompidos pelos processos migratórios. Como constatam Guizardi et al. (2023, p. 167), as poucas oportunidades de escolarização tiveram influência nas inserções no mercado de trabalho e *"en el desempeño laboral en la triple frontera"*. Quanto ao seu desejo de estudar, afirma:

> Eu sempre falava de menina: "Eu quero estudar para ser médica". Sempre quis ser médica. Não consegui. O meu pai só roça, Paraguai lá na roça. Quando eu vim para cá, para Foz [do Iguaçu], eu já era casada, já tinha a menina. Como é que eu poderia ter estudado? Mas sei lá, na cabeça da gente parecia: "Vou ficar com vergonha porque já tenho uma filha". Em vez de "poderia ter entrado na escola sim, porque ainda tem gente estudando que nunca estudou" (Rute, Foz do Iguaçu, *online*, 16 de ago. 2021).

Na fala de Rute, entre outras entrevistadas, percebe-se que a questão do estudo era um aspecto presente. Talvez pelo fato de a entrevistadora estar realizando uma pesquisa esse tema tenha surgido com mais força. As imigrantes possuem sonhos, muitas vezes interrompidos pela emigração, por vezes, forçada pelo pai, pelo trabalho na roça, pelo cuidado despendido para com os irmãos menores e na casa e pela distância das escolas. Ou no retorno, pela dificuldade

de conciliar estudos e filhos, pela acomodação, discriminação ou vergonha, conforme a entrevistada relata.

O sonho de Rute ser médica não foi concretizado por ela, mas por sua filha, da qual com muito orgulho falava da finalização do seu curso de medicina. Ao longo de nossa segunda entrevista, essa fazia questão de nos enviar fotos, vídeos do(as) filho(as) e netos(as), destacando sempre a inteligência destes(as) para com os estudos. E aceitou gentilmente nos conceder duas entrevistas pois sabia, pela experiência da filha, o quanto essa ajuda em pesquisas acadêmicas era importante.

Ao migrar para Foz do Iguaçu, Rute se reinventou e passou a viver na (e da) fronteira (Albuquerque, 2012). Por um tempo esteve em Foz do Iguaçu e outro com a família em Hernandarias, passando por diversas funções como cozinheira e vendedora, sendo que nessa última função dedicou vários anos. Conforme pesquisa realizada por Guizardi, Torralbo e Contreras (2020) com paraguaias na fronteira, essas mulheres devido à exploração sofrida tanto produtiva como reprodutiva, acabaram desenvolvendo conhecimentos particulares, entre eles a capacidade flexível de enfrentar diferentes tarefas, de realizá-las de forma qualificada e de ter as ferramentas úteis e conhecimentos para toda a complexidade de práticas ligadas ao sustento das famílias, e conciliar com o mercado produtivo. Assim, *"para las mujeres, estas capacidades y estos conocimientos son una potencia femenina, una forma propia de agencia"* (Guizardi; Torralbo; Contreras, 2020, p. 509).

Rute também mostrou sua potência feminina trabalhando com vendas em viagens mais longas, quando "ia para Hernandarias vender roupa, vender perfume. Buscava em São Paulo e vendia ali no Paraguai. E pensa que as paraguaias compram coisa do Brasil! Eu vendia bem ali nas lojas de Ciudad del Este" (Rute, Foz do Iguaçu, *online*, 16 de ago. 2021). E em cruzes fronteiriços curtos, que envolviam a compra e comercialização em pequenas quantias e volumes, como de alimentos perecíveis: "Até carne comprava no açougue no Paraguai e vendia aqui para o pessoal do Brasil. Pensa! Fazia contrabando de carne, já viu?! Então, eu criei as minhas filhas trabalhando assim" (Rute, Foz do Iguaçu, *online*, 16 de ago. 2021).

Sobre as compras e vendas realizadas por Rute – das quais essa obtinha o sustento familiar, através do trânsito fronteiriço e interestadual – como observa

Guizardi (2020a, p. 74), as *"economías y vidas fronterizasse, construyen precisamente a partir de las pequeñas, medianas y grandes ganancias que se pueden obtener con estas vinculaciones y cruces: atravesando mercancías, dinero, servicios y actividades de un lado a otro"*. Rute formula estratégia para realizar suas vendas, aciona redes tanto sociais familiares, a nível transnacional e transfronteiriço, estabelecendo uma transterritorialidade aqui vinculada ao trabalho.

A entrevistada aproveitava-se do câmbio favorável e enfrentava todos os riscos em uma prática considerada ilegal para o sustento das suas filhas. Quanto a essa atividade laboral, conforme Cardin (2012, p. 215), "as diferenças econômicas e políticas existentes na fronteira garantem a ocorrência de inúmeras formas de trabalho baseadas nas desigualdades existentes entre os países limítrofes", visando "apropriar-se instrumentalmente das particularidades do país vizinho, seja com um atrativo turístico ou uma mercadoria que tem preços convidativos, permitindo a revenda e a obtenção de lucro".

Na fala: "Eu criei as minhas filhas trabalhando assim", percebe-se o esforço de Rute, mãe solo, em prover o sustento e cuidar de suas filhas. Segundo Guizardi (2020a, p. 78), nas fronteiras latino-americanas, a maioria das mulheres são as principais responsáveis pela economia de suas casas e as *"principales responsables por los cuidados familiares (en todas sus dimensiones)"*, sendo que estas mulheres realizam *"sus actividades económicas fronterizas – vinculadas al comercio legal/ilegal, a los trabajos domésticos, a las industrias fronterizas o a las labores rurales"* para atender a *"sobrecarga familiar productiva/reproductiva"*.

Outro elemento presente em sua narrativa está relacionado à questão espiritual quando Rute nos afirma que aprendeu a ler quando se fechava no quarto e pegava a bíblia em suas mãos, fazendo o esforço de ler. Essa dimensão da religiosidade/fé é algo presente dentro da questão migratória. Como observa Tedesco (2022a, p. 386), em seus estudos, diante da falta de recursos financeiros, um imigrante teria lhe dito que "A fé é o recurso". Para Rute também, uma vez que diante das dificuldades de inserção em outras funções no mercado de trabalho e para realizar o desejo de obter a CNH, pela falta de estudo, buscou o recurso da fé.

Como relata: "Fiz a minha carteira de motorista sem estudo. O meu filho falou: 'Não vai conseguir, você não tem estudo'. Eu falei: 'Eu vou confiar naquele que é professor dos professores', e foi ele quem me ensinou e deu tudo certo". No

episódio a entrevistada não deu espaço para a fala nada incentivadora do filho e confiou na sua fé, mostrando sua fortaleza diante das adversidades.

Além disso, após aprender a ler, Rute tornou-se cozinheira inserindo-se no comércio. "Deus me deu essa profissão também, na minha carteira está cozinheira" (Rute, Foz do Iguaçu, 19 de jan. 2019). Nas duas conquistas, podemos interpretar que o fato de ter estudado por um ano já lhe havia dado uma pequena base, o que a ajudou, com muito esforço e fé, a aprender a ler, o que foi considerado por ela como um milagre ou uma graça. Nisto tudo, constatamos a potência dessa migrante retornada que, juntando fé e ação, concretizou seus desejos.

No momento das entrevistas realizadas com a mesma, em dois momentos, num intervalo de dois anos, a entrevistada estava buscando sua aposentadoria, algo que tardou a acontecer pelo fato de não ter conseguido comprovar o tempo suficiente de trabalho no Brasil, drama de muitos(as) migrantes retornados(as) que permaneceram décadas no Paraguai não contribuindo com o INSS no Brasil no período em que estiveram fora. No nosso último contato com ela, em 2024, a mesma relatou estar afastada do serviço, recebendo auxílio por incapacidade, por problemas de saúde, no caso, artrose nos joelhos.

No caso de Rute, vemos como esta foi encontrando estratégias e caminhos para enfrentar e superar as dificuldades para criar suas filhas sozinha na fronteira e para se inserir no mercado de trabalho. O cruze fronteiriço constante foi fundamental para que conseguisse prover o seu sustento e dos(as) seus(suas). Percebemos ainda na trajetória, como o racismo e a falta de escolaridade foram dificuldades encontradas pela entrevistada em sua inserção no retorno. A trajetória de vida da entrevistada mostra a realidade de muitos(as) migrantes retornados(as) que, saindo de um contexto rural e sem qualificação necessária, buscam se inserir no mercado de trabalho e conquistar sonhos pessoais, como a carteira de motorista. Além da CNH, as diversas funções que esta exerceu, em especial, como cozinheira, possibilitaram que a entrevistada conseguisse uma independência, liberdade e um sentimento de vitória, dentro de suas condições, algo que não tinha quando vivia no Paraguai.

4.3.2. "Enquanto eu tô aqui": Ester, mãe solo e imigrante na provisoriedade da fronteira

Conforme fomos observando ao longo deste estudo, as motivações para a migração não estão somente relacionadas à questão econômica. Segundo Assis (2004, p. 49), há "um outro conjunto de fatores de ordem não-econômica [que] parece ter impacto na seletividade da migração e é mencionado mais por mulheres do que por homens". Entre as motivações apontadas pela autora e que identificamos entre as entrevistadas, destacamos os conflitos no casamento e a violência de gênero, separação e a falta de oportunidades de trabalho para mulheres. Causas diversas que reforçam a tese da existência de uma multiplicidade de fatores que ocasionam a migração de retorno.

Além disso, a migração e a saída da casa dos pais podem estar vinculadas à busca por romper com ciclos de violência, como no caso de Ester. Quando residia com os pais em Ciudad del Este, a entrevistada buscou no convento uma forma de seguir seus estudos e sair do contexto violento em que estava inserida.

> Eu queria ser freira. Não queria namorar de jeito nenhum. Eu tinha pavor de ver o meu pai bater na minha mãe. Sabe o que é isso psicologicamente? Eu tinha aquele pavor. Eu tinha medo de homem. Fui lá no colégio Imaculada Conceição [...], falei com a freira, senhora A..., que era chefe do colégio, que eu queria ser *monja*, fiquei dias no colégio. [Então] ela falou: "Não, não dá! Você é muito inteligente para ser *monja*" Eu falei: "Mas nem Deus me quer! Meu Deus do céu!" Ela falou: "Vou te encaminhar para *Asunción, en la casa de mi sobrina, vas a trabajar y vas a cuidar de una criatura, poes se que sois muy madura para la tu idad"* (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

Quanto ao fato de Ester presenciar essas agressões à sua mãe e com isso sentir "medo de homem", Guizardi, Lópes e Gonzálvez (2023) afirmam que, na maioria dos casos, as violências vividas ou vistas na família de origem eram praticadas pela figura masculina, na maioria das vezes, pelo pai contra as mulheres da família. Além disso, as autoras observam que a violência é *"polifacética y multidimensional"*, manifestando-se de diferentes formas, praticada contra mulheres pelas *"figuras progenitoras y articula aspectos económicos, psicológicos, físicos y*

sexuales" (Guizardi; Lópes; Gonzálvez, 2023, p. 237). No contexto de violência experienciado pela entrevistada que a leva a formular uma estratégia para sair de casa e seguir estudando vemos como gênero, classe social e geração estão interseccionados.

A oportunidade de trabalho, através da migração para a capital, possibilitou que pudesse se qualificar como cabeleireira, porém a dificuldade em conseguir a documentação, apontada no segundo capítulo, impediu que essa seguisse os seus estudos no colégio. Após cinco anos de trabalho com a família indicada pela religiosa, retornou para Ciudad del Este para cuidar dos pais, que naquela época sofriam com a dependência do alcoolismo, e de seus irmãos menores. Além desse trabalho do cuidado para os seus, necessitou trabalhar fora para prover o sustento destes.

"Com o laço do tempo", expressão utilizada pela entrevistada ao longo do seu relato, esta casou e teve seis filhos. A sua inserção laboral, e para muitas mulheres na fronteira, ocorreu em um contexto de exploração e precariedade, como nos relata de acordo com sua experiência feita em Foz do Iguaçu.

> Eu fui na agência de trabalho, ali em Ciudad del Este, e a agência de trabalho encaminha as pessoas domésticas para cá. Só que o que aconteceu? Porque até hoje eu não quero mais trabalhar de doméstica? A gente, por ser estrangeira, não tinha documento brasileiro, a gente passou tribulação. Porque justo a mulher que me contratou para vir trabalhar de cama adentro, ela chega à noite, no restante do edifício, no restante do prédio, onde tem entulho, jogou um colchão sem capa de solteiro [para Ester dormir]. Eu falei assim: "Eu não vou dormir ali!" [Empregadora:] "Todas as moças que vêm trabalhar comigo dormem ali". Eu falei: "Todas as moças que vêm dormem ali, mas eu não vou dormir". Muita humilhação por não ter documento! (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

O fato de não ter documentos brasileiros, desconhecer a realidade de trabalho em que, por vezes, são identificadas tais práticas exploratórias, fez com que vivenciasse uma experiência de trabalho análoga à escravidão, em um hotel de imigrantes árabes no bairro Jardim Jupira, do qual muitas jovens e mulheres adultas paraguaias infelizmente são vítimas. Dessa forma, percebe-se, na fronteira, um aumento das situações de violência pelas desigualdades existentes.

Baseada em Segato, Guizardi (2019, p. 158) afirma que as fronteiras não são apenas um local que concentra *"la construcción de identidades (étnicas, raciales, nacionales) [...] ellas condensan (particularmente) las violências y contradicciones estructurantes del patriarcado (como orden universalizante)"*. Nesse contexto, a prática do trabalho escravo presente ao longo da história passa a ganhar outras faces, aproveitando-se dos mesmos grupos sociais explorados no processo de colonização, com marcadores de gênero, étnicos, nacionais e raciais expostos à opressão. Levando a mais um processo de exclusão, no caso o trabalho análogo a escravidão.

Ester, após não aceitar essa condição de exploração nesta experiência migratória no Brasil, retornou à Ciudad del Este, onde buscando um trabalho digno passou a trabalhar como vendedora em uma loja. E, também, "com o laço do tempo":

> [...] eu aprendi a trabalhar na rua de vendedora ambulante, vendia meia, cueca e calcinha na rua e ali trabalhei muito tempo. Eu não queria mais trabalhar de doméstica, eu não queria mais ser humilhada por ninguém, porque as pessoas só querem humilhar as pessoas, principalmente as domésticas, só humilhação. E as paraguaias que vêm de lá, pior ainda. Tipo, eu não era paraguaia, era filha de brasileiros e igual passava a treva (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

As atividades do cuidado e dos serviços domésticos, mesmo sendo fundamentais para a sustentação e reprodução da sociedade, para Marinucci (2022, p. 7), "são marcadas pela informalidade, desvalorização, invisibilidade e violação de direitos". Situação que se torna mais grave com as mulheres imigrantes.

> [...] pois a precariedade trabalhista se interseciona com discriminações de gênero, raça e nacionalidade. Em outros termos, enquanto mulheres sofrem as consequências do *ethos* patriarcal, androcêntrico, que as torna mais vulneráveis e suscetíveis às violências de gênero e sexuais; por possuírem características físicas, fenotípicas diferentes e virem de outros contextos culturais, são racializadas e enfrentam os preconceitos coloniais ainda arraigados em muitos países; finalmente, enquanto estrangeiras experi-

> mentam as consequências da xenofobia e da rigidez das políticas migratórias – rigidez que se contrapõe à flexibilidade das leis trabalhistas, sendo que infrações administrativas na documentação pesam mais que exploração, discriminações e abusos no lugar de trabalho (Marinucci, 2022, p. 7).

Como percebe o autor, nesse contexto, o crime maior não é o cometido contra a trabalhadora imigrante em um trabalho análogo à escravidão, mas sim o de estar de forma irregular no país de destino. O que denota que o imigrante, como observa Sayad (1998), não é visto como ser humano, mas sim como instrumento de trabalho. E sempre será visto como imigrante que, sem o trabalho, não faz sentido de existir, mesmo este trabalho sendo o mais precário e degradante possível.

Observa-se também que, para Ester, naquele contexto como imigrante, sem documentos brasileiros, pobre e racializada, o trabalho doméstico apresentou-se ainda mais precarizado do que para Marina, pobre, descendente de alemães, branca e de nacionalidade brasileira. Para umas mais, para outras menos, nesse espaço fronteiriço, as mulheres estão sujeitas *"a la interseccionalidad de diferentes formas de discriminación y marginación social (de clase, nacional, étnica/racial)"*, sendo que *"estas interseccionalidades tienen consecuencias profundas en la organización económica y política del territorio"* (Guizardi, 2020b, p. 7). Conforme Almeida (2018, p. 160), "racismo e sexismo colocam determinadas pessoas em seu devido lugar, ou seja, nos setores menos protegidos e mais precarizados da economia".

Ester, diante da exploração experienciada no trabalho doméstico, após o trabalho na loja como vendedora, optou pelo trabalho de vendedora nas ruas para não ter que se sujeitar novamente o trabalho como doméstica. Conforme Guizardi, Lópes e Valdebenito (2023, p. 226), para muitas mulheres, a opção de trabalhar como vendedora ambulante se apresentava como uma estratégia de *"resistencia a las discriminaciones y explotaciones laborales"*. Rabossi (2004, p. 5), em seu estudo de Antropologia Social, nos descreve o espaço de comércio em Ciudad del Este, onde Ester atuava.

> Um mercado composto por imigrantes internos e externos, de origem rural e urbana, no qual ganham a sua vida como vendedores ou carregadores, cambista ou transportadores. Um mercado fronteiriço no qual se tira proveito dos diferentes preços de produtos. Um mercado transnacional para o qual afluem circuitos comerciais que articulam uma multiplicidade de espaços localizados em vários continentes através de comerciantes e mercadorias.

Como mencionado no terceiro capítulo, sua emigração ao Brasil, compreendida por essa filha de imigrantes brasileiros como um retorno, foi motivada pelo estudo público para os filhos. Quanto a essa decisão, segundo a entrevistada, o esposo não era nada a favor e a iniciativa foi sua. O esposo teria dito:

> "Não precisa! Terminou o sexto *grado ya esta listo*". Eu falei: "Não! Se você pensa assim, eu não penso. Eu lutei um dia para ser uma pessoa de estudo, eu não consegui, porque não tinha oportunidade, mas eles têm oportunidade. Porque eu vou ficar presa só por causa de um barraco, sendo que eu posso pagar o aluguel e fazer essas crianças estudarem?" (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

Nota-se nessa atitude de Ester um posicionamento firme em defesa do direito de seus filhos seguir estudando, atitude que demonstra o protagonismo da mulher na decisão pela migração, mostrando que esta mulher, pobre, racializada, paraguaia não aceita ser subjugada pelo esposo e formula uma estratégia visando melhores oportunidades para os filhos.

A família, ao cruzar a ponte, fixou-se por um ano em casa alugada, no bairro Porto Meira, em Foz do Iguaçu. Ester disse ter sido criticada por essa decisão: "O pessoal falou assim: 'Você vai levar tuas crianças para o Porto Meira? Esse bando de crianças! Vão matar tudo!'" (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023). O espaço, estigmatizado pela violência ali presente, naquele contexto familiar de pobreza, era a única opção para residirem. Observa-se, nesse caso, como uma parcela de migrantes retornados(as) pobres e seus(suas) filhos(as) acabam se inserindo precariamente nos municípios fronteiriços, principalmente em Foz do Iguaçu, PR.

Além disso, o esposo, que era contra o seguimento dos estudos dos filhos e a consequente emigração, abandonou a família, levando Ester a migrar para a ocupação do Bubas e passar a sustentar sozinha os filhos.

> Essa trajetória [de] pagar água e luz, aluguel e manter seis menores para mim estava sendo muito pesado, foi onde eu fui morar no Bubas. Tem pessoa que fala mal do Bubas, da invasão do Bubas. Só que para mim foi um privilégio. Eu não tinha dinheiro para comprar uma casa, uma mansão. Ainda que eu comprei, eu não invadi, eu comprei ali um pedacinho. "Ah, você foi jogar o teu dinheirinho no lixo. Aqui vão tirar todo o pessoal do Bubas". Eu falei assim: "Olha, independente que eles tirem, mas enquanto eu estou aqui, vai ficar esse dinheiro que eu investi aqui como aluguel, mas eu não quero mais morar de aluguel porque a gente sofre muito!" (Ester, Foz do Iguaçu, 11 de jan. 2023).

Ester destaca uma das enormes problemáticas das cidades, que é a questão da moradia, onde muitos(as) que vivem em moradias alugadas enfrentam o dilema todo mês de pagar o aluguel ou comprar comida. A ocupação Bubas é a maior comunidade ocupação do estado do Paraná, tendo surgido no ano de 2012, com uma população de brasileiros(as) e imigrantes paraguaios(as) e argentinos(as).

Percebemos, no relato, a ideia da provisoriedade do imigrante (Sayad, 1998), que nesse caso, é viver na ocupação por um tempo do qual não se tem ideia de até quando será. Porém, a mesma ocupação se encontra, desde o ano de 2022, em processo de regularização, o que possibilitará uma série de infraestruturas básicas para este espaço, levando à permanência no lugar ocupado. A resistência de Ester em permanecer no provisório, apesar das falas e ameaças de poder perdê-lo e defendê-lo como um privilégio mostra a potência de uma mulher, pobre, racializada, paraguaia, mãe de seis filhos, que os criou sozinha, e a luta pelo direito à moradia de muitos(as) brasileiros(as) que vivem em ocupações.

A entrevistada forma, com os filhos, uma família monoparental. Conforme Angelin (2012, p. 222), "no caso das mulheres chefes de família, [...], tudo sempre recaia sobre as suas costas". Por um tempo, a entrevistada trabalhou no frigorífico da Lar, em Matelândia, numa jornada semanal em que saía todos os dias

às 3h45min da manhã de casa, onde exerceu várias funções. Porém, por medo de perder a guarda dos filhos que ficavam sozinhos enquanto trabalhava, Ester saiu da empresa e com o valor do acerto adquiriu e passou a vender roupas na rua (meia, calcinha e cueca) em uma banca. Algo também complicado, principalmente em dias de chuva, quando não podia realizar seu trabalho. Como nos relata: "A minha vida não foi nada fácil não".

Ester conta atualmente com o auxílio do Bolsa Família[87] e de uma sexta básica do CRAS, que conseguiu logo que retornou ao Brasil por indicação de uma vizinha que lhe passou a informação da existência dos benefícios e lhe levou até o CRAS de Foz do Iguaçu. Com os filhos já crescidos, sendo alguns cabeleireiros, realiza algumas diárias e busca ajudar imigrantes que necessitam de documentos, encaminhando-os para a Casa do Migrante.

A trajetória de Ester nos mostra o cruze de marcadores sociais relacionados à gênero, raça, nacionalidade e classe social na fronteira. A experiência da interseccionalidade de fatores que excluem, experienciada por mulheres migrantes em região fronteiriça e além dessas regiões determina *"sus espacios, derechos y posibilidades de incorporación social"*. Porém, o faz *"conjugando dos experiencias fronterizas simultáneas: la de pertenecer al "género otro", y la de desafiar a las fronteras del Estado-nación"* (Guizardi et al., 2018, p. 157).

Denota-se, também, a potência feminina na luta e estratégias formuladas visando trabalho digno, que sustente a si e aos seus, dentro de um contexto de precarização e desvalorização do trabalho, em especial aqui, do trabalho doméstico. A agência para com imigrantes em situação irregular na fronteira. Soma-se à trajetória a luta como mãe solo pela moradia própria, além da luta por direitos e benefícios sociais, como a educação pública para os filhos e Bolsa Família, sendo paraguaia de nascimento, mas entendendo-se como migrante retornada por ser filha de imigrantes brasileiros, outra faceta da migração de retorno do Paraguai.

[87] Programa de transferência de renda, visando assegurar a renda básica para famílias em situação de pobreza. Ao mesmo tempo, busca integrar políticas públicas na área da saúde, educação e assistência social. Informações do site do programa.

4.4. "Eu consegui tudo o que queria, e com uma perna só!": a intersecção de marcadores sociais na trajetória de Anita

Foi na Casa do Migrante que conhecemos Anita. Ela veio até nós de muletas e, de uma forma muito generosa, contou sua história. Neste encontro, a entrevistada nos relatou fragmentos de vivências de uma trajetória marcada pela dor e pela potência.

De acordo com Tedeschi (2009, p. 180), "ao ouvir a voz das mulheres nos relatos, revivemos momentos cruciais [destas], observamos conversas, histórias que produziam imagens e narrativas de um tempo passado de extrema importância em suas vidas". Ao mesmo tempo, percebemos em Anita uma necessidade de contar a sua história, falar "'sobre vivências' que sinaliza para sobreviventes e para vidas machucadas" (Seawright, 2023, p. 16).

Para Seawright (2023, p. 24), "o sobrevivente – desajustado à categoria de vítima – assume posição de quem ressignifica as lembranças e não se rende à estagnação do acontecido ingrato". Na história oral, "desatar a vítima, isto é, desfragilizar o ser humano agredido é compreender suas vidas machucadas quando se retira da força das histórias a capacidade e a potência para reconstruir destinos de *comunidades"* (Seawright, 2023, p. 27, itálico do autor).

Para entendermos o contexto que levou ao seu retorno, nos reportamos a alguns momentos ainda no Paraguai. Por um longo tempo com os pais, a entrevistada trabalhou na agricultura como boia-fria, em serviços de empreitada de colheita e na fabricação de carvão. Com o dinheiro desse trabalho, conseguiu comprar uma chácara em Fortuna, no Departamento de Alto Paraná. Além disso, trabalhou como secretária em uma serraria e como diarista.

No primeiro casamento foi abandonada pelo esposo, que ao saber que esta estava grávida, por ser ex-usuário de drogas, a deixou para não assumir a paternidade. A entrevistada escondeu a gravides até os últimos meses, porém, a sogra em visita percebeu que a nora estava grávida e relatou ao filho. Como a mesma afirma: "o meu sonho de ser mãe foi maior do que o amor que eu tinha por ele" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022). Sentimento que por sinal não era pouco, pois essa nos declarou ter sido este um dos seus grandes amores e ter vivido com este um período apaixonado. Entretanto, a tristeza do rompimento foi tão

forte que esta perdeu o bebê quando estava próximo a dar à luz. Posteriormente, passou a residir em Hernandarias, onde casou-se pela segunda vez e teve um filho.

Numa tarde, no caminho para o trabalho de diarista, Anita foi atropelada por um ônibus. Além das fraturas menores, quebrou o braço e o pé. Sem condições de pagar o tratamento e não sendo indenizada com os custos da internação pela empresa de transporte proprietária do ônibus, a entrevistada permaneceu internada por dois meses. O hospital, vendo que a empresa não iria pagar a hospitalização, literalmente abandonou a paciente no leito do quarto, somente prestando atendimento quando esta não suportava mais e gritava de dor. O descaso no atendimento deixou o seu pé com mais sequelas, impossibilitando-a de andar sem muletas. Percebe-se nesse caso como marcadores de gênero, raça, nacionalidade e classe social estão interseccionados no descaso para com Anita.

Vendo essa situação, um enfermeiro do turno da noite articulou com familiares de Anita a sua fuga. A estratégia da fuga também foi motivada pela dívida desta com o hospital – que entre tratamento e hospitalização era de Ø$ 11 milhão de guarani (equivalente a R$ 7.383.26, no dia 28/08/23) – dívida perdoada atualmente.

Para piorar a sua situação, a mesma vivia em um relacionamento abusivo com o seu marido, que era alcoólatra e já tinha outra mulher, não ajudando-a e nem ao filho pequeno. O período em que retornou para casa, sem condições de trabalhar, foi um dos mais delicados e difíceis de sua vida.

> Quando eu sofri o acidente no Paraguai, eu não tinha como sobreviver. Lá você não tem ajuda! Aí foi que eu comecei [a vender] cada coisa de dentro de casa para comprar remédio [e] para comprar leite que o meu filho ia [beber]. Chegou um momento, depois de um ano e oito meses, que eu [es]tava em cama, que não tinha mais o que vender. Já tinha vendido até a minha roupa, só tinha um short para ir no médico e uma camiseta, as roupas do meu filho vendi todas (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Anita se desfez de tudo para garantir a sobrevivência e a medicação do filho que, na época, realizava tratamento médico em Foz do Iguaçu. Como nos narra: "Lá é bem difícil a saúde! O meu filho tinha muita alergia aguda. Uma criança

[pode] ter 22%, ele tinha 92%, dava crises todos os momentos. Eu fiquei muitas vezes aqui, internada com ele" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

A constatação da entrevistada com relação à saúde no Paraguai, considerando também a sua própria experiência no acidente, fez com que esta buscasse atendimento médico no Brasil. Segundo Guizardi, (2020b, p. 3), *"la sobrecarga femenina en los cuidados impulsa a las mujeres a comparar y computar estas diferencias para trazar sus trayectorias de movilidad"*. Dessa forma, o *"cuidado impacta en la experiencia femenina del espacio, influenciando las estrategias de movilidad que estas mujeres desarrollan"* (Guizardi, 2020b, p. 6).

A proximidade com a fronteira brasileira passou a ser um trunfo para ela, brasileira, que vivia sem documentos no país vizinho, mas também para muitos(as) paraguaios(as) que, como observado em pesquisa de campo, tanto em Foz do Iguaçu quanto em São Miguel do Iguaçu, cruzam a fronteira fixando-se ou não no Brasil, em busca de atendimento médico.

Somando-se a isso para Guizardi, Torralbo e Contrelas (2020), com base em Maidana (2018), comparando os municípios da Tríplice Fronteira Puerto Iguazú, na Argentina, Ciudad del Este, no Paraguai e Foz do Iguaçu, no Brasil constatam que somente neste último há mais ações e recursos administrativos destinados para a saúde pública, evidenciando entre estes países políticas assimétricas que levam a população argentina e paraguaia a buscar atendimento do lado brasileiro, algo que é visto como um problema para a população de Foz do Iguaçu.

Conforme a constatação das mesmas autoras, em pesquisa com paraguaias, "*las mujeres se mueven a partir de la percepción de una (des)ventaja relativa de protección social publica de salud en Paraguay"* (Guizardi; Torralbo; Contreras, 2020, p. 514). O cuidado é o que move o deslocamento destas mulheres tanto para com os(as) seus(suas) quanto no trabalho. A entrevistada, num primeiro momento, buscava o tratamento no Brasil e voltava para o país de destino, circulando entre os dois países para somente mais adiante, motivada pela questão da saúde e da violência de gênero praticada pelo marido contra ela, retornar para o país de origem. Nesse cruze da fronteira, conforme Guizardi (2020a, p. 80), as mulheres encontram novas formas:

> *[...] de sortear y poner en juego las limitaciones y ausencias estatales – tanto de los servicios sociales, como las violencias, abusos y discrecionalidades recurrentes en los controles fronterizos. El carácter dinámico de las fronteras repercute en una forma de agencia protagonizada por todos, pero particularmente por las mujeres.*

Diante da ausência do Estado nos serviços públicos na área da saúde e mesmo social, uma forma também de violência institucional, Anita, cidadã brasileira e pobre, viu essa fronteira como "um recurso social" (Albuquerque, 2012), realizando o cruze por necessidade.

> Quando eu tinha que voltar para casa, eu não tinha dinheiro. Então, quando eu saía do hospital, ficava esperando carona [na ponte da Amizade] daqueles ônibus do Chaco Boreal. Eu ficava ali, esperando o momento em que meus amigos vinham de motorista para eles poderem me dar uma carona. Passei fome, passei frio na beira dessa ponte esperando carona. Nessa época, não tinha um benefício, não tinha uma ajuda. E o meu marido, tudo o que ele ganhava, ele bebia, ex-marido, e eu sempre naquela dependência daqui do Brasil para médico (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Nas idas e voltas durante o tratamento do filho, em Foz do Iguaçu, sem dinheiro para as passagens de ônibus, Anita contava com a amizade e boa vontade dos amigos motoristas, que não lhe cobravam passagem. "Eu vinha de tarde com eles. Consultava. Fica até às 23 horas, meia noite no hospital. E depois eu pegava a ambulância e ficava na ponte até às 5 horas da manhã. E o primeiro ônibus que ia daqui para lá, eu pegava" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022). Na Ponte da Amizade, onde passava a madrugada, sentia fome, frio, medo e foi várias vezes assaltada. Situação ainda mais delicada quando passou a usar muletas.

O cuidado médico que buscava para o filho no cruze fronteiriço deixava a entrevistada exposta às várias formas de violência. Ainda mais pela sua condição de mulher, pobre, deficiente física e parda[88]. De acordo com Torralbo e

[88] De acordo com Gómez (2019, p. 72), "o pardo, como ser racializado que é, não performa na branquitude, ou seja, não é branco. E as estruturas socioeconômicas e políticas brasileiras, em suas várias formas de expressão, são excludentes com esse grupo também". O limbo ou não lugar em que, por vezes, alguns(algumas) pardos(as) se sentem, é "apresentado como sendo resultado de séculos de estupros institucionais as mulheres

Guizardi (2023, p. 58), o cuidado é um fenômeno *"multiescalar: que además de sus dimensiones microsociales (que involucran aspectos emocionales, relacionales, psicológicos, económicos y políticos), se articula a escala global"*. Configuram-se nesta escala *"vulneraciones y violencias interseccionales que marcan a las mujeres diferencialmente"*.

Quando Anita se deu conta que não tinha mais o que vender, mesmo com membros do corpo quebrados, começou a trabalhar fazendo partes de cadeiras empalhadas, por encomenda para um paraguaio. No começo, eram apenas algumas partes, pois não tinha muita força.

> Comecei a fazer cadeira, sabe aquelas cadeiras de fio? Aí vinha um senhor, ele falou: "Se você começar *masomenos,* o resto eu faço". Aí eu comecei lixando e pintando os pezinhos. E foi aí que eu comecei a sobreviver de novo, comprando as roupas do meu filho. Consegui me reerguer. Então, comecei a melhorar um pouco o braço e o pé. Comecei a conseguir o meu dinheiro de novo. Eu consegui dar a volta por cima. Montava a cadeira completa (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Anita descreveu em detalhes como foi aprendendo o ofício de fazer cadeiras. Sentimos uma dificuldade em transcrever os gestos da entrevistada ao querer demonstrar como era produzida a cadeira. Percebemos nosso limite em tentar descrever tanto esforço de superação de limites físicos pela necessidade de prover o sustento para o filho e para si. Algo muito simples, mas que devido às suas limitações era de extremo esforço. Aos poucos, do jeito que encontrou e pode, com muita força de vontade, passou a montar as cadeiras do começo ao fim, notando-se em Anita *"una potencia femenina: la capacidad de hacerlo todo, incluso definir la vida y la muerte por las hijas y los hijos"* (Guizardi; Torralbo; Contreras, 2020, p. 510).

Se por um lado, Anita estava conseguindo superar limites do seu corpo, impostos pelas consequências do acidente; por outro, convivia ainda com um parceiro violento e controlador que a queria manter sob o seu domínio.

negras e indígenas, de aculturação dessas mesmas comunidades, de políticas imigratórias racistas, de processos de eugenia e de fardos simbólicos como a democracia racial" (Gómez, 2019, p. 76).

> Quando ele [esposo] viu que eu comecei a trabalhar, ele falou: "Ah, eu vou te levar para você arrumar o seu pé". Ele viu que era uma maneira de me manter. Ele me dizia: "Você para mim já não me serve mais!" E eu acreditei. Então, comecei a entrar em depressão de novo. Na minha época, o meu pai me ensinou assim: "Casou, é para vida toda!" Eu achava que teria que aguentar aquilo ali e ficar (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Dentro de um contexto patriarcal e religioso em que Anita foi educada, não havia possibilidade da mulher se libertar da situação em que vivia no casamento. Esta deveria, como mulher e segundo a forma com que foi educada (dentro dos princípios religiosos), se sujeitar às subordinações do marido devido à sacralidade do casamento. Como afirma Angelin (2012, p. 56), "a mulher na sociedade, especificamente em nossa sociedade, enquanto sujeito social faz parte de um sistema estruturado e pautado em subordinações". A primeira subordinação afetiva aconteceu com o pai e após, no casamento com o esposo.

Aqui denota-se o que Segato (2016, p. 18) identifica em seus estudos, no caso, *"el patriarcado, o relación de género basada en la desigualdad, es la estructura política más arcaica y permanente de la humanidad"*. E nessa região fronteiriça, o patriarcado se apresenta com "elevada intensidade" devido à *"condensación de las desigualdades y violencias de género"* (Guizardi, 2023, p. 30).

Percebe-se, nessa fala da entrevistada, a presença do patriarcado e machismo nas relações de gênero. As falas do marido e do pai mostram formas de opressões, que imobilizam ainda mais a entrevistada, que já não possuía mobilidade física como antes, deixando-a em um quadro depressivo e de conformação com a cruel realidade vivida. Nas falas do marido, conforme a entrevistada, percebe-se aquilo que Beauvoir (1967, p. 223), apontava quanto ao casamento.

> O casamento incita o homem a um imperialismo caprichoso: a tentação de dominar é a mais universal, a mais irresistível que existe; entregar o filho à mãe, entregar a mulher ao marido é cultivar a tirania na terra; muitas vezes não basta ao esposo ser aprovado, admirado, aconselhar, guiar: ele ordena, representa o papel de soberano. Todos os rancores acumulados em sua infância, durante sua vida, acumulados quotidianamente entre os outros homens cuja existência o freia e fere, ele descarrega em casa, acenando para

> a mulher com sua autoridade; mima a violência, a força, a intransigência: dá ordens com voz severa, ou grita, bate na mesa; essa comédia é para a mulher uma realidade quotidiana. Êle se acha tão convencido de seus direitos que a menor autonomia conservada pela mulher lhe parece uma rebeldia; gostaria de impedi-la de respirar sem êle.

Além das violências de gênero na relação com o esposo, a entrevistada passou por vários tipos de violência enquanto imigrante e, principalmente, depois da migração de retorno. De acordo com Tedeschi (2013, p. 39), "violências - educacionais, econômicas, políticas, trabalhistas, simbólicas, dentre outras - constituem estratégias de produção da desigualdade de gênero, uma vez que implica o consentimento por parte das mulheres de sua inferioridade 'natural'".

Anita acabava desabafando para o seu empregador a realidade vivida com o marido. E este, seu único interlocutor dentro do contexto em que vivia, a orientava a não escutar o esposo, deixá-lo e retornar para o Brasil. Assim, aos poucos foi saindo da situação de resignação, dando-se por conta de que poderia mudar de vida e, de fato, se separar. "Há certo tempo eu falei: 'Não, prefiro morar sozinha com os meus filhos, ser independente, do que estar precisando de marido'. Eu trabalhava o dia inteiro e de noite nós brigávamos à noite inteira" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022). Para essa mulher, assim como para muitas, o trabalho passava a ser uma válvula de escape com a qual estas se agarravam, na esperança de terem uma vida melhor para si e para seus filhos.

Porém, a sua situação com o marido só piorava a ponto de ser violentada por ele após receber deste um remédio calmante para aliviar suas dores no corpo. "Nesse dia engravidei. Aí entrei em depressão. Me senti com vergonha por estar naquela situação de estar contando com ajuda de pessoas que não conhecia e grávida. Para isso eu era capaz!" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Ao descobrir que estava grávida, Anita sentiu culpa pela violência da qual foi vítima e sentiu vergonha por estar gestante. Entretanto, ao tomar consciência da violência sofrida, a entrevistada reagiu e decidiu abandonar sua casa e o esposo, fugindo e retornando ao Brasil no ano de 2002.

> Aí tomei uma decisão: "não quero mais ele". Vim aqui, arrumei a casa e tudo. Uma amiga minha lá do Paraguai, do Km 30, falou: "tem uma casa no Brasil, tem a casa, você só vai pagar aluguel e água". Fechou! Abandonei o que tinha lá. Vim e fugi dele. Só com a roupa do corpo e os meus filhos. Fugi, vim embora para cá (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Constata-se, nesse contexto, o papel da rede social, constituída por uma amiga que informou da existência de uma casa na migração de retorno desta ao Brasil. Com as redes sociais, a migração é vista "como uma estratégia de grupos familiares, de amizade ou de vizinhança em que as mulheres se inserem ativamente" (Assis, 2007, p. 752). Percebe-se, no relato de Anita, que esse retorno foi arquitetado aos poucos, uma vez que esta guardava dinheiro do seu trabalho, buscava tratamento para o filho no Brasil e tinha uma casa indicada por uma amiga, o que demonstra a agência desta nessa migração por mais que tenha sido forçada a realizá-la, deixando tudo o que tinha de bens para trás.

Com o retorno, vemos a constituição de uma família monoparental, e novamente a maternidade solo aparece, como no caso de Marina, Rute e, principalmente, no caso de Ester. Ou seja, é somente da mulher a responsabilidade dos(as) cuidados com os(as) filhos(as) e o trabalho fora de casa para o sustento familiar. Desse modo, estas mulheres, com os(as) seus(suas) filhos(as), buscaram na fronteira oportunidades de acesso à saúde, educação, trabalho e uma vida melhor negada no país de destino e, também, de origem, como no caso de Ester.

4.4.1. "Para sobreviver na fronteira, deves viver sem fronteiras": o retorno de Anita

Ao retornar para o Brasil, buscando saúde para o filho e a fuga de uma relação tóxica e violenta, Anita atravessou e se estabeleceu na fronteira. Assim como as mulheres fronteiriças que vivem entre México e Estados Unidos aprendem, muitas vezes, a duras penas, Anita aprendeu que para "*sobrevivir en las Borderlands debes vivir sin fronteras, ser cruce de caminos*" (Anzaldúa, 2016, p. 262). Tedeschi (2022, p. 74) percebe como as brasiguaias retornadas "são corpo-fron-

teiras, que nos revelam mulheres singulares, entendidos como individualidade ou coletividade, com sentido ou sem sentido de sua própria existência, de sua própria finitude".

De acordo com Magalhães (2021, p. 19), o habitar nas fronteiras está marcado pela violência, desigualdade e conflito constante com o Estado.

> *Está siempre intermediado por la presencia estatal, que normativiza y controla las trayectorias y geografías del habitar, al incrementar procesos históricos de desigualdad. Esta intervención tiene un impacto particular en la experiencia femenina como el "género otro". Simultáneamente, el hogar transfronterizo permite a las mujeres cuestionar los patrones patriarcales impuestos y habitar el espacio de lo público históricamente masculinizado. En las experiencias de habitar la frontera, las mujeres tienen la oportunidad de construir una subjetividad política. Así, la frontera se constituye como un lugar ambivalente de desigualdad y oportunidad, marcado por el movimiento y la interseccionalidad.*

Nessa ambivalência entre desigualdade e oportunidade, Anita se fixou na fronteira e recomeçou sua vida junto com os filhos, buscando seus direitos sociais e se inserindo no mercado de trabalho. Porém, pouco tempo depois de estar em Foz do Iguaçu, o ex-marido apareceu e os dois voltaram a se relacionar devido à insistência dos filhos, apegados ao pai. Nessa volta do casal, Anita teve uma filha, da qual o esposo negou a paternidade. Diante desta situação, Anita rompeu de vez com a relação, contando com a ajuda de vizinhos.

Ao mesmo tempo em que vivia essa situação, enfrentava dificuldades para se inserir no mercado de trabalho e conseguir um auxílio previdenciário.

> Em cada lugar que eu ia, eles me falavam: "Não". Eu pedia serviço, eles falavam: "Não, a senhora tem que arrumar um benefício ou Bolsa Família, cesta básica". Mas eu não conseguia, não tive essa sorte de conseguir [...]. E a sorte de arrumar serviço, eu arrumava, mas cada vez que eu chegava: "Não, você não é capaz!" Às pessoas que não me conheciam, pensavam que eu não era capaz. Mas depois que eles me pegaram, que nem ali da minha comadre na Guarda Mirim, eu comecei a trabalhar numa casa, eu ia para outra, daí eles viam que eu era capaz. E comecei a me reerguer de

novo (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Anita, mesmo não tendo condições físicas "normais" para o trabalho, pela necessidade de sustentar a si e aos seus filhos, enfrentava essa realidade e mostrava que era capaz, superando o capacitismo (preconceito para com pessoas com necessidades especiais). Em todo o momento, tinha que mostrar que podia realizar o serviço de diarista, o que denota as barreiras enfrentadas pelos(as) deficientes físicos(as) na sociedade, no mercado de trabalho, principalmente quando migrante e com marcadores sociais que sofrem mais com a opressão.

Na migração de retorno desta entrevistada, como observa Marques (2022, p. 33), com mulheres migrantes retornadas hondurenhas com deficiência, ocorridas devido à acidente no percurso migratório, as coisas são mais difíceis, pois o novo corpo *"con discapacidad, se presenta como una barrera para la reintegración de estas mujeres en la sociedad, ya que muchas tienen dificultades para conseguir trabajo"*.

Com relação ao benefício por acidente, a entrevistada, depois de cinco tentativas frustradas, por insistência de uma pessoa da política com quem trabalhava, foi novamente ao INSS onde teve a seguinte resposta do médico:

> "Eu não vou fazer perícia para você. Faz cinco perícias já que eu falo a mesma coisa para você. Você pode trabalhar. Você é só deficiente do pé, mas você tem mão, você tem boca, você tem inteligência. Você pode procurar um serviço sentada". [Anita fala:] "Tá, eu sei, eu não tenho estudo". [Médico fala:] "Mas tem que se virar" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Pelos dados nacionais e mundiais sobre violência de gênero, conforme Segato (2003, p. 132), *"conocemos los tipos-violencia física, psicológica y sexual, además de la violencia estructural reproducida por las vías de la discriminación en los campos económico y social"*. Observa-se, nesse relato, a violência institucional, praticada pelo Estado, através da ação do médico perito que a atendeu de forma insensível, negando-lhe o direito à aposentadoria.

Anita havia cursado somente a 2ª série do fundamental, ou seja, teria ainda mais dificuldades para conseguir "serviço sentada". Num contexto competitivo,

de desemprego e pouco inclusivo para com pessoas com necessidades especiais, em que as vagas para funções exercidas sentadas são poucas, as suas chances eram mínimas. Como o acidente aconteceu no Paraguai, foi ainda mais difícil para ela conseguir o afastamento remunerado. Vemos aqui como os marcadores sociais acabam se cruzando, mostrando as várias formas de violência e discriminação experienciadas pela entrevistada em seu retorno ao Brasil, na busca por direitos sociais e trabalho.

Após essa tentativa frustrada, novamente seu contato da política conseguiu uma consulta com um "médico amigo" do INSS que encaminhou, por fim, o benefício. Porém, como já estava descrente de que seria contemplada, só teve conhecimento de que o havia conseguido por meio de uma assistência prestada à uma vizinha que precisava ir até o INSS. Ali, foi informada de que teria o equivalente a três meses para ser retirado.

Antes de conseguir se aposentar, Anita também passou a atuar na política como cabo eleitoral na Ponte da Amizade e nos lugares que conhecia no Paraguai, conseguindo votantes brasileiros(as) que residiam nestes lugares para candidatos brasileiros.

> Comecei a trabalhar na política, um colega meu, D..., me chamou: "Vamos trabalhar comigo, você tem muito conhecimento do Paraguai, você conhece muita gente aqui. Então você pode me ajudar". Eu comecei a trabalhar com ele, daí ele foi me orientando como eu poderia fazer as coisas (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Anita tinha um "conhecimento" do Paraguai, tanto de pessoas como de lugares, pois criou um "território de trânsito" (Mondardo, 2018a) entre idas e vindas, que ampliava sua rede de contatos, além de possuir capacidade de comunicação. Tudo isso a capacitava para conquistar os votos de brasileiros(as) conhecidos(as) seus(suas). Prática ilegal comum na fronteira, onde redes políticas, identificadas por Haesbaert e Bárbara (2001) – mencionadas no segundo capítulo – atuavam em troca de favores e benefícios à brasileiros(as) no Paraguai, através do voto destes(as) em candidatos em eleições no Brasil. Essa situação refere-se à prática ilegal da compra e venda de voto, prática que não se limita as fron-

teiras, sendo frequentemente utilizada em todo território nacional brasileiro.

Nessa atividade, a entrevistada conseguia pessoas conhecidas para votar em candidatos políticos de Foz do Iguaçu e distribuía panfletos na ponte. Percebe-se como Anita faz uso de estratégias e aciona redes familiares e sociais transfronteiriças em sua transterritorialidade visando o sustento familiar. À noite, ia junto com candidatos ao Paraguai em comícios, em distritos como Hernandarias, visando votos. Pelo trabalho, por mês, Anita recebia R$480,00. Afinal, como Albuquerque (2012, p. 202) percebe entre os(as) fronteiriços(as), "viver na fronteira é geralmente também viver da fronteira".

Cabe ressaltar que esta trabalhava na Ponte da Amizade em um ponto bastante familiar, cheio de histórias suas, onde permanecia madrugadas esperando carona dos amigos motoristas de ônibus para levá-la ao Paraguai. Constata-se, nesse contexto, "como a memória feminina é construída a partir da significação dos espaços e lugares vividos" (Tomascheski, 2018, p. 80).

Além do trabalho nas campanhas eleitorais na Ponte da Amizade, Anita viveu e continua vivendo da fronteira, passando mercadoria de outros compradores na Receita Federal, gastando a sua cota de compras, faturando, em média, R$100,00 por dia. Tal atividade era e ainda é realizada para um patrão. Parte do valor que consegue destina às pessoas em situação de rua, idosos(as) e carentes, e também para a instituição Mãe Carolina, em Foz do Iguaçu. A entrevistada percebeu que a ponte/fronteira seria uma *"oportunidad"* (Guizardi; Torralbo; Contreras, 2020, p. 489) para complementar a sua renda e ajudar as pessoas que passam fome. Além da atividade de passar cotas, Anita trabalha com o marido no aplicativo da Uber.

> Na pandemia, quase fali, tanto sujei o meu nome. Agora que eu consegui limpar. Trabalho de dia e de noite passando mercadoria. A gente conseguiu comprar um carrinho, daí quando chega essa hora, a gente começa a trabalhar no Uber. Essa hora de quatro [16 horas] até 10 [22 horas], 11 horas [22 horas]. A gente leva o pessoal para o Paraguai. Traz de lá, leva para os outros bairros. Onde a gente tira um pouquinho (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

A transmigrante Anita obtém o seu sustento do trânsito diário entre os

territórios dos dois países, em um ir e vir constante. O trabalho na fronteira, conforme Cardin (2012, p. 228), "absorve uma população com dificuldades de ingresso no mercado formal. São jovens em busca do primeiro emprego, pessoas de mais idade, deficientes físicos, pessoas com baixa escolaridade", perfis de trabalhadores(as) que não são "idealizado pelo modelo hegemônico".

Nessa condição de trabalhadora precarizada, Anita se inseriu na fronteira para buscar o sustento para si e para os(as) seus(suas) e para ajudar as pessoas carentes. Mesmo estando na margem, a migração de retorno colocou a entrevistada em espaços nunca antes ocupados no país de destino, como na política e na sociedade.

4.4.2 "Vim superando a vida": migrante retornada na família, sociedade e política

Ao analisar o seu retorno, Anita constatou que houve uma mudança enorme na sua vida por estar mais inserida na sociedade, algo que não acontecia no Paraguai, onde com os pais e mesmo quando estava casada, a vida se resumia à "roça e casa".

> Quando eu trabalhava na parte do meu pai: "Era roça e casa, roça e casa", porque ele não nos deixou estudar [...]. Então, nós tínhamos que trabalhar para sobrevivermos, porque o que ele fazia era para o estudo dele. Não tivemos essa convivência com a sociedade. Depois eu casei, a mesma coisa, roça e casa, roça e casa. A gente não tinha convivência com a sociedade. E a sociedade é o que abre os caminhos para você. É o que te deixa mais orientada em tudo o que tem que ser. Eu aprendi muito com as pessoas. Enquanto você fica só na paulada, você não aprende muita coisa. Os meus pais eram na porrada mesmo, muitas vezes apanhei de cabo de vassoura por não saber fazer um feijão, coisa que ela[mãe] nunca me ensinou (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Em sua fala, Anita trouxe as violências sofridas quando era criança da parte de sua mãe. Quanto a isso, constata-se como, por vezes, *"las figuras maternas actúan como perpetradoras de violencias hacia las hijas"* (Guizardi; Lópes; Gon-

zálvez, 2023, p. 241). Destaca-se, ainda, a privação da possibilidade de estudar, pois desde pequena precisava trabalhar, como mencionamos no primeiro capítulo, para garantir a sua sobrevivência e dos seus, já que o pai priorizava apenas seus estudos.

Com relação aos seus filhos, a entrevistada afirmou que praticava o inverso do que vivenciou com os seus pais, procurando estabelecer um diálogo e explicar, sem desrespeitar estes, pois também percebia que, na realidade violenta em que vivia a agressão, apenas pioraria a relação com os seus filhos, levando com que estes buscassem amizades em espaços onde se sentissem acolhidos, independentemente de quem eram esses amigos. Os filhos e a filha, que já constituíram família, vivem atualmente próximos de Anita.

Ao contrário de seus pais, em que houve uma desigualdade de gênero e de geração quanto à questão de estudo, mesmo com dificuldades, a entrevistada priorizou o estudo dos seus filhos. Em outro momento de sua fala, em incentivo ao filho que desejava emigrar para fora do país, Anita afirmou ter-lhe dito: "Não, se você quer, vai em frente que a gente consegue, porque eu consegui tudo o que queria, e oh! com uma perna só" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022). A fala de impacto resume sua trajetória de vida após o acidente de trânsito. Essa mulher, parda, com necessidades especiais, pobre, migrante retornada, nos mostra uma persistência que leva a superar os limites que se apresentaram de inúmeras formas.

A entrevistada, na migração de retorno, também rompeu com ciclo e com padrões de gênero, em que a mulher trabalhadora do campo era aquela que tinha uma dupla jornada de trabalho, na roça e na casa, e passou a se inserir na sociedade, onde, como aponta em seu relato, aprendeu muito, sendo liderança ativa no bairro Jardim Jupira, em Foz do Iguaçu, mesmo com todas as suas limitações físicas e escolares. Rompeu também com o ciclo de violência vivenciado no contexto familiar e matrimonial e passou a se inserir em espaços que lhe possibilitaram o acesso ao conhecimento e seus direitos.

Quanto aos espaços de sociabilidades ocupados pelas entrevistadas, além do espaço privado familiar, todas elas vinham de um contexto rural, tanto antes de emigrarem ao Paraguai quanto durante a permanência naquele país, apenas algumas trabalhavam fora, em atividades ligadas ao espaço urbano. Percebe-se,

também, a referência à igreja, lugar onde Salete era catequista; e outras líderes de comunidades, como Sandra, e do distrito, como no caso de Olívia; a escola, frequentada por algumas, como no caso de Marina e Ester; e as relações estreitas com as vizinhanças, conforme o relato de Ilda.

Em alguns casos, os espaços eram restritos se comparados aos ocupados após o retorno, como apontam os relatos de Rose e Rute. No retorno, a maioria passou a desempenhar dupla jornada de trabalho, empreender, dedica-se um tempo maior ao cuidado para si e ao lazer, como no caso de Isabel em seus jogos de cartas semanais, e passam a ocupar espaços em comunidades enquanto liderança, segundo relato de Anita. Sobre as memórias referente a esses espaços, conforme Perrot (1989, p. 15), as formas "de registro das mulheres estão ligadas à sua condição, ao seu lugar na família e na sociedade. O mesmo ocorre com seu modo de rememoração, da montagem propriamente dita do teatro da memória". De acordo com Tedeschi (2013, p. 10):

> O lugar das mulheres migrantes é o espaço onde elas conseguem e podem construir laços de familiaridade e sociabilidade, por isso as referências sociais e afetivas presentes nas memórias que contribui, antes de qualquer coisa para que elas se agreguem com maior facilidade aos novos espaços culturais e sociais onde vão viver e atuar.

Os relatos de mulheres migrantes "dos lugares chegado e deixado - anunciam a complexidade, a multiplicidade" (Tedeschi, 2022, p. 75). Para estas, "o lugar do 'mundo vivido' metamorfoseia-se em vários lugares vividos", pois para o autor suas vidas transitam "entre situações diversas, divididas, às vezes contraditórias e até antagônicas, definidas pelos papéis de gênero" (Tedeschi, 2022, p. 15).

Em vários momentos do seu relato, Anita falou de atividades solidárias que realiza, como doação de alimentos, comidas prontas para moradores de rua, doação em dinheiro para os mais necessitados de seu bairro e encaminhamento de imigrantes que precisam de documentos à Casa do Migrante. Solidariedade justificada pelo fato de, ao longo de sua vida, em vários momentos, ter recebido muita ajuda quando necessitava.

A entrevistada conheceu outro companheiro paraguaio, com quem vive há 20 anos, tendo uma relação afetiva muito boa. Juntos tiveram uma filha que

não chegou a nascer. Situação que colocou o pai num quadro sério de depressão. Somando-se a isso, o mesmo se encontrava em situação irregular no Brasil, o que o impedia de conseguir um emprego que lhe assinasse a carteira. Para tirar o marido desta situação, Anita passou a buscar sua regularização.

> Eu paguei muito caro pelos documentos do meu marido e daí não conseguia e ele chorava, porque queria e eu não tinha como fazer. Aí quando eu comecei a trabalhar com o D... 2000, ele me falou: "Tem a Casa do Migrante". Eu cheguei até a dona T... e ela me ajudou a fazer o documento. Por isso, hoje tudo o que eu posso fazer pelos paraguaios que vêm de lá [Paraguai] eu faço. Tem muita gente que me procura, que não tem endereço, às vezes não sabe onde andar (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

A falta de informação fez com que o casal gastasse muito pelo pouco que tinham e sem sucesso. Porém, quando Anita conseguiu acessar a instituição pública, pode obter o documento que possibilitava seu marido trabalhar de carteira assinada. Atualmente, Anita encaminha muitos(as) imigrantes paraguaios(as) à instituição para regularização no Brasil. Além disso, auxilia na busca de endereço de moradia e no acesso aos serviços públicos para estes(as) imigrantes, que também têm dificuldades com o idioma.

A realidade mostra a falta de informação e conhecimento experienciada por imigrantes e migrantes retornados(as) quanto às questões legais relacionadas, entre outros aspectos, à documentação do país de destino. Por vivenciar essa realidade, a entrevistada passou a ser um ponto de referência para quem vem do Paraguai e se estabelece no bairro Jardim Jupira, localizado próximo à Ponte da Amizade. O local é caracterizado pela expressiva presença de imigrantes paraguaios(as) e árabes, que possuem ou trabalham principalmente em atividades comerciais.

Em Foz do Iguaçu, Anita acabou sendo um ponto de referência também para os outros familiares que retornaram e que vivem no município, como irmãos, mãe e avó. Dessa forma, "a experiência de mulheres destaca-se, não apenas porque vivem experiências migratórias de forma própria, mas também porque são influentes agentes no estímulo a outras migrações" (Assis, 2004, p. 61).

Vencida a dificuldade para conseguir os documentos o desafio era conse-

guir trabalho que assinasse a carteira. Porém, ao buscar emprego para o marido na LAR, ouviu como negativa do contratante que a empresa não estava contratando paraguaios, somente paraguaias. E como resposta a entrevistada lhe disse:

> Moço, pelo amor de Deus! É uma ajuda porque o meu marido está sem serviço. Realmente ele precisa porque já está fora de si, porque ele quer trabalhar fixado. [Contratante:] "Mas eu não posso!" [Anita:] "Moço, eu vou fazer uma proposta só para o senhor me ajudar e eu ajudar ele. Se o senhor o pegar esse mês e o senhor não gostar do serviço dele, ele sai e eu dou o valor que senhor vai pagar para ele num mês. Aí acho que ele ficou com dó e, ele falou: "Eu vou fazer um teste de uma semana", [Anita:] mas tá mais do que bom. Ótimo! (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Por questões da saúde, este trabalhou somente nove meses na firma. Com a saída deste emprego novamente surge o desafio de inserir o marido no mercado de trabalho. Diante disso, Anita criou a estratégia de inscrevê-lo em várias filiais do supermercado Muffato, de Foz do Iguaçu e fazer com que este fosse a todas as entrevistas. O que surpreendeu o contratante que viu o empenho do esposo da entrevistada em ir a todas as entrevistas, e assim resolveu contratá-lo.

Ainda, a entrevistada tem um papel político onde mora, lutando pela criação de um posto de saúde e creche no bairro Jardim Jupira, cobrando da autoridade máxima do município o direito de acesso à saúde pública no bairro.

> Alugaram [um local para] o posto e aí veio o prefeito para mim: "Conseguimos Anita, você pode ir na inauguração?" [Anita:] "Não vou te dar os parabéns, porque esse é alugado. Se pode ter hoje e amanhã pode não ter mais". [Prefeito:] "Não, mas nós vamos conseguir!" Depois de tanto eu brigar com os vereadores, de tanto pedir começaram a fazer o postinho (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Anita afirmou ter sofrido nesse meio político com a discriminação de colegas pelo jeito de ser, falar, comer e se vestir. A violência moral[89], para Segato

[89] Conforme Segato (2003, p. 115), essa violência é tudo aquilo que está vinculado à *"agresión emocional, aunque no sea ni consciente ni deliberada"*, comportando "*ridiculización, la coacción moral, la sospecha, la*

(2003), devido a sua invisibilidade e capilaridade, é a forma corrente e eficaz de subordinação e opressão feminina, socialmente aceita e validada. Em um evento promovido pelo prefeito de Foz do Iguaçu, em que Anita foi convidada por esta autoridade para ajudar a representar o município, essa, ao receber em sua casa o colega de trabalho que a iria levar, ouviu deste:

> "Ah, você vai ter que ir em casa, tomar um banho, se arrumar e não comer muito na hora do almoço". Eu falei assim: "Não, você nem me conhece, você não sabe como eu me alimento. Agora, eu me arrumar, eu sou o que sou. Quem quiser me aceitar, vai ter que me aceitar assim como sou" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

A entrevistada, uma pessoa muito simples em seu jeito de ser e de se vestir, se posicionou diante do comentário depreciativo do colega e reafirmou a sua identidade. A atitude de seu colega mostrou a tentativa de domesticação do feminino em que fora de certas normas, a mulher é publicamente intolerável, criando assim um corpo que não é preparado para ser agente e protagonista. Nesse caso, observa-se a busca por um corpo dócil, corpo que, para Foucault (1999, p. 163), "se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam [...]. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado".

Em contrapartida a essa situação, Anita posicionou-se: "Eu não vou mais me pôr diferente só para agradar os outros, eu sou o que sou" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022). Em outro momento de sua entrevista, relatou que: "Os outros falam assim: 'Sem pé, sem nada, não faz nada'. Não, eu faço tudo o que os outros não fazem. Limpo minha casa, cuido dos meus netos, cuido dos outros, vou para cá, vou para lá, vou trabalhar, faço as minhas coisas em casa" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022).

Na história das mulheres, segundo Tedeschi (2021, p. 50), *"el cuerpo es 'el lugar de control social' y también el lugar/espacio de resistencia, lugar de mando, de influencia"*. Nesse contexto, a entrevistada dá provas de poder e de resistência em seu corpo-território, afirmando e defendendo: "Eu sou o que sou" e mesmo

intimidación, la condenación de la sexualidad, la desvalorización cotidiana de la mujer como persona de su personalidad y sus trazos psicologicos, de su cuerpo, de sus capacidades intelectuales, de su trabajo, de su valor moral".

sem um dos pés, com condições de caminhar, "faço tudo o que os outros não fazem". Conforme (Haesbaert, 2023, p. 139), "o corpo-território" ou o corpo (humano) como território, [...], permite colocar a questão do poder também em nível individual". Esse corpo-território é a escala mínima de resistência, a qual Anita defende com firmeza.

Ao refletir sobre a sua história de vida, mais para o fim da entrevista, Anita nos disse: "Se eu soubesse escrever, eu iria fazer um livro da minha vida, porque a minha vida é uma novela, ela é triste, ela é feliz e eu me sinto vitoriosa por tudo isso. Eu vim dos meus pais, superando, depois vim superando os meus filhos, depois vim superando a vida" (Anita, Foz do Iguaçu, 12 de mai. 2022). Ao longo de sua entrevista, pela ânsia em contar a sua trajetória migratória, percebemos o desejo que tinha em deixar, de alguma forma, registrada sua história de vida, de contar como logrou superar os limites físicos e simbólicos das diversas fronteiras atravessadas.

Desse modo, Anita, ao contar sua história cheia de emoções no fim de sua narrativa, teve um sentimento de vitória, pois ao final conseguiu sobreviver e a "luta pela sobrevivência é o ponto brilhante em torno do qual toda a história, apesar de fragmentada, é tecida" (Silva MAM, 2010, p. 40). O processo de narrar sua história se apresenta "como potência" (Tedeschi, 2022, p. 43). Para Tedeschi (2022, p. 89), "esta potência criativa do devir-mulher na história [...] impede que sejamos cooptados pelo poder colonial, pelo masculino, pelo hegemônico, pela história única".

Diante de seu relato, percebemos a potência em meio a tantas formas de opressão e violência experienciadas em seu corpo, acentuadas pelo cruze de marcadores sociais em uma realidade fronteiriça. O seu relato nos mostra também como a migrante retornada tem agência na política local, mediante ações individuais visando o coletivo.

4.5. Costuras de trajetórias de mulheres brasileiras retornadas do Paraguai

Ao longo deste capítulo, buscamos mostrar porque o estudo sobre as mulheres levanta outras facetas da migração de retorno. Em suas trajetórias plurais,

fomos observando as marcas das desigualdades econômicas e sociais que caracterizaram o contexto histórico, influenciado pelo capitalismo, patriarcalismo, capacitismo, racismo, xenofobia e machismo, que afetam de formas distintas estas mulheres. Além disso, marcadores de gênero, raça, nacionalidade, classe social, geração, região e capacidade interseccionados nos mostram outras formas de retorno que outras leituras mais gerais não nos possibilitam ver.

Ao mesmo tempo, observou-se a intensidade maior na fronteira de diversas formas de violências, como violência de gênero, violência institucional e violência moral contra aquelas mulheres que carregam em seus corpos a interseccionalidade de marcadores sociais que mais sofrem com a opressão social. Percebeu-se também formas de subordinação que sofreram e que praticaram, em que o que se vê nessas interseccionalidades são atitudes condicionadas ao contexto em que vivem, mediante atitudes do humano. Entretanto, esses marcadores sociais e identitários interseccionados nos revelam diferentes e potentes formas de reação e resistência destas mulheres a cenários de opressões.

Quanto às motivações para o retorno, o estudo sobre a história das mulheres apontou que fatores como documentação, trabalho, agronegócio, conflitos no campo, demandas de busca por recursos sociais, não são os únicos. Somam-se também a violência de gênero, o cuidado para com familiares, a busca por empreender, além de questões familiares, como a prisão do cônjuge, entre outros. Tais aspectos revelam a importância da abordagem sobre a mulher migrante retornada, para que sua fala desfaça generalizações acerca das causas das migrações.

Nos seus relatos, percebeu-se a potência feminina nas estratégias de mobilidades e migrações de retorno para assegurar a si e aos(as) seus(suas) o acesso aos recursos sociais, como saúde pública, educação e aposentadoria. Constata-se, a partir desse contexto, a correlação entre cuidado e migração, em que as mulheres são agentes, além do seu papel importante nas redes sociais e familiares, tanto na migração quanto no estabelecimento, e do protagonismo de uma parcela das mulheres nas tomadas de decisão sobre a migração de retorno, mesmo que tal decisão acabou levando a quase separação ou a separação de fato.

Identificou-se, também, a potência feminina no trabalho doméstico e o inconformismo diante da exploração e precarização desse serviço no âmbito do mercado de trabalho da fronteira, bem como as estratégias visando um trabalho

digno. Evidenciou-se, ainda, a dinamicidade em realizar de forma qualificada vários trabalhos, visando o sustento dos(as) seus(suas) filhos(as), principalmente no caso das mães solo, fazendo tudo para os(as) seus(suas), assim como o protagonismo da mulher na família no campo ao retornar, e o empreendedorismo da mulher na migração de retorno. Além da agência na criação, pela parte de algumas, de transterritorialidades funcionais e afetivas entre territórios fronteiriços, para sanar demandas familiares.

Somam-se a isso tudo, além da potência feminina na resistência diante das diversas formas de violência, o posicionamento diante do racismo e outras formas de discriminação, a luta por um espaço de moradia próprio mesmo em espaços precários visando sair do aluguel, a resiliência em refazer as suas vidas na migração de retorno diante de situações limites, e a busca e conquista de sonhos pessoais. Observou-se nelas, também, o papel político na busca por direitos da comunidade, o ativismo no auxílio a imigrantes na busca por documentos e a prestação de caridade aos mais pobres em um contexto fronteiriço de desigualdades e vulnerabilidades.

Constata-se na migração de retorno, em alguns casos, que existe a permanência de papéis culturalmente atribuídos às mulheres, com algumas mudanças na ausência de membros familiares e condição física para o trabalho, no caso das mulheres camponesas. Já em outros casos, com a inserção da mulher no mercado de trabalho, nas cidades fronteiriças há uma mudança, porém ainda com sobrecarga de funções para as retornadas, principalmente nas situações em que a mulher era a chefe do lar e responsável única pelo sustento dos(as) filhos(as). Em todos os casos, a dimensão do cuidado é central nas ações desenvolvidas por essas mulheres e é o que impulsiona, por vezes, a migração de retorno empreendida por elas. No retorno, os espaços sociais ocupados são outros e, para algumas mulheres, há a possibilidade de conquistas pessoais e empoderamento.

Quanto às famílias, estas estão no centro das decisões de retorno e passam a experienciar essa migração de diversas formas, em que umas têm mais poder, outras menos, algumas retornam em sua totalidade, outras se fragmentam. Ou seja, há racionalidades sobre quem retorna. Além disso, filhos(as) ou pais são o elo para o retorno tanto ao Brasil quanto ao Paraguai. Ou casais se dividem entre os dois países mostrando a dinamicidade dessas famílias fronteiriças, levando a

rearranjos familiares. Além do mais, entre os casais, o retorno é diverso na tomada de decisão.

Por fim, juntando os pontos de dores e potências presentes nas trajetórias das 10 migrantes retornadas entrevistadas, percebe-se que existem realidades diversas que denotam a complexidade e multidimensionalidade dos retornos, demonstrando como diferentes mulheres se posicionam de diferentes formas ao retornarem ao Brasil. E assim, estudo acerca da questão da migração de retorno buscou mostrar as variáveis em torno desse fenômeno migratório que segue na atualidade. Porém, temos ciência de que a migração de retorno possui uma complexidade que não se esgota no recorte estudado.

Considerações finais

"As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar"

(Adichie, 2019, p. 16).

Conclui-se que a emigração de brasileiros(as) ao Paraguai fez parte da política de aproximação entre os dois países, concretamente expressada na formulação de acordos entre ambos e efetivação de obras, favorecendo os(as) brasileiros(as) quanto à compra de terras no país vizinho. Além disso, ao longo da história do Brasil e do Paraguai, nos séculos XIX e XX, apostou-se na presença exógena de imigrantes, principalmente de europeus, para o desenvolvimento agrícola. Ambos os países, cada um em seu tempo, visam uma política de modernização no campo, buscando o desenvolvimento econômico do setor agrícola.

Porém, esse processo, no caso brasileiro, nos estados da região Sul, foi bastante seletivo, excludente e contraditório. Pois, se de um lado, a modernização conservadora levou a um aumento da produção agrícola, à mecanização das ati-

vidades do campo, à elevação do valor da terra e à geração de riquezas; por outro, aumentou o problema da concentração de terra nas mãos de poucos(as), acarretou na expulsão dos(as) pequenos(as) agricultores(as) que não possuía recursos para fazer frente a essa nova realidade, e ocasionou a expulsão de trabalhadores(as) do campo, já que não havia oferta de trabalho no interior do Brasil para esses(as).

Dessa forma, a emigração tem como causas diretas o processo de modernização num contexto em que ocorriam movimentos espontâneos em busca de terras e trabalho no campo em novas fronteiras agrícolas, devido, em muitos casos, ao fracionamento das pequenas propriedades de origem entre seus(suas) membros(as) e à construção da Usina Hidrelétrica Itaipu, que acarretou a expulsão de inúmeras famílias lindeiras do Rio Paraná, das áreas afetadas no estado do Paraná. Assim sendo, a proposta de modernização agrícola na região Leste paraguaia, especificamente no Departamento de Alto Paraná, baseada no desmatamento e práticas agrícolas, aos moldes da região Sul do Brasil, possibilitou que pequenos(as) agricultores(as), filhos(as) de agricultores(as) que não tinham terras no Brasil, trabalhadores(as) remunerados(as) do campo, médios(as) e grandes proprietários(as) brasileiros(as) fossem atraídos(as) para aquele país e conseguissem terras ou trabalho.

É importante ter presente, a partir dos casos que analisamos, que o processo migratório de brasileiros ao Paraguai foi constituído por emigrantes de distintas classes sociais, formados por diversos grupos étnicos/raciais, de várias faixas etárias e gênero. Além disso, houve dois fluxos de emigração brasileira bastante distintos que adentraram o Paraguai em busca de terras, arrendamentos ou trabalho remunerado no campo: um que partiu dos estados do Sul do Brasil, em alguns casos, realizando uma migração ao estado do Paraná antes de entrar no país vizinho; e outro, que partiu dos estados do Nordeste e que passou pela região Sudeste e Paraná, para depois emigrar além das fronteiras internacionais. Nesse sentido, as trajetórias migratórias dos sujeitos são múltiplas, com algumas semelhanças, mas com muitas diferenças quanto aos recursos financeiros e aos elementos socioculturais. E mesmo dentro de cada trajetória, havia diferenças.

Esta emigração, como atestam as diversas trajetórias de imigrantes aqui analisadas, aconteceu por meio de redes sociais, familiares, entre outras. Por ve-

zes, constituídas por aqueles(as) que já haviam emigrado e que, ao retornarem, acabaram incentivando a compra de terras e a emigração de conhecidos(as) ou familiares para o Paraguai, indicando a existência de estratégias, articulações e protagonismo do(a) migrante dentro dos seus movimentos migratórios. Junto a isso, as ações das redes se faziam visíveis ainda no processo de inserção dos(as) imigrantes naquele país, em especial, nos primeiros anos de fixação, momento em que os desafios para o estabelecimento eram maiores.

Do mesmo modo, é necessário considerar o contexto político de ditadura, tanto no Brasil quanto no Paraguai, que no caso da inserção de brasileiros(as) neste último país manifestou-se – por vezes, e como atestaram os relatos de entrevistados(as) – favorável à presença de um grupo de imigrantes e desfavorável para outro grupo, afetando-os(as) de diversas formas, dentro de uma conjuntura de violências institucionais praticadas pelo regime político, dando também ideia de que havia uma política de seletividade voltada a um perfil de imigrante de descendência europeia.

Entre os(as) imigrantes brasileiros(as), destacamos o papel fundamental das redes criadas entre os dois países, entre esses(as) imigrantes e não imigrantes, sejam elas transnacionais ou transfronteiriças. Tais redes estão presentes na questão da economia, identidade, política e relações familiares e sociais, pois a análise mostrou que sustentam práticas econômicas, especialmente as vinculadas ao agronegócio. Preservam aspectos da cultura regional e nacional, sendo o elemento de maior visibilidade à língua portuguesa em solo paraguaio. Defendem os interesses políticos desses(as) imigrantes em ambos os países e viabilizam a mobilidade de sujeitos fronteiriços entre os dois países, visando a defesa de seus interesses e a busca por benefícios e direitos em ambos territórios nacionais. Além disso, facilitam migrações de retornos de brasileiros(as), principalmente vinculados à busca por recursos sociais vinculados à saúde, devido aos limites dos serviços públicos fornecidos pelo país de destino na região de fronteira.

No país de destino, é imprescindível considerar que o processo de modernização agrícola e, posteriormente, o agronegócio – no modelo neoextrativista, aliado às empresas transnacionais, na maioria brasileiras – transformou a região Leste do Paraguai em uma das mais ricas. Ainda, a rede formada por uma parcela de brasileiros(as), relacionada ao agronegócio, possui forte influência econômi-

ca e política, dando exemplo de seu poder nas mobilizações articuladas por estes e cooperativas agrícolas para a destituição do presidente Fernando Lugo.

Entretanto, essa dinâmica agrícola é composta de contradições, pois, se de um lado levou ao crescimento econômico desta região e do país como um todo; de outro lado, acentuou a desigualdade econômica e social, uma vez que essa riqueza concentrou-se nas mãos de poucos, acelerando o processo concentração e estrangeirização das terras, aumentando os conflitos no campo entre uma parcela de brasileiros e paraguaios, sendo causa de sérios problemas ambientais, como o desmatamento e o uso abusivo de agrotóxicos. Situações estas que acabam ocasionando o êxodo rural de paraguaios(as) e indígenas desassistidos(as), muitas vezes, por políticas públicas para permanecerem no campo. Além de levar ao êxodo rural de uma parcela de pequenos(as) agricultores(as) brasileiros(as) pobres ou com pouco capital e trabalhadores(as) remunerados(as) do campo que, em muitos casos, acabaram retornando ao Brasil.

Somam-se a isso, ao longo da história do Paraguai, a distribuição de terras e a titulação das propriedades, foram permeadas por irregularidades, situação que ocasionou a migração de retorno de muitos(as) brasileiros(as) ou, em outros casos, a permanência em uma situação insegura e a luta em defesa da legitimidade de suas propriedades. Além do mais, a situação jurídica irregular perpassou a esfera pessoal e essa irregularidade em torno da documentação como imigrante tornou incerta a presença de uma parcela de brasileiros(as) no país vizinho e acabou, ao longo do período por nós analisado, provocando o retorno de imigrantes brasileiros(as).

Na migração ou mobilidade na fronteira, ficou evidente que, por parte de uma parcela de migrantes retornados(as) ou imigrantes ainda no Paraguai, as circularidades entre os dois países ou as idas e vindas constantes, motivadas por trabalho, demandas sociais e questões afetivas, levaram à criação de territórios de trânsitos ou transterritorialidades (Mondardo, 2018a), mostrando que os retornos são ainda mais complexos. Esses trânsitos entre territórios fronteiriços são desenhados por meio de redes sociais e familiares transfronteiriças.

Percebemos, também, através da análise de alguns elementos da identidade e territorialidades trazidos pelas falas, a construção de multiterritorialidades e transterritorialidades na migração de retorno e distintas percepções desses(as)

migrantes retornados(as) sobre os lugares de inserção. Pode-se observar em alguns casos os choques, tensões e conflitos entre territorialidades, que acabam criando transterritorialidades tanto no Paraguai como no Brasil com o retorno para o município de origem.

Ainda, quanto à migração de retorno, as narrativas evidenciaram a sua multiplicidade de formas. A "fronteira em movimento" (Albuquerque, 2005a), com a presença de brasileiros(as) em território paraguaio, pode levar como percebemos o(a) filho(a) de imigrante, nascido(a) no Paraguai, a se perceber como um(a) retornado(a) ao emigrar para o Brasil. Já entre imigrantes brasileiros(as) no Paraguai, identificamos o desejo de retornar e de permanecer, motivado por diversas causas. Ao mesmo tempo, a análise dos relatos apontou que, entre a maioria dos(as) migrantes retornados(as), essa experiência migratória é a última. Entretanto, vimos que, em algumas situações, a migração de retorno não representa o fim. Sobre essa modalidade de retorno, a história de vida de um migrante retornado transmigrante mostrou a complexidade do retorno na fronteira pelos seus múltiplos deslocamentos entre os dois países.

Com relação às causas das migrações de retorno, contextualizou-se, brevemente, os retornos de brasileiros(as) a partir da década de 1980, período em estes se intensificaram, em que vimos que as motivações estavam vinculadas, em grande parte, aos conflitos no campo, ao fim dos arrendamentos, a implantação do programa de reforma agrária no Brasil e à irregularidade de propriedades.

Nos diversos casos de retornos estudados, apareceram múltiplas causalidades de retorno, como as relacionadas ao agronegócio, que dificultaram a permanência no campo de pequenos(as) agricultores(as) pelos altos custos de investimento no setor; o preconceito por ser brasileiro e a insegurança sentida por imigrantes fora do país; a busca por serviços públicos ligados à saúde, à educação e à aposentadoria ou benefício previdenciário; a irregularidade quanto à documentação pessoal; a busca pela proximidade com familiares devido ao isolamento ocasionado por migrações, em muitos casos, migrações de retorno; e a busca por trabalho e a aquisição de terras. Entretanto, é importante frisar que, em nossos trabalhos de campo, a busca por saúde pública surgiu com um expressivo número entre as causas do retorno.

Ao mesmo tempo, quando consideramos os relatos de migrantes retorna-

das, visualizamos outras motivações diferentes para a migração de retorno, como a violência de gênero, o cuidado para com familiares, a busca por empreender e questões familiares, como a prisão do cônjuge. O que revela a necessidade de os estudos migratórios terem uma abordagem sobre a mulher migrante para desfazer possíveis generalizações sobre as causas deste fenômeno.

Sobre a migração de retorno, os relatos apontaram o papel importante das redes, vínculos transfronteiriços ou transnacionais, que envolvem, na maioria, familiares, na sequência, amigos(as) e conhecidos(as), mantidos pelos(as) imigrantes durante a estadia fora do país, puderam auxiliar na reinserção laboral e social dos(as) migrantes retornados(as) em espaços estratégicos e familiares para estes(as), como a fronteira entre os dois países ou o lugar de origem/retorno.

Nas trajetórias de mulheres plurais, observamos as marcas das desigualdades econômicas e sociais que caracterizaram o contexto histórico, influenciado pelo capitalismo, patriarcalismo, capacitismo, racismo, xenofobia e machismo, que afetam de maneiras distintas estas mulheres, através de diversas formas de violência, subordinação e opressões. Marcadores de gênero, raça, nacionalidade, classe social, região, geração e capacidade interseccionados mostram mulheres posicionadas de diferentes formas no retorno, algo que outras leituras mais gerais não nos possibilitaram visualizar.

A depender dos marcadores sociais e identitários de cada migrante retornado(a) percebe-se quanto a experiência de retorno é distinta. Essa pluralidade de retornos torna-se ainda mais distinta nas histórias de mulheres retornadas, tanto para a fronteira como para municípios de origem. Se entre elas estes mesmo marcadores interseccionados revelam situações de opressões que se dão no âmbito doméstico e social, por outro lado estes mesmos marcadores revelam a potência feminina nos processos migratórios, no estabelecimento nos novos lugares de destino, nos espaços laborais e nos demais espaços em que elas se fazem presente.

Contudo, ao focarmos nosso olhar nestas mulheres diversas, constatamos, em suas migrações de retorno, a potência feminina nas estratégias de mobilidades e migrações de retorno para assegurar para si e para os(as) seus(suas) o acesso aos recursos sociais, como saúde pública, educação e aposentadoria. Evidenciamos o protagonismo delas na tomada de decisão sobre a migração, além da agência das mesmas nas redes, tanto na migração de retorno quanto no estabelecimento.

No lugar de moradia, essa potência feminina revela-se na resiliência de muitas em refazer as suas vidas diante de situações limites, na resistência diante das diversas formas de violência e no posicionamento diante do racismo e outras formas de discriminação, na defesa de um espaço de moradia próprio, na conquista de sonhos pessoais, na procura por direitos pessoais, no papel político na reinvindicação de direitos da comunidade, no auxílio a outros(as) imigrantes na regularização jurídica e na prestação de caridade aos mais pobres, num contexto fronteiriço de diferentes desigualdades e vulnerabilidades.

Na inserção laboral, os relatos de mulheres mostraram a potência feminina quanto ao inconformismo diante da exploração e precarização do trabalho doméstico; nas estratégias visando um trabalho digno; na vontade em aprender diversos trabalhos e desempenhá-los bem, visando o sustento de seus(suas) filhos(as); e na persistência diante das barreiras impostas no mercado de trabalho para pessoas com necessidades especiais. Constatou-se, ainda, o protagonismo da mulher na família, no contexto rural, no trabalho doméstico e no cuidado aos(as) seus(suas), bem como em relação ao empreendedorismo no retorno. E agência delas na formulação de territórios de trânsito (Mondardo, 2018) na fronteira, a fim de sanar demandas familiares.

Na migração de retorno, verificam-se mudanças e permanências de papéis culturalmente atribuídos às mulheres. Entretanto, havia uma sobrecarga de funções para as retornadas inseridas na fronteira, principalmente para as mães solo. No retorno, os espaços sociais ocupados para algumas eram outros e, para outras, havia a possibilidade de conquistas pessoais e empoderamento. Em todas trajetórias, a dimensão do cuidado era central nas ações desenvolvidas por essas mulheres no retorno.

Já no estudo com as famílias, notamos que elas estavam no centro das decisões de retorno e o experienciaram de distintas maneiras, em que alguns membros destas tinham mais poder, já outros, tinham menos. Algumas famílias retornaram em sua totalidade, outras se fragmentaram. Além disso, filhos(as) ou pais eram o elo para o retorno, tanto ao Brasil quanto ao Paraguai. Ou casais se dividem entre os dois países, mostrando a dinamicidade dessas famílias fronteiriças que, por sua vez e em alguns casos, levavam aos rearranjos familiares.

Diante do que foi exposto, pode-se concluir que o retorno, dentro do re-

corte espacial e temporal deste estudo e a partir das entrevistas realizadas, aconteceu de múltiplas formas e por diversas causas, o que denota a sua multidimensionalidade. O estudo sinaliza ainda para a complexidade, a dinamicidade e as desigualdades que envolvem este processo migratório quando o recorte passa a considerar a pluralidade de histórias de vidas que o constituem. Pois, como a epígrafe de Adichie (2019, p. 16) nos lembra, "as histórias importam" e, para o nosso caso, entendemos que muitas e distintas histórias de migrações de retorno importam e ajudam a entender as várias camadas deste fenômeno migratório, podendo ser utilizadas para "empoderar e humanizar" seus(suas) autores(as), que, muitas vezes, não têm considerada como importante suas versões dos fatos históricos que vivenciam.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo da história única**. Tradução de Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGUIAR, Vilênia Venâncio Porto. O trabalho das mulheres nos espaços rurais: algumas reflexões. **Raízes**, v. 37, n. 2, p. 134-149, 2017.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, 2019.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais:** a imigração brasileira no Paraguai. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005a.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Campesinos paraguayos y "brasiguayos" en la frontera este del Paraguay. *In*: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial (Compiladores). **Enclave sojero merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005b. p. 157-190.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. A dinâmica das fronteiras: deslocamento e circulação dos "brasiguaios" entre os limites nacionais. **Horizontes Antropológicos**, v. 15, n. 31, p. 137-166, 2009.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Limites e paradoxos da cidadania no território fronteiriço: o atendimento dos brasiguaios no sistema público de saúde em Foz do Iguaçu (Brasil). **Geopolítica(s)**, v. 3, n. 2, p. 185-205, 2012.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História:** a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. **Fronteiras**, v. 10, n. 17, p. 55-67, 2008.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar:** as fronteiras da discórdia. São Paulo: Cortez, 2017.

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANGELIN, Paulo Eduardo. **Mulheres migrantes no contexto das fronteiras de gênero e arranjos familiares.** 2012. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

ANZALDÚA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**: la nueva mestiza. Tradução de Carmen Valle Simón. Madrid: Capitán Swing, 2016.

AQUINO, Silva Lima de; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Disseminação da noção "agricultura familiar" no Paraguai: uma análise da entrada do termo na agenda do Estado e na academia. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 9, n. 5, p. 963-994, 2020.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. **De Criciúma para o mundo:** os novos fluxos da população brasileira e os rearranjos familiares e de gênero. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

ASSIS, Gláucia de Oliveira. Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 745-772, 2007.

BACZKO, Bronislaw. "Imaginação Social". *In*: ROMANO, Ruggiero (org.). **Enciclopédia Einaudi**. v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985. p. 296-332.

BALLER, Leandro. **Cultura, Identidade e Fronteira**: transitoriedade Brasil/Paraguai (1980-2005). 2008. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2008.

BALLER, Leandro. **Fronteira e fronteiriços:** a construção das relações sociais e culturais entre brasileiros e paraguaios (1954-2014). 2014. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2014.

BALLER, Leandro; FLORENTÍN, Carlos Gomes. Brasileiros e paraguaios: entre práticas e teorias Fronteiriças. *In:* CRESTANI, Leandro de Araújo *et al* (org.). **História, fronteiras e territórios:** a construção do espaço agrário. Toledo: Fasul, 2016. p. 106-133.

BALLER, Leandro; MONDARDO, Marcos Leandro. A luta pela terra na fron-

teira do Paraguai com o Brasil ao longo século XX e início do XXI: migrações, conflitos, brasiguaios e carperos. **Estudios Paraguayos**, v. 37, n. 2, p. 37-67, 2019.

BALLER, Leandro; SANTOS, Geovana dos. Ramón Fogel: breves perspectivas histórico-sociais nas relações entre Brasil e Paraguai. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 8, n. 16, p. 1-10, 2014.

BASSANEZI, Maria Sílvia. Migrações internacionais. Mulheres que vêm, mulheres que vão. *In*: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (org.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013. p. 169-191.

BASSI, Bruno Stankevicius. **Cooperativas encabeçadas por brasileiros protagonizaram impeachment de Lugo.** 2018. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2018/08/26/cooperativas-encabecadas-por-brasileiros-protagonizaram-impeachment-de-lugo/. Acesso em: 19 fev. 2024.

BATISTA, Luiz Carlos. **Brasiguaios na Fronteira**: caminhos e lutas pela liberdade. 1990 Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo:** a experiência vivida. Tradução de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BÓGUS, Lúcia Maria Machado; BAENINGER, Rosana; MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Migração Internacional na América do Sul: o contexto brasileiro. **Travessia - Revista do Migrante,** v. 32, n. 87, p. 23-44, 2019.

BORGES, Lize. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, v.1, n. 1, p. 1-23, 2020.

BOTEGA, Tuíla; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu (org.). **Migrações Internacionais de Retorno no Brasil.** Brasília: Relatório, 2015.

BRAGA, Fernando Gomes. **Conexões territoriais e redes migratórias:** uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. 2011. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da agricultura**: trigo e soja. Ijuí: Fidene, 1985.

BRUN, Diego Abente. **El régimen Stronista**: natureza, sustento y longevidad. Asunción: El lector; ABC Color, 2014.

CABALLERO, Edegar Gimenez. **Introducción al sector salud del Paraguay:** una aproximación conceptual y metodológica para el análisis sectorial. Asunción: Instituto Desarrollo, 2012.

CANESE, Ricardo. Paraguay: la peligrosa restauración neoliberal. *In*: VILLA-

GRA, Luis Rojas (coord.). **Neoliberalismo en América Latina.** Crisis, tendencias y alternativas. Asunción: Clacso, 2018. p. 241-259.

CARDIN, Eric Gustavo. Trabalho e práticas de contrabando na fronteira do Brasil com o Paraguai. **Geopolítica(s)**, v. 3, n. 2, p. 207-234, 2012.

CARDOZO**,** Hugo Pereira. **Acesso à terra no Paraguai.** Tradução de Victor Moreto. Le Monde Diplomatique Brasil. 2021. Disponível em: https://diplomatique.org.br/acesso-a-terra-no-paraguai/. Acesso em: 13 nov. 2022.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CASSARINO, Jean-Pierre. Teorizando sobre a migração de retorno: uma abordagem conceitual revisitada sobre migrantes de retorno. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana,** v. 21, n. 41, p. 21-54, 2013.

CASTILHO, Alceu Luís; BASSI**,** Bruno Stankevicius. **Proprietários brasileiros têm 14% das terras paraguaias.** 2017. Disponível em: https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/06/proprietarios-brasileiros-tem-14-das-terras-paraguaias/. Acesso em: 13 nov. 2021.

CASTRO, Yeim Claudia. **Extranjero en mi propia tierra**: procesos familiares de retorno en Colombia. 2016. Tese (Doctorado en Estudios de Población) – El Colegio de México, México, 2016.

CASTRO, Yeim. Retorno y familia en los estudios migratorios: una revisión de campo. **Migraciones**, n. 50, p. 147-172, 2020.

CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira:** a perversidade da modernidade. Cascavel: EDUNIOESTE, 2002.

CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sònia. El retorno desde una perspectiva transnacional. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana,** v. 21, n. 41, p. 9-20, 2013.

CHONG, Natividad Gutiérrez. Interseccionalidade. *In*: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2.ed. Dourados: UFGD, 2019. p. 427-433.

COLLING. Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais,** a construção histórica do corpo feminino. Dourados: UFGD, 2014.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA (CVJ). **Tierras mal habidas**: informe final. *In*: Tomo IV- Tierras mal habidas. Asunción: J C Medina, 2008.

COMISIÓN DE VERDAD Y JUSTICIA (CVJ). **Las secuelas de las violaciones de derechos humanos la experiencia de las víctimas**: informe final anive haguã oiko. Asunción: J C Medina, 2008.

COMISSÃO DE ESPORTE E SAÚDE. **Observatório RS de atividade físicas, esporte e saúde para idosos.** 2022. 36p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Sem terra e sem rumo**. Marechal Cândido Rondon: Secretariado Regional do Paraná, 1979.

COSTA, Jessica Ausier da. As relações bilaterais Brasil-Paraguai e a problemática dos "brasiguaios". **Revista Habitus**, v. 7, n. 1, p. 60-75, 2009.

COSTA, Nathalia Soledad da. **Conflictos por la regulación de la propiedad de la tierra en Paraguay**. 2017. Tese (Doutorado em Direito) – Pontificia Universidad Catolica de Chile, Santiago, 2017.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 10, p. 171-188, 2002.

DIAS, Gonçalves. Canção do exílio. **Cinco estrelas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

DIRECCIÓN GENERAL DE ESTADÍSTICAS ENCUESTAS Y CENSOS. Alto Paraná. **Condiciones de vida 1997/98-2018**. 2018. Disponível em: https://www.dgeec.gov.py/Publicaciones/resultados%20de%20la%20EPH%202018/10.%20ALTO%20PARANA/1.%20Alto%20Parana%202018.%20Condiciones%20de%20Vida.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

DOMENECH, Eduardo. Pandemia y control de fronteras en el espacio sudamericano. *In*: VELASCO, Soledad Álvarez et al. **(Trans)Fronteriza:** (in)movilidades en las Américas y COVID-19. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 17-23.

DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio Prata (1822-1994)**. Brasília: FUNAG, 2014.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Tempo e Argumento**, v. 4, n. 1, p. 5-22, 2012.

DOURADO, Simone; SILVA, Daiany Cris. Sobre velhices e protagonismos femininos: questões de gênero e geração. **Gênero**, v. 22, n.1, p. 1-22, 2021.

DURAND, Jorge. Los inmigrantes también emigran: la migración de retorno como corolario del proceso. **Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana,** v. 14, n. 26/27, p. 167-189, 2006.

DRUMMOND, Pimentel Mary. Elementos para uma análise do machismo. **Perspectivas**, v. 3 p. 81-85, 1980.

EDUARDO GALEANO: SANGUE LATINO. 2018. Publicado por Canal Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=47aFAIDierM&t=314s. Acesso em: 24 mar. 2024.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge

Zahar, 2000.

ESPÓSITO NETO, Tomaz**.** As relações brasileiro-paraguaias na era Pós-Lugo: uma análise prospectiva*.* Porto Alegre: **Conjuntura Austral**, v. 3, p. 17-33, 2012.

FARINA, Bernardo Neri. **La Decadencia Stronista**. Asunción: El Lector; ABC Color, 2014.

FAZITO, Dimitri. Dois aspectos fundamentais do "retorno": símbolos e topologias dos processos de migração e sua circularidade. *In:* ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 2005, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: CEDEPLAR, 2005, p. 1-16.

FAZITO, Dimitri. Análise de Redes Sociais e Migração. Dois aspectos fundamentais do "retorno". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 89-100, 2010.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FELIÚ, Fernanda. **Los Brasiguayos II**: ¿Bandeirantes modernos? Asunción: 2017.

FERRARI, Carlos Alberto. Brasiguaios na Fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo e na cidade. **Revista Pegada**, v. 8, n. 2, p. 115-129, 2007.

FERRARI, Carlos Alberto. **Dinâmica territorial na(s) fronteira(s):** um estudo sobre a expansão do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no norte do Departamento de Alto Paraná, Paraguai. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

FIORENTIN, Marta Izabel. **A experiência de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

FIORENTIN, Marta Izabel. **Imigrantes brasileiros radicados no Paraguai (1970-2016)**: relações socioculturais entre os imigrantes e seus descendentes e a sociedade paraguaia Curitiba. 2017. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

FLORENTÍN, Carlos Gómez. 1954. **El contexto histórico**. Asunción: El lector; ABC Color, 2014.

FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.

FOGEL, Ramón. Efectos socioambientales del enclave Sojero. *In*: FOGEL, Ramón; RIQUELME, Marcial. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005. p. 36-117.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel

Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRASSON, Margarete; SCHLOSSER, Marli Terezinha Szumilo. O aluno brasiguaio no contexto do Mercosul: o movimento e a invisibilidade como tática de sobrevivência na Tríplice Fronteira (BR, PY e AR - 2002-2011). **Geosul**, v. 32, n. 65, p. 182-198, 2017.

FUSCO, Wilson. Migração e Redes Sociais: a distribuição de brasileiros em outros países e suas estratégias de entrada e permanência. *In*: Ministério das Relações Exteriores (org.). **Brasileiros no mundo**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. v.1. p. 159-180.

FUSCO, Wilson; SOUCHAUD, Sylvain. De volta para a casa: a distribuição dos brasileiros retornados do exterior. *In*: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais [...]** Caxambu: ABEP, 2008. p. 1-18.

GALEANO, Luis A. El caso de Paraguay. *In*: BAQUERO, Fernando Soto; GÓMEZ Sérgio. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y Caribe**: concentración y extranjerización. Roma: FAO, 2012.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água**: o conflito de Itaipu. 2. ed. Salvador: ULBRA/EDUFBA, 2003.

GLAUSER, Marcos. **La extranjerización del territorio paraguayo**. Asunción: BASE-IS, 2009.

GNOATTO, Vanucia. **Migrações, Trajetórias, Retornos**: imigrantes brasileiros no Paraguai (1970-2018). 2020. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2020.

GOETTERT, Jones Dari. **O espaço e o vento:** olhares da migração gaúcha para o Mato Grosso de quem partiu e de quem ficou. Dourados: Editora UFGD, 2008.

GOETTERT, Jones Dari. Fronteiras na fronteira: "falas atravessadas" entre Brasil e Paraguai. **Revista Geonorte**, v.7, n. 1, p. 748-766, 2013.

GOETTERT, Jones Dari; MONDARDO, Marcos Leandro. Brasil migrante: Gentes, lugares e transterritorialidades, **Geographia,** v. 11, p. 101-136, 2009.

GÓMEZ, Lauro Felipe Eusébio. Ser pardo: o limbo identitário-racial brasileiro e a reivindicação da identidade. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 5, n. 1, p. 66-78, 2019.

GONÇALVES, Alfredo José. Apresentação. *In*: ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni (org.). **Realidade migratória na Diocese de Foz do Iguaçu**: tendências de mobilidade humana nas três fronteiras. Porto Alegre: Renascença, 2006.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1984. **Estudos Históricos**, v. 6, n. 12, p. 211-246, 1993.

GREGORY, Valdir. **Eurobrasileiros e o espaço colonial:** migrações no Oeste do Paraná (1940 -1970). 2. ed. Cascavel: Edunioeste, 2008.

GUIZARDI, Menara; VALDEBENITO, Felipe; LÓPEZ, Eleonora; NAZAL, Esteban. ¿Transnacionales o transfronterizas? Repensando las experiencias migratorias familiares en zonas de frontera. *In*: GONZÁLVEZ, Herminia; CIENFUEGOS, Javiera (coord.). **Familias transnacionales:** un campo en construcción en Chile. Santiago: Crann editores, 2018. p. 147-182.

GUIZARDI, Menara. Habitar la interseccionalidad. Ficciones identitarias y violencias de género en las fronteras nacionales. *In*: VERA, Antonieta; AGUILERA, Isabel; FERNÁNDEZ, Rosario (coord.). **Nación, otredad, deseo:** producción de la diferencia en tiempos multiculturales. Santiago de Chile: Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2019. p. 141-182.

GUIZARDI, Menara. Las mujeres y las regiones fronterizas latinoamericanas: movilidades, violencias y agencias. **Nueva Sociedad,** n. 289, p. 70-80, 2020a.

GUIZARDI, Menara. El cuidadómetro fronterizo: Sobrecarga femenina y estrategias de movilidad en la Triple Frontera del Paraná. **Vibrant**, v. 17, p. 1-28, 2020b.

GUIZARDI, Menara; TORRALBO, Herminia Gonzálvez; CONTRERAS, Eleonora López. Dialécticas de la oportunidad: estrategias femeninas de movilidad, cuidado y protección social entre Paraguay y Brasil. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 65, n. 240, p. 487-526, 2020.

GUIZARDI, Menara. La urdimbre de las fronteras. Experiencias femeninas entre la violencia y el cuidado. *In:* GUIZARDI, Menara (ed.). **Patriarcado de ultraintensidad:** cuidados y violencia de género en la Triple-Frontera del Paraná. Santiago: Ocho Livros, 2023. p. 17-42.

GUIZARDI, Menara; VALDEBENITO, Felipe; MARDONES, Pablo. Doblegar mujeres, conquistar naciones. *In:* GUIZARDI, Menara (ed.). **Patriarcado de ultraintensidad:** cuidados y violencia de género en la Triple-Frontera del Paraná. Santiago: Ocho Livros, 2023. p. 83-112.

GUIZARDI, Menara; NAZAL, Esteban; MAGALHÃES, Lina. Llevar la familia en el cuerpo. *In:* GUIZARDI, Menara (ed.). **Patriarcado de ultraintensidad:** cuidados y violencia de género en la Triple-Frontera del Paraná. Santiago: Ocho Livros, 2023. p. 141-166.

GUIZARDI, Menara; STEFONI, Carolina; MAGALHÃES, Lina; NAZAL, Esteban. "Yo era este sueño". *In:* GUIZARDI, Menara (ed.). **Patriarcado de ultraintensidad:** cuidados y violencia de género en la Triple-Frontera del Paraná. Santiago: Ocho Livros, 2023. p. 167-182.

GUIZARDI, Menara; LÓPEZ, Eleonora; VALDEBENITO, Felipe. Articulaciones públicas de la violencia. *In:* GUIZARDI, Menara (ed.). **Patriarcado de ultrain-**

tensidad: cuidados y violencia de género en la Triple-Frontera del Paraná. Santiago: Ocho Livros, 2023. p. 213-236.

GUIZARDI, Menara; LÓPEZ, Eleonora; GONZÁLVEZ, Herminia. Las violencias del cuidado. *In:* GUIZARDI, Menara (ed.). **Patriarcado de ultraintensidad:** cuidados y violencia de género en la Triple-Frontera del Paraná. Santiago: Ocho Livros, 2023. p. 237-260.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: a rede "gaúcha" no Nordeste**.** Niterói: EDUF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. Territorialidades "gaúchas" e a formação de redes regionais e transnacionais. *In*: VERDUM*,* Roberto; BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes (org.). **Rio Grande do Sul:** paisagens e territórios em transformação. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. p. 277-300.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.

HAESBAERT, Rogério. A corporificação 'natural' do território: do territicídio à multiterritorialidade da terra. *In*: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio José, CHIMIN

JUNIOR, Alides Baptista (org.). **Corpos e Geografias**: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. p. 133-160.

HAESBAERT, Rogério; BÁRBARA, Marcelo de Jesus Santa. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. **Geographia**, v. 3, n. 5, p. 45-65, 2001.

HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos Leandro. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **Geographia**, v. 12, n. 24, p. 19-50, 2010.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2010.

HERRERA, Gioconda. Género y migración internacional en la experiencia latino--americana: de la visibilización del campo a una presencia selectiva. **Revista Política y Sociedad,** v. 49, n. 1, p. 35-46, 2012.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução de Fátima Murad. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

INSTITUTO DE PREVISIÓN SOCIAL PARAGUAY. **Reseña historica**. Disponível em: https://portal.ips.gov.py/sistemas/ipsportal/contenido.php?sm=1. Acesso em: 18 fev. 2024.

KARSBURG, Alexandre. A micro-história e o método da microanálise na construção de trajetórias. *In*: VENDRAME, Maíra Ines et al. (org.). **Ensaios de Micro-**

-História, trajetórias e imigração. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2015. p. 32-52.

KONCHINSKI, Vinicius. **A crise dos indígenas Avá-Guarani desterrados por Itaipu**. Instituto Humanitas Unisinos. 2021. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/categorias/613990-a-crise-dos-indigenas-ava-guarani-desterrados-por-itaipu. Acesso em:19 jun. 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, v. 28, p. 1-20, 2023

LAGO, Mayra Coan. **Política migratória brasileira e comparada na América do Sul**. São Paulo: Centro de Estudos Migratórios – CEM, 2021.

LAINO, Luis Domingo. Paraguay-Brasil: de la dependencia al desafío del entendimiento. **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas***,* v. 30, n. 2, p. 21-34, 2023.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional:** imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Ed. da Unesp, 2001.

LOBO, Carlos; MATOS, Ralfo; TEIXEIRA, Rodrigo. Novas territorialidades e a mobilidade espacial dos imigrantes procedentes do Paraguai residentes no Brasil. *In:* CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE POPULAÇÃO, 3., 2008, Córdoba. **Anais** [...]. Córdoba, 2008. p. 1-12.

MAGALHÃES, Lina. Habitar entre fronteras: un estudio teórico sobre mujeres migrantes y hogares transnacionales y transfronterizos. **Estudios Fronterizos**, v. 22, p. 1-25, 2021.

MARINUCCI, Roberto. Trabalhadoras domésticas migrantes: invisibilidade, cuidado e lutas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 30, n. 65, p. 7-12, 2022.

MARQUES, Barbara Marciano. Las mujeres y la reproducción de la vida: tejiendo relaciones entre cuidados, género y migración. *In:* DONDÉ, Nyzelle Juliana (org.). **Fuerza de la vida:** Mujeres migrantes retornadas con discapacidad física y cuidadoras de migrantes. Brasília: CSEM, Pastoral de Movilidad Humana, 2022. p. 27-42.

MARQUES, Denise Helena França. **Circularidade na fronteira do Paraguai e Brasil:** o estudo de caso dos "brasiguaios". 2009. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo social**, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira:** a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço:** uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDINA, Édgar. **Denuncian inminente despojo de tierras con** títulos dobles. 2017. Disponível em: https://www.ultimahora.com/denuncian-inminente-despojo-tierras-titulos-dobles-n1099601.html. Acesso em: 22 nov. 2019.

MEDINA, Édgar. **Colonos evitan desalojo tras medida de fuerza.** 2018. Disponível em: https://www.ultimahora.com/colonos-evitan-desalojo-medida-fuerza-n1128432.html. Acesso em: 22 nov. 2019.

MEDINA, Édgar. **Colonos bloquean acceso de Nueva Asunción para evitar desalojo.** 2018. Disponível em: https://www.ultimahora.com/colonos-bloquean-acceso-nueva-asuncion-evitar-desalojo-n1128421.html. Acesso em: 22 nov. 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; HOLANDA, Fabiola (org.). **História oral:** como fazer e como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; SEAWRIGHT, Leandro. **Memórias e narrativas:** história oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2020.

MELIÀ, Bartomeu. Potirõ: las formas del trabajo entre los guaraní antiguos <<reduzidos>> y modernos. Asunción: **Revista Complutense de Historia de América**, v. 22, p. 183-208, 1996.

MELIÀ, Bartomeu. Pueblos indígenas en Paraguay y violación de derechos humanos (1958-2003). PARELLADA, Alejandro; ALCÁNTARA, Maria de Lourdes Beldi de (ed.). **Los Aché del Paraguay:** discusión de un genocidio. Copenhague: IWGIA – Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2008. p. 135-178.

MENUCI, Júlia Monfardini. **Trabalhos reprodutivos e de cuidado**: mudanças e permanências na invisibilização e precarização das vidas de mulheres migrantes em Ijuí/RS e as violações de direitos humanos. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2022.

MEZZALIRA, Terezinha. Acolhida à mulher em situação de vulnerabilidade. **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, v. XVIII, n. 35, p. 278-283, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/

beneficios-assistenciais/beneficio-assistencial-ao-idoso-e-a-pessoa-com-deficiencia-bpc. Acesso em: 14 fev. 2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. FAMÍLIA E COMBATE À FOME. **Bolsa Família.** Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia. Acesso em: 02 mar. 2024.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Os períodos das migrações:** territórios e identidades em Francisco Beltrão, PR. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

MONDARDO, Marcos Leandro. A dinâmica migratória do Paraná: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 103-131, 2011.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios Migrantes:** transterritorialização identidades em Francisco Beltrão/PR. Dourados: UFGD, 2012.

MONDARDO, Marcos Leandro. **Territórios de trânsito:** dos conflitos Guarani e Kaiowá, paraguaios e "gaúchos" à produção de multi/transterritorialidades na fronteira. Rio de Janeiro: Consequência, 2018a.

MONDARDO, Marcos Leandro. A insegurança dos muros: mal-estar e a construção da identidade do migrante na fronteira. *In*: MARTINS, Isis do Mar Marques; MONDARDO, Marcos Leandro (org.). **Migrações no mundo da fluidez e dos muros:** movimentos, práticas e resistência na América Latina. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018b. p. 18-49.

MONDARDO, Marcos. O corpo das mulheres indígenas frente às violências e violações na América Latina: o território como r-existência e como corpo-território. *In*: STALIANO, Pamela; MONDARDO, Marcos. **Violência, gênero, saúde e fronteira(s):** diálogos interdisciplinares. Curitiba: Publishing, 2020. p. 10-26.

MONDARDO, Marcos. La lucha por el territorio ancestral continental de los guaraníes transfronterizos en América del Sur. **Estudios Fronterizos**, v. 22, p. 1-24, 2021.

MONDARDO, Marcos Leandro; GOETTERT, Jones Dari. Frente de expansão e frente pioneira no Brasil: espaços e tempos da migração, do conflito e da alteridade. **Okara: Geografia em debate**, v. 1, n. 2, p. 1-128, 2007.

MORAES, Isaias Albertin; MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa. Brasiguaios e carperos: direitos e controvérsias na busca pela posse da terra no Paraguai. **Revista de Geopolítica**, v. 4, n. 1, p. 36-51, 2013.

MYSKIW, Antonio Marcos. **Colonos, Posseiros e Grileiros:** conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66). 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós Graduação Interinstitucional em História UFF/UNIOESTE. Niterói, 2002.

NEUMANN, Rosane Marcia. **Uma Alemanha em miniatura:** o projeto de imigração e colonização étnico particular da colonizadora Meyer no noroeste do Rio Grande do Sul (1887-1932). 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NODARI, Eunice Sueli. Persuadir para migrar: a atuação das companhias colonizadoras. **Esboços: História em Contextos Globais**, v. 10, n. 10, p. 29-51, 2002.

OBERACKER JÚNIOR, Carlos Henrique. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. *In*: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** o Brasil Monárquico. v. 2. São Paulo: Difel, 1982. p. 220-244.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. A migração de retorno para o Brasil no contexto da crise econômica. **Revista de Estudios Brasileños**, v. 3, n. 5, p. 27-41, 2016.

OLIVEIRA, Cleverson de. **As políticas migratórias dos governos brasileiros e paraguaios Marcha para Oeste (Caso de paranaense) e a Marcha para Leste**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

OLIVEIRA, Eliane Dias de. Mulheres migrantes. *In:* COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antônio (org.). **Dicionário crítico de gênero**. 2.ed. Dourados: UFGD, 2019. p. 367-371.

ONG Repórter Brasil; Base Investigaciones Sociales. **Os impactos socioambientais**

da soja no Paraguai – 2010. 2010. Disponível em: https://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/imported/documentos/PARAGUAI_2010PT.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

OSMAN, Samira Adel. **Entre o Líbano e o Brasil**: dinâmica migratória e história oral de vida. 2006. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

OXFAM. **Desterrados, tierra, poder y desigualdad en América Latina.** 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org/es/informes/desterrados-tierra-poder-y-desigualdad-en-america-latina. Acesso em: 18 jan. 2024.

PALAU, Tomás. **Migração de brasileiros no Paraguai**. Seminário Internacional: migrações internacionais – contribuições para as Políticas Brasil 2000. Brasília: CNPD (Comissão Nacional de População e Desenvolvimento), 2000. 22p.

PALAU, Tomás; HEIKEL, María Victoria. **Los campesinos el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. Asunción: Diakonia, Fundación Rosa Luxemburgo, BASE-IS, CCFD, 2016.

PEDONE, Claudia. **"Tú siempre jalas a los tuyos"**: cadenas y redes migratorias de las familias ecuatorianas hacia España. 2003. Tese (Doutorado) – Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona, 2003.

PEDONE, Claudia. Cadenas y redes migratorias: propuesta metodológica para el análisis diacrónico-temporal de los procesos migratorios. **EMPIRIA**, n. 19, p. 101-132, 2010.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, 1989.

PILGER, Caroline Roveda. **Feminismos da diferença: pensando a interseccionalidade – Corporalidades**. 2022. Disponível em: https://www.ufrgs.br/corporalidades/feminismos-da-diferenca-pensando-a-interseccionalidade/. Acesso em: 07 out. 2023.

PINTO, Sérgio Ricardo Aurélio. **Um "aconchego" para chamar de seu:** conflitos identitários entre brasileiros e brasiguaios no Bairro Jardim Santa Felicidade, Cascavel – PR. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2016.

POLLAK. Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**, v.2, n.3, p. 3 -15, 1989.

POLLAK. Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral. **Projeto História**, v. 15, p. 13-49, 1997.

PÓVOA NETO, Helion. Migração e fronteiras. *In:* OLIVEIRA, Fabricio Leal de; NOVAIS LIMA JUNIOR, Pedro (org.). **Território e planejamento:** perspectivas transdisciplinares. v. 1. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 91-106.

RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad del Este**: Vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RABOSSI, Fernando. Tempo e movimento em um mercado de fronteira: Ciudad del Este, Paraguai. **Sociologia & Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 405-434, 2015.

RENK, Valquiria Elita, BUZIQUIA, Sabrina, BORDINI, Ana Silvia Juliato. Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 30, n. 3, p. 416-423, 2022.

REZENDE, Dimitri Fazito de Almeida. **Reflexões sobre os sistemas de migração internacional:** proposta para uma análise estrutural dos mecanismos intermediários. 2005. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

RIQUELME, Marcial. Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. *In*: FOGEL, Ramón.; RIQUELME, Marcial. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005. p. 118-136.

RIQUELME, Quintín; VERA, Elsy. **La otra cara de la soja:** el impacto del agronegocio en la agricultura familiar y la producción de alimentos. Asunción: Proyecto Acción Ciudadana contra el Hambre y por el Derecho a la Alimentación, 2013.

RIQUELME, Quintín; KRETSCHMER, Regina. **Concentración de tierras y producción en Paraguay:** análisis comparativo de los censos agropecuarios de 1991 y 2008. Asunción: CDE Centro de Documentación y Estudios, 2016.

RIVERA-SÁNCHEZ, Liliana. Migración de retorno y experiencias de reinserción en la zona metropolitana de la Ciudad de México. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana,** v. 21, n. 41, p. 55-76, 2013.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. 1. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

RODRÍGUEZ, José Carlos. **Dictadura y Sociedad Civil (1954 - 1989)**. Asunción: El Lector; ABC Color, 2014.

ROMEU, Thiago. Reflexões sobre a subalternização dos migrantes e sua emergência como sujeitos geográficos na contemporaneidade. *In*: MARTINS, Isis do Mar Marques; MONDARDO, Marcos Leandro (org.). **Migrações no mundo da fluidez e dos muros:** movimentos, práticas e resistência na América Latina. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. p. 82-110.

ROOS, Djeovani. O lago de Itaipu e a problemática ambiental: uma análise crítica das questões ambientais na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. **Revista Eletrônica Geoaraguaia**, v. 2, n. 1, p. 23-50, 2012.

SALES, Teresa. Migrações de fronteira entre o Brasil e os países do Mercosul. **Revista Brasileira de Estudos de População,** v. 1, n. 13, p. 87-98, 1996.

SALÍM, Celso Amorím. **Migración, Brasiguayos y Mercosur**: fuerza de trabajo rural en el centro-oeste brasileño. Documento de Trabajo. v. 63. Asunción: Base Investigaciones Sociales, 1994. 29p.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. A deposição de Lugo e os limites da democracia na América Latina. **Cadernos PROLAM/USP**, v. 12, n. 22, p. 25-37, 2013.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Redes e territórios: reflexões sobre a migração. *In*: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). **Redes, sociedades e territórios**. 3. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2021. p. 53-80.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** 5. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. **Revista NERA**, v. 11, n.13, p. 118-127, 2008.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: EDUSP, 1998.

SAYAD, Abdelmalek. O retorno, elemento constitutivo do migrante. **TRAVESSIA - Revista do Migrante**, ano 8, número especial, p. 1-36, 2000.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. *In*: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-99, 1995.

SEAWRIGHT, Leandro. **Vidas machucadas:** História oral aplicada. São Paulo: Contexto, 2023.

SEGATO, Rita. **Las estructuras elementales de la violencia**: Ensayos sobre género entre la antropología, psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

SEGATO, Rita Laura. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

SILVA, Danusa de Lourdes Guimarães da. **"Um pé aqui outro lá:** experiências e viveres urbanos de brasiguaios (Marechal Cândido Rondon/PR -1990 - 2010). 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

SINGER, Paul. Migrações Internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. *In*: SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p. 29-62.

SILVA, Henrique Manoel. **Fronteiriços:** as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio – a região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000. 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SILVA, Kamila. A participação dos brasileiros na crise política do Paraguai: uma análise a partir do governo de Fernando Lugo. **Fronteiras,** v. 15, n. 26, p. 11-40, 2013.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Mulheres trabalhadoras rurais: trajetórias e memórias. **RURIS**, v. 4, n. 2, p. 13-43, 2010.

SILVA, Romerito Valeriano da; FERNANDES, Duval Magalhães. Migração Internacional de retorno no Brasil: um novo desafio? *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 14, 2013, Lima. **Anais [...]**. Lima: IGU - Comitê Nacional Perú, 2013.

SINDITAMARATY. Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores. **O conflito agrário no Leste do Paraguai.** 2013. Disponível em: https://www.sinditamaraty.org.br/comunicacao/noticias/49-exterior/america-do-sul/2961-o-conflito-agrario-no-leste-do-paraguai. Acesso em: 14 out. 2018.

SIQUEIRA, Sueli. **Sonhos, sucesso e frustrações na emigração de retorno:** Brasil-Estados Unidos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

SIQUEIRA, Sueli; ASSIS, Gláucia de Oliveira; DIAS, Carlos Alberto. As múltiplas faces do retorno à terra natal. **Caderno de Debates, Refúgio, Migrações e Cidadania**, v. 5, n. 5, p. 61-79, 2010.

SOARES, Weber. **Da metáfora à substância:** redes sociais, redes migratórias e migração nacional e internacional em Valadares e Ipatinga. 2002. Tese (Doutorado em Demografia) –Universidade Federal do Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SOLER, Lorena; QUINTEROS, Marcela Cristina. O stronismo: uma gestão autoritária bem sucedida. *In*: QUINTEROS, Marcela Cristina; MOREIRA, Luiz Felipe Viel. **As revoluções na América Latina contemporânea:** entre o ciclo revolucionário e as democracias restringidas. Maringá: Ed. UEM-PGH-História; Medellín, CO: Pulso & Letra, 2017. p. 67-120.

SOSA, Edith Marlene Arrúa. Inmigración Fronteriza en Paraguay. *In*: CONGRESO DE POBLACIÓN DE ALAP "DINÁMICA DE POBLACIÓN Y DESARROLLO SOSTENIBLE CON EQUIDAD", 6., 2014. Lima. **Anais** [...]. Lima, 2014.

SOUCHAUD, Sylvain. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: UNFPA/ADEPO, 2007.

SOUCHAUD, Sylvain. A visão do Paraguai no Brasil. **Contexto Internacional**, v. 33, n. 1, p. 131-153, 2011.

SOUZA, Thiago Romeu de. **Lugar de origem, lugar de retorno**: a construção dos territórios dos migrantes na Paraíba e São Paulo. 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do extrativismo na América Latina:** conflitos socioambientais, giro eco territorial e novas dependências. São Paulo: Elefante, 2019.

SPRANDEL, Márcia Anita. **Brasiguaios:** conflito e identidade em fronteiras internacionais. 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

SPRANDEL, Márcia Anita. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Estudos Avançados**, v. 57, n. 20, p. 137-156, 2006.

SZEKUT, Andressa. **Migrantes brasileiros no distrito de Santa Rita, departamento de Alto Paraná, Paraguai:** memórias, representações e territorialização. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

SZEKUT, Andressa; OLIVEIRA, Jorge Eremites de. Invisibilidad indígena en la memoria de la colonización reciente de Paraguay. **Espaço Ameríndio**, v. 13, n. 2, p. 41-59, 2019.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Limites de gênero, limites do mundo: memórias de mulheres agricultoras e a luta por direitos sociais. **História Oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v. 12, n. 1-2, p. 177-206, 2009.

TEDESCHI, Losandro Antônio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas no Brasil: uma ferramenta necessária. **Anuário de Hojas de Warmi**, n. 15, 2010, p. 1-24.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Mulheres de fronteiras: migrações, memória e gênero. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013. Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis, 2013. p. 1-12.

TEDESCHI, Losandro Antônio. **Alguns apontamentos sobre a história oral, gênero e história das mulheres.** Dourados: UFGD, 2014.

TEDESCHI, Losandro Antônio. Por uma história menos – uma análise deleuziana sobre a história das mulheres. **Revista de Estudos Feministas**, v. 26, n. 1, p. 1-16, 2018.

TEDESCHI, Losandro. Sobre prácticas de resistencia en la historia de las mujeres. El arte feminista como invención de otros modos de vida. *In*: BIDASECA, Karina Andrea. **Poética erótica de la relación:** estéticas descoloniales desde el Sur: arte, memorias y cuerpos. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Clacso, 2021. p. 45-52.

TEDESCHI, Losandro. **Deslocar-se por outras histórias:** mulheres e a fronteira Brasil-Paraguai. São Paulo: Editora Mandaçaia, 2022.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, salário e família**: ethos e racionalidade produtiva no cotidiano camponês. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas,1998.

TEDESCO, João Carlos. **Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais:** Paradoxos da alteridade nas migrações internacionais de brasileiros na Itália. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2010.

TEDESCO, João Carlos. **Entre raízes e rotas:** identidades e culturas em movimento. Aspectos da imigração brasileira na Itália. Itajaí: Univali, 2012.

TEDESCO, João Carlos. Imigrantes e desenvolvimento econômico nos espaços de origem. A imigração e o retorno de brasileiros da Itália. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v. 54, n. 3, p. 282-293, 2018.

TEDESCO, João Carlos. **Imigração no Sul do Brasil:** transnacionalismos, sociabilidades e desenvolvimento econômico. Passo Fundo: Acervus, 2022a.

TEDESCO, João Carlos. **Dinâmicas de agricultura familiar**: múltiplos sujeitos, tempos e sentidos (Nordeste do Rio Grande do Sul). Passo Fundo: Acervus, 2022b.

TOMASCHESKI, Elisandra. **"Dos lugares deixados, aos lugares chegados":** histórias de mulheres brasiguaias do Assentamento Itamarati-MS. 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018.

TOMIZAKI, Kimi. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. **Educação & Sociedade**, v. 31, n. 111, p. 327-346, 2010.

TORRACA, Mirta Mabel Escovar. **Imigração e Colonização Menonita no Processo de Legitimação do Chaco Paraguaio (1921-1935)**. Dissertação (Mestrado em História) –Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2006.

TORRALBO, Herminia Gonzálvez; GUIZARDI, Menara. **Cuidados y movilidades femeninas en América Latina**: breve guía para lecturas iniciales. Santiago: RIL editores, 2023.

THOMSON, Alistair. Histórias (co) movedoras: História oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 44, p. 341-364, 2002.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

TUAN, Yi- Fu. **Espaço e Lugar:** a perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983.

VANGELISTA, Chiara. Mobilidade social e espacial como objetos da história. *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO, MIGRAÇÕES: MOBILIDADE SOCIAL E ESPACIAL, 19., 2010. São Leopoldo. **Anais [...]**. São Leopoldo: Oikos, 2010.

VÁZQUEZ, Fabricio. **Territorio y Población:** nuevas dinámicas regionales en el Paraguay. Asunción: ADEPTO, 2006.

VENDRAME, Maíra Ines. "Nós partimos pelo mundo, mas para viver melhor": redes sociais, família e estratégias migratórias. Métis: história & cultura, v. 9, n. 17, p. 69-82, 2010.

VENDRAME, Maíra Ines. Mobilidade, redes e experiências migratórias: reflexões sobre as estratégias de transferência dos imigrantes italianos para o Brasil meridio-

nal. *In:* VENDRAME, Maíra Ines et al. (org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 200-223.

VILADESAU, Tomás Palau. El agronegocio de la soja en Paraguay: antecedentes e impactos sociales y económicos. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 17-44.

VILADESAU, Tomás Palau. La política y su trasfondo: el poder real en Paraguay. **Nueva Sociedad**, n. 229, p. 134-150, 2010.

VILADESAU, Tomás Palau. **Es lógico que la sociedad agredida se defienda**. v. 2. Asunción: BASE-IS, 2013.

VILLAGRA, Luis Rojas. **Actores del agronegocio en Paraguay**. Asunción: BASE-IS, 2009.

VILLAGRA, Luis Rojas. **La Economía Durante El Stronismo**. Asunción: El Lector, ABC Color, 2014a.

VILLAGRA, Luis Rojas. **La metamorfosis del Paraguay:** del esplendor inicial a su traumática descomposición. Asunción: BASE-IS, 2014b.

VILLAGRA, Luis Rojas. **La terra en disputa:** extractivismo, exclusión y resistencia. Asunción, BASE-IS, 2014c.

VIÑALES, Ana Teresa Rojas; REVELES, Irma Lorena Acosta. Desarticulación de Políticas: relación entre lo económico y lo social en Paraguay. **Revista de Investigación Científica y Tecnológica,** v. 4, n. 1, p. 101-115, 2020.

VUYK, Cecília. **Subimperialismo brasileño y dependencia paraguaya**: análisis de la situación actual. Buenos Aires: CLACSO, 2013.

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios:** homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1990.

WEBBER, Maria Aparecida. **Estudantes brasileiros de medicina em Presidente Franco (PY):** motivações e tensões de um fluxo universitário transfronteiriço. 2018. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

YEGROS, Ricardo Scavone; BREZZO, Liliana M. **História das Relações Internacionais do Paraguai**. Brasília: FUNAG, 2013.

ZAAR, Miriam Hermi. O processo migratório no extremo oeste do Estado do Paraná/Brasil com a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. **Scripta Nova,** v. 48, n. 69, p. 1-20, 2000.

ZAAR, Miriam Hermi. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos brasiguaios. **Scripta Nova**, v. 88, n. 94, p. 1-15, 2001.

ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni. **Realidade migratória na diocese**

de Foz do Iguaçu. Tendências da mobilidade humana nas três fronteiras. Porto Alegre: Renascença, 2006.

ZAMBERLAN, Jurandir; CORSO, Giovanni. **Emigrantes brasileiros no Paraguai Presença Scalabriniana** (org.). Porto Alegre: Solidus, 2010.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. **Herdeiros, parentes e compadres:** colonos do Sul e Sitiante do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec, 1995.

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. Fuga a três vozes. **Anuário Antropológico/91**, v. 16, n. 1, p. 89-137, 1993.

Sobre a Autora

Vanucia Gnoatto é Licenciada (2017) em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF), Mestra (2020) e Doutora (2024) em História pela mesma instituição, no Programa de Pós-Graduação em História. Tem interesse em áreas e temas como História e Migração, História das Mulheres, Fronteiras, Identidades.

Esta obra foi composta em Garamond Premier Pro
pela Acervus Editora

Acervus Editora
Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

O livro trata de um tema central nos estudos migratórios: o retorno. Este, mesmo sendo parte integrante da dinâmica da migração, é pouco estudado. Assim, a autora, com intensa pesquisa de campo, sensibilidade na interação com as interlocutoras em pesquisa de campo e com amplo referencial teórico, produz uma obra de grande fôlego, uma referência para quem quer entender as múltiplas viagens de volta que imigrantes empreendem, suas causalidades e racionalidades. A pesquisa revela as multidimensões do ato de retornar, que também é um migrar; demonstrando que essa ação não é o fim do ciclo migratório. Pode ser, sim, um recomeço; afinal, revela *sujeitos em movimento*. O presente livro problematiza questões ligadas às migrações contemporâneas, principalmente as de/nas fronteiras, centraliza questões de gênero, potencializa as estratégias de mobilidades de mulheres imigrantes, em suas intencionalidades, suas redes e transnacionalidades. Sem a mínima dúvida, a pesquisa inova, qualifica e enriquece as abordagens sobre imigrantes brasileiros no Paraguai.

João Carlos Tedesco

Prof. colaborador no PPGH/UPF e
PPGH/UFFS - Campus Chapecó

9 786552 300232